

Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais
Doutorado em Ciências Sociais

Université Paris 13 (Paris Nord)
École doctorale Vivant et Sociétés
UFR Lettres, Sciences de l'Homme et des
Sociétés/ Centre de recherche sur les actions
locales - CERAL
Doctorat en Sociologie

Tese de Doutorado

LAMENTO E DOR

**Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela
construção de barragens**

Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos

Belém-Pará-Brasil
2007

Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais
Doutorado em Ciências Sociais

Université Paris 13 (Paris Nord)
École doctorale Vivant et Sociétés
UFR Lettres, Sciences de l'Homme et des
Sociétés/ Centre de recherche sur les actions
locales - CERAL
Doctorat en Sociologie

LAMENTO E DOR

**Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela
construção de barragens**

Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos

Tese de doutorado apresentada, em co-tutela,

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais – Área de Concentração, Antropologia;

e

À Universidade Paris 13, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Sob a orientação de Jean HÉBETTE e Pierre TEISSERENC, respectivamente.

Belém-Pará-Brasil
2007

Ficha Catalográfica

Magalhães, Sônia Barbosa

Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens/ Sônia Barbosa Magalhães; orientada por Jean Hébette do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais; Pierre Teisserenc da École Doctorale Vivant et Sociétés. Belém : UFPA, 2007.

278 f. il.; 29,7 cm

Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13.

Inclui referências bibliográficas.

1. Barragens – Análise sócio-antropológica. 2. Deslocamento Compulsório – Estudos e controvérsias 3. Sofrimento Social 4. Refugiados Ambientais I. Hébette, Jean, Orient. II. Teisserenc, Pierre, Orient III. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. IV. Paris 13. École Doctorale Vivant et Sociétés. V. Título

CDD 301

Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais
Doutorado em Ciências Sociais

Université Paris 13 (Paris Nord)
Ecole doctorale Vivant et Sociétés
UFR Lettres, Sciences de l'homme et des
Sociétés/ Centre de recherche sur les
actions locales - CERAL
Doctorat en Sociologie

LAMENTO E DOR

**Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela
construção de barragens.**

Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos

Banca Examinadora

Jean Hébette, Professor Emérito da Universidade Federal do Pará.
(Orientador)

Pierre Teisserenc, Professor da Universidade Paris 13.
(Orientador)

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, Professora da Universidade Federal da Bahia.
(Relatora – Examinadora Externa)

Philippe Léna, Diretor de Pesquisa de l'Institut de recherche pour le développement/IRD.
(Relator – Examinador Externo)

Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado, Pesquisadora do Museu Paraense Emílio Göeldi.
(Examinadora)

Robert Etien, Professor da Universidade Paris 13.
(Examinador)

Maria de Fátima Conceição Carneiro, Professora da Universidade Federal do Pará.
(Examinadora Suplente)

Gutemberg Armando Diniz Guerra, Professor da Universidade Federal do Pará.
(Examinador Suplente)

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Esta tese foi elaborada sob regime de co-tutela, no âmbito do Acordo Profissional de Cooperação celebrado entre a Universidade Paris 13 (Paris Nord) e a Universidade Federal do Pará, em junho de 2003, a partir do qual foi aprovado, no Brasil, o Projeto CAPES/COFECUB 461/04, uma parceria entre o Centre de recherche sur les actions locales (CERAL, UFR Lettres, Sciences de l'Homme et des Sociétés), o Centro de Ciências Agrárias e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), vinculados, respectivamente, àquelas Universidades.

Em conformidade com a legislação pertinente, no Brasil (Decreto de 30 de março de 1992 sobre estudos de doutoramento na França; Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior); e na França (Decreto de 18 de janeiro de 1994, relativo à criação de processos de co-tutela de tese de doutoramento entre a França e instituições de ensino superior estrangeiras); e, de acordo com o Protocolo firmado em 05/10/1978, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Comitê Francês d'Évaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil (COFECUB), foi firmada a Convenção de co-tutela de tese, no ano letivo 2004/2005.

Durante o ano letivo 2004/2005, recebi suporte financeiro da CAPES (Processo BEX 0201/04-9) para realizar as atividades acadêmicas em Paris 13.

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi orientada pelos Professores Jean Hébette e Pierre Teisserenc. A eles agradeço, além do aprendizado, o apoio sereno e constante e a exemplar generosidade intelectual.

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFPA), pude beneficiar-me do acordo de co-tutela firmado entre esta Instituição e a Universidade Paris 13, através do Convênio CAPES-COFECUB, coordenado pelos Professores Gutemberg Armando Diniz Guerra e Pierre Teisserenc, aos quais registro o meu agradecimento, assim como ao Coordenador do PPGCS/UFPA, na ocasião, Professor Heraldo Maués. Da CAPES, obtive bolsa de doutorado para realizar as atividades acadêmicas em Paris 13, durante o ano letivo 2004/2005.

Em Paris 13, vinculada ao Centre de Recherche sur les Actions Locales (CERAL), dirigido pelo professor Pierre Teisserenc, encontrei um ambiente sério e solidário, que me estimulou a refletir sobre a proposição desta tese e a suportar as saudades do Brasil. Gostaria de agradecer a todos e, particularmente, a Muriel Tapie-Grime, Cécile Blatrix e Gisèle Dambuyant-Wargny que, além das generosas discussões sobre o meu trabalho, me proporcionaram afetuosa acolhida.

No PPGCS/UFPA, nomeando a atual Coordenadora, Professora Maria José Aquino, agradeço e parabeno todos os professores por enfrentarem o desafio de criar o Programa, ampliando o espaço da reflexão sociológica/antropológica na Amazônia. Ao Grupo de Pesquisa Produção Familiar Rural na Amazônia Oriental, liderado pelos Professores Jean Hébette e Maria Cristina Maneschy, meu muito obrigada pelas aprazíveis (e intermináveis) discussões.

O desenvolvimento da pesquisa somente foi possível graças à minha vinculação institucional ao Museu Paraense Emílio Göeldi. Tanto a essa Instituição quanto aos meus colegas que acompanharam boa parte deste trabalho, meu profundo agradecimento; em particular, a Maria Helena Barata, Ana Lúcia Maroja Kalkmann, Laís Zumero e a toda equipe do RENAS, coordenada por Lourdes Gonçalves Furtado. Registro também o meu agradecimento a Astrogilda Ribeiro, do Setor de Documentação, pela gentileza de elaborar a ficha catalográfica.

A Lygia Sigaud, do Museu Nacional, a minha eterna gratidão, pelos conhecimentos obtidos durante o período em que trabalhei sob sua orientação.

Vários amigos estiveram sempre perto deste trabalho. Nomeando Rosyan de Caldas Britto, Dalva Vasconcelos, Lea Lobato Oliveira e Kátia Sento-Sé Mello, com quem dividi experiências em Paris, expresso o sentido do meu agradecimento.

Com Antônio Carlos Magalhães, companheiro amado de sempre, tenho dividido todas as alegrias e angústias de minha vida. Juntos, enfrentamos todas as dificuldades deste trabalho: desde a primeira viagem de campo, a poeira e a desordem permanentes em nosso escritório, até a "loucura" de enfrentar as águas do Atlântico, durante o longo período de Paris. Tanto a Antonio Carlos como a Irema, nossa filha, não há como agradecer. O mesmo vale para a minha querida "família Barbosa", meu pai, Antônio Barbosa, minha mãe, Sônia, e meus irmãos – Vera, Jussara, Solange, Antonio Carlos, Rosane e Maurício - que me apoiaram até nos momentos de inimagináveis tensões... Esta tese é para Irema, por todos os motivos, alguns deles sequer sussurrados...

Um agradecimento especial aos "expropriados de Tucuruí", que, gentilmente, me receberam e me ensinaram, em momentos difíceis de suas vidas. Espero, com este trabalho, demonstrar o meu reconhecimento; e, também, atender à recomendação explícita da minha sempre perfeita anfitriã, Olga: - *Sônia, tu não esqueces de escrever no livro que a vida daqui é sofrida!* Pois bem, se com esta tese eu conseguir atender a esta recomendação, acho que correspondo à principal expectativa...

Green Garden, novembro de 2007.

O mundo mal sabe quantos pensamentos e teorias passaram pela cabeça de um pesquisador e foram trituradas no silêncio e no segredo por sua própria e severa censura e experiências adversas; que nos mais bem sucedidos exemplos, nem mesmo um décimo das sugestões, das esperanças, dos desejos, dos resultados preliminares foram realizados.

(Michael Faraday, 1791-1867)

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens.** Belém, 2007. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Brasil; Universidade Paris 13, França, 2007.

RESUMO

A idéia central desenvolvida neste trabalho é que os estudos realizados sobre o deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens, embora mencionem a dimensão do sofrimento social, não a submetem à análise. E, portanto, contornam ou deslocam o sentido subjetivo expresso no lamento e na dor, que é constitutivo deste processo social. Partindo do princípio de que os fatos analisados são socialmente compartilhados e construídos, portanto, portam sentidos mais ou menos duradouros ou mais ou menos perceptíveis - de todo modo, publicizados - que, por vezes, entre si interagem sob a forma de conflito, busco realizar uma análise do modo pelo qual esses sentidos se conformam em três situações sociais distintas e interligadas.

Na primeira, a arena pública, examino a controvérsia sobre as principais categorias de classificação do processo de deslocamento compulsório, seus contextos e principais atores, tentando evidenciar os fundamentos de construção das retóricas, na disputa para fazer prevalecer uma determinada avaliação política e social deste processo. Nessa análise, destaco o conteúdo que se estabiliza e a intervenção de um ator – o Banco Mundial – e o seu papel na conformação de uma expertise sobre o tema.

Na segunda situação social, o universo acadêmico, busco evidenciar o atual estágio dos estudos sobre o deslocamento compulsório, situando os principais eixos teóricos, de modo a salientar a relação entre campo disciplinar e interpretação, sobretudo, a hegemonia de temas disciplinares, nos quais não se inclui a análise do sofrimento. Por outro lado, ressalvo que, graças ao rigor desses estudos (muitos de cunho etnográfico), pode-se encontrar a referência ao sofrimento social vivido pelos grupos submetidos ao processo de deslocamento compulsório, permitindo-me fundamentar a hipótese advinda de minha própria investigação.

Na terceira, analiso o processo de deslocamento compulsório, a partir de pesquisa realizada em Tucuruí (Pará – Amazônia – Brasil), evidenciando os sentidos do sofrimento social evocados por atores que o vivenciaram, destacando: a) a ausência de parâmetros para avaliar as conseqüências do processo vivido, tanto porque é uma situação inusitada quanto porque o próprio empreendimento desencadeia outras transformações locais e regionais que não são dadas *a priori*; b) a incessante busca de reposição de uma situação perdida ou almejada, que pode ser vista nos fóruns públicos (assembléias, reuniões, encontros), aqui considerados como “fóruns de lamento”, porque são, concomitantemente, lugar da reivindicação pública e espaços de encontro com a própria história e, por conseqüência, espaços de recordação e enunciação das perdas; c) o caráter de irreversibilidade, que reveste a construção social do sofrimento. Por fim, tento mostrar os constrangimentos, sobretudo econômicos, que se verificam na passagem da dimensão do sofrimento para a arena pública.

Palavras-chave: sofrimento social, deslocamento compulsório, refugiados ambientais, estudos e controvérsias, análise sócio-antropológica, barragens.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Sorrow and Pain. A social anthropological analysis of the compulsory displacement caused by dam projects.** Belém, 2007. Doctoral Dissertation, Universidade Federal do Pará; Brazil, Université Paris 13, France, 2007.

ABSTRACT

The central idea developed in this work is that the studies carried through on the compulsory displacement provoked by the construction of dams, although mentioning the social dimension of the social suffering, do not submit that dimension to analysis. And, therefore, go round or displace the subjective sense expressed in the sorrow and pain, which is constituent to this social process. Taking as principle that the analyzed facts are socially shared and constructed, therefore carrying senses more or less lasting or more or less perceptible – anyhow, publicized - that, at times, interact under the form of conflict, it is my goal to perform an analysis of the way these senses conform to three distinct and linked social situations.

On the first one, the public arena, I analyze the controversy about the main classification categories for the compulsory displacement process, its contexts and main agents, trying to evidence the rhetorical construction fundamentals, in a dispute to make prevail a determined politic and social evaluation of this process. In this analysis, I emphasize the content that stabilizes itself and the intervention of one agent -the World Bank- and its role in the conformation of an expertise on the subject.

In the second social situation, the academic universe, I analyze the current state of studies on the compulsory displacement, locating the main theoretical axes, in order to highlight the relation between the disciplinary and interpretative fields, mostly the hegemony of disciplinary subjects, amongst which the analysis of the suffering is not included. On the other hand, I outline that, thanks to the rigor of these analyses (many of ethnographic background), it is possible to find reference to the social suffering lived by the groups submitted to the compulsory relocating process, allowing me to fundament the hypothesis resulting of my own investigation.

In the third, I analyze the process of compulsory displacement, from a research carried in Tucuruí, Pará state, Brazil, presenting the senses of social suffering evocated by those who lived it, pointing out: a) the absence of parameters to evaluate the consequences of the process lived, not only because it is an unusual situation as because the undertaking itself unchains other local and regional transformations that are not given *a priori*; b) the incessant search of a way to replace a situation lost or desired, that can be seen in public forums (assemblies, meetings, encounters), considered here as "sorrow forums", because they are, concomitantly, a place of public claim and spaces of encounter with their own history and, consequently, spaces for reminding and stating losses; c) the irreversible character, that lines the construction of social suffering. Finally, I try to show the constraints, above all economical, that are verified in the passing from the suffering dimension to the public arena.

Keywords: social suffering, compulsory displacement, environmental refugees, dams.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Plainte et Douleur. Une analyse socio-anthropologique du déplacement forcé provoqué par la construction de barrages.** Belém, 2007. Thèse (Doctorat), Université Fédérale du Pará, Brésil; Université Paris 13, France, 2007.

RÉSUMÉ

Ce travail repose sur l'idée centrale selon laquelle les études réalisées sur le déplacement forcé provoqué par la construction de barrages, tout en mentionnant la souffrance sociale, ne soumettent pas cette dimension à analyse. Cependant, elles contournent ou déplacent le sens subjectif exprimé par la plainte et par la douleur, sens pourtant constitutif de ce processus social. En partant du principe que les faits analysés sont construits et partagés socialement et qu'ils sont porteurs de sens plus ou moins durables ou plus ou moins explicites – de toute manière, publiés – qui, occasionnellement, interagissent dans les conflits, je cherche à analyser l'élaboration de ces sens dans trois situations sociales distinctes, bien que liées entre elles.

Dans la première - l'arène publique -, j'analyse la controverse à propos des principales catégories de classification du processus de déplacement forcé, ses contextes et ses principaux acteurs. Il s'agit de faire apparaître les fondements des rhétoriques construites dans le cadre de la dispute pour faire prévaloir une certaine évaluation politique et sociale de ce processus. Dans cette analyse, je distingue le contenu qui se stabilise et l'intervention d'un acteur – la Banque Mondiale – ainsi que son rôle dans la constitution d'une expertise sur ce thème.

Dans la seconde situation sociale - l'académie -, je cherche à mettre en évidence l'état actuel des études sur le déplacement forcé, en présentant les principaux axes théoriques, de manière à souligner la relation entre champ disciplinaire et interprétation et, surtout, l'hégémonie de thèmes disciplinaires qui ne comportent pas l'analyse de la souffrance. Par ailleurs, je signale que, grâce à la précision des données (beaucoup de ces études sont de nature ethnographique), il est possible de découvrir la dimension de la souffrance sociale vécue par les groupes exposés au processus de déplacement forcé – ce qui vient renforcer l'hypothèse qui ressort de ma propre investigation.

La troisième situation concerne le processus de déplacement forcé à partir d'une recherche réalisée à Tucuruí, Pará, Brésil. L'analyse porte sur les sentiments de souffrance sociale évoqués par les acteurs qui l'ont vécue, en soulignant: a) l'absence de critères adaptés à l'évaluation des conséquences de ce processus, tout autant parce qu'il s'agit d'une situation inédite pour eux, que parce que l'entreprise déclenche d'autres transformations au niveau local ou régional, qui ne sont pas données *a priori*; b) l'incessante quête du retour à la situation perdue ou souhaitée, que l'on peut voir dans les forums publics (assemblées, réunions ou rencontres), considérés ici comme «forums de lamentation», parce qu'ils sont, à la fois, des lieux de revendication publique et des espaces de rencontre avec l'histoire elle-même et, par conséquent, des espaces de rappel et de litanie de toutes les pertes; c) le caractère d'irréversibilité que revêt la construction sociale de la souffrance. Enfin, j'essaie de rendre compte du poids des contraintes, surtout économiques, particulièrement mises en avant quand la souffrance passe dans l'arène publique.

Mots clefs: souffrance sociale, déplacement forcé, éco-réfugiés, barrages.

Lista de abreviaturas e siglas

| | |
|-------------|---|
| ADB | Banco para o Desenvolvimento da Ásia |
| AID | Associação Internacional de Desenvolvimento |
| ANEEL | Agência Nacional de Energia Elétrica |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BIRD | Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento |
| CAPEMI | Caixa de Pecúlio e Pensões dos Militares |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CDB | Banco para o Desenvolvimento do Caribe |
| CESUPA | Centro Universitário do Pará |
| CGTEE | Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica |
| CHESF | Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco |
| CMB | Comissão Mundial de Barragens |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| COFECUB | Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil |
| CONAMA | Conselho Nacional de Meio Ambiente |
| CONTAG | Confederação dos Trabalhadores na Agricultura |
| CNRS | Conseil National de la Recherche Scientifique |
| COPPE | Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia |
| CPRS | Centre de Recherches Politiques de la Sorbonne |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| CRAB | Comissão Regional de Atingidos por Barragens |
| DNER | Departamento Nacional de Estradas de Rodagem |
| E.F.T. | Estrada de Ferro Tocantins |
| EHESS | École des Hautes Études en Sciences Sociales |
| ELETRORÁS | Centrais Elétricas Brasileiras |
| ELETRONORTE | Centrais Elétricas do Norte do Brasil |
| ELETROSUL | Eletrosul Centrais Elétricas S.A. |
| ENTAB | Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens |
| FUNAI | Fundação Nacional do Índio |
| GETAT | Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins |
| HCDH | Alto Comissariado para os Direitos Humanos |
| IBDF | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal |
| IDESP | Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Estado do Pará |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INDR | International Network on Displacement and Resettlement |

| | |
|-----------|--|
| INPA | Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia |
| IRD | Institut de Recherche pour le Développement |
| ITERPA | Instituto de Terras do Pará |
| IUCN | The World Conservation Union |
| MAB | Movimento de Atingidos por Barragens |
| MIGRINTER | Migrations Internationales, Espaces et Sociétés |
| MIRAD | Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário |
| OAB | Ordem dos Advogados do Brasil |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |
| ONG | Organização não governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PNUE | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente |
| RIMA | Relatório de Impacto Ambiental |
| SECTAM | Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará |
| SEPLAN | Secretaria de Planejamento do Estado do Pará |
| SEPLANTEC | Secretaria de Planejamento e Tecnologia do Estado da Bahia |
| SISNAMA | Sistema Nacional de Meio Ambiente |
| SPI | Serviço de Proteção aos Índios |
| SPI | Serviço de Patrimônio Imobiliário (ELETRONORTE) |
| STR | Sindicato de Trabalhadores Rurais |
| SUCAM | Superintendência de Campanhas de Saúde Pública/Superintendência de Combate à Malária |
| TERRA | Travaux, Études, Recherches sur les Réfugiés et l'Asile |
| UNHCR | Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados |
| UHT | Usina Hidrelétrica de Tucuruí |

Sumário

INTRODUÇÃO

Aspectos metodológicos

1. A experiência etnográfica
 - 1.1. A dimensão temporal e espacial do trabalho de campo
 - 1.2. A minha experiência de “tempo e espaço” no trabalho de campo
 - 1.3. A primeira viagem de campo e os destinos da pesquisa
 - 1.4. O primeiro encontro
 - 1.5. “Encontrando Taso, me descobrindo”
 - 1.6. O Encontro Tucuruí e a visibilidade de minha inserção
 - 1.7. O eixo cronológico e as situações etnográficas

CAPITULO I – O DESLOCAMENTO COMPULSORIO COMO PROBLEMA PUBLICO

I.1. A distinção problema público e problema teórico

I.2. As dimensões do problema público

- I.2.1. As categorias e seus conteúdos: atingidos e relocados/reassentados
- I.2.2. O arbitrário das categorias: deslocados, refugiados ambientais ou eco-refugiados
- I.2.3. A redefinição e a imposição de uma categoria: deslocamento involuntário versus reassentamento involuntário

CAPITULO II – O DESLOCAMENTO COMPULSORIO COMO PROBLEMA TEORICO

II.1. A expressão deslocamento compulsório na literatura acadêmica

II.2. As abordagens sobre o deslocamento compulsório

- II.2.1. A abordagem disciplinar e as especificidades do campo intelectual

CAPITULO III – O DESLOCAMENTO COMPULSORIO EM SITUAÇÃO: O LAMENTO E A DOR

III.1. O estatuto teórico do sofrimento social

III.2. Os relatos sobre o deslocamento compulsório

III.3. A dor na arena pública

- III.3.1. A previsão e a avaliação no contexto do deslocamento compulsório
- III.3.2. A construção social do sofrimento

CONCLUSÃO

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- 1 – Livros, Teses, Artigos
- 2 – Fontes Documentais

Introdução

Tá tudo perdido; todo mundo perdido... tudo aqui sem saber o que fazer e qual vai ser o depois de amanhã. Tudo aqui, bem dizer, arranchado... É sofrimento muito! (Tucuruí, outubro de 1984)

Eu sei que lá pra nós era melhor, porque lá tinha o passadio, era melhor, aparecia muita carne de caça, quase ninguém comia carne de boi. Tinha maior liberdade, sei lá, era mais animado. Tinha muita fruta, todos aqueles tinham seu sítiozinho, tinha aquelas frutas, ninguém comprava nada, não mesmo; nós tínhamos tudo no sítio lá: banana, manga, laranja tinha, não era muito, mas dava; abacate dava que fazia nojo... (Loteamento Rural Rio Moju, fevereiro de 1989)

Essa ELETRONORTE desgraçou foi com todo mundo. Não tem um aqui que se salve, que diga, assim, conte uma história melhor... (Breu Branco, março de 1992)

Esse Novo Breu é uma desgraça. Tu conheces nossa lida, tu sabes, nem preciso contar de tudo, até meu filho mataram. Quem? Essa miséria toda, esse bando de fora, acabaram com a gente. Acabaram comigo! (Tucuruí, março de 1998)

Os depoimentos acima foram colhidos nas cidades de Tucuruí e de Breu Branco e no Loteamento Rural Rio Moju, localizado na PA-263, que liga Tucuruí a Goianésia, no Estado do Pará, em momentos diversos do trabalho de campo. Todos, no entanto, foram proferidos por uma mesma pessoa - Olga morava, até setembro de 1984, em uma localidade chamada Remansão do Centro, então situada às margens do km-97 da antiga Estrada de Ferro Tocantins, no município de Tucuruí, inundada pelo lago formado em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Olga, hoje com 66 anos, habita em Breu Branco, para onde foi compulsoriamente deslocada, em outubro de 1984.

Com estes depoimentos e com o enunciado de lugares nos quais foram colhidos, bem como com a referência à origem da narradora, gostaria, de pronto, de chamar a atenção

para alguns dos elementos que justificam o tema, o título deste trabalho, e as circunstâncias de sua realização.

O tema deste trabalho, conforme o próprio título indica, é o processo social de deslocamento compulsório, mais especificamente, o deslocamento provocado pela construção de barragens. Por deslocamento compulsório estou designando o processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras. Há, portanto, um conteúdo de cerceamento do poder decisório no interior do próprio grupo social, advindo de uma intervenção externa. Processos desta natureza, conforme será explicitado ao longo deste trabalho, estão sobejamente tratados na literatura sócio-antropológica, no Brasil, e alhures, na qual recebem as mais variadas denominações: relocação, migração forçada, reassentamento, transferência de população, remanejamento, deslocamento forçado e outras.

Pelo que procurarei demonstrar, estas denominações não são neutras e o seu uso indiferenciado ou intercambiado tende a obscurecer as determinações que conferem especificidade a este processo social. Por outro lado, como se trata de denominações amplamente utilizadas e reproduzidas, tanto no meio acadêmico quanto na arena pública, este trânsito acaba por contribuir para reforçar a sua ambigüidade conceitual. É por esta razão que estou propondo, a partir de uma leitura que tente desvendar a dupla entrada conceitual (política e acadêmica); e, apoiada em pesquisa de campo realizada no contexto de construção da barragem de Tucuruí, delimitar e definir o campo de sua abrangência.

Atualmente, há, de fato, um esforço de teorização que pode ser resumido em duas grandes correntes: uma, sobretudo encontrável na literatura de origem anglo-americana, que objetiva cunhar a expressão “reassentamento involuntário” (*involuntary resettlement*) para designar os processos de deslocamento compulsório decorrentes de intervenções propugnadas em razão de estratégias de desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito às grandes obras

de infra-estrutura. Outra, prevalecente na literatura francófônica, que argumenta em favor das expressões “refugiados do meio-ambiente” (*réfugiés d’environnement*) ou “eco-refugiados” (*eco-réfugiés*), para designar os deslocamentos provocados por grandes transformações ambientais, sejam elas originárias de causas naturais ou da ação humana, independentemente do argumento desenvolvimentista.

Retomaremos esta discussão ao longo do capítulo I. No momento, para voltarmos aos depoimentos que compõem a epígrafe, é suficiente reter os sentidos evocados nas duas correntes, isto é, os sentidos de involuntariedade presentes neste tipo de assentamento e os sentidos combinados de involuntariedade e constrangimento presentes nas análises sobre o refúgio, mais especificamente sobre os campos de refugiados.

Se a involuntariedade e o constrangimento são os sentidos evocados em termos conceituais, poderemos fazer um exercício com os depoimentos: quais sentidos podem ser extraídos? – Qualquer leitura aponta para pelo menos dois, intrinsecamente vinculados: perda e sofrimento. O primeiro traduzido pela comparação com o passado, avaliado como melhor do que o presente; e, o segundo pelo enunciado de expressões claras ou metafóricas: “é muito sofrimento... desgraçou todo mundo... essa miséria toda... acabaram com a gente... acabaram comigo...”

Evidentemente, em termos analíticos, há mediações a serem feitas no tratamento relativo ao passado e na interconexão entre a leitura sobre o sofrimento individual e sobre o sofrimento coletivo realçados, que serão oportunamente aclaradas. No entanto, o que eu gostaria de destacar, em termos metodológicos, é que na análise que estou a propor, destaca-se a maneira como os atores descrevem haver vivenciado o processo ou, de acordo com Boltanski (1991) o sentido subjetivo que as pessoas atribuem à sua ação.

Desta perspectiva, parto do princípio de que é o sentido subjetivo que dá a dimensão do deslocamento compulsório. Torna-se, necessário, pois, acrescentar à

involuntariedade e ao constrangimento, a dimensão do sofrimento que, para os atores, o processo de deslocamento compulsório encerra. Ou, melhor, aquilo que se traduz como sofrimento social: uma construção coletiva que, por um lado, se exprime na constituição de atores, na construção de uma memória e de uma narrativa sobre um acontecimento. E que, por outro lado, produz efeitos sobre os interesses e as práticas políticas.

Com este enunciado, podemos voltar ao título que escolhi para a tese. Com as palavras lamento e dor, pois, estou a sublinhar uma dimensão do deslocamento compulsório, cujo tratamento permaneceu latente nos estudos, até o momento, efetuados. A rigor, a tese que procuro aqui sustentar é que os estudos realizados sobre o deslocamento compulsório, embora mencionem a dimensão do sofrimento, não a submetem a análise. E, portanto, contornam e/ou deslocam o sentido subjetivo expresso no lamento e na dor, que é constitutivo deste processo social.

Mais amplamente, estou considerando uma perspectiva analítica que tenta reunir o paradigma construtivista¹ e as démarches propostas pelas sociologias da justificação e da tradução², a partir deste paradigma.

De uma maneira geral, a orientação construtivista parte do princípio de que o mundo se constrói, que ele não é dado; isto é, que a realidade objetiva à qual nos referimos ou que pressupomos em nossas ações e comunicações é produto de uma construção social (QUERÉ, 1996). Sem fazer, neste momento, a distinção entre o construtivismo estruturalista, de Pierre Bourdieu, por exemplo, e o construtivismo interacionista e fenomenológico, é, todavia, necessário, de imediato, superar uma oposição linear entre objetivismo e subjetivismo e estabelecer as relações micro e macrosociológicas. Se o construtivismo estruturalista permite mostrar a ligação entre a experiência vivida do mundo social e as

¹ Sobre o (s) paradigma (s) construtivista (s) ver Corcuff; Accardo (1989, p. 23-26); Corcuff (2004).

² Agradeço a Pierre Teisserenc e a Muriel Tapie-Grime as orientações sobre as sociologias da justificação e da tradução.

estruturas objetivas, incorporadas, deste mundo, o construtivismo fenomenológico e interacionista, cujos maiores expoentes são Berger e Luckman (1976), permite mostrar os sujeitos em ação e suas interações, assim como a influência do contexto estrutural sobre suas ações. E, tomando a problemática “situacionista”, pode-se enfatizar analiticamente o modo como as pessoas definem a situação que elas vivem e como, conseqüentemente, esta definição incide sobre as suas ações.

É, pois, sob inspiração destes constructos teóricos que aqui se propõe analisar a experiência vivida do deslocamento compulsório e os mecanismos de construção de uma situação coletiva de lamento e dor, que é, no caso aqui em foco, vivida, construída e reconstruída.

Para avançar nesta mesma direção teórica, torna-se necessário considerar as narrativas que os sujeitos fazem sobre as suas experiências e os ajustes que estas narrativas sofrem ao longo do tempo, frente a outras narrativas e mesmo em outras situações. Nesta perspectiva, situam-se os aportes de Boltanski e Thévenot (1991) que propõem uma abordagem compreensiva, enfatizando não apenas o sentido subjetivo que as pessoas atribuem às suas ações, mas também às ações dos outros. Assim, o ator é abordado em situação e as determinações exteriores são tomadas em conta à medida que estas incidam sobre a ação. A conjugação entre sentido subjetivo e determinações externas (estruturais) permite ultrapassar a oposição metodológica entre as explicações da conduta individual e as explicações do comportamento coletivo. Apoiando-se sobre textos diversos, oriundos da filosofia política, da etnometodologia e da antropologia das ciências e das técnicas, estes autores colocam em relevo a noção de “mundo complexo”, onde coexistem diversos fundamentos de justificação (*cités*), que fazem operar lógicas plurais no decorrer da ação. Tomam como hipótese que as pessoas não se restringem a argumentos particulares e, sim, evocam argumentos de caráter mais geral que ultrapassam a situação singular a partir da qual elas falam. Propõem, assim,

uma démarche que implica em “levar a sério” as justificações, estudá-las, perseguindo o sentido do desdobramento das explicações e o sentido de justiça que aí se exprime. É, portanto, detendo a atenção sobre o argumento das pessoas que estes autores formalizam um primeiro modelo de ação: o modelo da justificação (*justification*) pública. Este modelo é particularmente interessante para analisar as situações de disputa, como o são as situações de deslocamento compulsório, nas quais coexistem justificativas, valores e, por conseguinte, avaliações diferenciadas. A idéia de justificação, por sua vez, de acordo com estes autores, conduz ao sentido de justiça que é mobilizado pelos autores e à sua denúncia nos momentos de crítica pública. Ou melhor, o sentido que suporta a crítica e a denúncia.

Esta abordagem, à medida que enfatiza o sentido sublinhado pelos atores e as interações com as respostas a este sentido, permite abordar não apenas o sentido do deslocamento compulsório para os atores, mas como este sentido vai sendo metamorfoseado, seja nas análises, seja nas proposições técnicas, seja na arena pública. E, sobretudo, permite introduzir na análise do argumento o sentido e a relação entre justiça e injustiça.

Nesta direção, pode-se detalhar a tradução do argumento, ou como propõe Bruno Latour (1995), a retórica estratégica (*rhétorique stratégique*). Este autor, estudando as controvérsias científicas, evidencia os diversos mecanismos ou “atividades táticas” dos autores para fazer valer a plausibilidade de seus argumentos. E, quanto mais se acirra a controvérsia, mais se obrigam os autores a aprofundar seus argumentos e a aumentar a retórica; e mais se impõe a necessidade de alianças. Na proposição de Latour, inserida no que se convencionou chamar de sociologia da tradução, para se estudar uma controvérsia é necessário desvendar como cada um desloca o argumento dos outros, construindo cadeias de tradução (*chaînes de traduction*). A tradução, neste caso, é um processo mais do que um resultado. Permite, portanto, do ponto de vista analítico, compreender os processos de troca

entre os protagonistas da controvérsia e, sobretudo, as metamorfoses discursivas que precedem a constituição das “*boîtes noires*”³.

A proposta de retórica estratégica utilizada pelos autores da sociologia da tradução para a controvérsia científica, creio, pode ser estendida para outras situações de controvérsia, notadamente, na arena pública, no contexto da construção de barragens, à medida que permite desvendar a construção e reconstrução dos argumentos.

Ao tentar pôr em prática a combinação entre a sociologia da justificação e a sociologia da tradução, em resumo, estou tentando pôr face a face as construções político-ideológicas, as construções analíticas e os sentidos sublinhados pelos atores sobre o processo de deslocamento compulsório e, na medida do possível, as interações entre estes, sobretudo entre as duas primeiras, isto é, as construções político-ideológicas e as analíticas.

Conforme mencionado, o argumento que pretendo demonstrar e sustentar é apoiado na proposição boltanskiniana: tomar a sério as narrativas dos atores. Neste caso particular, o que pude constatar é um discurso que fala de perda e de sofrimento. Trata-se de uma perda em diversos níveis que se expressa em “lamentos”. Estes, por sua vez, ritualizados na arena pública, onde o argumento se assenta na conjugação de duas variáveis interligadas: direitos e injustiça.

Ao afirmar que as análises até o momento efetuadas contornam ou deixam latente a dimensão de sofrimento presente no discurso dos atores, tomo como base tanto o meu próprio trabalho de campo quanto as inserções e depoimentos que aparecem nos textos sobre o tema, que, embora muitas vezes reforçados, não são incorporados ao discurso explicativo. Poder-se-á ver, em seqüência, como o distanciamento da dimensão do sofrimento pode ser atribuído a duas razões principais:

³ Por “boîte noire”, Latour designa as proposições científicas prontas, acabadas, fechadas, que subsumem o processo mesmo de fazer ciência.

- a) Uma de origem ideológica, que resulta de uma pré-noção (no sentido durkheimiano) que consiste em considerar o deslocamento compulsório como uma consequência inevitável do desenvolvimento; encontrada, sobretudo, nas análises apologéticas, ancoradas em noções jurídicas e políticas de “bem comum”, “desenvolvimento nacional”, etc. Tais análises, não raras vezes, aparecem atreladas, de alguma maneira, aos interesses do proponente do empreendimento e, conseqüentemente, do deslocamento compulsório;
- b) Outra de origem teórico-metodológica, que resulta dos limites que são impostos pelo estado da disciplina em cada conjuntura, no que diz respeito aos objetos de estudo hegemônicos e às abordagens teóricas disponíveis e/ou prevalentes; observável, sobretudo nos estudos mais propriamente acadêmicos, dos quais salientarei as teses e dissertações.

Algumas vezes, estas razões são interdependentes; todavia, torna-se necessário fazer uma distinção pedagógica para melhor compreendê-las. Esta distinção, por outro lado, contribui para colocar em relevo a dupla entrada conceitual sobre a qual me reportei acima, e que pode ser retraduzida na distinção entre problema público e problema teórico.

A distinção metodológica entre problema público e problema teórico é particularmente interessante para a argumentação aqui proposta, à medida que ela permite colocar em relevo um dos principais desafios que se interpõem na reflexão teórica sobre o deslocamento compulsório, que são os vieses políticos e ideológicos subjacentes às análises.

De acordo com o precedente, a argumentação deste trabalho será desenvolvida em três capítulos, visando a elucidar três proposições que me parecem fundamentais.

No capítulo I, procurarei mostrar o deslocamento compulsório como um problema público, apoiando-me, sobretudo, na distinção operada por Cefai (1996, p. 43-66), para quem

os problemas públicos só existem e se impõem como tais, à medida que envolvem definição e domínio de situações problemáticas, e, portanto, controvérsias e afrontamentos entre atores coletivos, na arena pública⁴. Com esta delimitação, procurar-se-á pôr em evidência o movimento de significação e de ressignificação que se observa em torno da noção/conceito/categoria de deslocamento compulsório, sobretudo destacando o papel do Banco Mundial na conformação da “tradução” e da constituição de uma “rede” (no sentido proposto por CALLON, 1999) em torno desta categoria.

No capítulo II, a partir da sociologia da tradução, o deslocamento compulsório será tratado como um problema teórico. Com este objetivo, analisarei as matrizes de desenvolvimento teórico do conceito, considerando tanto aquelas desenvolvidas no interior da sócio-etnologia brasileira, quanto aquelas desenvolvidas no interior de grupos acadêmicos mais diretamente vinculados às pesquisas demandadas ou relacionadas às demandas do Banco Mundial, um dos principais atores políticos deste contexto.

No capítulo III, argumentarei em favor do sentido subjetivo do deslocamento compulsório. Inspirada na matriz teórica da sociologia da justificação, objetivo realizar uma análise “situacionista”, analisando o caso específico do deslocamento compulsório provocado pela construção da hidrelétrica de Tucuruí, com ênfase nas metáforas e na ritualização da construção coletiva da dor. Metáforas e ritualização que se retraduzem na arena pública e por ela são também determinadas.

Estes capítulos são precedidos de uma explanação sobre o meu trabalho de campo e suas implicações teórico-metodológicas. Como é possível depreender, a reflexão aqui apresentada tem como base o trabalho de campo realizado em Tucuruí, e em localidades de seu entorno, pré e pós-enchimento do lago. A experiência singular deste trabalho, cujas

⁴ Cefai (1996, p. 43-66): “les problèmes publics n’existent et ne s’imposent comme tels, qu’en tant qu’ils sont des enjeux de définition et de maîtrise de situations problématiques, et donc des enjeux de controverses et d’afrontements entre acteurs collectifs dans des arènes publiques.”

vicissitudes estão descritas a seguir, e, sobretudo, a sua duração, certamente me permitiram um olhar diferenciado sobre o deslocamento compulsório como um processo social e resgatar no *continuum* do tempo a persistência de seu conteúdo.

Cabe assinalar, também, que a especificidade do caso Tucuruí, no qual puderam ser observadas, ao longo de vinte anos, três situações de deslocamento compulsório e o extravasamento da controvérsia em torno deste mesmo deslocamento para instâncias e organismos internacionais, exacerbam o sentido aqui analisado, de certo modo, desnudando o que pode ser visto nas entrelinhas de outros processos sociais descritos na literatura.

Aspectos metodológicos

A minha pesquisa em Tucuruí teve início em setembro de 1984. Trata-se de uma pesquisa de longa duração, com intervalos variados de tempo, que me permitiu acumular uma série de informações e reflexões, muitas delas já publicadas⁵. E, certamente, foram estas reflexões, mantidas através de um permanente diálogo com o “campo”, e com o próprio

⁵ Política e Sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí. In: SEWÁ FILHO (Org.) **Tenotã – Mõ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: International Rivers Network, 2005, p. 245-254.

Tempo e trajetórias: reflexões sobre representações camponesas. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S.; MANESCHY, M.C (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, 2002a, p. 235-274.

Associações Camponesas: reflexões sobre organização social e participação política. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S.; MANESCHY, M.C (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, 2002b, p. 235-274.

O desencantamento da *beira* - reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: MAGALHÃES, S. et alii.(org) **Energia na Amazônia - avaliação e perspectivas sócio-ambientais**. Belém: MPEG/UFPA/UNAMAZ, 1996, v. 2, p. 697-746.

Os Camponeses e as Hidrelétricas. In: D'INCAO, M. (org.) **Amazônia: a crise da Modernização**. Belém: Ed. do Museu Paraense Emílio Göeldi, 1994, p. 447-456.

Tucuruí, uma análise da visão do Estado sobre o Campesinato. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Göeldi/Antropologia**. Belém: Museu Paraense Emílio Göeldi, v. 8, n.1, 1992, p. 25-64.

“Passado uns tempos”. Indicadores Temporais entre um grupo de camponeses do Médio Tocantins, Amazônia. In: DIEGUES, A.C (Org.). **Populações Humanas, rios e mares da Amazônia**. São Paulo: PPCAUB/USP, 1991, p. 205-220.

Expropriação e Mobilização: a dupla face da relação entre os Grandes Projetos e a População Camponesa. In: HEBETTE, J. (Org.). **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes/FASE/NAEA, 1991, p.176-198.

Tucuruí: A Relocation Policy in Context. In: SANTOS, L.; ANDRADE, L (Org.). **Hydroelectric Dams on Brazil's Xingu River and Indigenous Peoples**. Cambridge, Massachussets: Cultural Survival, Inc., 1990, p. 105-114 [tradução de capítulo abaixo citado].

Hidrelétricas e Campesinato - uma visão sobre o 1o. Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. In: VIANNA, Aurélio (Org.). **Hidrelétricas, Ecologia e Progresso**. São Paulo: CEDI, 1990, p. 45-54.

Problemas Sócio-Ambientais das Hidrelétricas de Balbina e Tucuruí e dos Aproveitamentos Hidrelétricos Futuros da Amazônia. In: ROSA, L. P. et alii. **Planejamento Energético e Impactos Sócio-Ambientais na Amazônia**. Rio de Janeiro: Núcleo de Publicações da COPPE, 1990, p.125-129.

Exemplo Tucuruí - Uma política de relocação em contexto. In: SANTOS, L.; ANDRADE, L (Org.). **As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988, p. 111-120.

Hidrelétricas e Impacto Ambiental. In: **Boletim da Associação Brasileira de Antropologia**. São Paulo, ano 2, n. 3, 1 sem. 1987, p. 62-64.

Relocação de populações: a intervenção estatal numa operação fundiária específica. In: **Pará Desenvolvimento. A Face Social dos Grandes Projetos**. Belém: IDESP, 1986/1987, p. 34-36.

desenrolar da disciplina, que me proporcionaram a oportunidade de elaborar a reflexão aqui apresentada, de certo modo, recolocando e redimensionando as minhas próprias interpretações anteriores.

Percorre todo o trabalho uma preocupação permanente com a análise de categorias, sejam elas oriundas do discurso público, do discurso acadêmico ou dos atores, mantendo uma busca incessante pelo sentido vivenciado.

1 - A experiência etnográfica

No que diz respeito ao trabalho de campo realizado, torna-se necessário dar relevo a duas questões que me parecem metodologicamente cruciais: a primeira diz respeito à dimensão temporal e espacial do trabalho de campo realizado; e a segunda, intimamente vinculada à primeira, diz respeito à minha inserção social e profissional em campo e aos laços que estabeleci ao longo do tempo de pesquisa.

Certamente, estas questões ganham relevo não apenas pelo estatuto que tem a etnografia no interior da Antropologia, mas, sobretudo, pelo peso que desempenha a forma como foi desenvolvido o trabalho de campo na formulação do meu problema de investigação e pelas influências que as circunstâncias deste trabalho desempenham sobre as minhas próprias interpretações.

Neste sentido, estou partindo do pressuposto clássico de constituição da Antropologia no século 20, salientado por Peirano (1995, p. 44-45), que consiste no reconhecimento de que se, por um lado, a pesquisa de campo é constitutiva da disciplina, não há cânones nem modelos para se ensinar a fazê-la. Há, no máximo, algumas rotinas comuns e uma espécie de tipo ideal que serve de inspiração. A experiência etnográfica, todavia,

depende de fatores pessoais e sociais não definidos e nem controlados *a priori*, tais como: a história de vida do pesquisador, as vicissitudes do dia-a-dia da pesquisa, os processos sócio-históricos mais amplos, as hegemonias teóricas de determinadas conjunturas e outras situações imprevisíveis (PEIRANO, 1995, p. 45). Se isso pode ser tomado como pressuposto, segue-se que o trabalho de campo não pode ser visto como resultado apenas da capacidade intelectual e da formação técnica do pesquisador: o trabalho de campo é, sobretudo, uma experiência pessoal; o “fato etnográfico” suporta a própria história e constituição da disciplina; e a manifestação máxima da prática antropológica é a monografia (Ibid., p. 146-147). Esta, um produto, por si mesmo, incompleto, inacabado, sempre pronto a revisitas e releituras. Podendo-se, concluir, pois, que a boa etnografia resiste ao tempo e está sempre a se oferecer para novas interpretações.

1.1. A dimensão temporal e espacial do trabalho de campo

A despeito da desconstrução realizada por Stocking Jr. (1992) sobre o papel mitológico do etnógrafo construído por Malinowski, não se pode deixar de reconhecer que, até meados dos anos 70 do século XX, se legitimou um perfil de antropólogo que, *mutatis mutandis*, se caracteriza pela experiência de campo: “os homens de carne e osso” buscados por um pesquisador solitário que depende de um longo período de tempo para desvendá-los. Clifford chama a atenção para o fato de que desde

meados da década de 30 já se pode falar de um consenso internacional em desenvolvimento: as abstrações antropológicas, para serem válidas, deviam estar baseadas, sempre que possível, em descrições culturais intensivas feitas por acadêmicos qualificados. Neste momento, o novo estilo havia se tornado popular, sendo institucionalizado e materializado em práticas textuais específicas (CLIFFORD, 1998, p. 21).

No âmbito de um contexto pós-colonial e da emergência de outras leituras e interpretações sobre dados etnográficos⁶, diversas discussões interpuseram - se, pondo em relevo controvérsias que vão desde o “presente etnográfico” das monografias, passam pelas intersubjetividades do “encontro etnográfico” e alcançam até a própria “autoridade etnográfica”⁷. É, pois, desta fase contestatória, que ganha corpo a partir dos anos 70, que emergem as reflexões sobre o monólogo autoral, sem fissuras nem contradições, que informou o tipo ideal monográfico. Na ausência de fissuras e contradições, o monólogo autoral permitia silenciar também sobre as implicações do tempo e do espaço, fazendo sucumbir tanto a interpretação quanto a narrativa ao presente etnográfico e à noção totalizadora de grupo. No entanto, assim como há clássicas monografias sobre um lugar e um povo, como os Tapirapé de Baldus, que desde a década de 30 permanecem em um mesmo lugar, há outras sobre um povo e diversos lugares, como o são os lugares dos Nuer que se dispersavam em longas caminhadas e separações, que levavam Evans-Pritchard ao esgotamento. Ou os trobriandeses, que em várias ilhas intercambiavam presentes e celebrizaram o *potlatch*. Na atualidade, também a alusão às dimensões temporais e espaciais ainda parecem naturalmente vinculadas a uma espécie de necessidade intrínseca da construção etnográfica e, especialmente, da autoridade etnográfica. No meu trabalho, é necessário explicitar a temporalidade e a espacialidade do campo e submetê-las à análise.

⁶ Ver a exemplar polêmica entre Marshall Sahlins e Gananath Obeyesekere sobre a interpretação do pensamento havaiano a respeito do capitão Cook e a relação deste pensamento com o deus Lono, cf. Silva (2002).

⁷ No caso da discussão sobre a autoridade etnográfica, resvalando para questões de cunho ético-moral, ver Geertz (2002b), a propósito da polêmica protagonizada por Napoleon Chagnon e Patrick Tierney a respeito dos Yanomami. Afirma aquele autor: “o problema era que os ‘antros’ concebiam o objeto de seus estudos não como um povo, mas como população; os ianomâmis [sic] eram um grupo de controle de uma pesquisa centrada em outro lugar”.

1.2. A minha experiência de “tempo e espaço” no trabalho de campo

O meu interesse pelo estudo dos processos sociais desencadeados com a construção de barragens é anterior ao meu trabalho em Tucuruí. De fato, inscreve-se em minha biografia, em termos profissionais, a partir de 1972. Desde então, sob diversas formas, inclusive vínculo empregatício, estive ora vivendo, ora criando interrogações que diziam respeito àquele contexto. Mais especificamente, a partir de 1979, decidi realizar uma pesquisa sistemática sobre a denominada “população afluyente” ao território da grande barragem. Em 1980, pois, comecei a minha experiência etnográfica: realizar a etnografia da Vila São Joaquim, na Barragem de Sobradinho, rio São Francisco, na fronteira dos Estados de Bahia e Pernambuco.

Este primeiro trabalho resultou em minha dissertação de mestrado (MAGALHÃES, 1983) e no início de uma outra pesquisa com populações deslocadas compulsoriamente e identificadas sob aquela rubrica de “população afluyente”, na própria Vila São Joaquim. Isto significa dizer que, desde aquela época, defrontava-me com grupos sociais distintos, com identidades remarcadas, dispostos em um mesmo espaço.

No final dos anos 70/início dos anos 80, estavam em construção (em fases distintas) a Barragem de Itaparica, complementar ao Complexo de Barragens de Paulo Afonso e a Barragem de Xingó, ambas no rio São Francisco, a cerca de 600 km distantes de Sobradinho. Inicialmente, por motivos pessoais e, depois, por interesse científico, passei a freqüentar esta região e a realizar registros sobre o deslocamento compulsório provocado pela construção de Itaparica e a ser efetuado em Xingó. Tratava-se, neste caso, mais de uma curiosidade etnográfica do que de uma estratégia de pesquisa deliberada. Mas o fato é que fui construindo um conhecimento próprio, inclusive de inter-relação e interação com grupos e

organizações solidários às reivindicações daquelas populações. Reivindicações que àquela época apenas se esboçavam. Estas e outras circunstâncias contribuíram, ademais, para a minha iniciação ao jargão do setor elétrico e, sobretudo, para a percepção das diversas formas de interpretação sobre o acontecimento vivido. Transitar entre o mundo dos trabalhadores da barragem, de médio e alto escalão, o mundo do (literalmente) exército de reserva que se forma em torno das atividades de construção e operação da barragem e o mundo dos expropriados – deslocados compulsoriamente sob a chancela da empresa estatal ou não – significava não apenas transitar entre espaços diferenciados, mas, entre leituras e – sobretudo – entre efeitos diferenciados. De pronto, as percepções materializavam-se na euforia desenvolvimentista da seqüência de construção de barragens para os trabalhadores – inclusive para os de reserva – e na perplexidade e na dor para os expropriados. Neste caso, especialmente os moradores da beira do rio, eternizados na literatura como os barranqueiros do rio São Francisco, cujas carrancas não foram suficientes para afastar os “maus espíritos” que os expulsaram.

Tucuruí inscreve-se, do ponto de vista do setor elétrico e dos trabalhadores, naquela seqüência desenvolvimentista. Para os expropriados, inscreve-se na experiência dramática do espaço físico-social submerso; na continuidade ou, até certo ponto, na construção de um movimento social que desembocaria nos anos 80 na criação do Movimento de Expropriados de Tucuruí (MAGALHÃES, 1988, 1991b), e, nos anos 90, na criação do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens (MAB) (MAGALHÃES, 1990b). Na minha trajetória, inscreve-se como o meu novo campo e, de fato, uma artimanha do acaso.

Acasos, acasos na construção das trajetórias intelectuais e profissionais... Já se consagraram os acasos de Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro (PEIRANO, 1995, p. 119-133), o acaso da guerra para Malinowski... Com uma certa ousadia, ao considerar a comparação com a evocação precedente, Tucuruí é também para mim uma artimanha do acaso. Em pleno desenvolvimento de meu trabalho de campo nas barragens do São Francisco, por motivos

peçoais, em 1981, fiz uma viagem a Belém, a Tucuruí, às antigas vilas – hoje inundadas – de Breu Branco e Pucuruí e à Terra Indígena Parakanã, àquela época em processo de redemarcação, em consequência, mesmo, da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Em 1984, obtive bolsa de Desenvolvimento Científico e Regional do CNPq, através do então Departamento de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Göeldi, para realizar o meu primeiro projeto de pesquisa: Tucuruí e a Construção da Usina Hidrelétrica (MAGALHÃES, 1985). Deste ponto, define-se a minha experiência etnográfica em Tucuruí.

1.3. A primeira viagem de campo e os destinos da pesquisa

Setembro de 1984. Viagem exploratória a Tucuruí, com previsão de duas semanas, para definir o local onde faria a minha etnografia. Àquela época, as distâncias alargavam-se graças à inexistência da malha rodoviária e à interrupção da navegação, já, então, provocada pelo fechamento das comportas para enchimento do lago desde maio de 1984. O acesso a notícias era extremamente restrito. Tucuruí, neste contexto, era para mim a denominação de toda a área em torno da barragem, onde eu esperava encontrar as vilas que abrigariam a população deslocada compulsoriamente. O modelo que informava a minha expectativa era Sobradinho e Itaparica, no qual acabou sendo predominante a construção de “vila por vila na beira do lago”⁸. Na bagagem, além dos tradicionais rede, mosqueteiro, gravador, máquina fotográfica e cadernos, nomes de técnicos e suas famílias que conhecera em Sobradinho e que ocupavam cargos de direção em Tucuruí. Através de dois desses técnicos, tive imediato acesso a diversas informações sobre a obra que, por eles, me foram prestadas com entusiasmo e riqueza de detalhes, bem como tive acesso ao então chamado

⁸ Sobre o deslocamento compulsório para a construção da barragem de Sobradinho, ver as monografias realizadas por Daou (1989) e Martins-Costa (1989).

Serviço de Patrimônio Imobiliário (SPI) das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE), responsável por todo o processo de transferência compulsória, desde a identificação das famílias até a negociação para indenização e deslocamento. No território da obra, acampamento e escritórios, vivia-se um clima de euforia marcado pelo enchimento do lago, pela inauguração que se aproximava e que contaria com a presença do presidente da República e vários outros motivos que os técnicos encontram para se orgulhar da obra, como resultado do esforço - que acreditam coletivo - de construção. O acesso ao SPI resultou insuspeitadamente produtivo – um desses momentos mágicos que se vive em campo. Obtive um mapa com a área de inundação, no qual estavam plotadas algumas vilas inundadas e algumas áreas que seriam utilizadas para deslocamento; cópia do Termo de Expropriação utilizado pela ELETRONORTE para proceder ao deslocamento dos moradores das áreas inundadas; e - bingo! - a notícia de que havia “um grupo” que estava “acampado” na sede do município de Tucuruí.

Toda a minha inserção em campo e desdobramento do trabalho podem ser creditados, pois, à minha trajetória de pesquisa em Sobradinho e, por acréscimo, em Itaparica e Xingó, e à obtenção daquele mapa.

1.4. O primeiro encontro

De posse do material recebido no SPI, dirigi-me à sede do município de Tucuruí à procura do “grupo” acampado. Em uma rua, à época, secundária, no trecho de uma via que ligava a sede do município à vila operária do acampamento, descortinavam-se as barraquinhas, cobertas por lonas e plásticos de cores diversas, nas quais um amontoado de

peessoas – homens, mulheres, crianças, jovens, idosos – permanecia há mais de trinta dias, em sua maioria à espera de uma resposta da empresa sobre a situação de sua transferência e/ou de sua indenização. A dramaticidade da situação é impossível de reproduzir, mas é impossível esquecer quase uma centena de olhares a me fixar. Vi, imediatamente, que na porta de uma casa ao lado do acampamento havia algumas pessoas com aparência ao mesmo tempo urbana e inquiridora. Tratava-se de uma espécie de quartel-general, no qual estavam alguns mediadores e representantes do já constituído Movimento de Expropriados de Tucuruí.

Apresentação de rotina para trabalhos antropológicos: nome, pesquisa, objetivos, a importância do que eles poderiam me ensinar, etc. Menciono Sobradinho. Sem saber, havia fornecido a primeira senha para adquirir meu passaporte: entre os mediadores, havia uma enviada da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que trabalhava em Itaparica e havia ouvido falar positivamente do meu trabalho em Sobradinho.

Conversa iniciada, informações pululando, resolvo abrir o mapa que acabara de obter, para me localizar. Segunda e definitiva senha: em meio às incertezas da transferência e ao conflito que se instaurara na relação com a empresa, todas aquelas pessoas – mediadores, lideranças e acampados - não tinham qualquer informação quer sobre a área inundada, quer sobre os prazos em que receberiam casa, lote, etc., quer sobre o andamento dos chamados “processos” instaurados pela empresa. O meu mapa e as informações que acabara de receber no SPI eram uma preciosidade, cujo valor, tanto para mim quanto para eles, somente muito tempo depois pude avaliar. Resumindo: o mapa inaugurou um sistema de prestações e contra-prestações de informações, no melhor estilo maussiano, que foi se enriquecendo ao longo do tempo e perdura até hoje.

E a minha etnografia? – Naquele momento, não havia vilas, loteamentos, não havia lugar definido e definitivo. Havia a inundação em curso e apenas um lugar: o acampamento – provisório, precário, sofrido. Naquele lugar, amontoavam-se as histórias de

vida, os passados, as identidades, em uma espécie de caos que somente as grandes tragédias vê-se provocar.

Impôs-se um outro roteiro de trabalho, desta feita marcado pelas necessidades advindas do “meu novo grupo” – os acampados de Tucuruí. Estes, conformando um grupo específico criado pelas circunstâncias do deslocamento compulsório e marcado pela provisoriedade. O estudo do acampamento e do próprio movimento de Expropriados surge, pois, porque este era o interesse deles. Guardadas as devidas proporções, posso parafrasear Evans-Pritchard (*apud* PEIRANO, 1995, p. 44), quando afirma que “[...] não tinha interesse por bruxaria quando fui para a terra Zande, mas os Azande tinham; de forma que tive de me deixar guiar por eles”.

O encontro etnográfico a partir do acampamento, por seu turno, implicou pesquisar em três tipos de espaços diferenciados:

a) aqueles referentes ao passado;

b) os espaços que vieram a se constituir a partir de 1985 quando, de um modo ou de outro, começou a se consolidar uma política de transferência da empresa; isto é, os loteamentos rurais e as novas vilas implantadas para abrigar a população compulsoriamente deslocada, principalmente: os Loteamentos rio Moju, Parakanã e Tuerê; as vilas de Breu Branco e Novo Repartimento;

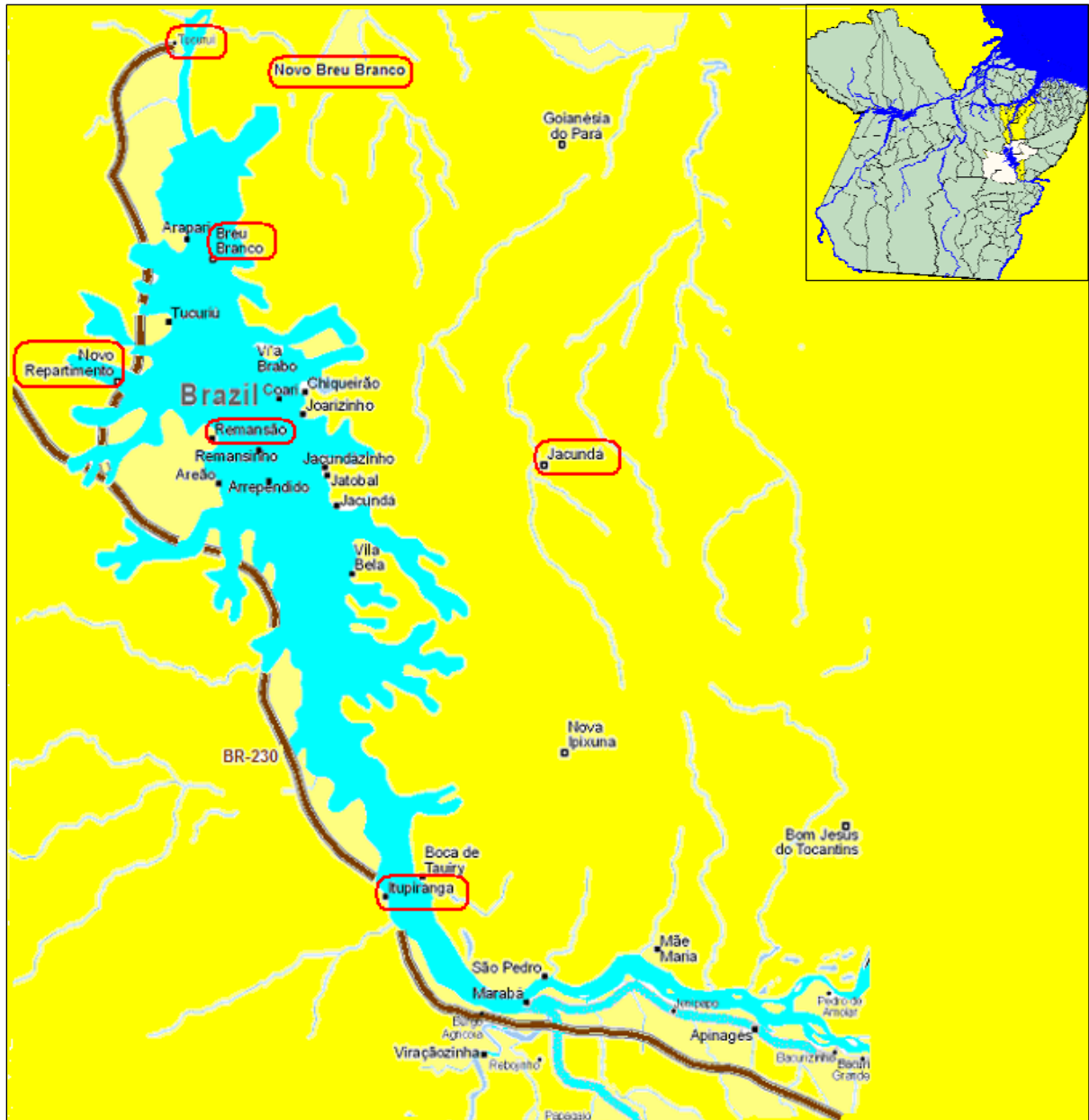
c) aqueles que se constituíram a partir de 1990 como o foram as ilhas surgidas no interior do lago.

No mapa, a seguir, estão assinalados os diversos lugares em que essa pesquisa foi realizada. Cabe, particularmente, chamar a atenção, por um lado, para uma espécie de diáspora que se inaugurou com a transferência compulsória em Tucuruí: uma sucessão de deslocamentos e de trocas espaciais que os grupos previamente constituídos ou que se constituíram após a barragem passaram a realizar. E, por outro lado, para a construção e a co-

existência de identidades. A identidade de “expropriado” e outras construídas ao longo do tempo, a rigor, recobrem uma série de especificidades encontráveis apenas na empiria do lugar, e na dupla condição de camponês e morador. É como “morador do Breu”, “colono do Moju”, “morador das ilhas”, etc, que se pode recuperar e interpretar o sentido da experiência de deslocamento compulsório, é como camponês que se pode buscar o sentido da construção das reivindicações, mas é como “expropriado”, que estes moradores se interpõem ao Estado como atores do processo que vivenciam. Esta aparente tensão que se manifesta na coexistência de diversas identidades é decorrente, pois, tanto da situação desencadeada com o deslocamento compulsório, quanto do nível de análise que busco empreender. De fato, a desestruturação física do território advinda da inundação e as reestruturações sociais advindas das próprias transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que têm lugar neste contexto, provocam, elas mesmas, um processo de construção e reconstrução de múltiplas identidades.

Mapa 1

TRABALHO DE CAMPO – Localização



Fonte: elaborado por MAGALHÃES, S. sobre as bases cartográficas: SIGIEP (2002) e Maps to Everywhere. Disponível em: <http://www.multimap.com>. Acesso em: 22 de setembro de 2004.

1.5. “Encontrando Taso, me descobrindo”

O título acima, como se sabe, pertence ao célebre trabalho de Mintz (1984), no qual se escancara a importância da convivência e da afetividade para a descoberta dos significados⁹. Em Nova Luz sobre a Antropologia, Geertz (2001, p. 45), por sua vez, declara:

A característica mais marcante do trabalho de campo antropológico como forma de conduta é que ele não permite qualquer separação significativa das esferas ocupacional e extra-ocupacional da vida. Ao contrário, ele obriga a essa fusão. Devemos encontrar amigos entre os informantes e informantes entre os amigos.

Aliás, Geertz aborda esta questão em um outro texto, no qual questiona a empatia malinowskiana, quase esbravejando:

o truque é não se deixar envolver por nenhum tipo de empatia espiritual interna com seus informantes. Como qualquer um de nós, eles também preferem considerar suas almas como suas, e, de qualquer maneira, não vão estar muito interessados neste tipo de exercício. O que é importante é descobrir que diabos eles acham que estão fazendo (GEERTZ, 2002a, p. 88-89).

Cada vez mais estou convencida de que para “descobrir que diabos eles estão fazendo” tenho que fazer também. E, esta não é uma atitude mecânica ou desprovida de valor, conforme já apontavam, por caminhos diversos, os clássicos fundadores da sociologia Weber e Marx. É desta perspectiva, pois, que me coloquei ao longo do tempo como interlocutora para as questões referentes ao deslocamento compulsório, procurando desvendar sempre o ponto de vista do “nativo”. Nesta condição, transformei também em espaço de campo as diversas reuniões, encontros, seminários protagonizados por lideranças do Movimento de Expropriados ou pelo Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens. E, tenho como

⁹ A propósito, ver o interessante trabalho de Rojo (2003) sobre a sua vida amorosa e sexual em campo, potencializadora do acesso à comunidade e aos significados.

hipótese, certamente pretensiosa, que é este entendimento antropológico do ponto de vista do “outro” que tem legitimado o convite e/ou indicação, por parte dos próprios expropriados/atingidos, para a minha interlocução.

Como mencionado anteriormente, o episódio do mapa deu-me a senha para a obtenção do passaporte, mas a conservação da posse do mesmo já é resultado de outras circunstâncias e de outras mediações. Circunstâncias e mediações cuja origem talvez possa ser encontrada também em 1984, por ocasião do Encontro Tucuruí, quando, pela primeira vez, fui convidada e de certo modo testada para o papel que começava a ser a mim (e a outros, claro) atribuído.

1.6. O Encontro Tucuruí¹⁰ e a visibilidade de minha inserção

O Encontro Tucuruí foi a primeira manifestação pública promovida pelos camponeses, que contou – explicitamente - com a participação de outros grupos sociais e/ou de outros atores externos àquele mundo camponês. Inscreve-se, pois, em uma série de ações imbricadas no processo de reivindicação capitaneado pelos grupos camponeses e pode ser visto como o coroamento de uma série de acampamentos, ou de manifestações públicas iniciadas em 1982, mas que, até aquele momento, eram circunscritas aos limites locais, do ponto de vista físico e social. Isto é, restringiam-se a concentrações em frente da ELETRONORTE e sem a participação de atores externos àquele contexto¹¹.

¹⁰ Para uma análise mais detida do Encontro Tucuruí, ver Magalhães (2003a).

¹¹ Em duas ocasiões anteriores, de 8 a 11 de setembro de 1982 e de 15 a 20 de abril de 1983, haviam sido realizados acampamentos em frente ao Escritório da ELETRONORTE.

Realizado nos dias 30, 31 de outubro e 01 de novembro de 1984, o Encontro Tucuruí contou, oficialmente, com a “promoção” da Ordem dos Advogados do Brasil [OAB]-Seção Pará, da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos [SDDH/Pará] e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura [CONTAG]. Foram convidados para participar, das mesas realizadas, representantes de instituições de pesquisa - Museu Paraense Emílio Göeldi e Universidade Federal do Pará; representantes do governo federal em diversas instâncias afetas à questão – Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e Superintendência de Combate à Malária (SUCAM); representantes de diversos órgãos do governo estadual – Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Estado do Pará (IDESP), Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Secretaria de Planejamento do Estado do Pará (SEPLAN), além de representantes municipais, como o prefeito de Tucuruí, vereadores. E, representantes da ELETRONORTE – de Tucuruí e de Brasília.

Este foi o primeiro encontro organizado, publicamente, com a participação/promoção de atores externos, com o expresse propósito de chamar a atenção da sociedade de Tucuruí e de Belém e de segmentos da sociedade nacional não só para a questão do deslocamento compulsório, mas também para a questão indígena e para o autoritarismo que caracterizava toda a atuação da empresa, especialmente naquela conjuntura de ditadura militar.

Buscou-se uma ampla divulgação dos acontecimentos seja nos jornais impressos de Belém, seja com o envio de matérias para jornais de fora do estado, através da assessoria da CONTAG, que tinha acesso a correspondentes de jornais de São Paulo e Pernambuco (sede da direção da CONTAG, na época). Em nível local, foram afixados faixas e cartazes por logradouros da cidade e, principalmente, se conseguiu que o Encontro fosse realizado no maior e mais visível local público da cidade – o cine-clubes Tucuruí. Este, um amplo salão

semi-oval, com um mezanino que o circunda em formato de meia-lua, com capacidade total para abrigar 300 a 400 pessoas. A realização deste encontro, pois, facultou a ampliação da visibilidade da minha participação para um grande número de “expropriados” e, pude constatar posteriormente, facultou a minha identificação como “aliada”.

Os pesquisadores e demais palestrantes presentes ao encontro conferiam reconhecimento à legitimidade da luta e das reivindicações – ELETRONORTE, FUNAI E GETAT não compareceram - afinal, estávamos todos os convidados presentes¹². A nossa participação podia ser lida como indicativa do reconhecimento institucional de organismos públicos de âmbito federal e estadual. Por seu turno, os diversos grupos de “moradores”, assumindo a identidade coletiva de “expropriados”, construíram a sua primeira pauta unificada de reivindicações:

- Lotes rurais de 100 ha, com casa, poço com água e desmatamento em áreas não inundáveis;
- Abertura de estradas vicinais;
- Titulação dos lotes urbanos e rurais com as suas respectivas benfeitorias;
- Energia elétrica e água para as vilas urbanas;
- Pagamento de dois anos de perda da produção agrícola.

Para além, todavia, da construção da minha identidade pelo grupo, o Encontro Tucuruí inaugurou um outro espaço de pesquisa, que seria doravante por mim perseguido e que veio se somar aos outros três anteriormente mencionados. Tratava-se aqui, pois, de ver os eventos como significativos: “ao pesquisador cabe apenas a sensibilidade de detectar o que são, e quais são, os eventos especiais para os nativos” (PEIRANO, 2002, p. 9). Desse ponto de vista, eventos marcam mudanças e “mudam os atores envolvidos: não é possível falar de um mesmo conjunto de atores antes e depois dos eventos - todos se transformaram na

¹² Participei do referido Encontro como representante do Museu Paraense Emílio Göeldi, à época vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

temporalidade que vai do antes ao depois”. Em outras palavras, um evento traz como consequência o fato de que os participantes foram alterados por ele (Ibid., 2000, p. 4).

Deste modo, todos estes espaços tomados como “lugares” nos quais realizei a minha pesquisa de campo foram considerados e analisados numa perspectiva etnográfica. Perspectiva para a qual, no caso aqui tratado, a temporalidade e a espacialidade parecem ser fundamento e requisito para, por um lado, proceder à interpretação do sentido da transformação que se verifica com o deslocamento compulsório. E, por outro, porque, conforme já assinalou Oliveira Filho (1999, p. 60-95), nas situações etnográficas em que é necessário reconstituir redes sociais mais abrangentes, bem como recuperar múltiplos contextos, o eixo cronológico assume papel fundamental, “pois normas, crenças e expectativas devem ser abordadas em uma análise genética que as trate como fatos sociais em constituição, e não como simples atualização de códigos anteriores”¹³ (Ibid., p. 68).

1.7. O eixo cronológico e as situações etnográficas

Ao longo do meu trabalho de campo, posso divisar cinco situações etnográficas cronologicamente demarcadas:

- a) De 1984 a 1988 – marcada pelo caráter exploratório da pesquisa, voltado tanto para o conhecimento da realidade amazônica, quanto para o conhecimento daquela área e da região em particular, e, sobretudo, pela entrada naquele mundo recentemente criado: no mundo dos expropriados e no mundo recentemente destruído dos

¹³ A este diálogo implícito de Oliveira Filho com Sahlins, é necessária uma observação: os códigos anteriores, sem a rigidez do esquema interpretativo de Sahlins, podem ser vistos como esquemas de inteligibilidade dos novos acontecimentos e podem ser por eles transformados.

moradores. Nesta fase, o trabalho de campo foi marcado, acentuadamente, pela conjugação dos espaços referentes à atuação do movimento social (o espaço político, por excelência) e aqueles referentes à reconstituição do passado anterior à construção;

- b) De 1989 a 1992 – marcada pelo trabalho mais propriamente etnográfico nas localidades de Breu Branco, Loteamento Rural rio Moju e Novo Repartimento, tentando buscar o sentido mesmo da construção e reconstrução sociais no rastro ou simultaneamente ao acontecimento;
- c) De 1993 a 1997 – caracterizada por “incursões” etnográficas às Ilhas do lago, notadamente o trecho do rio Caraipé e da margem direita do rio Tocantins próxima à localidade de Breu Branco; à Santa Tereza do Tauiry e à sede do município de Jacundá. Neste dois últimos, buscando também reconstruir a trajetória de moradores que se tornaram importantes líderes não apenas no âmbito do movimento social, mas também no espectro partidário municipal e estadual;
- d) De 1997 a 2002 – caracterizada pela ênfase no estudo das articulações do movimento social local com o movimento nacional e com outras instâncias políticas. A partir de 2000, esta fase começa a ser marcada pela pesquisa voltada para a percepção e construção social dos efeitos de construção da segunda etapa da barragem.
- e) De 2004 a 2006 - em junho de 2004, especialmente, acompanhei a realização de um “acampamento” instalado no interior da vila residencial da ELETRONORTE, onde se localiza o escritório da diretoria local; em 2006, tentei localizar alguns dos moradores de Breu

Branco e Tucuruí, buscando encontrar possíveis recontextualizações do discurso sobre a dor e o sofrimento.

Neste sentido, é que afirmei anteriormente que embora o tempo não seja o eixo central da minha análise, desempenha para ela um marco importante. E isto, tanto devido às situações etnográficas acima descritas quanto pela situação vivenciada de rompimento e descontinuidade das noções locais de tempo. Como já assinalado, por exemplo, para comunidades rurais que viveram o rompimento e as transformações provocadas pela situação de guerra¹⁴, e como tentei demonstrar em trabalhos anteriores (MAGALHÃES, 1991a, 2002a), o grau, a força e a violência da transformação incidem sobre as categorias de tempo, unificando experiências desconexas em temporalidades únicas. Zonabend (1980), por caminhos diversos do que efetuei, também concluiu pela existência de uma dicotomia entre o antes e o depois do corte temporal coletivo que se verificou na comunidade de Minot, após a Segunda Grande Guerra.

A longa duração da pesquisa tem seus riscos, evidentemente. Riscos que vão desde a excessiva “familiarização”, que pode obstaculizar o estranhamento requerido pelo entendimento etnográfico até a profusão de dados e artigos publicados pelo autor sobre o mesmo caso. Tento acalentar-me, confiando nas grandes experiências etnográficas. Tento acautelar-me, um pouco, com a própria Zonabend, quando destaca que “o tempo, com efeito, permite considerar os níveis mais profundos da representação do cotidiano, permite descobrir o significativo daquilo que aparentemente é insignificante e decodificar aquilo que é pouco visível” (Ibid., p. 9, tradução nossa). Ou quando demonstra, através de seu próprio trabalho, e de sua equipe, que a profusão de textos produzidos no calor da investigação não têm a profundidade que somente a análise do todo e o distanciamento espaço-temporal facultam ao

¹⁴ Ver trabalho de Zonabend (Ibid.) e suas excelentes contribuições para uma reflexão sobre as várias noções de tempo que se interpenetram em situações de intensa transformação social.

pesquisador. Mas, tento, sobretudo, acalentar-me com a historiografia da disciplina, na qual se pode acompanhar a perenidade da etnografia e a temporariedade das explicações teóricas. E com os grandes antropólogos, que estão sempre a visitar e encontrar fôlego teórico em seus velhos cadernos de campo. Como observa Peirano (1995, p. 146-147), são as boas etnografias que fazem caminhar a teoria, porque se prestam a novas interpretações.

Por fim, ainda no que diz respeito à relação entre tempo e inserção, impõe-se uma outra consideração. Não há como duvidar de que, ainda hoje, é considerado como um dos maiores problemas metodológicos da análise dos fatos políticos deixar de lado ou o tom de aliado ou o tom de adversário¹⁵. O que, no fundo, significa dizer que há um paradigma cientificista ou baconiano a informar um certo discurso ou uma certa expectativa científica. Neste quadro, creio que a perspectiva hermenêutica possa contribuir para alargar a experiência etnográfica, introduzindo um novo modo de pensar e fazer etnografia dos fatos políticos.

De acordo com Cardoso de Oliveira (1997, p. 13-24) a “fusão de horizontes”, proposta na filosofia hermenêutica de Gadamer e de Ricoeur, “implica que na penetração do horizonte do outro, não abdicamos de nosso próprio horizonte. Assumimos nossos preconceitos” (Ibid., p. 21). Ou seja, é condição do próprio saber a inclusão do horizonte do pesquisador assim como do pesquisado e, sobretudo, a interconexão entre campos semânticos distintos (QUERÉ, 2002). Poder-se-ia completar: cabe ao pesquisador, sob inspiração da hermenêutica, abrir-se para o horizonte do outro, consciente de seu próprio universo cultural e da influência deste sobre a sua leitura dos fatos e representações. Não se trata, pois, nem de uma interpretação a partir do modelo do pesquisador, nem de uma transposição do modelo do nativo. Trata-se de uma compreensão, que pressupõe uma relação dialógica, mas que é diversa daquela fornecida pelo modelo nativo.

¹⁵ Ver, a propósito das armadilhas inerentes ao próprio método antropológico, Cardoso (1986, p. 95-105); e sobre os interessantes aportes de Weber, Magalhães (2003b).

Levando a perspectiva hermenêutica moderna às últimas conseqüências, Geertz propõe o que chama de “descrição densa” – uma descrição na qual são prevaletentes as significações e para a qual é necessário “contextualizar” (GEERTZ, 1989). Ora, este “contextualizar” a que se refere Geertz parece ser, de fato, o velho círculo hermenêutico que, basicamente, consiste em compreender duplamente: “previamente compreender o assunto e a situação antes de entrar no horizonte de seu significado. Só quando consegue meter-se no círculo mágico do seu horizonte é que o intérprete consegue compreender o seu significado” (PALMER, 1986, p. 35).

Trata-se, pois, de dois tipos de compreensão indissociáveis e interconectáveis, que abarcam a dimensão simbólica e o seu significado no interior de um determinado contexto. Por outro lado, este duplo movimento de compreensão conduz à interpretação propriamente dita, que é, de fato, uma interpretação possível, uma versão sobre a realidade analisada, que Geertz chama de “ficção”. No sentido de que não é a única verdade, mas uma verdade possível, aceitável, mas, sobretudo, intersubjetiva. Espero, com este trabalho de tese, poder apresentar uma interpretação possível do sentido vivido em uma situação de deslocamento compulsório.

Capítulo I – O deslocamento compulsório como problema público

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (1997) – *As of January 1997, there were, according to the United Nations High Commissioner for Refugees, 13,200,000 refugees; 3,075,000 persons in refugee-like situations; 3 and around 20 million internally displaced persons worldwide*¹⁶.

Véronique Lassailly-Jacob, géographe au CNRS et Centre d'Études Africaines/EHESS (1999) – *À l'heure où près d'un million de Kosovars ont été contraints à l'exil, à l'heure aussi où le barrage des 3 Gorges sur le Yangtsé exige l'évacuation de 2 millions de Chinois, ces déracinements massifs doivent retenir l'attention de la communauté scientifique. On connaît trop ces tragédies par l'intermédiaire des médias et des humanitaires*¹⁷.

Comissão Mundial de Barragens (2000a) – *entre 40 e 80 milhões de pessoas foram compulsoriamente deslocadas pela construção de cerca de 45 mil barragens construídas no mundo, a partir dos anos 50.*

Michael Cernea, Banco Mundial (2000, p. 2) – *According to recent statistics, there are some 30 million refugees and persons in refugee-like situations in the world. Also contrary to expectations, development programs that are supposed to widely improve living standards have also brought, under the wings of progress, the forced displacement of millions and millions of poor and vulnerable people in many of the world's developing countries, inducing impoverishment and hardships. The number of persons involuntarily displaced and resettled by infrastructural development projects during the last 10 years is between 90 and 100 million*¹⁸.

ONU/Comissão de Direitos Humanos (2004, p. 6) – *les déplacements internes étaient un phénomène mondial qui touchait quelque 25 millions de personnes dans 50 pays sur tous les continents.*

Marina Julienne, jornalista (2004) – *Le monde comptait pourtant plus de 25 millions d'«écoréfugiés» en 1998, un chiffre plus élevé que celui des gens fuyant un conflit (23 millions), affirme le rapport 2001 du Fonds des Nations Unies pour la population. Ces gens quittent leur maison, parfois leur pays, à cause de catastrophes provoquées par la nature... et par l'homme: le nuage radioactif de Tchernobyl, les inondations près du barrage des Trois Gorges en Chine, la submersion annoncée de l'archipel de Tuvalu en Polynésie, la désertification du Sahel, pour ne prendre que quelques exemples majeurs.*

Movimento dos Atingidos por Barragens/Brasil (2005) – *Um milhão de pessoas já foram expulsas de suas terras pelas barragens; 3,4 milhões de hectares de terras alagadas*¹⁹.

¹⁶ *Apud* KIBREAB, Gaim (2000, p. 294)

¹⁷ In: IRD - ACTUALITÉS > DOSSIERS DE PRESSE. Disponível em: <http://www.ird.fr/fr/actualites/dossiers/populations.htm>. Acesso em: 17 de abril 2005.

¹⁸ In: CERNEA; MCDOWELL (2000, p. II)

¹⁹ In: MAB, 14 de março de 2005.

Os números sobre as pessoas submetidas a processos de deslocamento compulsório são imensos; os parâmetros são diversos; as denominações são variadas. Os extratos de textos, acima, têm o propósito de evidenciar esta multiplicidade de enfoques e contabilidades. Evidentemente, os números não são exatos e variam de acordo com a fonte. Mas, embora não o sejam, fornecem uma idéia de grandeza e, sobretudo, revelam que são objeto de disputa e controvérsia. As diversas classificações – deslocamento interno, deslocamento-reassentamento, deslocamento massivo, atingido, eco-refugiado²⁰ – por seu turno, apontam para diversos atores que intervêm na arena pública para conformar o problema e a dimensão do problema. Desta perspectiva, um problema público.

I.1. A distinção problema público e problema teórico

Como assinali na introdução, a distinção entre problema teórico e problema público é uma distinção metodológica; distinção, no caso aqui tratado, necessária para permitir uma análise que ponha a nu a *boîte noire* do deslocamento compulsório, ou, mais explicitamente as diversas injunções sociais e políticas que cercam o conceito. E, para isto, comecemos por interrogar o modo de existência dos problemas públicos.

De acordo com Cefai e Pasquier (2003, p. 13-59), a palavra público remete a contextos diversos, ao assumir a sua forma substantiva ou adjetiva. Como adjetivo²¹, ela qualifica os múltiplos registros de experiências e atividades, colocando à prova a semântica

²⁰ Não existe nos dicionários de língua portuguesa o vocábulo eco-refugiado. Pode-se supor, pelo modo como é grafado ecossistema, que a grafia correta seria ecorrefugiado. Mantive, entretanto, a tradução literal do francês “éco-réfugié”.

²¹ Em seu sentido substantivo, a palavra público indica uma “pessoa coletiva”; um “ser” dotado de capacidade de participação e de competência para receber a informação midiática e cultural.

do público e do privado. Tornar público, nesta acepção, não é apenas publicar; é “publicizar”, o que implica uma dimensão dinâmica implícita ao “tornar público”. Na proposta analítica destes autores, discutindo com o que chamam de visão organicista de público, a idéia de “publicização/tornar público” implica considerar que o público não é um dado objetivo *a priori* ou exterior. Se não está dado, torna-se necessário recorrer a um conceito que seja “descritivo e analítico”, isto é, que comporte os sentidos e os usos feitos pelos atores, não se restringindo apenas às trocas comunicativas, de inspiração habermasiana.

Reconhecendo que a questão da experiência pública remete sempre a Jürgen Habermas²², Cefai e Pasquier observam que é necessário não apenas alargar esta démarche, mas colocar a ênfase na disputa e na conformação dos atores, retomando o modelo proposto por Dewey, em 1927²³. Observam, assim, que a definição, a discussão e a assimilação dos problemas públicos são feitas através de uma série de atividades práticas sobre as cenas públicas. Logo, a atenção deve ser orientada para as formas de engajamento, de argumentação e de julgamento público que são utilizados pelos atores nas arenas públicas, para se reportarem às diversas dimensões do conflito. Introduzem, assim, o conceito de arena pública (*Ibidem.*, p. 24): um lugar de debate, de polêmica ou de controvérsia, de testemunho, de expertise²⁴ e de deliberação, onde, paulatinamente, emergem problemas públicos²⁵.

Avançando a proposição de Dewey e ultrapassando o modelo de intersubjetividade das trocas

²² De acordo com Habermas (2003) observa-se, no Ocidente, a partir do século XVIII, a constituição de uma “esfera pública crítica de discussão”, cujos contornos tomam formas diferentes em função das épocas.

²³ John Dewey, filósofo americano, cujo trabalho se desenvolveu, preponderantemente, na Universidade de Columbia, destacando-se, na década de 1920, os estudos sobre a epistemologia das Ciências Sociais, dentre os quais: *Human Nature and Conduct* (1922), *Experience and Nature* (1925), *The Public and its Problems* (1927), and *The Quest for Certainty* (1929).

²⁴ A questão da expertise será tratada no capítulo seguinte, considerando as dificuldades de conciliação e/ou de passagem entre as posições de observador/cientista e de interventor/*expert*, e relevando a necessidade de reconstituir os contextos de experiência e de engajamento dos autores, como uma forma de situar o ponto de partida para a formulação de suas explicações, interpretações e avaliações. Ver Cefai [200?].

²⁵ Cefai e Pasquier (2003, p. 24): “Une arène publique peut être pensée comme un lieu de débat, de polémique ou de controverse, de témoignage, d’expertise et de délibération où petit à petit émergent des problèmes publics”.

comunicacionais habermasiana, Cefai e Pasquier (*op.cit.*) inspiram-se na reflexão sobre os dispositivos pragmáticos que articulam as arenas públicas, proposta por Boltanski (1990)²⁶. Este propõe a análise em termos de um “sistema de ações” (*systeme actanciel*), que se encontra articulado em um mundo de discussões e de reivindicações públicas que, por sua vez, comporta: as vítimas e os culpados, os juízes e as testemunhas; assim como um sistema de provas e de julgamentos diferenciados. Na arena pública, prosseguem Cefai e Pasquier (2003, p. 26-29), os problemas públicos são construídos por uma multiplicidade de procedimentos práticos, sejam jurídicos, administrativos, políticos e midiáticos, que implicam diversos tipos de transações, de disputas e de compromissos e mobilizam operações tais como cálculos estatísticos, demonstrações científicas, testemunhos vividos, especialistas, processos judiciais. A reflexão teórica proposta por Cefai e Pasquier permite pensar, portanto, que o problema público ganha inteligibilidade na própria arena pública, sendo os fundamentos de composição desta inteligibilidade buscados em diferentes origens e por meio de diferentes recursos e, portanto, dinâmica, mutável. Vale salientar, porém, que a própria arena pública circunscreve os termos do debate²⁷.

Diferentemente do problema teórico, cujas regras de construção são previamente definidas, sendo a principal delas a desconstrução das representações coletivas embutidas no tema e a constituição da “problemática” ancorada em cânones disciplinares, a construção e delimitação do problema público são correlatas ou dependem do jogo que se desenvolve na arena pública, sobretudo das informações e variáveis postas em cena pelos atores. A estabilização de uma representação sobre o problema depende, pois, deste jogo.

A rigor, desde os primórdios da constituição da sociologia, uma das maiores

²⁶ Boltanski (1993), analisando as políticas de sofrimento, na França, mostra os argumentos e as emoções que mobilizam o engajamento em torno de um problema público.

²⁷ Ver a propósito da delimitação dos temas do debate, na arena pública, a análise feita por Terzi (2003, p. 25-50) sobre a posição de instituições suíças, por ocasião do cinquentenário do fim da Segunda Grande Guerra, frente ao nazismo e à expropriação dos judeus.

operações metodológicas demandadas por esta disciplina consiste em efetuar a distinção entre problema sociológico e problema social ou, em outros termos, construir um estatuto teórico para os processos ou questões que são apontados pela sociedade como problema social. Uma distinção que tem como base, neste caso, a separação epistemológica entre as condições objetivas e as condições subjetivas de sua construção. Durkheim (1968, p. 29), ao tentar estandardizar as regras do método sociológico, coloca como primeira regra ou como corolário de sua primeira regra: “é preciso afastar sistematicamente todas as pré-noções”. O que significa dizer que o fato social, quando se apresenta ao sociólogo, é portador de representações, ou melhor, já há um processo de reflexão da sociedade sobre o mesmo. Por este processo prévio, por outro lado, impõem-se as problemáticas. Lenoir (1998, p. 59-106), apoiado em Durkheim, refletindo sobre a distinção entre objeto metodológico e problema social, mostra os riscos de naturalização das problemáticas imposta aos sociólogos, ou seja, de analisá-las sem submetê-las à desconstrução acima mencionada. Voltaremos a esta questão, no capítulo seguinte, quando for tratado o deslocamento compulsório como problema teórico, ocasião em que podem ser visualizadas as conexões desta problemática no interior das disciplinas.

De todo modo, a vantagem do conceito de problema público para a análise aqui desenvolvida é a possibilidade de, através dele, mapear a própria construção das “representações” e não tomá-las como um dado pronto, acabado. Até porque este mapeamento melhor permite identificar e reconstruir as operações embutidas na hegemonia dos conceitos e, mesmo, das próprias problemáticas.

I.2. As dimensões do problema público

Desta perspectiva, tomar o deslocamento compulsório como problema público permite sair de uma concepção normativa para uma concepção que considere as diversas interpretações, visões e contextos de como o problema se apresenta. E, em segundo lugar, torna possível distinguir, do ponto de vista analítico, a complexa interseção que, neste caso, se efetua entre política e conhecimento científico.

Como problema público, o deslocamento compulsório pode ser decomposto em três dimensões, de modo a evidenciar as três principais discussões que lhe são subjacentes e que, embora interligadas, apresentam argumentos e provas diferenciadas: a) uma que diz respeito ao número de pessoas deslocadas e à superfície de áreas inundadas, que enfatiza a discussão sobre população deslocada/reassentada - população atingida; b) outra que diz respeito à natureza do deslocamento compulsório, que coloca em contexto as discussões em torno do estatuto de refugiado e da construção da categoria eco-refugiado; c) e, por fim, uma terceira, estreitamente vinculada às duas anteriores, que diz respeito ao trabalho do Banco Mundial para fazer prevalecer a categoria reassentamento involuntário (*involuntary resettlement*) e, por extensão, o conjunto categorial DIDR – desenvolvimento induzido-deslocamento-reassentamento (*development induced - displacement – resettlement*).

As três dimensões apresentam em comum a disputa simbólica, política e econômica para impor uma determinada avaliação e uma determinada concepção dos efeitos da construção de barragens (ou de outras grandes obras de infra-estrutura que impliquem deslocamento compulsório de pessoas). O eixo estruturador das discussões é, pois, minimizar ou salientar o “custo” social (político) e econômico de tais empreendimentos. Por

consequente, fazer prevalecer determinadas categorias e as estatísticas e os estatutos jurídicos e sociais delas derivados, implica a produção de uma *retórica estratégica* que, como salienta Latour (*loc.cit.*) é fundamental para atingir a plausibilidade do argumento. Nas três discussões, destaca-se a interposição de um ator, o Banco Mundial, cujas resoluções e recomendações são referência obrigatória para os demais e que, por seu turno, protagoniza a formação dos “canais de tradução”, articulando argumentos políticos, econômicos e acadêmicos.

I.2.1. As categorias e seus conteúdos: atingidos e relocados/reassentados

O contexto é predominantemente brasileiro. O objeto de disputa são as consequências sociais das barragens, que têm como corolário o que é ou quantos são os atingidos por barragens. Os principais atores: as empresas hidrelétricas, subsidiárias da *holding* estatal ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras)²⁸; o Banco Mundial; Comissões de diversos matizes; especialistas; o Movimento Nacional de Atingidos por Barragens e seus congêneres nos locais onde as barragens são construídas. No caso específico de Tucuruí, o Movimento de Expropriados de Tucuruí²⁹.

A partir do início dos anos 70, o Estado Brasileiro desencadeou um amplo

²⁸ A ELETROBRÁS foi criada em 1962 e como *holding* controla as principais empresas de geração elétrica do Brasil: CHESF, Furnas, ELETRONORTE, ELETROSUL, ELETRONUCLEAR, e CGTEE. A ELETROBRÁS detém ainda 50% da Itaipu Binacional, um empreendimento Brasil-Paraguai. De fato, até a segunda metade dos anos 1990, quando se iniciou o programa do governo brasileiro de privatização, todas as empresas de geração de energia elétrica estavam subordinadas à ELETROBRÁS.

²⁹ O Movimento Nacional foi oficialmente criado em 1991, durante o I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, realizado em Brasília, de 12-14 de março de 1991. O Movimento de Expropriados de Tucuruí é autodenominação, derivada da primeira comissão de negociação, constituída em 1982 – Comissão Representativa dos Expropriados de Tucuruí. Expropriados, por sua vez, é apropriação do termo utilizado pela ELETRONORTE para formalizar os processos de desapropriação. Para uma análise do Movimento Social de Expropriados de Tucuruí, ver Magalhães (1991b).

programa de geração de energia hidrelétrica, através da implantação de grandes barragens³⁰, utilizando uma tecnologia que implica a formação de grandes lagos, conseqüentemente, inundando grandes extensões de terras, sendo estas terras em sua maioria ocupadas por camponeses. Ao longo destas três décadas, verificou-se a construção simultânea de várias barragens, espalhadas por todas as regiões do País. Por exemplo, na Região Nordeste: Moxotó, Sobradinho, Itaparica; na Região Sul: Passo Fundo, Salto Santiago, Itaipu; na Região Norte: Tucuruí, Balbina e Samuel; na Região Central: Itumbiara. Nas décadas de 80 e 90, destacam-se: no Sul, as Barragens de Itá e Machadinho no rio Uruguai, e a Barragem de Porto Primavera, no rio Paraná; no Nordeste, a Barragem de Castanhão, no Ceará; na região Centro-Oeste, a barragem de Serra da Mesa, no Alto Rio Tocantins, Goiás; no Centro-Oeste, Barragens do Vale do Jequitinhonha e do Alto Rio Doce, em Minas Gerais, e Barragem do rio Paraíba, nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, apenas para citar as principais. Em 1989, havia no Brasil 516 barragens, com distintos fins (ELETROBRÁS, 1990)³¹. Algumas destas resultaram na formação de alguns dos maiores lagos artificiais do mundo: Sobradinho (3.970 km²), Tucuruí (2.830 km²), Balbina (2.360 km²), Serra da Mesa (1.784 km²), Itaipu (1.350 km²).

Embora o *boom* de construção de grandes barragens, no Brasil, tenha se iniciado nos anos de 1970, até 1986, não havia diretrizes claras oriundas oficialmente da ELETROBRÁS para tratar a questão do deslocamento/reassentamento. De fato, esta discussão surge em Sobradinho, em 1979, quando, após a construção desta Hidrelétrica são publicizadas as questões relativas ao reassentamento. Inicialmente posta através de

³⁰ Estou utilizando o termo grande barragem de acordo com a classificação da ICOLD (Comissão Internacional sobre Grandes Barragens): uma grande barragem tem altura igual ou superior a 15 metros (contados do alicerce); ou se a barragem tiver entre 5 e 15 m de altura e o seu reservatório tiver capacidade superior a 3 milhões de m³.

³¹ O Brasil era, após a Índia, a China, Turquia, Coréia e Japão, o país com o maior número de barragens em construção em 2004.

manifestações da própria população e de membros da hierarquia da Igreja Católica, esta questão, posteriormente, chega ao Congresso Nacional, com a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1983, solicitada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). De acordo com Sigaud (1986, p. 16-19), uma das principais questões enfatizadas pela organização sindical dos trabalhadores rurais era a ausência de um plano de “realocação”³² para a população rural atingida.

Quando eclode o Movimento dos Expropriados de Tucuruí, em setembro de 1982³³, a principal indagação dizia respeito à identificação ou à definição de quem seria deslocado e para onde seria relocado. E, de fato, esta se estabilizou como a principal questão de toda a controvérsia, à medida que respondê-la implicava reconhecer quem é/foi atingido e quem teria direito à compensação. Significava, assim, reconhecer números e custos do deslocamento compulsório.

De acordo com a ata de reunião referente à primeira manifestação pública e à primeira reunião de negociação, realizada em 11 de setembro de 1982, na qual estão os itens reivindicados e as soluções acordadas, a Comissão de negociação manifestou

[...] preocupação com a provável existência de pessoas localizadas no perímetro do reservatório, mas ainda não cadastradas e indenizadas. Com relação a tal preocupação, o Senhor Diretor de Engenharia da ELETRONORTE orientou no sentido de que fosse feita uma relação desses

³² A primeira edição do Dicionário Aurélio, de 1975, não contemplava os verbetes relocação/relocação. Em alguns trabalhos sobre este tema, datados desta época, é utilizada a palavra realocação. Nos documentos produzidos pela ELETROBRÁS e suas subsidiárias, utilizou-se sempre a palavra relocação. A 3ª edição do Aurélio (Revista e Atualizada), publicada em 2004, inclui os dois verbetes:

relocação (- ato ou efeito de relocar; locar (1); do latim *locare*, localizar);

realocação (- dar novo destino a /verba, fundo orçamentário, etc; transferir).

Na edição atual do dicionário Houaiss, encontra-se apenas o verbete relocação (- ato ou efeito de relocar; relocar – locar ou alugar outra vez). Não há, portanto, nos dois dicionários, qualquer sentido vinculado à construção de barragens ou de outras obras de infra-estrutura e suas conseqüências sobre a população por elas atingida; ou ao processo de deslocamento compulsório (FERREIRA, 1975, c2004; HOUAISS [200?] *on line*).

³³ A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí começou em 1975 e, em 1979, teve início o processo de desapropriação. As primeiras manifestações da população, através de cartas e documentos enviados a autoridades estaduais e nacionais, datam de janeiro de 1980. No dia 08 de setembro de 1982, teve início a primeira grande manifestação pública, com a ocupação do Escritório da ELETRONORTE por cerca de 400 pessoas que seriam deslocadas, sobretudo camponeses. Esta ocupação prolongou-se até o dia 11 de setembro.

casos, para que o SPI/TUC, providenciasse o exame de cada caso, visando identificar se realmente estão dentro do reservatório, e, se for o caso, proceder ao cadastramento, avaliação, indenização e relocação (ELETRONORTE; COMISSÃO DE EXPROPRIADOS, 1982, f. 4).

E, reivindicou solução para os “expropriados” de Itupiranga, àquela época ainda não computados pela empresa:

Reivindicaram os expropriados localizados em Itupiranga, os seus remanejamentos para outros lotes fora do reservatório, tendo então o Senhor Chefe da Unidade Executiva do GETAT em Tucuruí solicitado que fosse feita uma relação dessas pessoas e apresentasse ao SPI/TUC, da ELETRONORTE, a fim de que fosse realizada uma triagem e, após, encaminhasse à Unidade Executiva do GETAT, que a remeteria à Sub-Unidade Executiva de Marabá, e esta, uma vez feito isso, levantaria a situação desses expropriados, providenciando, em seguida, o reassentamento dos mesmos, em tempo oportuno [...] (ELETRONORTE; COMISSÃO DE EXPROPRIADOS, 1982, f. 4).

Esta discussão relativa ao número de atingidos/relocados permaneceu até 1985, um ano após o enchimento do lago, quando, por determinação de uma portaria interministerial (Portaria N° 447-A de 19 de julho de 1985), foi criada uma comissão³⁴ que, entre outros, tinha o objetivo de identificar aqueles que, mesmo residindo na área inundada, não haviam sido contabilizados para efeito de relocação.

Uma das conclusões apontadas no Relatório apresentado por esta Comissão indica a existência de 1.500 famílias não relocadas até aquela data, contrariando as estimativas da empresa sobre a população atingida, até aquele momento, restrita a um total de 1.800 famílias. Isto é, um número referente àquelas famílias que já haviam sido relocadas (COMISSÃO INTERMINISTERIAL, 1985, p. 4).

³⁴ Esta Comissão foi formada por um representante do Governo do Estado do Pará; um representante do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), tendo este assumido a coordenação da referida Comissão; e um representante de cada um dos seguintes órgãos: Ministério das Minas e Energia, Ministério da Justiça, Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e ELETRONORTE.

Em Sobradinho, a população a ser deslocada era estimada, em 1972, ao se iniciar a obra, em 8.037 famílias, sendo 2.200 na zona urbana - um total aproximado de 12.000 pessoas; e 5.837 na zona rural - totalizando cerca de 30 mil pessoas. Ou seja, 42 mil pessoas. Na fase final de relocação, este total atingiu a 11.835 famílias; aproximadamente, 70 mil pessoas³⁵.

Nos debates sobre Sobradinho, não ficam claras as razões desta imprecisão. De todo modo, como em Tucuruí, verifica-se, por parte da empresa, uma prioridade da contabilidade das pessoas relocadas, ou seja, aquelas que se submeteram ao programa de reassentamento da empresa, em ambos os casos resultado de demandas da população. Sigaud (1986, p. 22) menciona que as alternativas de relocação publicizadas pela Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF), após a construção da barragem, são, a rigor, a síntese de um fato consumado, resultado da pressão de diversos atores que intervieram ao longo do processo.

Em Tucuruí, o debate sobre o número de relocados contou, ademais, com imprecisões técnicas a respeito da área do lago e com um procedimento desapropriatório que invisibilizava, seja em razão de pré-noções sobre a ocupação na Amazônia, seja pelo primado da propriedade legal de bens sobre a existência humana, as populações que habitavam na área a ser inundada.

De certo modo intervindo neste debate, em um texto publicado em 1992, eu escrevia, a propósito de Tucuruí:

A área do reservatório, inicialmente prevista para 1.630 km² [...], foi aumentada para 2.160 km² [...] e, posteriormente, 2.430 km², [...]. No entanto, em 1976, estava prevista no Decreto nº 78.659 de 1º de novembro, que decretou de utilidade pública a área total necessária à implantação da usina, inclusive o reservatório, a desapropriação de uma área de 8.181.3749 km². Após o enchimento do reservatório foi constatada uma área inundada

³⁵ Sobre as estimativas da população deslocada em Sobradinho, ver Magalhães (1983, cap. III).

de 2.830 km² [...] na cota 72,00 metros, considerada como correspondente ao nível máximo normal de operação [...]. O nível máximo excepcional é previsto para a cota 74,00 metros [...], ou para 76,00 metros [...], mas não se tem dados disponíveis sobre a área total que seria inundada em tal circunstância. O lago formado, inicialmente previsto com comprimento de 200 km [...], tem 170 km de extensão, cerca de 1.800 ilhas, e um perímetro total estimado de 6.400 km [...] (MAGALHÃES, 1992, p. 31).

Buscando sintetizar a argumentação desenvolvida, prossegue o texto (Ibid., p. 57-

60):

Num primeiro momento, a existência da população camponesa é abstraída a partir do pressuposto do “vazio demográfico”; num segundo momento ela é negada em razão de um desconhecimento da história da região e, por consequência, de um desconhecimento da própria constituição do campesinato; em seguida, frente ao imperativo prático de liberação da área a ser inundada ela é metamorfoseada, ao que parece, em unidade de ocupação a ser adquirida mediante a compra de direitos possessórios, conforme anteriormente mencionado. Assim é que todos os números relativos aos camponeses que habitavam na área inundada pelo reservatório são, ainda hoje, além de mutáveis, apresentados em termos de quantificação dos processos de compra de benfeitorias formalizados, quando se trata de mencionar a “população afetada”. Ou, em termos do número de lotes ou do número de casas “concedidas”, quando se trata de menção à “população relocada”.

Assim é que, em 1979, a ELETRONORTE afirmava que “93% da população da área de influência do reservatório foram socializados no meio urbano” [...].

Em 1981, afirmava que aproximadamente 80% da população residente na área do Reservatório vivia em áreas urbanas, (mas afirmaria), no entanto, que: “foram atendidas 2.337 famílias na área rural e 1080 na área urbana, tendo sido implantados 11 loteamentos rurais” [...].

Aproximadamente em 1985, o “cadastramento das ocupações rurais e urbanas inseridas na área de formação do reservatório”, indicava a existência de 2.500 “ocupações rurais” e 1.688 “ocupações urbanas”, contabilizando uma população de 23.871 pessoas, sendo 14.250 da “área rural” e 9.621 da “área urbana” [...].

Em 1988, quatro após a inauguração da Usina, o “Plano de Utilização do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí” contabilizava a população camponesa da seguinte forma:

“Em fevereiro de 1988, haviam sido formalizados 3.369 processos relativos a famílias rurais e 1.662 relativos a famílias de povoados urbanos [...]. Havia sido efetuadas [...] 2.539 relocações em lotes rurais e para-rurais [...] e 1.433 relocações urbanas, estando programadas outras 669 relocações urbanas e rurais. Em termos relativos, as relocações efetivadas representavam 75% e 86% dos processos rurais e urbanos formalizados, respectivamente”[...].

Ainda em 1988, o Diretor de Patrimônio Imobiliário da ELETRONORTE em seminário específico das empresas do setor elétrico [...], ao se referir à questão da transferência dos camponeses, assim o fazia:

“Eu tenho uma eterna briga com os meus assistentes porque nós nunca conseguimos fechar dois relatórios com os mesmos números. Basta eu lhes dizer que quando nós começamos a trabalhar em Tucuruí a primeira aproximação que nós imaginávamos atingir algo em torno de mil e trezentas famílias, nós hoje estamos raspando [sic] as seis mil famílias [...]. Os senhores vejam que nós já tínhamos: urbano – 1.396; rural – 2.420; num total de 19 mil 729 pessoas. Menos de quatro mil famílias. Hoje, já estamos ultrapassando na realidade cinco mil famílias”.

Esta dança de números³⁶ em relação à população camponesa que residia no trecho ocupado pelo Reservatório da Usina de Tucuruí se, por um lado, pode ser lida como decorrente das “indefinições técnicas” relativas à área de inundação, e/ou como resultado da violência analítica e prática que caracterizou a implantação desse empreendimento, é ela, a dança de números, sobretudo reveladora da intervenção de um outro ator – os camponeses – que, do ponto de vista da empresa, entra em cena inesperadamente. Entra em cena, reafirmando a sua condição social e, de tal modo inesperado, que a empresa a partir do momento em que esta população

³⁶ A rigor, não se conhece qualquer número definitivo em relação aos camponeses residentes na área inundada ou mesmo em relação aos camponeses transferidos. Em termos de pesquisa independente da ELETRONORTE, Barrow & Mougeot (1982, p. 25 e 45, n.r.59) estimavam, com base em dados de 1980, um número aproximado entre um mínimo de 25.000 e um máximo de 55.000 pessoas, que constituiria a ‘população afetada’. Contrapunham estes dados a uma outra estimativa fornecida pessoalmente pelo “staff da ELETRONORTE” em julho de 1981 que previa em torno de 6.000 pessoas a população da área do futuro reservatório (área considerada = 2.160 km²). Este número encontrado por Barrow & Mougeot aproxima-se das estimativas feitas por Goodland (1977) em pesquisa encomendada pela ELETRONORTE. Este autor, considerando a mesma área inundada (1977, p. 56), estimava àquela época uma média de 15.000 pessoas “afetadas”. Esta média foi alcançada através da construção de várias hipóteses que indicavam um mínimo de 8.500 e um máximo de 20.400 pessoas. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí, em 1985, concordava com os dados da Comissão Interministerial (1985) que estimava em torno de 4.300 as famílias “desapropriadas”.

se impõe como interlocutor e interfere na condução do processo de transferência parece ser incapaz de contabilizá-la.

É interessante observar, entretanto, que há duas formas básicas de se mencionar os camponeses. Uma cercada de termos jurídicos – como processo, por exemplo – que supostamente evocaria um certo caráter de neutralidade, isenção e rigor que teria cercado a relação com a população camponesa. A outra forma, particularmente utilizada quando se trata de avaliar a intervenção, assume um caráter beneficente, que abstrai a participação política dos camponeses, no qual ganham destaque expressões de doação, tais como: ajuda, destinação, benefícios, etc.

Como pode ser observada, a discussão sobre o número de reassentados ou relocados é uma das formas pelas quais se expressa a discussão sobre os efeitos sociais das barragens, na qual ganha relevo a questão do deslocamento compulsório. Esta discussão está atrelada em seus fundamentos à definição de atingido e, por conseqüência, à forma como assume a questão, na prática e no debate, da definição de reassentado/relocado. Cabe adiantar, entretanto, que no último parágrafo do texto acima, está de certa forma antecipado o argumento do debate sobre a categoria “eco-refugiado”, quando toma a cena principal da arena a discussão sobre a “ajuda humanitária”. Esta se inclui na rubrica financeira que, conforme veremos a seguir, é executada pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID); diferente dos financiamentos aos chamados “projetos de desenvolvimento” vinculados ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), ambos integrantes do grupo Banco Mundial³⁷.

³⁷ Agradeço a Rémy Bazenguissa-Ganga, do Centro de Estudos Africanos/EHESS, pelos esclarecimentos sobre a distribuição e disputa de recursos no interior destas Instituições, notadamente no que diz respeito à participação da União Européia e dos Estados Unidos, no contexto dos deslocamentos internos que se verificam no continente africano. Para uma análise sobre a guerra em países africanos como estratégia política de “desenvolvimento” ver Mbembe (2004).

Em novembro de 1986, quando a ELETROBRÁS lança o seu “Plano Diretor para Proteção e Melhoria do Meio Ambiente nas obras e serviços do Setor Elétrico”³⁸, inclui textualmente a influência da mobilização das populações deslocadas na definição de suas diretrizes:

Desde os seus primórdios, as empresas de energia elétrica enfrentaram e resolveram o problema da desapropriação de extensas áreas, necessárias à construção dos reservatórios de suas usinas hidrelétricas.

Nos últimos anos, entretanto, o problema veio aumentando muito em complexidade, por causa das comunidades ribeirinhas, afetadas pela desapropriação [...].

Uma reflexão sobre esses fatos evidencia que é importante e urgente um estudo global sobre o assunto, acompanhado de cuidadoso debate entre dirigentes do Setor Elétrico, objetivando chegar-se a um consenso sobre diretrizes e procedimentos mais apropriados [...].

Nestas condições, a remoção da população ribeirinha era suscetível de programação rígida [...]. A solução do problema se baseava na competência da área jurídica do setor administrativo, responsável pelo patrimônio imobiliário.

Ao desapropriado cabia receber uma indenização, no mínimo igual ao valor da terra, mais o das benfeitorias, nos termos da lei. Restava-lhe, ainda, a opção de uma ação na justiça, contra a concessionária, embora reconhecendo a desigualdade de poder econômico e de estrutura jurídica.

A experiência está a demonstrar que, em anos recentes, o país atingiu um estágio de conscientização sócio-cultural e de organização política que inviabiliza a aplicação simplesmente daqueles instrumentos jurídicos (ELETROBRÁS, 1986b, p. 6/109-6/110).

Este Plano Diretor preconiza também algumas recomendações relativas às barragens em construção, no item chamado “Plano de Recuperação Setorial”, entre as quais inclui-se Tucuruí. Lê-se, então,

³⁸ A publicação oficial deste, que viria a ser o I Plano Diretor, foi precedida de várias edições do Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos, tendo sido a primeira datada de maio de 1985 (ELETROBRÁS, 1985).

O Plano de Reassentamento está sendo revisado, com a participação de órgãos do desenvolvimento agrário, de modo a adequá-lo às atuais condições, inclusive considerando a chegada de agricultores atraídos para o local em fase posterior ao enchimento do reservatório (Ibid., 6/11).

Valendo-se de uma justificação que conjuga argumentos jurídicos e ambientais, a ELETROBRÁS introduz em seu Plano Diretor, medidas inspiradas em procedimentos que haviam sido, recentemente, publicados pelo Banco Mundial (WORLD BANK, 1984a); e na Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Esta resolução regulamentou, em nível nacional, o Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, que criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), de acordo com a Lei nº 6.938. Esta havia fixado a Política Nacional de Meio Ambiente, em 31 de agosto de 1981.

Sobre os dispositivos do Banco Mundial, voltaremos no item a seguir, quando será tratada a categoria “reassentamento involuntário”. De todo modo, vale dizer, que até a publicação da Resolução nº 1 do CONAMA, que estabeleceu critérios e tornou obrigatória a realização do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), como condição para o “licenciamento de atividades modificadoras do meio-ambiente”, dentre as quais as hidrelétricas³⁹, as orientações relativas aos chamados impactos ambientais, entre os quais, no jargão do setor elétrico, inclui-se o deslocamento compulsório, eram provenientes do Banco Mundial – agente financiador – que, por sua vez, de acordo com a ELETROBRÁS (1986b, p. 3-11/3-12), seguia as diretrizes fixadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972.

³⁹ No artigo 7, incisos IV e IX, a Resolução nº 1 do CONAMA determina, antes ou após o licenciamento de “atividades efetivas ou potencialmente poluidoras”, a “realização de estudo das alternativas e das possíveis consequências de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos da administração pública, bem como às entidades privadas as informações indispensáveis ao exame da matéria” (inciso IV); e estabelece “normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio-ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos” (inciso IX). Para uma análise mais detida sobre a resolução CONAMA e seus efeitos sobre os empreendimentos hidrelétricos, ver Magalhães (1986).

Tanto no caso de Sobradinho, cuja construção foi financiada pelo Banco Mundial, quanto em Tucuruí, cujo financiamento foi proveniente do governo brasileiro e de outros consórcios internacionais, o Banco Mundial interveio na delimitação e na discussão sobre a população atingida. Nos dois casos, um especialista vinculado ao Banco realizou os estudos de impacto ambiental. No primeiro caso, por solicitação direta do Banco (GOODLAND, 1974). De acordo com DUQUÉ (1980, p. 295), o Banco Mundial enviou várias missões a Sobradinho, a partir de 1974, condicionando o desembolso do financiamento à execução de um Programa de Reinstalação (programme de réinstallation) da população atingida.

As missões do Banco Mundial são rotina nos projetos por ele financiado, tanto no que diz respeito à aplicação de recursos, quanto no que se refere ao cumprimento de suas diretrizes operacionais. Como interveniente, no caso brasileiro, atua também por demanda da população “atingida/relocada”. Tal é o caso de Itaparica – barragem construída pela CHESF no período 1974-1988, no rio São Francisco, cujo processo de “reassentamento” continua, em 2005, em debate. Entre outras demandas e chamamentos, em março de 1997, o Pólo Sindical do Sub-médio São Francisco, uma organização constituída, em 1979, pela reunião de representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios “atingidos” pela construção daquela barragem, solicitou ao Banco uma missão para investigar a situação do projeto de reassentamento. Nesta solicitação (*Request for the World Bank inspection investigate the project for resettlement of persons affected by the Itaparica dam*), argüi sobre a responsabilidade do Banco que, de resto, já havia realizado contatos diversos com o Pólo, desde 1991:

[...] we believe that BIRD - World Bank, as a financial institution, bears responsibility for the project's current state, by omission, by not adequately supervising and monitoring progress in the implementation of resettlements and irrigation systems. The World Bank is obviously not the only one responsible, since the Brazilian Government, ELETROBRÁS and CHESF are borrowers and executors of the work. However, BIRD bears an important share of the responsibility for having financed the work without ensuring

that borrowers and executors comply with policies for resettlement and treatment of communities involuntary displaced by dams [...].

Thus, in light of the situation and negligence described above, which materially affect our interests, we ask the Inspection Panel to recommend to the World Bank's Executive Directors that an investigation be made into this matter, so that appropriate measures can be taken to solve these problems. Furthermore, we expect the measures to be taken by the Bank, as a financial agency, to correct errors already made that have caused most of the resettled population to remain effectively unable to produce (PÓLO SINDICAL DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO, 1997, p. 7-9).

No caso de Tucuruí, o diagnóstico, encomendado diretamente pela ELETRONORTE, foi realizado pelo mesmo especialista que trabalhou em Sobradinho: Goodland (1977)⁴⁰. Neste relatório, a ênfase ambiental preconizada pela ELETROBRÁS e pelo Banco é destacada logo de início:

ELETRONORTE commissioned this study in order to be apprised of the environmental or non-engineering aspects of their Project. At the behest of ELETRONORTE, this study shows how the stupendous and onerous capital investment in Tucuruí can be protected (Ibid., Section 1-1).

A este relatório, todavia, não se seguiram outras intervenções do Banco Mundial, em Tucuruí. A questão relativa aos “atingidos” prossegue, após os trabalhos da Comissão Interministerial acima aludida, e ganha novos contornos, em 1989, com uma praga de mosquitos que se instala em quatro sítios de “reassentamento”, onde estavam instaladas cerca de hum mil e quinhentas famílias. Esta praga, constatada por uma comissão de especialistas, constituída de biólogos e médicos (INPA et al., 1989)⁴¹, inviabiliza a presença humana nestes

⁴⁰ Para uma análise sobre a (não) repercussão do Relatório Goodland, entre ambientalistas e defensores dos direitos humanos no Brasil (Belém), ver Mello (1993).

⁴¹ Esta Comissão de especialistas, constituída por reivindicação da Comissão de Expropriados de Tucuruí, constatou a taxa de mais de 100 picadas homem/hora, no principal sítio de reassentamento, o Lotemento Rural Parakanã, implantado na antiga Reserva Indígena Parakanã. Sobre o deslocamento compulsório dos Índios Parakanã, ver Magalhães, Antonio Carlos (1991).

locais e constitui-se em objeto de uma nova demanda do Movimento de Expropriados de Tucuruí pelo reconhecimento da situação, alargando a definição de “atingido”.

Conforme ficou evidenciado no 1º Plano Diretor de Meio Ambiente da ELETROBRÁS, de 1986, e na prática de algumas empresas subsidiárias da holding, CHESF e ELETRONORTE, a “população atingida” equivale à “população reassentada”. Mas, é no Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos (ELETROBRÁS, 1986a)⁴², no qual estão explicitados os procedimentos operacionais referentes às exigências da Resolução nº 1 do CONAMA, que mais evidentemente é definida esta questão, a partir da delimitação conceitual de área de intervenção:

Área de Intervenção Específica – compreende toda a massa líquida que compõe o reservatório, a qual constitui a matéria-prima para a geração de energia.

Área de Intervenção Direta – refere-se à faixa de terra desapropriada, compreendida entre o nível máximo normal de operação e a cota limite de desapropriação.

Área de Intervenção Indireta - compreende a área externa à faixa de desapropriação, mas que faz parte da área de influência em que se situa o reservatório (ELETROBRÁS, 1986a, p. 40).

A segunda edição do Plano, publicada em 1990, que está em vigor, mantém o mesmo princípio, e a população “atingida” é definida como “população passível de ser remanejada” (ELETROBRÁS, 1990, p. 84, v.1).

Em 1989, quando foi realizado o 1º Encontro Nacional de Atingidos por Barragens⁴³, durante o qual foi estruturada a criação do Movimento (Nacional) dos Atingidos por Barragens, uma das questões principais abordadas era – “quem são os atingidos?”.

⁴² Para uma análise detida a propósito da metodologia proposta neste Manual, considerando o lugar das “populações atingidas”, neste tipo de intervenção, ver Martins-Costa, Ana Luiza; Daou, Ana Maria (1989).

⁴³ Neste primeiro encontro, realizado de 19 a 21 de abril de 1989, Goiânia, por uma iniciativa da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) do rio Uruguai/Sul, com o apoio da Central Única de Trabalhadores (CUT), estiveram reunidos representantes de “atingidos” de todas as regiões do Brasil. Ver Magalhães (1990b)

A reflexão para a elaboração da resposta lança mão de um conjunto de “efeitos perversos” vividos. Os relatos dos representantes de Tucuruí e Itaparica tiveram um peso decisivo nesta elaboração, seja porque eram reconhecidos como integrantes de movimentos sociais organizados em seus locais de origem, seja porque estas eram as duas maiores barragens recém-construídas.

No documento produzido durante este Encontro, remarca-se:

Os relatos sobre hidrelétricas construídas ou em construção mostraram claramente que os efeitos perversos desses empreendimentos acontecem antes, durante e após a obra. A partir do momento em que a população da região onde vai ser feita a usina toma conhecimento do objetivo governamental, começa a haver uma “tensão” face à incerteza do futuro, que desorganiza a vida social e, particularmente, a atividade produtiva. A especulação com a terra e os imóveis começa a campear. Os depoimentos mostraram como é freqüente nessa fase a expulsão de inquilinos nas cidades e as de parceiros, arrendatários e posseiros no campo. Aliado a isso, a presença da estatal e das consultoras na região, para estudos preliminares, tem-se caracterizado por invasões e danos às propriedades.

Durante o período da obra principal (barramento, montagem de turbinas, etc.), os efeitos mais importantes identificados pelos atingidos foram decorrentes da grande concentração de trabalhadores e dos processos paralelos de desapropriação de terras e deslocamento de populações. A presença maciça dos operários tem trazido problemas de sobrecarga às redes de serviços e infra-estrutura regional [sic]. A questão de saúde tem-se mostrado particularmente grave neste momento. Os operários, em geral, migrantes das mais diferentes partes do país, podem ser portadores de doenças estranhas à região. Por outro lado, eles próprios mostram-se menos resistentes às enfermidades típicas da área. Esses dois aspectos são ainda agravados pelo maior contato entre as pessoas, decorrente da concentração, que favorece a transmissão de certas moléstias. Esse quadro, evidentemente, gera o crescimento da procura dos serviços de saúde regional que, na maioria dos casos, não estão dimensionados e nem capacitados para a nova realidade. Mesmo quando os empregados da obra têm assistência médico-hospitalar própria, o problema se mantém para os antigos habitantes da região e para os que chegaram atraídos pelo empreendimento, mas não foram contratados.

Os exemplos mostraram que, normalmente, tem sido durante o período de obras que se desenvolve o grosso do processo de aquisição de terras da área do reservatório e o deslocamento dos “afogados”. A prática das empresas, como já foi afirmado, é a tentativa de negociação individual e de indenização em dinheiro. Contudo, vários movimentos presentes ao Encontro relataram uma nova situação decorrente da luta dos atingidos. Negociações coletivas, valores de indenização compatíveis com o mercado, terra por terra, reassentamento para os sem-terra, são algumas vitórias que puderam ser contadas. Todavia, estes êxitos não eliminaram a desorganização do mercado regional de terras e imóveis, a concentração da propriedade da terra, o aumento dos sem-terra, a migração para as cidades, a invasão dos territórios

indígenas, a dispersão de comunidades e povoados, a desarticulação da base de sindicatos rurais e urbanos e a desorganização do próprio movimento de atingidos.

O término da construção tem trazido ainda um novo conjunto de conseqüências, decorrentes, agora, do desemprego de milhares de trabalhadores. A migração, o crescimento da marginalidade urbana, a favelização, são algumas características desse momento particular, relatadas pelos atingidos. A dimensão dos fluxos populacionais gerados pela construção de hidrelétricas tem sido de tal ordem, que o representante dos atingidos de Balbina afirmou estarem essas obras funcionando como verdadeiros “instrumentos de controle da população”.

Com o enchimento do reservatório e a operação da hidrelétrica, nova fase tem início. A formação do lago tem, em geral, ocasionado piora na qualidade da água, provocando conseqüências sérias. O fato tem sido extremamente mais grave nos reservatórios formados em áreas de floresta tropical que não foram desmatadas, como os relatos sobre Tucuruí e Balbina mostraram. Lá, a água do rio utilizada para consumo doméstico passou a ser veículo de contaminação e transmissão de doenças. A pesca, nos primeiros tempos, até foi boa no reservatório... porque os peixes que migram estavam retidos e só conseguiam sobreviver próximo à superfície, pela falta de oxigênio em águas mais profundas. Rapidamente gases fétidos empestaram a região e os mosquitos proliferaram violentamente. A jusante, os peixes simplesmente desapareceram.

As conseqüências do represamento dos rios, além de tudo, não se têm manifestado somente na área do reservatório. Especialmente o representante dos atingidos de Tucuruí mostrou que a jusante das barragens os problemas também podem ser graves. Além da questão da qualidade da água, a forma do rio tende a se modificar. Curvas surgem e desaparecem. Praias deixam de existir. O saber dos ribeirinhos é perdido. O rio é regido não mais pelas leis da natureza, que a população aprendera a conhecer, mas pela lógica de homens interessados exclusivamente em gerar energia elétrica. A impossibilidade das plantações de várzeas é apenas um dos aspectos cruéis dessa nova lógica (ENTAB, 1989, p. 32-33).

Conclui-se, então, no documento, que: “atingidos são todos que sofrem modificações diretas nas suas condições de vida” (ENTAB, 1989, p. 34).

Esta definição permanece até o momento, tendo sido reafirmada por ocasião dos Encontros Internacionais de Atingidos por Barragens: o primeiro, realizado em 14 de março de 1997, em Curitiba – Brasil (Declaração de Curitiba, item 3, alínea b)⁴⁴; e o segundo, na

⁴⁴ O Encontro de Curitiba contou com a participação de representantes de 20 países. Durante este Encontro, também foi instituído o Dia Internacional de Luta contra as Barragens (14 de março), que até então era um Dia Nacional – no Brasil.

Tailândia, de 28 de novembro a 04 de dezembro de 2003 (The Rasi Salai Declaration. Second International Meeting of Dam-Affected People and their Allies, Rasi Salai⁴⁵, Thailand), no qual se confirma a Declaração de Curitiba.

A discussão sobre “atingidos”, por outro lado, não diz respeito apenas à população deslocada compulsoriamente. Representantes municipais – prefeitos, vereadores – são atores importantes nesta discussão, especialmente porque disputam recursos financeiros do governo federal ou estadual para a implementação de programas de minimização de impactos. Nestas ocasiões, são importantes aliados das populações compulsoriamente deslocadas.

Em Tucuruí, até 2002, somente os municípios de Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento, Jacundá, Itupiranga e Rondon do Pará eram reconhecidos pela empresa como “área atingida” pela construção da barragem. Isto é, os municípios que tiveram território alagado. Somente em 2003, a ELETRONORTE admitiu oficialmente como “área atingida” da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, os seguintes municípios situados a jusante da barragem: Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Cametá. E, em diagnóstico realizado para elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a jusante da UHE Tucuruí – resultado da reivindicação do Movimento de Expropriados e de acordos estabelecidos com os prefeitos dos municípios pertinentes - constata para esta área de jusante, dentre outros, os seguintes processos, cf. ELETRONORTE (2003, p. 21-32):

- a) Alto índice de emigração, com registro de decréscimo absoluto de população nos municípios de Limoeiro do Ajuru e de Baião (p. 21-24);

⁴⁵ Rasi Salai denomina o local onde foi construída a barragem homônima, no rio Mun, nordeste da Tailândia. Esta foi a primeira de um projeto de irrigação, composto de 13 barragens, que deveria irrigar aproximadamente 5.500 ha. Com um reservatório de cerca de 80 km, foi concluída em 1994, provocando o deslocamento compulsório de mais de 15.000 pessoas, das quais estima-se que apenas 60% foram indenizadas. Concluída a barragem, constatou-se que a água apresentava alto grau de salinidade, sendo inaproveitável para os fins propostos. Em agosto de 1999, cerca de 1.850 famílias ocuparam a área submersa e criaram uma vila, sob palafitas, denominada Vila do rio Mun. Em julho de 2000, o Ministério da Ciência da Tailândia autorizou a abertura das comportas para esvaziamento do reservatório.

- b) Forte êxodo rural (p. 24);
- c) Estagnação econômica, com redução das atividades agropecuárias (p. 25);
- d) Declínio da produtividade média da agricultura (p. 32);
- e) Diminuição do PIB em termos absolutos em todos os municípios, especialmente nos dois municípios mais importantes da microrregião – Cametá e Igarapé-Miri (p. 25-27).

Mais recentemente, isto é, em 2004, como resultado da nova conjuntura política, subsequente à eleição do presidente Lula, e da situação desencadeada com a implantação da segunda etapa de implantação da Usina⁴⁶, foram acrescidos à “área atingida” mais 06 municípios, totalizando 17 municípios, cf. assinalados no mapa a seguir: Abaetetuba; Baião; Barcarena; Breu Branco; Cametá; Goianésia do Pará; Rondon do Pará; Igarapé-Miri; Itupiranga; Jacundá; Limoeiro do Ajuru; Mocajuba; Moju; Nova Ipixuna; Novo Repartimento; Oeiras do Pará; e Tucuruí. Estes municípios estão inseridos em micro e mesorregiões diferentes – Sudeste e Nordeste Paraenses e Região Metropolitana de Belém – e compõem uma área que ultrapassa 150.000 km², superior a 10% da superfície total do Estado do Pará.

A nova conjuntura política, conseqüente à eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, traduzia-se, neste contexto, na substituição dos antigos dirigentes do Ministério das Minas e Energia e das empresas estatais de energia. Em Tucuruí, esta substituição foi acompanhada de intensa efervescência política e social, manifestada através da realização de

⁴⁶ A segunda etapa duplica a capacidade de geração de aproximadamente 4 mil para 8 mil MW. Oficialmente, foi iniciada em 1998; o projeto básico data de 1996 e o primeiro Plano de Ações Ambientais data de 1999 e foi concluída em 2006.

Seminários e Encontros⁴⁷, nos quais se propugnava a reorientação das negociações, com prioridade para o que chamavam de desenvolvimento sustentável da região de Tucuruí – um conjunto de planos de ações pontuais que integrava desde as antigas demandas relativas ao processo mesmo de expropriação até aquelas formuladas em decorrência das mudanças econômicas e sociais advindas das transformações ambientais, sobretudo aquelas referentes à pesca e à agricultura de várzea.

A inclusão da área de jusante como área atingida é resultado de um conjunto de denúncias do Movimento de Expropriados de Tucuruí, do qual, além dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga, Breu Branco e Novo Repartimento, foram integrantes, com graus variados de inserção, a Colônia de Pescadores e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá; e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Baião. Este conjunto de denúncias, por sua vez, já havia sido objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída, em 1991, na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, cujo requerimento de criação, argumentava:

A população da Região Tocantina a montante e a jusante da Usina Hidroelétrica de Tucuruí está enfrentando problemas seriíssimos no que diz respeito à sua qualidade de vida e ao funcionamento de sua economia. [...] a quebra da produtividade do cacau de várzea e do açaí a jusante da barragem é inquestionável [...] pela quebra do processo

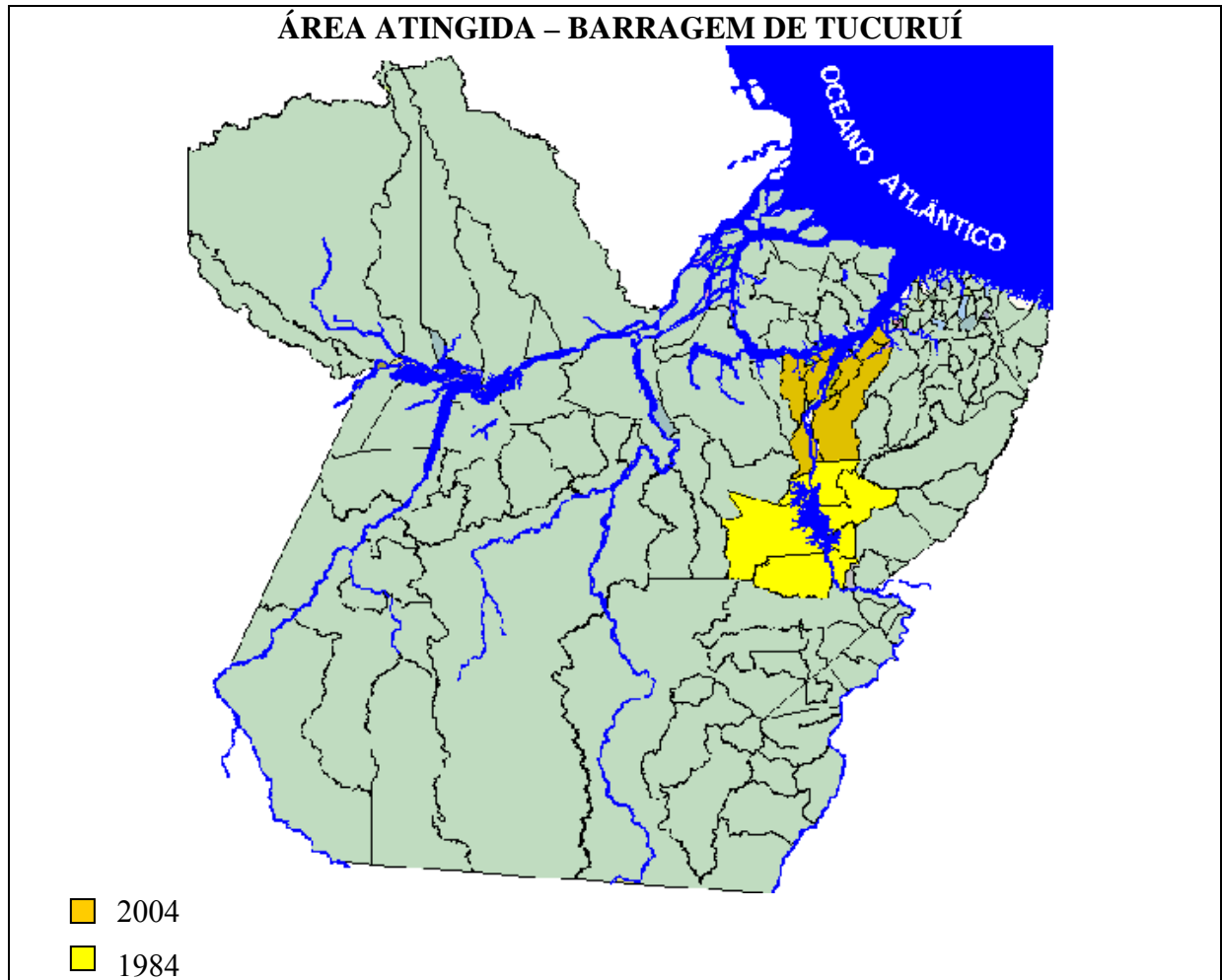
⁴⁷ Podem ser considerados como exemplos desta efervescência: o Seminário realizado de 10 a 12 de abril de 2003, em Tucuruí e as declarações de dirigentes da ELETRONORTE, em Brasília.

Intitulado “Os movimentos populares, as instituições de ensino e pesquisa e o desenvolvimento regional na área de Tucuruí”, este Seminário foi promovido pela ELETRONORTE, em conjunto com o Museu Paraense Emílio Göeldi e o Centro Universitário do Pará – CESUPA, e reuniu parlamentares estaduais e federais, prefeitos, pesquisadores de Instituições do Pará e de outros Estados, dirigentes do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens, além de dirigentes da ELETROBRÁS e ELETRONORTE.

Em 21 de abril de 2003, o diretor de Produção e Comercialização da Eletronorte, Dilson Trindade, afirmava em entrevista a O Liberal (Sucursal Brasília): “O que estamos fazendo é agregar os segmentos sociais que demonstraram e reclamaram de sua exclusão [...]. Esses movimentos, na nossa avaliação, são importantes no que diz respeito à sua organização e compromissos sociais com a região. São movimentos de pescadores, de mulheres, sindicatos, associações de moradores, organizações não governamentais (...) Eles são portadores do contraditório, do contraponto, do questionamento. Agindo dessa forma, eles provocam uma discussão mais profunda, uma discussão da legitimidade do processo, do acerto. Entendemos isso como democracia. Sentimos que faltou a pluralidade, que é marca do atual governo, e o respeito às minorias”.

natural de fertilização das terras feitas secularmente pela cheia do rio Tocantins (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, 1991).

Mapa 2



Fonte: elaborado por MAGALHÃES, S.B. sobre base cartográfica do SIGIEP (2002).

Em 1999/2000, entra na discussão sobre “atingidos” a Comissão Mundial de Barragens (CMB), em cuja pauta de casos a serem analisados, incluiu-se o “Caso Tucuruí”. A criação desta Comissão seguiu-se ao *workshop* realizado em abril de 1997, em Gland, Suíça, com o patrocínio do Banco Mundial e da União Para Conservação Mundial (IUCN), no qual

estiveram reunidos trinta e nove participantes (representantes de governos, do setor privado e de instituições financeiras), com o objetivo de discutir o então recém-publicado relatório Anual do Banco Mundial⁴⁸, no qual se incluíam “questões altamente controversas” sobre as grandes barragens (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000a, p. 2). A CMB, sob a presidência do ministro de Assuntos Hídricos e Florestais da África do Sul, na época⁴⁹, era composta de representantes de agências multilaterais, populações atingidas, agências bilaterais e instituições financeiras, agências governamentais, associações internacionais, organizações não-governamentais, empresas do setor privado, institutos de pesquisa, agências de gerenciamento de bacias hidrográficas, e empresas estatais de geração de energia⁵⁰. Iniciou

⁴⁸ Neste Relatório, estimava-se que 80 a 90 milhões de pessoas haviam sido deslocadas compulsoriamente, no período compreendido entre 1986 a 1995, em decorrência de projetos de infra-estrutura, financiados pelo Banco Mundial, dentre os quais se incluem as barragens.

⁴⁹ O Comissariado era formado por: Kader Asmal, África do Sul (Presidente); Lakshmi Chand Jain, Membro do Conselho, da Industrial Development Services, Índia (Vice-Presidente); Don Blackmore, Diretor da Comissão da Bacia Murray-Darling, Austrália; Joji Cariño, Fundação Tebtebba, Filipinas; José Goldenberg, Instituto de Eletrônica e Energia da Universidade de São Paulo, Brasil; Judy Henderson, ex-presidente da Oxfam International, Austrália; Göran Lindahl, Presidente e CEO da ABB Ltd., Suécia; Deborah Moore, Consultora Sênior em Defesa Ambiental, Estados Unidos; Medha Patkar, Fundadora da Narmada Bachao Andolan (Luta para Salvar o rio Narmada), Índia; Thayer Scudder, Professor de Antropologia, Instituto de Tecnologia da Califórnia, Estados Unidos; Jan Veltrop, Presidente honorário da Comissão Internacional sobre Grandes Barragens (ICOLD), Estados Unidos; e, Achim Steiner, Secretário-Geral da CMB (membro ex-officio da Comissão), Alemanha.

⁵⁰ Os diversos representantes integrantes da Comissão foram: **Agências Multilaterais** - Asian Development Bank (ADB); African Development Bank (AfDB); United Nations Food and Agriculture (FAO); Organisation IADB, Inter-American Development Bank (IADB); United Nations Development (UNDP); United Nations Environment (UNEP); World Bank (WB). **Populações Atingidas** - CODESEN, Co-ordination for the Senegal, River Basin, Senegal; COICA, Federación de Indígenas del Estado Bolívar, Venezuela; Grand Council of the Cree, Canadá; MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, Brasil; NBA, Narmada Bachao Andolan, Índia; Sungi Development Foundation, Paquistão; Cordillera People’s Alliance, Filipinas. **Agências bilaterais e Instituições Financeiras** - Federal Ministry for Economic Cooperation and Development (BMZ.), Alemanha; Norwegian Agency for International Co-operation (NORAD), Noruega; Japan Bank for International Cooperation (JBIC), Japão; Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC), Suíça; Swedish International Development Agency (SIDA), Suécia; U.S. Export/Import Bank, Estados Unidos. **Agências governamentais** - United States Bureau of Reclamation, Estados Unidos; Lesotho Highlands Water Project, Lesotho; Ministry of Water Resources, China; National Water Commission, México; Ministry of Mahaweli Development, Sri Lanka; Ministry of Water Resources, Índia. **Associações Internacionais** - International Commission for Irrigation and Drainage (ICID); International Commission on Large Dams (ICOLD); International Hydropower Association (IHA); International Association for Impact Assessments (IAIA). **Organizações não-governamentais** - Berne Declaration, Suíça; Environmental Development Action (ENDA), Senegal; Help the Volga River, Rússia; International Rivers Network (IRN), Estados Unidos; Intermediate Technology Development Group (ITDG), Reino Unido; The World Conservation Union (IUCN), Suíça; Sobrevivencia-Friends of the Earth, Paraguai; World Wide Fund for Nature (WWF), Suíça; Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN), Fiji; Transparency International (TI), Alemanha; World

o seu trabalho em maio de 1998, e concluiu o seu relatório em novembro de 2000 (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000a; WORLD COMMISSION ON DAMS, 2000b), tendo como objetivo:

Examinar a eficácia da construção de grandes barragens e estudar alternativas para o desenvolvimento de recursos hídricos e energéticos; e, elaborar critérios, diretrizes e padrões internacionalmente aceitáveis para o planejamento, projeto, avaliação, construção, operação, monitoramento e descomissionamento de barragens (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000a, p. 2).

No caso de Tucuruí, o trabalho da CMB, realizado por um grupo de consultores liderado por um pesquisador da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE), da Universidade do Rio de Janeiro, foi, ademais, acompanhado por um “comitê” misto⁵¹, como resultado de reivindicação do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento de Expropriados de Tucuruí.

No relatório geral, de novembro de 2000, que diz respeito ao estudo como um todo, contemplando a análise de oito casos em todo o mundo⁵², esta Comissão recoloca a

Ecology, Environment and Development (WEED), Alemanha; Swedish Society for Nature Conservation, Suécia; Wetlands International, Japão. **Empresas privadas** - Enron, Estados Unidos; Harza Engineering, Estados Unidos; Siemens, Alemanha; ABB, Suíça; Saman Engineering Consultants, Coréia do Sul; Engevix, Brasil. **Institutos de Pesquisa** - Centro EULA, Ciudad Universitaria, Chile; Tropica Environmental Consultants Ltd., Senegal; World Resources Institute, Estados Unidos; Water Research Institute, Israel; Winrock International, Nepal; Focus on the Global South, Tailândia; Institute of Hydroelectric Studies and Design, Romênia; International Water Management Institute, Sri Lanka; Worldwatch Institute, Estados Unidos; Wuppertal Institute, Alemanha. **Agências de Gerenciamento de Bacias** - Confederación Hydrográfica del Ebro, Espanha; Mekong River Commission, Camboja; Volta River Authority, Gana; Jordan Valley Authority, Jordânia. **Empresas estatais de geração de energia** - ELETROBRAS, Brasil; Hydro-Québec, Canadá; Nepal Electricity Authority, Nepal; Mini Hydro Division, Filipinas; Electricité de France, França.

⁵¹ Este comitê, formado por representantes do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens, do Movimento de Expropriados de Tucuruí, de um representante da ELETRONORTE e de um especialista, foi criado apenas em Tucuruí, com o objetivo específico de acompanhar/avaliar os relatórios parciais elaborados pelo grupo consultivo e sugerir modificações e encaminhamentos necessários, cf. Comissão Mundial de Barragens (2000c).

⁵² Os casos analisados foram: Barragem Aslantas, bacia do rio Ceyhan, na Turquia; Bacia do Glomma-Lågen, Noruega; Barragem Grand Coulee, rio Columbia, nos Estados Unidos/Canadá; Barragem Kariba, rio Zambezi na Zâmbia/Zimbábue; Barragem Pak Mun, bacia dos rios Mun-Mekong, na Tailândia; Barragem Tarbela, bacia do rio Indus, no Paquistão; Barragem de Tucuruí, rio Tocantins, no Brasil; Barragens Gariiep e Vanderkloof, rio Orange, na África do Sul (estudo piloto).

questão dos “atingidos”, tanto no que diz respeito à relação atingidos/reassentados, quanto no que diz respeito aos atingidos à jusante da área inundada:

[...] milhões de pessoas que vivem a jusante de barragens - particularmente aquelas que dependem das funções naturais das planícies aluviais e da pesca – também sofreram graves prejuízos em seus meios de subsistência e a produtividade futura dos recursos foi colocada em risco;

Muitas pessoas deslocadas não foram reconhecidas (ou cadastradas) como tal e, portanto, não foram reassentadas nem indenizadas; [...]

Mesmo nos anos 90, em muitos casos os impactos sobre os meios de subsistência a jusante não foram adequadamente avaliados ou considerados no planejamento e projeto de grandes barragens (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000a, p. 20).

Recomenda, então, entre 26 *guides lines*, que:

A avaliação dos impactos deve incluir todas as pessoas - nas áreas da represa, a montante, a jusante e de captação - cujas propriedades, meios de subsistência e recursos não-materiais forem afetados. Deve incluir também todos aqueles que forem afetados por obras de infra-estrutura ligadas à barragem, tais como canais, linhas de transmissão e povoados de reassentamento.

Todas as pessoas afetadas adversamente devem negociar formalmente, de mútuo acordo e com fundamentação jurídica, o seu direito à mitigação ambiental, reassentamento e desenvolvimento.

As pessoas afetadas adversamente devem ser reconhecidas como as primeiras beneficiárias do projeto. Os mecanismos que irão assegurar a devida implementação desses benefícios devem ser negociados de mútuo acordo e com fundamentação jurídica (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000a, p. 32).

Após a publicação do Relatório, o Banco Mundial volta a intervir sobre a questão, assinalando que reconhece a validade das proposições da Comissão, e que entende o relatório apenas como recomendação:

The focus of much controversy regarding the WCD Report has centered on the twenty-six "guidelines," which have been interpreted by some proponents and critics of the Report as a proposed new set of binding standards. The World Bank's conclusion on the guidelines is best summarized by the Chair of the WCD, who has explained that "our guidelines offer guidance - not a regulatory framework. They are not laws to be obeyed rigidly.... They are guidelines with a small 'g'." Individual governments and/or private sector developers may wish to test the application of some of the WCD guidelines in the context of specific projects. In such cases, the World Bank will work with the government and

developer on applying the relevant guidelines in a practical, efficient and timely manner (WORLD BANK, 2001a).

Em Tucuruí, a questão volta a ser novamente posta em 2003/2004, com o deslocamento compulsório provocado pela segunda etapa. Esta, novamente, marcada pelo aumento da cota de inundação (de 72 para 74 m) e pela ausência do relatório de impacto ambiental.

Fazendo prevalecer o princípio da anterioridade da obra à Resolução do CONAMA 001-86 que tornou obrigatória a realização do RIMA⁵³, a ELETRONORTE está realizando a segunda etapa de Tucuruí sem os estudos de impacto previstos em lei para obras iniciadas pós-1986⁵⁴. Inicialmente, parece ter corroborado para a prevalência daquele princípio a afirmação de que não haveria aumento da cota.

Até 1999, pois, afirmava aquela empresa que não haveria “qualquer acréscimo no corpo d’água do reservatório a montante”. Previa-se, no máximo, uma inundação de 50 hectares que correspondia a uma pequena ampliação circundante às margens do próprio lago.

Em 2000, a ELETRONORTE comunicou o aumento da cota à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (SECTAM). E, em dezembro de 2001, informou, no âmbito das solicitações feitas por aquela SECRETARIA, que a área a ser inundada havia sido estimada em 370 km².

Em 2002, a ELETRONORTE apresentou novos dados, informando que a área a ser inundada havia sido superdimensionada e que de fato seriam inundados 164 km²,

⁵³ Prevaleceu, no caso da segunda etapa de Tucuruí, a Resolução CONAMA de 06 de setembro de 1987 (art.12§5º): “Para o empreendimento que entrou em operação anteriormente a 01 de fevereiro de 1986, sua regularização se dará pela obtenção da Licença de Operação (LO) sem a necessidade de apresentação de RIMA mas com a concessionária encaminhando ao(s) órgão(s) estadual (ais) a descrição geral do empreendimento; a descrição do impacto ambiental provocado e as medidas de proteção adotadas ou em vias de adoção”.

⁵⁴ Para uma análise mais detida sobre a discussão da segunda etapa de Tucuruí, ver MAGALHÃES (2005), de cujo texto foram extraídos os dados a seguir.

discriminados conforme a tabela abaixo, sem referência à “população atingida”, ou a ser deslocada.

Tabela 1 – Áreas Inundadas - Cota 74

Usina Hidrelétrica de Tucuruí – 2ª etapa

| Áreas Inundadas (ha) | | | |
|-----------------------------|------------------|-----------------|------------------|
| Intervalo de Cotas (m) | Terra Firme | Ilhas | Total |
| 72-73 | 5.312,46 | 2.583,11 | 7.895,57 |
| 73-74 | 6.203,68 | 2.320,37 | 8.524,05 |
| TOTAL | 11.516,14 | 4.903,48 | 16.419,62 |

Fonte: ELETRONORTE (2002)

Novamente, o Movimento de Expropriados de Tucuruí interpõe-se na arena e estima que, aproximadamente, 4.000 famílias serão atingidas, com suas terras total ou parcialmente inundadas; cinco municípios terão novamente áreas alagadas: Tucuruí, Novo Repartimento, Breu Branco, Jacundá, Nova Ipixuna e Itupiranga. A questão sobre os (e dos) atingidos em Tucuruí, volta a estar em aberto.

1.2.2. O arbitrário das categorias: deslocados, refugiados ambientais ou eco-refugiados

O contexto é mundial. O objeto de disputa: os deslocamentos compulsórios no interior de um mesmo país e o estatuto de refugiado. O cerne da argumentação baseia-se no pressuposto de que se, do ponto de vista social, os deslocamentos compulsórios no interior do mesmo país provocam e são provocados por situações similares àquelas decorrentes do deslocamento interpaíses, deve ser atribuído às pessoas que experimentam aqueles deslocamentos o mesmo estatuto, isto é, o estatuto de refugiado. Os principais atores nesta controvérsia são: a ONU, através do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (HCDH)⁵⁵

⁵⁵ O HCDH coordena o conjunto de organismos da ONU encarregado dos direitos humanos, dentre os quais se incluem: além da OHCHR (Office of the High Commissioner for Human Rights), a Comissão de Direitos

e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR)⁵⁶; diversas ONG's (sobretudo de cunho ambientalista e humanitário); especialistas do campo do direito internacional, da ecologia e das ciências humanas. No Brasil, no caso específico do contexto de barragens, não encontrei referência a qualquer discussão que evocasse este argumento, ou a categoria refugiado⁵⁷. Conforme tratado no item anterior, a controvérsia no Brasil está circunscrita à definição do que é e de quem é atingido e de quem deve ou pode integrar os programas de reassentamento. Portanto, uma retórica que, em síntese, não evoca nenhum estatuto jurídico especial, nem os instrumentos de proteção que lhe são associados.

A pressuposição acima mencionada ganha força na arena pública, a partir de acontecimentos, de forte apelo midiático, que se verificaram na última década, como, por exemplo, em Kosovo⁵⁸ e Rwanda⁵⁹, que resultaram, por um lado, em deslocamentos massivos de população; e, por outro, em evidências de violação de direitos humanos. Como observa

Humanos; o ICTY (International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia); e o ICTR (International Criminal Tribunal for Rwanda).

⁵⁶ O UNHCR integra o conjunto de organismos da ONU encarregados da assistência humanitária, dentre os quais se incluem: a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância); o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); o PAM (Programa de Alimentação Mundial); além do UNRWA (Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos); da OCHA (Escritório das Nações Unidas para Assistência Humanitária); e da UNISDR (Estratégia Internacional para a Redução de Catástrofes).

⁵⁷ Cabe fazer uma ressalva: A Revista *on line* do Serviço Social do Comércio (SESC-São Paulo) publicou uma matéria, tratando desta discussão, e menciona: "Essa nova categoria de refugiado precisa encontrar seu lugar nos acordos internacionais [...]", afirma Janos Bogardi, diretor do Instituto para Meio Ambiente e Segurança Humana da Universidade das Nações Unidas (UNU). Segundo a instituição, os "refugiados ambientais" podem, em breve, ultrapassar o número oficial de pessoas em situação de risco contabilizado pelo Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR) [...] A construção de barragens para geração de energia hidrelétrica, uma prática hoje disseminada por todas as regiões do país, é outra situação em que migração e alterações ambientais estão em íntima ligação no Brasil. Principalmente a partir da década de 1960, diversas populações rurais vêm sendo compulsoriamente deslocadas devido a projetos desse gênero. Obras que, ao criar enormes lagos artificiais, transformam radicalmente o meio ambiente local e muitas vezes colocam comunidades inteiras embaixo da água. Uma revolução na vida não só daqueles que têm suas casas e terras inundadas, mas de todos os que vivem no entorno da área atingida" (CAMPOS, 2007).

⁵⁸ No chamado confronto de Kosovo, somente em fevereiro/março de 1998, verificou-se a fuga de 250 mil pessoas. Para uma cronologia da guerra e dos debates travados na mídia, ver Le Monde Diplomatique (2000), Kosovo, histoire d'une crise. Un cahier spécial sur le Kosovo.

⁵⁹ No período de 100 dias, entre junho e agosto de 1994, cerca de 1 milhão de ruandeses fugiram para o Zaire, no âmbito dos eventos que caracterizaram o "genocídio de Rwanda." Ver Braeckman (2004).

Lassailly-Jacob (2003), em África, numerosos conflitos são avaliados pelo número de vítimas e de refugiados que provoca. Os números, também nesse caso, são utilizados para dar a dimensão do problema. Em 2002, os países que abrigavam o maior número de refugiados eram Tanzânia (690 mil), República do Congo e Sudão (cerca de 300 mil), Zâmbia, Kênia e Uganda (mais de 200 mil). Alguns destes, sendo ao mesmo tempo geradores de refugiados e terras de asilo, como, por exemplo, Uganda e República do Congo. Ainda de acordo com Lassailly-Jacob (*op.cit.*), nos estados africanos, a histórica delimitação de fronteira, fundada sob a dominação colonial, tem facultado contestações e conflitos, resultando em migrações forçadas de populações que se deslocam entre estes países, seja por razões étnicas, seja por razões políticas, ou pela combinação de ambas. Estes movimentos forçados de população, por extrapolar fronteiras nacionais, mobilizam os dispositivos de segurança internacional, especialmente, no caso aqui tratado, o estatuto de refugiado⁶⁰.

A primeira base do argumento é, portanto, político-espacial e questiona os fundamentos de um estatuto jurídico internacional, num contexto de guerras internas: - que proteção pode ser oferecida nos casos de deslocamentos massivos, por iguais motivos, isto é, por motivos étnicos ou religiosos, que não extrapolem as fronteiras nacionais? Até que ponto estes dispositivos internacionais de segurança não seriam de tal modo restritivos, que acabariam por deixar milhões de pessoas à mercê da violação dos direitos humanos, simplesmente por sua localização espacial?

Na arena pública, pois, a discussão tem como referência o estatuto de refugiado. E, mais especificamente, a I Convenção de Genebra, realizada em 1951⁶¹, em seguida aos

⁶⁰ Os termos do debate que serão aqui colocados têm como pano de fundo a pesquisa e as observações realizadas, durante um ano de permanência na França, Paris.

⁶¹ Para uma periodização das diversas fases da ONU e dos dados respectivos, estou utilizando a classificação operada por BERTRAND (2004). Para este, a história da ONU, assentada em idéias sobre a paz mundial defendidas na 1ª. Conferência de Haia (1899) que resultaram na criação da Sociedade das Nações, em 1919 e, posteriormente, na criação da ONU, em 1945, pode ser analisada em dois grandes períodos: antes (1945 a 1985) e depois da “guerra fria”(pós-1985).

primeiros episódios de conflito decorrentes da Guerra Fria e da descolonização⁶². Resultando na configuração de um estatuto jurídico – refugiado – centrado na noção de *ratione personae* e, por consequência, na garantia dos direitos humanos.

A Assembléia Geral da ONU, realizada em 03 de dezembro de 1949, decidiu pela criação do Alto Comissariado para os Refugiados, a partir de 1º de janeiro de 1951, quando entrou em vigor o estatuto aprovado em 14 de dezembro de 1950. Na chamada Convenção de Genebra⁶³, definem-se o estatuto legal, os direitos e deveres dos refugiados, bem como se circunscrevem os termos do mandato do UNHCR. O artigo I desta Convenção, posteriormente ratificado pelo Protocolo de 1967, define que o termo refugiado se aplica à pessoa que, acreditando ser perseguida por razão de raça, religião, nacionalidade ou crença política, tenha que deixar o seu país, não podendo a ele retornar⁶⁴. De acordo com Ottaviani (2002), a questão referente às fugas e deslocamentos internos, embora existente, não é contemplada, porque o contexto de criação do UNCHR é o contexto da “guerra fria”, que tornava inconcebível arbitrar ou agir no interior dos países.

Novas situações surgidas após a “guerra fria”, especialmente os conflitos armados internos, demandam atenção e relação diferenciadas dos organismos internacionais com os estados nacionais. No âmbito internacional, impõe-se, assim, especialmente no plano humanitário, a questão dos deslocamentos internos de pessoas, tornados cada vez mais massivos: trata-se de proteger a população civil em cenários de guerra, mesmo que os

⁶² Alguns eventos ligados à “guerra fria”, neste período: Líbano- Síria; Iran-União Soviética; guerra da Coreia. E ligados à descolonização: guerra da Indochina; Cachemira; Israel-Palestina.

⁶³ A Convenção de Genebra, assinada em 21 de julho de 1951, e o Protocolo de 31 de janeiro de 1967 dispõem sobre direitos ao trabalho, à assistência material e à segurança social, para refugiados.

⁶⁴ “As a result of events occurring before 1 January 1951 and owing to well-founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion, is outside the country of his nationality and is unable or, owing to such fear, is unwilling to avail himself of the protection of that country; or who, not having a nationality and being outside the country of his former habitual residence as a result of such events, is unable or, owing to such fear, is unwilling to return to it” (UNHCR, Article 1 (b), p. 16).

deslocamentos sejam internos. Por outro lado, o controle sobre os deslocamentos internos passa a também ser considerado como um mecanismo para evitar que estes mesmos deslocamentos ultrapassem a fronteira dos países nos quais eles ocorrem.

Não havia registro de qualquer convenção internacional sobre as pessoas deslocadas internamente, até 1992. Neste ano, considerando as demandas internacionais, a Comissão de Direitos Humanos da ONU solicitou ao Secretário Geral que fosse designado um representante para tratar exclusivamente da questão dos deslocados internos.

A indefinição jurídica preexistente motivou a realização de uma ampla análise das “regras e normas internacionais referentes aos direitos humanos, ao direito humanitário, ao direito dos refugiados e sua aplicabilidade à proteção e assistência das pessoas deslocadas em seu próprio país” (ONU/CDH, 2003)⁶⁵.

Em 1996, foram apresentados os primeiros resultados deste trabalho, contendo um exame das disposições existentes referentes às pessoas já deslocadas. Este Relatório, realizado com a participação de universidades e especialistas, começa por assinalar que:

si le droit dans son état actuel comporte de nombreux aspects qui intéressent tout particulièrement les personnes déplacées dans leur propre pays, il existe plusieurs grands domaines dans lesquels il ne leur assure pas une protection suffisante. Ces domaines peuvent être classés en deux grandes catégories, selon qu'ils sont dus à des vides juridiques manifestes ou à des «zones grises» du droit existant (ONU/CDH, 1997, p. 2).

Dentre as “zonas cinzas” mencionadas, incluía-se a restituição ou a indenização de bens perdidos por motivos de deslocamento. E, em termos institucionais, a inexistência de qualquer instituição encarregada de tratar as questões relativas às pessoas deslocadas internamente, consideradas potencialmente mobilizadoras de diversos instrumentos de proteção:

⁶⁵ A retrospectiva da discussão sobre os deslocados internos, no interior da ONU, que será feita a seguir, tem como fonte principal o Relatório de 10 anos de trabalho, apresentado por Francis Deng – nomeado Representante em 1992 - apresentado em 21 de janeiro de 2003 (ONU/CDH, 2003). E privilegiará os eventos que dizem respeito ao deslocamento compulsório decorrente das chamadas “catástrofes provocadas pelo homem”.

Le problème du déplacement interne dépasse les capacités d'une seule organisation. Les besoins des personnes déplacées dans leur propre pays ont trait à l'assistance humanitaire, à la protection, à la réinsertion et au développement. Pour établir un cadre qui permette de remédier efficacement aux problèmes de déplacement interne, il faut adopter une approche globale qui fasse intervenir tout à la fois les dispositifs du droit humanitaire, des droits de l'homme et du développement (Ibid., p. 4-5).

Constatando a gravidade da situação detectada, este Relatório recomenda, de imediato: a) reformas institucionais no interior da própria ONU, visando a dispor de um mecanismo central que permitisse uma efetiva cooperação, através da delimitação de tarefas entre as situações de urgência e a dos deslocados internos; b) cooperação entre as organizações de defesa dos direitos humanos e as humanitárias, de modo a considerar as necessidades de assistência e de proteção que se verificam entre os deslocados (Ibid., p. 10).

Em 1998, foi apresentado o relatório complementar ao de 1996, no qual, na ausência de um quadro jurídico internacional, foram fixados os “Princípios Diretores Relativos ao Deslocamento de Pessoas no interior do próprio país”⁶⁶. Nestes “Princípios”, define-se quem são os deslocados internos – artigo 2:

les personnes déplacées à l'intérieur de leur propre pays sont des personnes ou des groupes de personnes qui ont été forcés ou contraints à fuir ou à quitter leur foyer ou leur lieu de résidence habituel, notamment en raison d'un conflit armé, de situations de violence généralisée, de violations des droits de l'homme ou de catastrophes naturelles ou provoquées par l'homme ou pour en éviter les effets, et qui n'ont pas franchi les frontières internationalement reconnues d'un État (ONU/CDH, 1998, p. 5, grifo nosso).

São 30 princípios, sem caráter coercitivo, que contemplam principalmente as situações de deslocamento provocadas por guerras internas. De uma maneira geral, no entanto, tratam as situações dos projetos de desenvolvimento, nos seguintes artigos:

⁶⁶ Participaram da elaboração destes princípios as seguintes instituições: Center for Human Rights and Humanitarian Law du Washington College of Law de l'American University; American Society of International Law; Faculté de droit de l'Université de Berne; Institut Ludwig Boltzmann des droits de l'homme de l'Université de Vienne; International Human Rights Law Group; Fondation Ford; Jacob Blaustein Institute for the Advancement of Human Rights; Fondation européenne des droits de l'homme; Fondation Hauser; John D. and Catherine T. Mac Arthur Foundation. (ONU/CDH, 1998, p. 4-5)

Principe 3

1. C'est aux autorités nationales qu'incombent en premier lieu le devoir et la responsabilité de fournir une protection et une aide aux personnes déplacées à l'intérieur de leur propre pays qui relèvent de leur juridiction.
2. Les personnes déplacées à l'intérieur de leur propre pays ont le droit de demander et de recevoir une protection et une aide humanitaire des dites autorités. Elles ne doivent être soumises à aucune persécution ou punition pour avoir formulé une telle demande.[...]

Principe 5

Toutes les autorités et tous les membres concernés de la communauté internationale respectent les obligations qui leur incombent en vertu du droit international, notamment les droits de l'homme et le droit humanitaire, et les font respecter en toutes circonstances de façon à prévenir et éviter les situations de nature à entraîner des déplacements de personnes.

Principe 6

1. Chaque être humain a le droit d'être protégé contre un déplacement arbitraire de son foyer ou de son lieu de résidence habituel.
2. L'interdiction des déplacements arbitraires s'applique aux déplacements :
[...]
- c) Qui se produisent dans le contexte de projets de développement de vaste envergure qui ne sont pas justifiés par des considérations impérieuses liées à l'intérêt supérieur du public;
- d) Qui sont opérés en cas de catastrophe, à moins que la sécurité et la santé des personnes concernées n'exigent leur évacuation; et
3. Le déplacement ne doit pas durer plus longtemps que ne l'exigent les circonstances.

Principe 7

1. Avant toute décision nécessitant le déplacement de personnes, les autorités concernées font en sorte que toutes les autres possibilités soient étudiées afin d'éviter le recours à une telle mesure. Lorsqu'il n'y a pas d'autre choix, tout doit être fait pour que le nombre des personnes déplacées soit aussi restreint que possible et que les effets néfastes de l'opération soient limités.
2. Les autorités qui procèdent à un tel déplacement de population veillent, dans toute la mesure possible, à ce que les personnes déplacées soient convenablement logées, à ce que l'opération se déroule dans des conditions satisfaisantes sur le plan de la sécurité, de l'alimentation, de la santé et de l'hygiène, et à ce que les membres d'une même famille ne soient pas séparés.
3. Lorsque le déplacement a lieu dans des circonstances autres que la phase d'urgence d'un conflit armé ou d'une catastrophe, les garanties suivantes doivent être observées :
a) Toute décision est prise par l'autorité étatique habilitée par la loi; [...]

Principe 18

1. Toutes les personnes déplacées à l'intérieur de leur propre pays ont droit à un niveau de vie suffisant.
2. Au minimum, quelles que soient les circonstances et sans discrimination aucune, les autorités compétentes assureront aux personnes déplacées à l'intérieur de leur propre pays les services suivants et leur permettront d'y accéder en toute sécurité :
a) aliments de base et eau potable;

- b) abri et logement;
- c) vêtements appropriés; et
- d) services médicaux et installations sanitaires essentiels (ONU/CDH, 1998, p. 7-16).

Os “Princípios Diretores” refletem as normas existentes internacionalmente e são aprovados pela Assembleia Geral da ONU (54/167); pela Comissão de Direitos Humanos (Resolução 1999/47); pela Comissão Inter-americana de Direitos Humanos e pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Todavia, diferentemente dos refugiados, as pessoas deslocadas internamente não passam a constituir uma categoria jurídica distinta.

Em 2000, um Comitê formado pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos, pelo Coordenador de Socorros de Urgência e pelo Representante do Secretário Geral, elabora um Documento Comum sobre a proteção das pessoas deslocadas internamente. E, para apoiar a ação conjunta e coordenada dos diversos organismos da ONU, foi criado um sistema global de informação, coordenado pelo Conselho Norueguês de Refugiados (www.idpproject.org).

Em 2003, foi aprovada a chamada Convenção de 2003/52 – Direitos Humanos e Êxodo massivo - cuja ênfase recai sobre os deslocamentos motivados por conflitos/guerras internas, introduzindo a noção de êxodo – distanciada da noção de deslocado, que evocava a questão dos “projetos de desenvolvimento”. De certo modo, em seu Relatório de 2003, o Representante do Secretário encarregado da questão das pessoas deslocadas, Francis Deng, já antecipava:

Si souveraineté implique responsabilité, il appartient aux États de chercher des solutions qui leur soient propres face à ces problèmes. Néanmoins, le Représentant estime qu’il est, aussi, de la responsabilité de la communauté internationale de veiller à ce qu’ils ne se soustraient pas à leur obligation de soutenir des solutions politiques durables aux conflits internes (ONU/CDH, 2003, p. 25).

Após o reconhecimento efetuado pelo UNHCR da condição de pessoa deslocada compulsoriamente por motivos de conflitos étnicos e/ou políticos no interior de um mesmo

país, atribuindo-lhe estatuto similar ao de refugiado internacional, a mesma pressuposição utilizada para estabelecer a relação refugiado interno/refugiado internacional, passa a fundamentar a ampliação e retradução do argumento, também defendidas por ONG's ambientalistas.

Em um contexto de ampla discussão sobre o meio ambiente e sua preservação, que tem lugar a partir de 1992, uma segunda questão é apresentada, desta feita considerando os deslocamentos massivos de população provocados pelas catástrofes naturais e pelos acidentes ambientais: - qual proteção pode ser oferecida a milhões de pessoas deslocadas compulsoriamente por motivos ambientais? O exemplo paradigmático, neste contexto, é o acidente de Chernobyl, ocorrido em 1986: 155 mil km² contaminados, aproximadamente 110 mil pessoas deslocadas compulsoriamente da zona de 30 km, no entorno da central nuclear.

A partir de 1996, após a divulgação do relatório do Banco Mundial, estimando ter havido, no período compreendido entre 1986-1995, o deslocamento compulsório de 80 a 90 milhões de pessoas, provocado por obras de infra-estrutura (os chamados “projetos de desenvolvimento”), acrescentam-se à situação de catástrofe natural e acidental as pessoas deslocadas compulsoriamente por estes projetos: - estas, desta perspectiva, também vítimas de processos de degradação ambiental.

A compulsoriedade do deslocamento por motivo ambiental, neste argumento, é tomada como similar, isto é, atinge as pessoas do mesmo modo, seja o desastre provocado por causas naturais, acidentais ou humanas. Exemplo paradigmático: China. Em 1998, a destruição ambiental provocada pela enchente do rio Chang Jiang, além de mais de três mil mortos, provocou o deslocamento forçado de milhões de pessoas⁶⁷. A barragem de Três Gargantas, localizada também no rio Chang Jiang, inaugurada em 2006, provocou o deslocamento compulsório de um milhão e duzentas mil pessoas.

⁶⁷ Em 1998, as enchentes do lago Dongting e ao longo do rio Chang Jiang deixaram 14 milhões de desabrigados.

O caso da China faculta introduzir na controvérsia um exemplo concreto, no mesmo espaço, de um mesmo processo – o deslocamento compulsório massivo – cuja causa é a inundação; sendo esta, no primeiro caso, decorrente de “desastre natural”; e, no segundo, de um “projeto de desenvolvimento” ou da ação humana. Segue-se, então, na controvérsia, um encadeamento de questões e de ações que buscam demonstrar que, tanto nas catástrofes naturais quanto nos desastres ambientais provocados pelos projetos de desenvolvimento, as conseqüências para as populações seriam similares. A principal questão é, então: as vítimas das enchentes naturais seriam mais vítimas do que as vítimas das inundações provocadas por barragens? Até que ponto as catástrofes naturais não seriam, também elas, decorrentes de prévias intervenções humanas sobre o meio ambiente?⁶⁸ O corolário seguinte completa o eixo da argumentação: não estariam todos, igualmente, submetidos à condição de refugiados, mais especificamente, refugiados ambientais ou eco-refugiados? Por que não se criar um estatuto jurídico que reconheça a vitimização destas populações?

Numa espécie de arqueologia da categoria eco-refugiado, Lassailly-Jacob (2002, p. 142-144) remonta a sua origem a 1985, no interior do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUE), como título de um relatório. Este, escrito por um universitário egípcio (Essam El Hinnawi), propõe a seguinte definição:

ceux qui sont forcés de quitter leur lieu de vie temporairement ou de façon permanente à cause d'une rupture environnementale (d'origine naturelle ou humaine) qui a mis en péril leur existence ou a sérieusement affecté leurs conditions de vie.

⁶⁸ No Brasil, em 2005, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC, 2005) divulgou uma matéria, no âmbito da cobertura da Conferência de Montreal, realizada pela ONU (28 de novembro a 10 de dezembro de 2005), sobre mudanças climáticas, intitulada “Ilhéus de Papua são os primeiros refugiados ambientais”, mas não detalha o tipo de reconhecimento atribuído a este caso e nem menciona a discussão em pauta: “Os 980 habitantes de seis pequenas Ilhas de Carteret, ao norte da ilha de Bougainville, em Papua Nova Guiné, entraram na História como os primeiros refugiados ambientais, obrigados a abandonar suas casas devido à elevação do nível do mar, supostamente associada ao aquecimento global. [...]. Em dois anos, as seis ilhas estarão desabitadas. Até 2015, provavelmente estarão completamente submersas [...] Disse à Rádio Austrália o coordenador distrital de Bougainville, Joe Kaipu. — A única ação possível é reassentá-los. O caso das ilhas Carteret não é único. Outras ilhas do Pacífico, como Kiribati, Tuvalu, Marshall e Maldivas, também estão ameaçadas”.

O UNHCR, por sua vez, faz menção a esta categoria em 1997, evocando também as catástrofes ambientais naturais e as decorrentes de “projetos de desenvolvimento”, no âmbito do debate sobre os deslocamentos internos e as mudanças ecológicas que se verificaram em alguns países que formavam a União Soviética, notadamente Ucrânia e Bielorrússia, após o desastre de Chernobyl.

Na mídia, a televisão francesa apresentou um documentário, em 1995, intitulado “Les refugiés de l’environnement”, tendo como conteúdo a poluição no chamado “triângulo negro” – sul da Polônia, República Tcheca e região carbonífera da Alemanha; e a desertificação do norte da Mauritânia. Ambos os casos atribuídos à degradação ambiental decorrente da ação humana.

Assim é que, o debate sobre a categoria eco-refugiado, na forma como vem sendo colocado, mobiliza, em seus fundamentos, regras do direito internacional, sobre as quais, evidentemente, não tenho competência para tratar. Aqui serão fornecidos alguns desses fundamentos, apenas com o objetivo de evidenciar as lógicas argumentativas introduzidas na arena pública e os principais atores, à medida que estas possam elucidar a estruturação da categoria eco-refugiado, recuperando a lógica da oposição deslocamento compulsório interno *versus* deslocamento interpaíses, acima mencionada.

Os argumentos a favor do reconhecimento da situação de refugiado ambiental, publicizados por organizações não-governamentais de cunho ambientalista e humanitário, advogam que, tanto num caso como noutro, isto é, tanto no caso dos deslocamentos compulsórios provocados por desastres ambientais naturais (catástrofes) quanto no caso dos desastres ambientais provocados pelos projetos de desenvolvimento, está em causa a violação de direitos: – o direito de ficar (*rester*); - o direito à indenização e a alternativas de deslocamento (sobre os quais há evidências de que, na maioria dos casos de projetos de

desenvolvimento, não está sendo respeitado)⁶⁹; - o direito à continuidade e reprodução cultural de grupos, sobretudo grupos étnicos, que já têm dispositivos internacionais de proteção.

Nos argumentos contra o reconhecimento da condição de refugiado ambiental ou eco-refugiado, advoga-se que nos projetos de desenvolvimento prevalece o interesse do “bem nacional”, que pode conflitar com os direitos individuais, devendo este tipo de conflito ser analisado caso a caso, sobretudo, porque estaria em jogo o direito de evicção facultado aos estados nacionais. Por outro lado, na execução do projeto de desenvolvimento, há um planejamento e um controle para a reinstalação (no sentido de reassentamento) das pessoas deslocadas que a torna diferente das situações de emergência e de reconstrução⁷⁰, que caracterizam os desastres ambientais naturais e as guerras. Nestes, predomina uma “questão humanitária”, legalmente reconhecida através dos instrumentos de ajuda internacional/humanitária. Naqueles, os estados nacionais dispõem de aparatos próprios e, muitos deles, de legislações específicas, cuja obediência deve ser observada internamente, sem a interferência internacional sobre a soberania dos estados nacionais.

Um contra-argumento, sobretudo defendido por organizações não-governamentais de cunho ambientalista, que trabalham em contextos de barragem, coloca: há situações emergenciais e de calamidade decorrentes destes mesmos projetos de desenvolvimento, o que torna estéril a distinção entre desastre natural e desastre provocado pelos projetos de desenvolvimento. Na França, as ONG's que defendem este argumento utilizam, entre outros, o exemplo do acidente de Malpasset (*la catastrophe de Malpasset*)

⁶⁹ Há registros, como na República do Togo (oeste da África), nos quais o deslocamento compulsório para a criação de um parque nacional contou com o uso de granadas e canhões, utilizados na destruição das casas e plantações. Nos anos 2002-2004, há registros, na China, de prisões coletivas de pessoas que se recusaram ao deslocamento, provocado pela construção da Barragem de Três Gargantas.

⁷⁰ Conforme será visto no item a seguir, reconstrução e reassentamento são pilares na argumentação desenvolvida pelo Banco Mundial.

para ilustrá-lo⁷¹. O rompimento da barragem de Malpasset, no sul da França, com um reservatório de 40 km, na noite de 02 de dezembro de 1959, provocou uma onda progressiva de 50 milhões de m³, que assolou a região do Vale do Reyran. Deste episódio, uma frase atribuída ao presidente da Associação Internacional de Grandes Barragens, na época, é evocada para demonstrar a esterilidade da diferenciação entre a natureza das catástrofes: "*De tous les ouvrages construits de main d'homme, les barrages sont les plus meurtriers*"⁷².

Como observa Lassailly-Jacob (2002), a percepção social das catástrofes “naturais” como desastres ambientais está associada a uma tomada de consciência internacional sobre a questão da degradação ambiental, podendo ser tomado como marco a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1972. Anteriormente e mesmo na história recente, há exemplos de grandes deslocamentos provocados por secas e inundações sobre os quais este tipo de controvérsia não se colocou, como, por exemplo, nos casos de êxodos massivos provocados pela seca em diversas regiões do mundo. Na mesma direção, os grandes deslocamentos populacionais e reassentamentos promovidos nas antigas colônias pelos países colonizadores, como no caso da Argélia (BOURDIEU, 1979), e outros deslocamentos para fins de controle territorial e político, somente nos últimos quinze anos vêm sendo socialmente percebidos como catastróficos, do ponto de vista social e humanitário.

⁷¹ Há outros exemplos, fazendo apelo às avalanches de neve; a incêndios, etc. Para uma “sociologia das catástrofes”, ver Clavandier (2004).

⁷² Para acidentes com barragens, ver Cracking Dams (<http://simscience.org/cracks/advanced/malpasset.html>), alimentado por especialistas da Universidade de Cornell. No Brasil, em junho de 2004, a barragem do Camará, na Paraíba, com capacidade de 26 milhões de m³, foi rompida, matando cinco pessoas e deixando mais de 4.000 desabrigados (Tragédia Anunciada, Folha de São Paulo, 13 de novembro de 2005).

A soberania dos estados nacionais sempre esteve hegemônica na arena pública, quando se trata dos deslocamentos massivos internos, seja por razões de conflitos seja por causa dos desastres ambientais naturais ou não.

Em 1993, durante a Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, esta questão é sobejamente tratada, através do direito de evicção e dos dispositivos internacionais de vigilância e garantia dos direitos humanos. Um debate que se desenvolve, aparentemente, em paralelo à discussão sobre as pessoas deslocadas e refugiadas, mas que, igualmente, evoca as diferentes causas do deslocamento forçado. Neste caso, associando o par deslocamento-reinstalação. Desta perspectiva, a evicção forçada é, assim, definida:

La pratique de l'éviction forcée s'entend du départ involontaire d'un individu de son foyer ou de sa terre, qui est directement ou indirectement attribuable à l'Etat. Elle suppose l'élimination effective pour un individu ou un groupe de la possibilité de vivre dans une certaine habitation, un certain lieu de résidence ou une certaine localité, et le déplacement assisté (en cas de réinstallation) ou non assisté (sans réinstallation) des personnes ou des groupes évincés vers d'autres lieux (Conférence mondiale sur les droits de l'homme, 1993, p. 25).

O Estado – ou o bem público – é tomado como pressuposto do debate, verificando-se a transferência da responsabilidade para o âmbito interno, cabendo aos organismos internacionais, quando demandados, a vigilância do cumprimento de acordos e convenções por parte de países signatários. Desta perspectiva, a evicção forçada não é concebida, em princípio, como uma ameaça ou violação aos direitos humanos; ela é percebida como uma “conseqüência do desenvolvimento, ou da renovação urbana, ou de um conflito armado, ou ainda da proteção do ambiente ou da produção de energia, no caso da construção de barragem” (Ibid., p. 1), que pode ou não necessitar da proteção/vigilância internacional. Embora se admita que, na prática, o ato de evicção possa ser considerado “uma das mais graves injustiças” que um indivíduo, uma família ou uma comunidade possa sofrer, ressalva-se que não pode ser comparado a outras formas de deslocamento, como o êxodo, os

movimentos de refugiados, os deslocamentos no interior do país por motivos de guerra ou as transferências de população para controle político e territorial. Isto porque: 1) a evicção forçada pode ser sempre remetida às normas e decisões legislativas ou à responsabilidade mesma do Estado; 2) é sempre precedida ou acompanhada de uma decisão proveniente de autoridade administrativa, por vezes, sob confirmação jurídica; 3) todas ou quase todas as decisões de evicção forçada são planejadas, organizadas, anunciadas e inscritas nas políticas ou projetos públicos de desenvolvimento; 4) pode ter um caráter massivo ou incidir apenas sobre um pequeno grupo; 5) por fim, a evicção forçada pode ser compatível com as normas internacionais de direitos humanos e, portanto, pode ser uma evicção legal. (Ibid., p. 4-6)

Distingue-se, assim, a “evicção legal” da “evicção arbitrária, ilegal ou injusta”, a primeira podendo ser justificada em “situações excepcionais” e de acordo com os princípios do direito internacional⁷³. Não se trata, pois, de interditar os deslocamentos. Trata-se de: 1) assegurar às pessoas sob evicção forçada o recurso ao aparato jurídico-legal; 2) considerar a amplitude dos deslocamentos e os procedimentos operacionais; 3) avaliar o esforço para redução do número de deslocados. Recomenda-se, então, uma série de medidas para uma “evicção legal” e com baixo custo de “sofrimento humano” (ibid., p. 8).

A partir desta lógica argumentativa, foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos da ONU a Resolução 1993/77, intitulada Expulsões Forçadas, cujas recomendações contemplam legislações e recomendações preexistentes e guardam correlação com muitas recomendações contidas nos procedimentos operacionais relativos ao reassentamento involuntário, produzidos pelo Banco Mundial, que serão arrolados no próximo item.

⁷³ O Brasil é explicitamente citado como um dos países que dispõem de legislação adequada, inclusive com a proteção jurídica das populações autóctones (Ibid. p. 18).

No entanto, a despeito da Resolução 1993/77 e da convenção de 2003/52, durante a 7ª Conferência Internacional das Instituições Nacionais de Direitos Humanos, realizada em setembro de 2004, retoma-se o debate sobre refugiados e deslocados internos.

Em janeiro de 2005, durante a reunião anual da CDH, a ênfase é colocada sobre a prevenção dos deslocamentos internos e, desta feita, contempla o par “deslocamentos internos e êxodos massivos”. Citando, textualmente, o Relatório da Comissão Mundial de Barragens (2000), opera a distinção entre: deslocamentos engendrados por conflitos e perseguições e deslocamentos causados por catástrofes ou por desenvolvimento. Neste sentido, atualiza os termos do debate centrado nos problemas ambientais, independentemente da causa, e ratifica a especificidade do “refugiado”, tal como definido na Convenção de Genebra de 1951/Protocolo de 1967. A justificação começa pelo número de deslocados, que é, de fato, o conteúdo que se estabiliza na arena pública:

[...] environ 2,6 millions de personnes auraient été temporairement déplacées en raison de catastrophes naturelles en 2003-2004. Ce chiffre ne tient pas compte des plus d'un million de personnes déplacées en raison du tsunami qui a frappé de nombreux pays d'Asie du Sud le 26 décembre 2004. Même si cela ne paraît pas évident de premier abord, les droits de l'homme ont également un rôle à jouer dans la prévention de ce type de déplacement de population. [...] est de notoriété publique que la cause la plus importante des déplacements de population partout dans le monde réside dans les projets de développement à grande échelle, tels que les barrages, les mines, les oléoducs et les gazoducs, les routes et les autres constructions d'infrastructures. En 2000, la Commission mondiale des barrages a estimé que le nombre total de personnes déplacées dans le monde en raison de la seule construction de barrages se situait entre 40 et 80 millions. Selon les estimations découlant des évaluations financées par la Banque mondiale, 10 millions de personnes auraient été déplacées chaque année au cours des années 90 en raison de la mise en oeuvre de projets de développement (ONU/CDH, 2005, p. 8).

Ao estabelecer a catástrofe ambiental como um elemento unificador de situações de deslocamento interno, o argumento desenvolvido neste relatório, opera outras junções, do ponto de vista aqui tratado, importantes: 1) recomenda que a ajuda internacional seja extensiva a ambas situações, inclusive como forma de contra-argumento às alusões sobre falta

de recursos que são feitas pelos estados nacionais; 2) recomenda como objetivo prioritário das Nações Unidas a implantação de ações voltadas para a criação e o reforço de sistemas “sólidos” de proteção dos direitos humanos nos estados nacionais; 3) recomenda que o HCDH assuma a liderança na condução deste esforço de reorientação da ajuda humanitária e de fortalecimento dos sistemas de proteção; 4) relembra que a própria Resolução 2003/52 assinalava que os Estados e as organizações internacionais têm a responsabilidade de cooperar com os países que são atingidos por êxodos massivos de refugiados e de pessoas deslocadas, e de responder às necessidades de assistência e proteção; 5) demonstra a progressiva redução de recursos destinados para este fim; 6) e, por fim, reclama a criação de um organismo, com estatuto similar ao UNHCR, que seja responsável pelas pessoas deslocadas em seu próprio país (Ibid., p. 11-14).

Ao que parece, um dos elementos que contribuiu para esta ênfase sobre a debilidade dos estados nacionais para a proteção dos direitos humanos foi o relatório apresentado por Rodolfo Stavenhagen⁷⁴ – relator especial sobre a situação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais das populações autóctones – no qual destacava:

profondes répercussions des déplacements de population découlant de la mise en oeuvre de tels projets (en particulier pour les minorités et les peuples autochtones), qui [...] sont rarement anticipées de manière appropriée ou comprises par les autorités nationales ou internationales qui sont à l'origine des projets en question (Ibid., p. 9).

A conclusão do relatório expõe claramente:

Depuis plus de 20 ans que la Commission des droits de l'homme et l'Assemblée générale se penchent sur la question, les liens existant entre les droits de l'homme et les exodes massifs ne peuvent plus être mis en doute. Si, à leurs débuts, le droit et les mécanismes relatifs aux droits de l'homme, d'une part, et aux réfugiés, d'autre part, ont suivi un cheminement différent, le fait qu'ils aient en commun la reconnaissance de la dignité inhérente aux femmes, aux hommes et aux enfants déplacés et la nécessité impérieuse de veiller à leur sécurité et à leur bien-être face au danger et à la perte de leur foyer et de leur communauté les a réunis de manière fructueuse (Ibid., p. 20).

⁷⁴ Sociólogo mexicano, reconhecido por seus trabalhos nas áreas de sociologia rural; minorias e conflitos étnicos; direitos humanos e resolução de conflitos.

Em alguma medida, esta reunião de 2005 parece ter facultado espaço para a hegemonia do debate sobre os eco-refugiados, na arena pública, cujos desdobramentos somente poderão ser observados a partir de agora.

De todo modo, a correlação entre refugiado e ajuda humanitária e as determinações desta correlação na construção da categoria eco-refugiado ganha maior inteligibilidade quando confrontada com a correlação projetos de desenvolvimento e reassentamento involuntário, no âmbito da controvérsia sobre barragens, na qual se destaca a atuação do Banco Mundial, que será tratada a seguir.

1.2.3. A redefinição e a imposição de uma categoria: deslocamento involuntário versus reassentamento involuntário

O contexto é mundial, mas a discussão é, sobretudo, anglo-americana. O objeto de disputa: as conseqüências sociais das barragens, que têm como corolário, o deslocamento compulsório. Os principais atores: o Banco Mundial⁷⁵ e especialistas. No Brasil, e no caso específico de Tucuruí, não encontrei a referência à categoria reassentamento involuntário. Como foi colocado no item 1.2.1., referente às categorias atingido/reassentado, no Brasil,

⁷⁵ O grupo do Banco Mundial, organismo financeiro vinculado ao sistema das Nações Unidas, reúne o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD); a Associação Internacional do Desenvolvimento (AID); o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIRDI); a Corporação Financeira Internacional (IFC) e a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI). O BIRD (através de empréstimos financeiros com juros e assistência prestados a “países de renda média”) e a AID (através de empréstimos sem juros e outros serviços prestados a “países pobres”) têm definida como missão a redução da pobreza no mundo e a promoção do desenvolvimento social e econômico nos países em vias de desenvolvimento, cf. <http://www.obancomundial.org/index.php/content/view/6.html>, acesso em novembro de 2004.

observa-se a coexistência das seguintes categorias: atingido, expropriado, deslocado, reassentado, relocado, cujos conteúdos remetem ao deslocamento compulsório, em contextos de barragem, mas não o par agregado “reassentamento involuntário”.

A discussão pautada na categoria reassentamento involuntário, capitaneada pelo Banco Mundial, tem como um de seus principais supostos uma distinção que, em seus fundamentos, é também operada pela Organização das Nações Unidas (ONU). No caso da ONU, a distinção é realizada entre deslocamento interno, refugiado, evicção, nos termos anteriormente evidenciados. No Banco Mundial, a distinção refere-se às rubricas orçamentárias e seus gestores: financiamento para o desenvolvimento (BIRD - projetos de infra-estrutura) e ajuda para a paz (AID – pobreza, calamidades e catástrofes naturais). No argumento do Banco Mundial, conforme veremos a seguir, pautado nas ações do interventor, são prevaletentes o motivo do deslocamento compulsório, isto é, o desenvolvimento; e o procedimento operacional, isto é, o reassentamento.

Há aproximadamente 50 anos, o Banco Mundial vem operando como uma espécie de árbitro do desenvolvimento. Sua publicação anual, *World Development Report*, fixa as prioridades, difunde a terminologia, os conceitos e as problemáticas através das quais a idéia mesma de desenvolvimento é formulada. Da “redução da pobreza”, propugnada no período Robert McNamara (presidente de 1968 a 1981) ao tema atual da “boa governança” (publicizado no decorrer dos anos 1990), passando pelo “ajustamento estrutural” (aproximadamente, de 1981 a 1986) e pelo “desenvolvimento sustentável” (prevalente de 1990 a 2000), os grandes repertórios do Banco Mundial têm estruturado debates, orientado pesquisas e produzido saberes. Criado em 1946, logo após a Segunda Grande Guerra Mundial, os seus objetivos iniciais priorizavam a reconstrução dos países aliados e as garantias sobre os investimentos. Hoje, o foco é o fomento aos projetos de infra-estrutura e a

concessão de créditos diretos⁷⁶, uma inflexão deflagrada no período McNamara com a ascensão dos economistas da Universidade de Chicago⁷⁷, que guarda estreita conexão com as problemáticas hegemônicas no debate sobre o desenvolvimento e com o conhecimento produzido a partir e/ou por demanda do próprio Banco.

No caso específico do deslocamento compulsório, a preocupação em conformar uma categoria específica correlata aos projetos desenvolvidos pelo Banco⁷⁸, torna-se publicamente mais evidente em 1980, e conta com a intervenção de um ator, o sociólogo Michael Cernea, cuja performance na articulação entre o Banco e os acadêmicos, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra, é fundamental para a compreensão mesma da conformação da categoria. Para o objetivo deste capítulo, que é uma análise de como a problemática do deslocamento compulsório se coloca na arena pública, serão apresentados a seguir: a) como a categoria vai sendo conformada ao longo dos anos, no interior do Banco, através do que estou denominando “etnografia de um *site*”; e b) alguns elementos da biografia de Michael Cernea, *Bank's Senior Adviser for Sociology and Social Policy*, no período compreendido entre 1981 e 1997, mostrando instituições e eventos que ele mobiliza em torno da discussão.

⁷⁶ A carteira do Banco representa cerca de 1/3 de todo investimento governamental em projetos de infra-estrutura no mundo e a sua atuação sinaliza as potencialidades de investimento para o capital privado.

⁷⁷ A propósito das correlações entre acadêmicos americanos e o Banco Mundial, ver Guillot (2000). Para este, nos anos 60, prevaleceram os “conselheiros em política” recrutados pela administração John Kennedy em prestigiosas universidades da costa leste dos Estados Unidos. O Instituto Brookings, organização privada de pesquisa em Ciências Políticas e Econômicas, de inspiração keynesiana, era o local, por excelência, de encontro entre os tomadores de decisão e os acadêmicos. No curso dos anos 70, o quadro de pessoal do Banco foi multiplicado por 4, sendo boa parte do staff intelectual substituída por economistas recrutados na Universidade de Chicago ou em universidades próximas intelectualmente a esta. Nos anos 90, juntou-se ao primado da economia de Chicago, profissionalizada e matematizada, a inclusão das ONG's – não, segundo estes autores, como uma resposta política, mas, sobretudo, como executores eficientes de projetos de desenvolvimento/superação da pobreza, em países em vias de desenvolvimento, assolados pela dívida e pela corrupção.

⁷⁸ Ao mencionar Banco ou Banco Mundial, estou me referindo ao BIRD.

A – A categoria “involuntary resettlement”, no interior do Banco Mundial, ou a etnografia de um site

O Banco Mundial tem uma página na internet (<http://www.worldbank.org>)⁷⁹, contendo uma vasta documentação (mais de 14 mil documentos e publicações), classificada por temas, que inclui, além da produção do próprio Banco, publicações academicamente filiadas, divulgadas através de encontros científicos – colóquios, seminários, etc⁸⁰.

Através do próprio mecanismo de procura do *site*, esta (ou parte da) documentação pode ser encontrada através das seguintes chamadas:

Resettlement– Involuntary resettlement

Displacement – Involuntary displacement

Trata-se de uma bibliografia extensa. Por exemplo, a partir da *home*⁸¹:

a) Se utilizarmos o primeiro mecanismo de busca com a categoria *involuntary resettlement*, encontraremos 890 citações⁸²;

b) Se o fizermos com a categoria *involuntary displacement*, encontraremos 456 citações⁸³.

Uma aproximação mais detalhada à cartografia do *site* revela que a categoria *involuntary resettlement* é uma sub-categoria organizadora, vinculada à categoria *social*

⁷⁹ Existe também uma página em português (www.bancomundial.org), na qual, entretanto, não se encontram os documentos referentes ao reassentamento involuntário, sendo o internauta redirecionado para a página em inglês.

⁸⁰ Denomino publicações academicamente filiadas àquelas que são produzidas no interior da Academia, por interesse e/ou financiamento do Banco.

⁸¹ Todas as consultas ao *site* foram feitas no período compreendido entre 12 de novembro de 2004 e 10 de janeiro de 2005.

⁸² Ver

<http://extsearch.worldbank.org/servlet/SiteSearchServlet?submit.y=7&submit.x=14&q=Involuntary+resettlement&pSt=990>

⁸³ Ver

<http://extsearch.worldbank.org/servlet/SiteSearchServlet?qUrl=&ed=&submit.y=11&submit.x=18&q=involuntary+displacement&pSt=550>

development (Home > Dev Topics > Social Development > Themes > Involuntary Resettlement). Logo, é uma categoria utilizada para a classificação dos documentos/publicações relativos a todas as situações de deslocamento compulsório, no contexto do desenvolvimento, independentemente de lugar, tipo de projeto, causa ou origem. Pode-se constatar, a propósito, que existe também uma outra categoria organizadora, no mesmo nível da categoria *development social*, chamada *water resources management*, que, por sua vez, inclui a sub-categoria *dams and reservoirs* (Home > Dev Topics > Rural & Environment > Water Resources Management > Sectors and Themes > Dams and Reservoirs), mas não conduz à documentação aludida, seja sobre *involuntary resettlement* seja sobre *involuntary displacement*.

De fato, a categoria *Social Development* abriga o seguinte conjunto de sub-categorias: *Community Driven Development*; *Conflict Prevention and Reconstruction*; *Indigenous Peoples*; *Involuntary Resettlement*; *Participation and Civic Engagement*; *Social Analysis*; *Social Capital*; e *Other Themes Related to Social Development*. Observa-se que a categoria Povos Indígenas, embora tratada separadamente, abriga, principalmente, documentação referente ao deslocamento forçado. Pode-se supor que isto se deve à própria história de construção da categoria no interior do Banco, na qual se constata, conforme será visto, uma importante presença de antropólogos.

De acordo com sua história autorizada⁸⁴, disponível no *site*, o Banco Mundial, a partir de meados da década de 70, começou a incorporar à sua equipe cientistas sociais dos lugares onde se instalavam os projetos, com o objetivo de analisar os contextos nos quais o

⁸⁴ Estou utilizando a expressão história autorizada em analogia à expressão “*récit autobiographique*”, nos termos propostos por Bourdieu (1994, p. 81-90). Desta perspectiva, é importante considerar que estão disponíveis no site os documentos e publicações autorizados pelo Banco. Assim como há um tom laudatório e uma organização lógica que perpassam grande parte do material disponível, que aqui está sendo utilizado no sentido de recompor a imagem e as idéias que os responsáveis por sua seleção, por suposto, têm do Banco e/ou consideram importantes para dar inteligibilidade à sua história.

Banco intervinha e responder às críticas locais e nacionais que se endereçavam aos projetos por ele apoiado. Não há muitos detalhes sobre este período; todavia, atribui-se à participação destes cientistas a elaboração do marco zero da política de *involuntary resettlement* - a chamada *Operational Manual Statement (OMS) 2.23*, intitulada *Social Issues Associated with Involuntary Resettlement in Bank Finance Projects*⁸⁵ - que passou a ser utilizada não apenas no âmbito do Banco, mas também no âmbito de outros organismos de financiamento, em geral (JACOBS, 1998). Datada de fevereiro de 1980, esta OMS passou a ser reconhecida como a “parte sociológica” da avaliação de projetos.

The OMS attempted to reconcile two conflicting aspects. On the one hand it recognized the necessity for resettling people to execute projects which contribute to the general welfare, and which may be critical for national or regional development. On the other hand, the OMS also underscored the fact that resettlement is generally a politically sensitive measure as it gives rise to special social and technical problems. It enumerated the problems that could emanate from resettlement: a feeling of powerlessness and alienation is often engendered in those who are to be relocated especially when entire communities are uprooted from familiar surroundings, as well as the weakening of social cohesion of such communities. The OMS therefore directed that more systematic procedures were needed for dealing with resettlement under Bank-financed projects. Such procedures included avoiding or minimizing resettlement whenever feasible. If resettlement was unavoidable, it should be reduced to the minimum and should only be carried out in accordance with a well prepared resettlement plan⁸⁶.

Em 1985, os princípios que suportam esta declaração do Banco foram publicizados através do livro *Putting People First*, organizado por Michael Cernea (1991).

Em 1996, numa revisão e síntese dos procedimentos do Banco no período 1986-1993, lê-se:

Complex as it inevitably is, however, involuntary resettlement is neither technically nor socially intractable, and can be successful. If addressed with political commitment, adequate financial and institutional resources, and participatory execution, the formidable task of population relocation may result in beneficial people and *reconstruction* of their livelihood; this reconstruction is also often called *rehabilitation*.

⁸⁵ Documento não disponível no *site*.

⁸⁶ Home > Topics > Law & Justice > Environmental & Natural Resources Law > Topics > Involuntary Resettlement

The present review is rooted in the understand-logistics, and socio-cultural and economic part of some major development programs. The starting point of the Bank's resettlement policy, adopted in 1980, was to give its staff and Borrowers a simple message: it is essential to handle the difficult process of resettlement equitably and efficiently; if involuntary resettlement is mismanaged, the displaced people will suffer unjustifiably and will be impoverished (CERNEA, 1996, p. 75).

O livro *Putting People First*, de acordo com uma página de comentários acrescentada à sua segunda edição, foi recebido como uma grande contribuição à Sociologia e à Antropologia do Desenvolvimento, dentre outros, pela *Contemporary Sociology*, nos Estados Unidos (“Putting People First demonstrates the centrality of sociological and anthropological analysis for development... Sociologists and graduate students contemplating fieldwork in international development will find this anthology essential”); pela *Sociologia Ruralis*, na Holanda (“An exceptional and remarkable publication... A lot of food for thought for all engaged in the social sciences and for development workers at all levels. Its critical approach is refreshing”); pela *Development Policy Review*, no Reino Unido (“Particularly valuable because it documents the problems found in World Bank and other projects... A book that deserves a wide readership”); pelo *Sociological Bulletin*, na Índia (“An excellent book... perhaps the first of its kind. Brings into focus the sociological dimensions of the developing nations... A definite contribution to the sociology of development”).

Além dos prefácios da 1ª e da 2ª edições, há dois artigos, no livro, de autoria do próprio Cernea. Um, que abre o livro, intitulado *Knowledge from Social Science for Development Policies and Projects*; outro, na parte referente ao reassentamento involuntário (Part II. Settlement And Involuntary Resettlement Projects), que ele divide com Thayer Scudder, intitulado *Involuntary Resettlement: Social Research, Policy, and Planning*. Thayer Scudder, antropólogo do Instituto de Tecnologia da Califórnia, realizou, em conjunto com

Elisabeth Colson⁸⁷, um dos primeiros estudos sobre desenvolvimento compulsório, por ocasião da construção da Barragem Kariba na África Central (Zâmbia). Os demais autores eram vinculados às seguintes Universidades: Sussex, Wales e Oxford (Reino Unido); Cornell, New York, Colorado, Stanford, Columbia (Estados Unidos).

Esta publicação desempenha um papel importante não apenas na conformação da categoria, mas também na estruturação teórica da problemática, à medida que estabelece a divisão conceitual entre reassentamento forçado (*involuntary resettlement*) e deslocamento forçado (*involuntary displacement*) (CERNEA, 1991, p. 201).

Em 1996, esta distinção passa a incorporar outras mediações através da distinção entre reassentamento forçado (*involuntary resettlement*) e movimentos migratórios (*voluntary population movements*); a partir da qual o deslocamento compulsório passa a ser classificado como uma fase do reassentamento, que comporta, então, duas fases: *displacement* e *reconstruction*⁸⁸.

Conforme pode ser vista, a seguir, a questão central é, desde logo, deslocada para a questão da metodologia a ser utilizada para a reconstrução. Isto é, admite-se, de pronto, a gravidade do processo social que está em causa, mas, conservando a anterioridade do desenvolvimento como princípio, ou a inevitabilidade do deslocamento, transforma aquela gravidade em uma questão de gestão.

What is usually described as "involuntary resettlement" consists of *two* distinct, yet closely related social processes: *displacement* of population and

⁸⁷ COLSON, trabalhando no Rhodes-Livingstone Institute (África Central), iniciou sua pesquisa entre os Tonga, em 1949, e realizou trabalho de campo nos períodos pré (1956-1957) e pós – deslocamento (1962-1963). Publicou, em 1971, *The Social Consequences of Resettlement*. Zâmbia: Institute for African Studies, University Zâmbia by Manchester University Press. SCUDDER, também, trabalhou durante aqueles períodos, no mesmo projeto de Colson, e publicou, em 1965, *The Kariba case: man-made lakes and resource development in Africa*. Bulletin of the Atomic Scientists, em seguida ao qual produziu uma vasta bibliografia sobre esta temática. Integrou o Comissariado da Comissão Mundial de Barragens (2000b).

⁸⁸ A noção de reconstrução, que parece guardar estreita correlação com a missão original do Banco e que evoca a situação de guerra, é, posteriormente, retomada em uma publicação de 2000, intitulada *Risks and Reconstructions. Experiences of Resettlers and Refugees* (CERNEA; McDOWELL, 2000).

reconstruction of their livelihood; this reconstruction is also often called *rehabilitation*. Each has its own demands, risks, costs, - logistics, and socio-cultural and economic effects.

Displacement concerns how land and other assets are expropriated to allow a project for the overall social good to proceed. *Rehabilitation* concerns the fate of the displaced people. In theory, the two processes are segments of a single continuum; in practice, the first does not always bring about the second. When people are displaced by projects for "right of way", they lose either their land - in *full* or in part or their dwelling, or both. As a consequence, resettlement outcomes may vary considerably from people's initial standards of living. Indeed, whether or not involuntary resettlement results in reestablishing people's incomes and livelihood depends largely on how displacement is planned and carried out. It also depends on whether resettlers *are assisted* to rebuild their livelihood (CERNEA, 1996, p. 75-76).

A OMS 2.23 foi efetivamente transformada em procedimento operacional, em outubro de 1986, sob a denominação de *Operations Policy Note* (OPN) 10.08 - *Operational Policy Issues in Treatment of Resettlement in Bank-finance Projects*. De acordo com Cernea, as bases desta OPN fundamentaram a Operational Directive (OD) 4.30, *Involuntary Resettlement*, de junho de 1990, que perdurou durante toda a década de 90, sendo substituída somente em dezembro de 2001 pela OP/BP 4.12, *Involuntary Resettlement*. Esta OP foi revisada em abril de 2004.

Na mesma época, isto é, na década de 80, outros organismos financeiros, multilaterais ou regionais, manifestaram preocupação similar com a chamada “incorporação do social” aos projetos por eles financiados. Por exemplo, outros bancos, como o Banco para o Desenvolvimento do Caribe (CDB), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco para o Desenvolvimento da Ásia (ADB) – criaram novas divisões em sua estrutura administrativa com o objetivo de tratar especificamente do desenvolvimento social.

A *Operations Policy Note* (OPN) 10.08 - *Operational Policy Issues in Treatment of Resettlement in Bank-finance Projects*, de 1986, não está disponível no *site*. Todavia,

alguns documentos do período permitem algumas inferências⁸⁹. Esta OPN, de acordo com Salmen (1987), introduzia a análise social no método BA (*beneficiary assessment*), caracterizado pelo enfoque quantitativo de perdas e ganhos. Na visão do Banco, era necessário acrescentar à avaliação dos especialistas a avaliação dos beneficiários (*listen to the people*) dos projetos, para melhor compreender as suas necessidades e ajudá-los a entender os objetivos de suas intervenções.

De acordo com um “*paper técnico*”, organizado por Cernea (1988), destinado a planejadores, coordenadores e diretores de projeto, técnicos, antropólogos, sociólogos, ambientalistas e demais estudiosos do processo de desenvolvimento, a OPN de 1986 afirmava a especificidade do reassentamento involuntário que, diferentemente de outros processos como os deslocamentos causados por catástrofes e guerras, era, sobretudo, um instrumento para o desenvolvimento. Caracterizavam-se como projetos desta natureza: barragens para qualquer fim (irrigação, energia, abastecimento de água); corredores de transporte (ferrovias, estradas, aeroportos); linhas de transmissão, canais de irrigação; infra-estrutura urbana (metrô, avenidas; expansão da cidade); portos; exploração de minas; proteção de áreas de pastagens ou rotas de transumância. O deslocamento compulsório provocado por projetos incluídos nesta classificação difere dos demais, portanto, porque são de importância crucial para o desenvolvimento regional ou nacional. Trata-se, desta perspectiva, de uma circunstância especial, na qual interesses nacionais de longo alcance conflitam com interesses de grupos ou indivíduos que são imediata e adversamente afetados (Ibid., p. 3-4).

Involuntary resettlement has been, and often still is, approached as a salvage and welfare operation, rather than one pursuing development objectives. In contrast with such approaches, the paper emphasizes that because involuntary resettlement dismantles a previous production system and way of life, all involuntary resettlement programs must be development package consisting of a set of project funded provisions aimed at reconstructing the

⁸⁹ Para uma síntese do enfoque da “análise social” propugnada pelo Banco, na década de 80, ver Finsterbusch; Ingersoll; Llewellyn (1990).

production base of those relocated and at re-establishing them as self-sustaining producers or wage earners. The paper argues that the knowledge generated by social science research on resettlement is directly relevant and useful for addressing the social and economic problems of such relocation effectively (CERNEA, *Ibid.*, p. V).

A OPN encoraja a busca de alternativas ao reassentamento involuntário e, para isto, requer que os custos do reassentamento sejam incluídos no custo total do projeto e que seja demonstrada uma taxa de retorno econômico na comparação entre os dois custos (*Ibid.*, p. 5).

Ao longo da argumentação sobre a especificidade da natureza do reassentamento, arrola um conjunto de problemas já identificados pelos cientistas sociais, consultores do Banco, e chama particular atenção para os riscos de subestimação tanto do número de pessoas quanto das conseqüências das rupturas que serão provocadas (CERNEA, *id.*, p. 9). Enfatiza, ademais, a importância da participação de líderes locais e de organizações não-governamentais no planejamento e na execução do reassentamento.

Como se trata de um manual de procedimentos, há uma acentuada ênfase em procedimentos e métodos para o sucesso do reassentamento, podendo ser identificada, claramente, a origem da ênfase do setor elétrico brasileiro na categoria reassentado ou na equivalência população atingida – população relocada.

A OD 4.30, de junho de 1990, intitulada *Involuntary Resettlement*, basicamente, introduz os chamados métodos de cunho participativo, exigido como um dos itens do Plano de Reassentamento (*community participation and integration with host populations*) e preconizado em dois de seus cinco objetivos⁹⁰.

(c) Community participation in planning and implementing resettlement should be encouraged. Appropriate patterns of social organization should be established, and existing social and cultural institutions of resettlers and their hosts should be supported and used to the greatest extent possible.

⁹⁰ Ver também Chambers (1994).

(d) Resettlers should be integrated socially and economically into host communities so that adverse impacts on host communities are minimized. The best way of achieving this integration is for resettlement to be planned in areas benefiting from the project and through consultation with the future hosts.

Inclui ao lado da categoria beneficiário, uma outra classificação social, os pobres (Id., objetivo b). O Banco preconiza, então, como sua prática e objetivo o envolvimento direto dos beneficiários – “em especial os pobres” – no suposto processo de desenvolvimento por ele capitaneado.

Ao longo da década de 1990, o Banco procede a uma reestruturação administrativa de seu quadro de analistas sociais, sinalizando a ênfase da problemática social, e cria, em 1992, a Divisão de Política Social e Reassentamento, com o objetivo de promover especificamente os objetivos de desenvolvimento social (FRANCIS; JACOBS, 1999). A esta reorganização administrativa, acrescenta, em nível técnico, o método de avaliação participativa da pobreza (PPA), como um instrumento formal para avaliar e melhorar o impacto social de seus projetos. Na perspectiva do Banco, esta iniciativa foi reforçada pela Reunião Mundial de Cúpula para o Desenvolvimento Social, realizada em 1995, em Copenhague, que, por sua vez, motivou, em 1996, a criação de um Grupo para o Desenvolvimento Social. Constituído no interior da estrutura do Banco, de caráter interdisciplinar, este Grupo tinha como objetivo examinar os distintos enfoques sobre desenvolvimento social e compatibilizá-los em políticas e procedimentos, que assegurassem o enfoque participativo e a superação da pobreza nos projetos de desenvolvimento. Em decorrência do trabalho deste grupo, foi criado, em 1997, o Departamento de Desenvolvimento Social⁹¹. E, no interior deste Departamento, o Grupo Temático Reassentamento (*Resettlement Thematic Group*), com o objetivo de prestar assistência aos

⁹¹ Note-se que este Departamento foi criado no mesmo ano em que Cernea sai do Banco, deixando o cargo de *Bank's Senior Adviser for Sociology and Social Policy*.

técnicos e consultores em planejamento, implementação e monitoramento do reassentamento involuntário⁹².

A OP 4.12, de dezembro de 2001, também intitulada *Involuntary Resettlement*, abandona os preâmbulos que associam o reassentamento involuntário ao projeto de desenvolvimento; enfatiza a busca de desenhos alternativos do projeto, de modo a evitar o reassentamento; reafirma o princípio participativo; e, estabelece que o projeto de reassentamento deve ser um programa de desenvolvimento sustentável:

Where it is not feasible to avoid resettlement, resettlement activities should be conceived and executed as sustainable development programs, providing sufficient investment resources to enable the persons displaced by the project to share in project benefits. Displaced persons should be meaningfully consulted and should have opportunities to participate in planning and implementing resettlement programs⁹³.

Pela primeira vez, menciona claramente que a AID (Associação Internacional do Desenvolvimento) faz parte do grupo Banco Mundial, mas ressalva que esta OP 4.12 não se aplica a refugiados por desastres naturais, guerras ou conflitos internos, situações para as quais há a OP/BP 8.50 - *Emergency Recovery Assistance*. E estabelece que o programa de reassentamento deve contemplar, também, as diretrizes de outras OP's: OP 4.01 - *Environmental Assessment*; OP 4.04 - *Natural Habitats*; OP 4.11 - *Safeguarding Cultural Property in Bank-Assisted Projects*; e OD 4.20 - *Indigenous Peoples*. Introduz um novo método de avaliação de custos (*Replacement cost*), que inclui as perdas que não podem ser avaliadas ou compensadas monetariamente⁹⁴ (grifo nosso).

⁹² Ver <http://lnweb18.worldbank.org/ESSD/sdvext.nsf/65ByDocName/AboutUs>

⁹³ Ver <http://siteresources.worldbank.org/INTFORESTS/Resources/OP412.pdf>

⁹⁴ “Replacement cost is the method of valuation of assets that helps determine the amount sufficient to replace lost assets and cover transaction costs. In applying this method of valuation, depreciation of structures and assets should not be taken into account. For losses that cannot easily be valued or compensated for in monetary terms (e.g., access to public services, customers, and suppliers; or to fishing, grazing, or forest areas), attempts are made to establish access to equivalent and culturally acceptable resources and earning opportunities. Where domestic law does not meet the standard of compensation at full replacement cost, compensation under domestic

Privilegiando a idéia central de reassentamento involuntário, delimita os impactos diretos que estão inseridos na política do Banco, a partir da “perda da terra”:

This policy covers direct economic and social impacts that both result from Bank-assisted investment projects, and are caused by

- (a) the involuntary taking of land resulting in
 - (i) relocation or loss of shelter;
 - (ii) lost of assets or access to assets; or
 - (iii) loss of income sources or means of livelihood, whether or not the affected persons must move to another location; or
- (b) the involuntary restriction of access to legally designated parks and protected areas resulting in adverse impacts on the livelihoods of the displaced persons (OP 4.12).

E, transfere para o proponente do projeto, o tomador do empréstimo, a responsabilidade sobre o que delimita como impactos indiretos; estes citados em nota de rodapé:

Where there are adverse indirect social or economic impacts, it is good practice for the borrower to undertake a social assessment and implement measures to minimize and mitigate adverse economic and social impacts, particularly upon poor and vulnerable groups. Other environmental, social, and economic impacts that do not result from land taking may be identified and addressed through environmental assessments and other project reports and instruments (OP 4.12).

Em uma página de acesso mais rápido, destinada ao grande público, encontram-se sinteticamente descritos a vinculação entre deslocamento-reassentamento; e a delimitação da população afetada⁹⁵:

Displacement

Displacement is the impact that necessitates resettlement of affected persons. Displacement could be physical, i.e. where the affected persons are required to relocate, or economic, where the impact of loss of incomes forces the affected persons to move or to initiate alternative strategies of income restoration.

Project-Affected Persons

law is supplemented by additional measures necessary to meet the replacement cost standard. Such additional assistance is distinct from resettlement assistance to be provided under other clauses” (OP 4.12).

⁹⁵ Ver <http://lnweb18.worldbank.org/ESSD/sdvext.nsf/65ByDocName/KeyConcepts>

Persons affected by land acquisition, relocation, or loss of incomes associated with change in land use due to the project are defined as project-affected persons (PAPs).

Though project-affected persons may form the unit of impact for the purpose of baseline surveys, some of the resettlement entitlements could actually be provided to the households as units of entitlement.

A BP 4.12, que acompanha esta OP, estabelece, basicamente, os procedimentos hierárquicos, no interior do Banco, para a aprovação de projetos que impliquem em reassentamento involuntário. Neste sentido, atribui à equipe técnica do próprio Banco a responsabilidade pelo planejamento e pela avaliação que, por sua vez, serão considerados definitivos para a aprovação do financiamento ou ajuda ao projeto.

The planning of resettlement activities is an integral part of preparation for Bank-assisted. During project identification, the task team (TT) identifies any potential involuntary resettlement under the project. Throughout project processing, the TT consults the regional social development unit, Legal Vice Presidency (LEG) and, as necessary, the Resettlement Committee (BP 4.12).

E, por fim, associa o fim do projeto ao fim do reassentamento involuntário, cujo relatório deve ser supervisionado pela equipe técnica do próprio Banco:

A project is not considered complete—and Bank supervision continues—until the resettlement measures set out in the relevant resettlement instrument have been implemented. Upon completion of the project, the Implementation Completion Report (ICR) evaluates the achievement of the objectives of the resettlement instrument and lessons for future operations and summarizes the findings of the borrower's assessment referred to in OP 4.12. If the evaluation suggests that the objectives of the resettlement instrument may not be realized, the ICR assesses the appropriateness of the resettlement measures and may propose a future course of action, including, as appropriate, continued supervision by the Bank (Ibid.).

Precedem a entrada em vigor desta OP/BP, em dezembro de 2001, dois grandes encontros de cientistas sociais e/ou especialistas internacionais que, articulados e coordenados por Cernea, discutem duas questões incluídas como fundamentais em seus princípios e práticas, isto é, as diferenças de origem do deslocamento compulsório (guerra X desenvolvimento) e suas conseqüências práticas e analíticas; e a perspectiva do reassentamento involuntário como um programa sustentável de desenvolvimento.

Um dos eventos, no qual foi especialmente discutido o reassentamento involuntário como um programa de desenvolvimento sustentável, foi o X Congresso Mundial de Sociologia Rural, realizado no Rio de Janeiro/Brasil, de 30 de julho a 05 de agosto de 2000, cujo tema era: “*Modos de Vida Rural Sustentável: Construindo comunidades, protegendo os recursos naturais, apoiando o desenvolvimento humano*”. No âmbito deste Congresso, Cernea e Maninder Gill (à época, coordenador do Grupo de reassentamento involuntário, do Banco), coordenaram um Simpósio e um grupo temático intitulados *Involuntary Resettlement: Risks, Reconstruction and Development*, cujos Abstracts estão publicados (CERNEA; MANINDER GILL, 2000). São mais de 120 resumos que tratam sobre pesquisas realizadas na Ásia, África e Estados Unidos. Neste encontro, foram lançadas as bases para a criação da International Network on Displacement and Resettlement (INDR), que seria formalizada, em seguida, na Universidade de Hohai, China. O site da rede é desenvolvido conjuntamente pelas Universidades do Arizona e de Memphis, nos Estados Unidos (<http://www.displacement.net/>).

O outro evento foi a *International Conference on Resettlers and Refugees*, realizada conjuntamente pela Universidade de Oxford e pelo Banco Mundial, em 1995, para tratar sobre a especificidade da natureza do deslocamento compulsório provocado por projetos de desenvolvimento. Os trabalhos apresentados nesta conferência, acrescidos de outros de autores convidados, resultaram na publicação intitulada *Risks and Reconstruction: Resettlers' and Refugees Experiences* (CERNEA; McDOWELL, 2000), que pretende ser um balanço de experiências de reassentamento involuntário no século XX. Reunindo acadêmicos e/ou especialistas de catorze países, toda a publicação está organizada em problemáticas, contemplando as situações de guerra e de desenvolvimento, podendo ser destacadas: considerações teóricas sobre reassentados e refugiados; reconstrução pós-conflito e

rearticulação pós-reassentamento; e, acesso a terra e sobrevivência na reconstrução e no reassentamento.

As OPs e ODs, oriundas do Banco Mundial, de acordo com o que procurei demonstrar, acabam, por um lado, por conformar um campo de estudos e suas categorias de análise; e, por outro, suportam os procedimentos operacionais e argumentos que se colocam como controvérsias, conforme vimos no contexto brasileiro, sobre as conseqüências sociais da construção de barragens ou, no eixo França-Reino Unido, sobre os deslocamentos massivos internos e a delimitação da categoria eco-refugiado. Pelo que pude depreender, joga um papel decisivo nesta conformação, o desempenho de Michael Cernea, como dirigente do Banco e cientista social.

B – Michael Cernea: trajetória e gestão estratégica de um campo de estudos

O subtítulo acima é mais uma retórica de estilo do que uma indicação analítica. De fato, não disponho de dados que me permitam fazer uma análise da trajetória de Cernea. Todavia, alguns elementos biográficos, disponíveis no próprio site do Banco Mundial, embora marcados por um caráter laudatório e lógico⁹⁶, enfatizando a sua qualificação científica, permitem evidenciar a correlação que estou a propor e, especialmente, a sua inserção acadêmica.

Romeno de nascimento, Michael Cernea entra no Banco Mundial, como sociólogo, em 1974. Naquela ocasião, já havia obtido o título de Ph.D em sociologia e filosofia social, na Universidade de Bucareste, tendo realizado pesquisas e assumido posições

⁹⁶ Bourdieu (c1994, p. 81) observa que: “Le récit, qu’il soit biographique ou autobiographique, [...] propose des événements qui, sans être tous et toujours déroulés dans leur stricte succession chronologique [...] tendent ou prétendent à s’organiser en séquences ordonnées [...] en sélectionnant, en fonction d’une intention globale, certains événements *significatifs* et en établissant entre eux des conexions propres à les justifier d’avoir existé et à leur donner cohérence [...]”.

técnicas de comando em seu país de origem. Os dados sobre a sua atuação nos Estados Unidos introduzem como marco os anos de 1970-1971, quando foi integrado, como *fellow*, à Universidade de Stanford, vinculando-se ao *Center for Advanced Studies in the Behavioral Sciences*. Já integrado ao Banco, é novamente *fellow*, nos anos 1979-1980, desta feita, no Instituto Holandês para Estudos Avançados em Ciências Sociais. A partir de 1981, é guindado ao posto de conselheiro senior em política social e sociologia, no Banco Mundial⁹⁷, cargo que exerce até 1997⁹⁸. No Banco, é reconhecido por haver promovido a inclusão de mais de 140 sociólogos ao quadro técnico responsável pelos projetos de desenvolvimento e por ter advogado a inclusão do “componente social” nas análises de viabilidade e na execução destes, sobretudo ao longo dos anos 1990, quando reconheceu a importância do trabalho das organizações não-governamentais, incluindo a participação destas como indicador de avaliação positiva e tornando-se membro fundador do Comitê de ONG’s do Banco.

Ao longo de sua permanência no Banco Mundial, realizou “trabalhos de campo” nos continentes europeu, asiático e africano, num total de mais de dez países, dentre os quais, Argélia, China, Índia, México, Senegal, Tanzânia, e Tailândia. E, consolidou a sua inserção acadêmica através de diversos períodos de vinculação formal a Universidades, como por exemplo, *visiting scholar* na Universidade de Harvard; Professor honorário da cadeira de Reassentamento e Estudos Sociais na Universidade de Hohai, em Naijing, China; *fellow* da Associação Americana para o Avanço da Ciência.

⁹⁷ Pode-se deduzir que é como *expert* que Cernea é admitido no Banco Mundial. Qualificação que será plenamente ratificada, ao longo de sua permanência no Banco. Como lembra Cefai (200?, n.p.): «L'expert circule entre plusieurs scènes institutionnelles - universitaires, médiatiques, judiciaires, administratives ou politiques. Il participe à plusieurs espaces-temps de réflexion, de polémique ou de controverse, où il entre dans des relations de coopération et de compétition, d'alliance et de conflit avec d'autres protagonistes. Sa crédibilité est renforcée par la circulation de lui-même et de son savoir entre les différentes scènes - la reconnaissance par les médias ayant un rôle primordial pour forger une réputation. En posant la question de l'utilité sociale et politique des savoirs en relation avec un impératif pratique, les dilemmes de l'expertise en sciences sociales soulèvent aussi celle des divergences potentielles en termes de valeurs. L'avis d'une personnalité scientifique dont la compétence et l'autorité sont admises par ses pairs, par le commanditaire et par le public (à travers un parcours, une expérience, des titres, des publications) est indissociable de l'appréciation des usages qui en seront faits.»

⁹⁸ Não tive acesso a informações sobre o motivo de seu desligamento formal do Banco.

Entre os pares da academia, foi reconhecido através de dispositivos, como:

- Prêmios - recebeu os prêmios concedidos pela Associação Americana de Antropologia – prêmio *Solon T. Kimball Award for Public Policy and Applied Anthropology*; e pela Sociedade Americana de Antropologia Aplicada – prêmio *Bronislaw Malinowski*; ambas dos Estados Unidos.

- Filiação a Associações - membro da Academia de Ciências da Romênia; e da Sociedade de Estudos Comparativos (Universidade da Califórnia).

No quesito publicações, porém, a lista de mais de uma centena de títulos de livros – individuais ou em cooperação; como editor ou autor – indica que são, em sua maioria, patrocinados pelo Banco, ou publicados por editoras de grandes Universidades, com as quais este mantém/mantinha trabalhos de cooperação, como Harvard e Oxford (CERNEA, 1990, 1991). Aparentemente, há apenas um título publicado na França, através do ORSTOM, em livro organizado por Véronique Lassailly-Jacob (CERNEA, 1998) que, conforme visto, é um dos principais teóricos da migração forçada naquele país. As publicações em periódicos são restritas e em veículos pouco reconhecidos internacionalmente⁹⁹, salvo o *Journal of Refugee Studies*, de Oxford. Todavia, as suas publicações aparecem como referência bibliográfica na maioria dos textos acadêmicos, em inglês e espanhol, que consultei sobre processos de deslocamento compulsório.

Por outro lado, quando não aparece explicitamente citado, inspirou, através das problemáticas do Banco, grande parte das publicações do Instituto para o Desenvolvimento Internacional, de Harvard (HIDD/*Harvard Institute for International Development*) e do *Refugee Studies Centre*, de Oxford. Com o primeiro, o Banco estabeleceu, na década de 90,

⁹⁹ Como por exemplo, *Practicing Anthropology*, *Journal of Applied Sociology*, *Anthropology Newsletter*, nos Estados Unidos; *The Eastern Anthropologist* e *International Social Science Journal*, na Índia; e *Ava-Revista de Antropología. Publicación del Programa de Postgrado en Antropología Social*, da Universidade Nacional de Misiones, na Argentina.

um programa de estudos sobre conseqüências do reassentamento involuntário em África, que parece ter sido finalizado em 2000, quando este Instituto foi fechado. Com o segundo, o Banco ainda mantém um Programa de pesquisas intitulado *Development-Induced Displacement and Resettlement (DIDR)*, iniciado, ao que parece, no final dos anos 1990. É deste Programa que se originam as publicações sobre a categoria DIDR, uma categoria desenvolvida teoricamente em contraposição àquela de migrações forçadas, cujo conteúdo repousa na matriz disciplinar da Geografia Humana.

Em 2003, Michael Cernea era professor da disciplina Desenvolvimento e Deslocamento de População na Universidade George Washington, nos Estados Unidos, e um dos principais animadores da *International Network on Displacement and Resettlement*, acima citada, baseada nas Universidades do Arizona e de Memphis, também nos Estados Unidos.

No capítulo seguinte, pretendo mostrar como a controvérsia do deslocamento compulsório entra na reflexão científica da Antropologia/Sociologia, no caso brasileiro, e como se estabelecem as “interações estratégicas” entre pesquisadores e empresas do setor elétrico.

Capítulo II – O deslocamento compulsório como problema teórico

De acordo com o capítulo precedente, refletir sobre o deslocamento compulsório como problema teórico é adentrar ao contexto das interconexões do fazer ciência. Mais especialmente, ao cenário das controvérsias científicas, cada vez mais atuais, que envolve uma confluência de saberes e de interesses em torno da produção de soluções para fatos ou processos concebidos como crise, no qual os debates fora dos limites da academia são a regra, e, não raras vezes, revelam incertezas e interesses científicos e técnicos. Como observam Callon et al. (2001), estas controvérsias científicas colocam em relevo não apenas a pluralidade de interesses, mas a multiplicidade de atores que, de algum modo, conhecem o problema, apresentam novos temas de discussão e impõem novas formas de ligação entre a ciência e as decisões públicas. Na proposição destes autores, estas controvérsias, porque saem do espaço estritamente acadêmico para o espaço público, têm lugar no que designam “forums híbridos”.

Forums, parce qu’il s’agit d’espaces ouverts où des groupes peuvent se mobiliser pour débattre de choix techniques qui engagent le collectif. Híbridos, parce que ces groupes engagés et les porte-parole qui prétendent les représenter sont hétérogènes: on y trouve à la fois des experts, des hommes politiques, des techniciens et des profanes qui s’estiment concernés. Híbridos, également, parce que les questions abordées et les problèmes soulevés s’inscrivent dans des registres variés qui vont de l’éthique à l’économie en passant par la physiologie, la physique atomique et l’électromagnétisme (CALLON et al., 2001 p. 36).

Embora no caso que analiso não esteja, neste momento, tratando diretamente da participação de não especialistas na produção do conhecimento, como o fazem aqueles autores¹⁰⁰, a proposição analítica a partir do conceito de “fóruns híbridos“ é particularmente

¹⁰⁰ Estes autores identificam três momentos da participação dos “profanos” na pesquisa: 1) na formulação do problema; 2) no próprio grupo de pesquisa; e 3) na “tradução”, isto é, no momento em que as respostas

adequada para a reflexão aqui proposta, porque nos permite sair dos pares clássicos de oposição entre pesquisa pura e pesquisa aplicada; pesquisa engajada e pesquisa acadêmica, saberes objetivos e crenças subjetivas, etc., e tomar como fato que a produção do conhecimento em determinados contextos inclui ou mesmo não prescinde de outros saberes – como denominam Callon et al., “profanos”. Por outro lado, isso significa considerar que a complexidade da controvérsia científica é tanto social quanto técnica e, portanto, requer do pesquisador um contato direto com o mundo social do qual ela se origina (Ibid., p. 150).

No capítulo precedente, tentei demonstrar como há um esforço de determinados atores para fazer prevalecer determinadas categorias analíticas ou construções políticas de categorias sociais, especialmente emprestando-lhes conteúdos que, diversos, remontam à forma como os processos sociais são percebidos na sociedade ou como estes atores desejariam que o fossem, a partir da construção das categorias atingido, relocado, eco-refugiado ou refugiado do meio ambiente e *reassentamento involuntário*. Isto é, categorias que explicitam um conteúdo político diretamente vinculado à proteção dos direitos humanos e à noção de desenvolvimento, respectivamente.

O movimento de construção e de circulação de categorias, no interior da produção científica, torna-se inteligível quando recorremos à noção de rede proposta por Callon (1999) e Latour (2001). O primeiro, refletindo sobre o caso das “interações estratégicas” entre empresas industriais e laboratórios de pesquisa, propõe que se distingam duas definições de rede: uma que, reduzindo a noção de rede ao seu sentido mínimo, parte do princípio de que toda realidade pode ser descrita como um feixe de relações entre pontos; outra, que se inscreve em um conjunto de reflexões sobre a “coordenação da ação”, que é utilizada em dois sentidos.

No primeiro sentido, a noção de rede “sert à désigner les ajustements locaux négociés par des agents en contact direct” (CALLON, 1999, p. 13); a natureza das relações e a identidade dos atores é secundária, sendo mais importante a forma das relações, isto é, dos acordos negociados pelos agentes.

No segundo sentido, designado “réseau-coordination”, por ele proposto, o relevante é o sistema de relações entre a posição e a modalidade da ação, sendo fundamental, então, analisar as “interações estratégicas” entre atores heterogêneos que ou colaboram ou competem na produção e na mobilização de saberes (CALLON, 1999, p. 15-16) pertinentes a cada “mercado”. Preocupado em explicar que as propriedades econômicas do conhecimento científico (rivalidade, exclusivismo, generalidade) são dependentes da rede e não característica intrínseca do conhecimento, Callon chama a atenção para o fato de que no modelo das “interações estratégicas” está pressupondo a existência de dois setores (Ibid., p. 53): um que corresponde ao que chama de “configurações consolidadas”, isto é, as empresas privadas, no qual predomina a capacidade de inovação e de renovação da oferta de produtos e serviços; e, outro, que se caracteriza pelo que denomina “configurações emergentes”, isto é, os “laboratórios de pesquisa” que ultrapassam as fronteiras institucionais, movimento cujo objetivo é realizar a tradução¹⁰¹ e produzir novas redes. Aquela hibridez sendo, por sua vez, incentivada pelos poderes públicos (Ibid., p. 60).

Guardadas as devidas especificidades, o que me parece interessante reter é que a noção de “réseau-coordination” permite sair de uma visão romântica da pesquisa científica e introduzir na análise a dinâmica das “interações estratégicas” entre os setores e compreender as condições, as modalidades e os efeitos das alianças através delas produzidas (Ibid., p. 62).

¹⁰¹ De uma forma resumida, a noção de tradução, no sentido proposto por Callon (1986, p. 180; 2001, p. 101-104), pode ser entendida como uma relação simbólica que consiste na reformulação de um problema ou de um enunciado de tal modo que ele interesse e seja aceito pelos diversos atores a ele concernentes.

Igualmente, partindo da noção de tradução, Latour propõe um modelo para se refletir sobre a prática científica das Ciências Sociais, que, segundo este autor, congrega cinco “horizontes”¹⁰²: 1) a mobilização do mundo (criação de bases de dados, instrumentos de observação, etc.); 2) a autonomização da pesquisa (criação de instituições, colegas, profissões); 3) as alianças com aqueles que possam se interessar pelos horizontes precedentes; 4) as relações públicas das atividades científicas e da resolução de problemas; e 5) os conceitos e teorias, sendo estes, por sua vez, dependentes da dinâmica e da articulação dos horizontes precedentes (LATOURE, 2001, p. 25-30). Penetrar nestes horizontes é, pois, tentar abrir as “boîtes noires”, ou seja, desvelar a ciência feita, os constructos científicos acabados e consolidados.

No que diz respeito ao deslocamento compulsório como problema teórico, torna-se, necessário, pois, enfrentar o conceito em construção, tentando abrir as “caixas pretas”, que as categorias prontas e acabadas conformam: “*nous accéderons à la science et à la technique par la porte dérobée de la science en train de se faire, et non par l’entrée plus grandiose de la science faite*” (LATOURE, 1995, p. 29).

II.1. A expressão deslocamento compulsório na literatura acadêmica

Até o início dos anos 90, não se encontra na literatura brasileira sobre o tema uma preocupação teórica com a expressão deslocamento compulsório. Tendo sido utilizada pela primeira vez, com um estatuto analítico diferenciado, por Sigaud (1986), esta expressão não conservou, na maioria das análises que se seguiram, o mesmo rigor conceitual proposto por

¹⁰² Cabe observar, *a priori*, a distinção feita por este autor entre epistemologia (o estudo da ciência feita) e a sociologia da ciência (o estudo da prática científica), na qual se inclui o argumento por ele desenvolvido (LATOURE, 2001, p. 12; 1989, p. 13-18). O modelo dos cinco horizontes é, de fato, uma releitura da proposição de “rede heterogênea”, desenvolvida por Callon, acima citado.

esta autora. Verifica-se, em geral, uma utilização, poder-se-ia dizer, em disputa, sendo ora substituída, ora intercambiada por diversos outros termos, como: relocação, reassentamento, reinstalação, transferência de população; e alguns outros que designam fases intermediárias de processos de deslocamento, como indenização, desapropriação, etc.

De fato, a inteligibilidade da construção do conceito fica mais clara no interior da discussão do problema público, na acepção mencionada no capítulo anterior, e, por conseguinte, na ‘forma híbrida’ como o problema acede à prática e/ou à realização da pesquisa.

A rigor, trata-se desde já de uma certa institucionalização da participação da expertise na formulação das políticas públicas. Como lembra Cefai (200?, n.p.), a expertise é um elemento central da justificação do político, à medida que aporta previsibilidade e ordenamento ao mundo incerto da intervenção, através de informações e recortes que relevam determinados aspectos em detrimento de outros. Por outro lado, não é sem tensão que se estabelece a correlação entre enunciados e proposições complexos e conseqüências simplificadas (porque traduzidas), que possam orientar ou inspirar determinadas políticas, tanto mais quando se inicia, sem mediações, a passagem pesquisa - expertise.

Na tentativa de realizar uma espécie de arqueologia da entrada do “problema” como objeto de pesquisa na literatura sócio-antropológica, no Brasil, o primeiro registro encontrado foi o trabalho desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a coordenação de Silvio Coelho dos Santos, antropólogo, à época bolsista do CNPq e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais daquela Universidade, já então reconhecido por seu trabalho em defesa dos direitos indígenas e pelo pioneirismo na implantação dos estudos de etnologia no sul do país. Com o rigor que caracteriza a boa descrição das regras metodológicas e das condições de realização do “trabalho de campo” em Antropologia, Santos menciona o convênio realizado, em 1978, entre a UFSC, a Centrais

Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), através do qual foi realizado o levantamento denominado *Projeto Uruguai*¹⁰³ – *Os Barramentos e os Índios*, “abordando a problemática da construção de barragens para os grupos indígenas aldeados na bacia do rio Uruguai” (SANTOS, 1980, p. 1). A este primeiro levantamento, seguiu-se em 1980¹⁰⁴, o estudo denominado *Projeto Uruguai. Conseqüências da construção da Barragem de Machadinho para os Índios do PI Ligeiro (RS)*, aprofundando o trabalho realizado em 1978, sobre as “conseqüências que sofrerão os indígenas”, em decorrência da construção da barragem. Para esta pesquisa foi constituída uma equipe formada de professores vinculados àquele Programa¹⁰⁵, que, a partir de então, protagonizaria não apenas a publicação de livros e artigos como também os debates acadêmicos e políticos no interior da Associação Brasileira de Antropologia¹⁰⁶ até o início dos anos 1990, tornando-se referência obrigatória para os antropólogos que, depois, adotariam a mesma temática. Como afirma Latour (1989, p. 86-87):

L’adjectif “scientifique” n’est pas attribué à des textes isolés capables de conter l’avis de la multitude grâce à quelque faculté mystérieuse. Un document devient scientifique lorsque ce qu’il dit cesse d’être isolé et lorsque ceux qui sont engagés dans sa publication sont nombreux et explicitement indiqués dans le texte. C’est au contraire le lecteur d’un tel texte qui devient *isolé*. Une fois soigneusement repérées, les marques qui signalent la présence des alliés sont le premier signe que la controverse est maintenant suffisamment chaude pour engendrer des documents dits techniques.

Ainda de acordo com Latour, para a consolidação do reconhecimento do problema

¹⁰³ É no contexto de construção das barragens do Alto Uruguai que surge o Movimento Nacional de Atingidos por Barragens – ver Cap. I.

¹⁰⁴ Em 1979, SANTOS, S. C. publicou *Áreas indígenas ameaçadas por projetos hidroelétricos no Brasil*. In: Anais do Museu de Antropologia, UFSC, n. 12 e 15, 1979.

¹⁰⁵ Além de Santos, integravam a equipe: Alcida Rita Ramos (professora visitante); Luis Carlos Halfpap; Aneliese Nacke (à época mestranda) da UFSC; e Cecília Maria Vieira Helm, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná.

¹⁰⁶ A Associação Brasileira de Antropologia, em razão do modo como se constituíram os estudos das Ciências Sociais e a (não) regulamentação da carreira de antropólogo, no Brasil, sempre se destacou não por ser um órgão de classe, mas como um fórum de reconhecimento (inclusive ou sobretudo acadêmico) da ciência e da prática do antropólogo.

científico, além do “apelo aos aliados”, acima referido, é necessário fazer apelo aos artigos precedentes, citando-os; e ser citado nos artigos seguintes (Ibid., p. 80-112). Tentando reconstruir esta primeira grade de artigos que inspira a reflexão de Santos, encontra-se uma produção bibliográfica também de antropólogos, principalmente norte-americanos, que contempla “casos documentados do impacto de projetos hidroelétricos e de controle de cheias sobre populações indígenas ou camponesas” (Ibid., p. 15): o caso dos Cree e Inuit (projeto da Hydro-Québec, Canadá e Estados Unidos); o caso dos índios Mazatecos (projeto de Papaloapan, México), neste caso, confrontando as divergências de análise entre, de um lado, Macmahon e, de outro, Alicia Barabas e Miguel Bartolomé – estes, a partir de então, incorporados às referências bibliográficas e a eventos científicos, sobre o tema, no Brasil; o caso dos índios Akawaio (projeto do Alto Mazaruni, Guiana, à época previsto para ser implantado); e o que denomina “exemplo africano” – composto a partir de um conjunto de referências bibliográficas sobre as barragens Kariba (Zâmbia e Zimbábue); Volta (Gana); Aswan (Egito) e Kainji (Nigéria) (Ibid., p. 15-31). No desenrolar da análise, observa-se a influência preponderante de Thayer Scudder. Este, conforme vimos no capítulo anterior, era antropólogo do California Institute of Technology e, nos anos 1960, realizava trabalhos de pesquisa, na África, vinculados ao Banco Mundial. Desde então, vem realizando todo um esforço conceitual, que, mais recentemente, está voltado para a expressão *involuntary resettlement*. Desempenha até hoje um papel importante como especialista nos estudos sobre conseqüências sociais de barragens, tendo participado – na condição de comissário – da Comissão Mundial de Barragens, em 2000, ocasião em que participou de reunião pública, em Belém, a propósito do caso Tucuruí.

Podem ser tomados como primeiros desdobramentos importantes daquela pesquisa de Santos:

a) O Encontro *Índio perante o Direito*, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Catarina, em 1980, com o apoio da Cultural Survival Inc.;

b) Também em 1980, a mesa redonda, por Santos presidida, *A Questão das Barragens: Conseqüências para as Sociedades Indígenas*, organizada durante a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e a Reunião *Antropologia e Construção de Barragens*, realizada no interior da Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia, ambas no Rio de Janeiro;

c) A publicação do livro *Indian Areas Threatened by Hydroelectric Projects in Brazil*, em 1981, pela Iwgia document (ASPELIN, P.; SANTOS, Silvio, 1981);

d) A mesa redonda organizada pela Associação Brasileira de Antropologia, no interior da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1981, em Salvador. Nesta reunião, estavam presentes os antropólogos que, então, haviam começado a estudar a questão, incluindo-se, além da equipe de Silvio Coelho dos Santos, Antonio Carlos Magalhães e Iara Ferraz, trabalhando com os índios “afetados” pela Barragem de Tucuruí - Parakanã e Gavião, respectivamente; e, Maria Rosário Gonçalves de Carvalho trabalhando com os índios Tuxá, na região do rio São Francisco. Na interlocução destas exposições, outros antropólogos reconhecidos pelo seu trabalho em defesa do direito dos índios, como, por exemplo, Lux Vidal (Universidade de São Paulo)¹⁰⁷ e Pedro Agostinho

¹⁰⁷ Lux Vidal, naquela época, orientava uma equipe de antropólogos que realizava trabalho etnográfico com povos indígenas localizados na região Tocantino-Xinguana, no âmbito do Curso de Mestrado em Antropologia Social da USP (Antonio Carlos Magalhães / Parakanã; Iara Ferraz / Suruí Aikewara e Gavião; Maria Elisa Ladeira e Gilberto Azanha / Timbira: Krahô, Krikati, Apinayé; Regina Muller / Assurini do Xingu) e, com a mediação da Associação Brasileira de Antropologia, coordenava, por solicitação do Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC), um levantamento sobre os “Grupos Indígenas na Bacia do Xingu”. (VIDAL et al., 1980), para a qual estava prevista a construção das barragens Kararaô e Babaquara. Este projeto, com modificações, hoje é denominado Complexo Belo Monte e está no centro do debate sobre “efeitos sociais e ambientais” da construção de hidrelétricas, na Amazônia. Ver Sewá Filho (2005).

(Universidade Federal da Bahia)¹⁰⁸.

e) E, por fim, o encontro do Grupo de Trabalho *As Barragens e os Grupos Indígenas*, também coordenado por Silvio Coelho dos Santos, realizado no interior da Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia, em abril de 1982, em São Paulo¹⁰⁹.

Desta arqueologia, pois, importa considerar a constituição da rede, tal como ela se estrutura no Brasil, mas, sobretudo, as determinações oriundas do campo “profano” para a reflexão. Assim, integra-se ao repertório científico sobre o deslocamento compulsório um leque de expressões e de questões que dizem muito mais respeito ao como proceder frente à situação criada do que a um questionamento sobre os sentidos subjacentes a cada uma delas. Neste leque, destacam-se: efeitos; população direta e indiretamente afetada; minimização de impactos; relocação, e outras similares.

No campo da Sociologia, ainda sobre a conformação de expressões e categorias, pode ser citado o trabalho realizado, também pioneiramente, pela Sociedade de Estudos Econômicos, Sociais e Urbanísticos (SESU), intitulado “Plano de Desenvolvimento para a Região do Lago de Sobradinho”, em 1979¹¹⁰. Embora este trabalho não preencha os requisitos

¹⁰⁸ Pedro Agostinho coordenava o grupo de pesquisa sobre Populações Indígenas no Nordeste, no Mestrado em Ciências Sociais da UFBA e, além de sua reconhecida inserção no campo dos direitos indígenas, também é reconhecido por sua competência no campo da ecologia cultural, inspirada nas contribuições de Julian Steward da Universidade de Columbia, que suportava as discussões sobre as relações homem-meio ambiente, na época.

¹⁰⁹ Este Grupo de Trabalho, constituído pela ABA, no período da presidência de Eunice Durhan, permaneceu ativo por toda a década de 1980. Durante esta Reunião da ABA de 1982, em plena efervescência, realizou três sessões plenárias, contando com a participação de representantes de associações de direitos dos povos indígenas, como a Associação Nacional de Apoio ao Índio e o Conselho Indigenista Missionário. Foram realizadas as seguintes exposições: a) *As Barragens. E os Grupos Indígenas?*, Orlando Sampaio Silva, da Universidade Federal do Pará; b) *As Barragens e os Tuxá do rio São Francisco*, Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, Universidade Federal da Bahia; c) *As Barragens e os Grupos Indígenas: o caso ‘Xokleng’*, Silvio Coelho dos Santos e Sálvio Alexandre Müller, Universidade Federal de Santa Catarina; d) *Índios e Barragens – uma perspectiva global*, Denis Werner, Universidade Federal de Santa Catarina; e) *A Usina Hidroelétrica de Salto Santiago e os Índios do PI. Mangueirinha*, Cecília Maria Vieira Helm, Universidade Federal do Paraná; f) *Avá-Guarani do Ocoí-Jacutinga*, Edgard de Assis Carvalho, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; g) *Encontro Parakanã – uma interpretação ao nível do político*, Antonio Carlos Magalhães, Museu Paraense Emílio Göeldi.

¹¹⁰ A equipe que elaborou este trabalho, multidisciplinar, era coordenada por Francisco de Oliveira (economista e sociólogo) e contou com a participação de outros sociólogos e economistas reconhecidos, como por exemplo: Juarez Rubens Brandão Lopes; Paul I. Singer; Paulo Sandroni e Henri Philippe Reichstul, bem como de agrônomo, biólogo, ictiólogo, químico e engenheiro naval.

propostos por Callon et al. e Latour para o reconhecimento da composição de uma rede ou de um trabalho científico na temática das barragens¹¹¹, a SESU destaca-se pela sua importância científica, naquela conjuntura - funcionou como órgão auxiliar do Centro Brasileiro de Planejamento (CEBRAP)¹¹² durante um período da ditadura militar (1977-1984) - tendo realizado essa pesquisa sob demanda da ELETROBRÁS. O que chama a atenção nesse trabalho, para esta arqueologia da conformação do tema, é, por um lado, a utilização da palavra “realocação” (ELETROBRAS/CHESF/SESU, 1979), denotando a ausência de um consenso a respeito do termo para designar o processo (isto é, relocação/relocação¹¹³), advinda também da inexistência do vocábulo “relocação” nos dicionários da Língua Portuguesa. E, por outro, a extensão das “interações estratégicas”, neste campo.

Na primeira metade dos anos 1980, sobretudo entre os antropólogos e/ou no interior da Associação Brasileira de Antropologia, o problema se conformava, pois, a partir dos direitos dos Povos Indígenas, constituindo uma rede, cujas diretrizes eram, em última instância, balizadas por aquela Associação. Esta, por sua vez, não apenas agia no sentido de promover e apoiar as discussões advindas do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores em suas respectivas instituições, incentivando a criação de um quadro conceitual, mas também se preocupava com a elaboração de um código de conduta para os antropólogos que trabalhavam em “áreas de barragens”. Nesta perspectiva da Associação, foi promovido um curso, em 1987, em conjunto com o Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, intitulado *Avaliação de Impacto Social e Questões Éticas envolvidas em Assessoria a Grandes Projetos*,

¹¹¹ Da equipe de pesquisa da SESU, ao que tudo indica, apenas Sandroni (1979) apresentou como trabalho científico *Diferenciação do Campesinato e Intervenção Estatal*, durante a IV Reunião do Projeto de Intercâmbio e Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA).

¹¹² O CEBRAP foi criado durante a ditadura militar (1969), para abrigar os professores expulsos da Universidade de São Paulo por motivos políticos e implementar uma estrutura de pesquisa “inovadora” que ultrapassasse a “compartimentalização do conhecimento e os ‘constrangimentos’ da estrutura universitária tradicional”, conforme Sorj (2001, p. 34). Desde então, distingue-se pela excelência de sua produção científica.

¹¹³ Em Sigaud (1986), encontra-se também o vocábulo realocação. Posteriormente, estabiliza-se o vocábulo relocação, sendo então incorporado ao Dicionário da Língua Portuguesa.

ministrado pelo Professor Joseph Jorgensen da Universidade da Califórnia que, além de um extenso currículo sobre a temática, havia trabalhado em Michigan com Eric Wolf¹¹⁴. Este, por seu turno, referência nos estudos, no Brasil, da Antropologia do Campesinato.

Do ponto de vista científico, por outro lado, não era apenas entre si que os antropólogos debatiam. No final dos anos 1980, por ocasião do 46º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Amsterdã, Holanda, em Simpósio organizado por Jean Hébette, da Universidade Federal do Pará, para discutir as transformações sociais e econômicas que se verificavam na Amazônia, às quais estava vinculado o amplo programa de geração de energia hidrelétrica, estavam muitos dos antropólogos acima referidos (e outros) a discutir com sociólogos, economistas e geógrafos, etc., neste contexto inicial de construção analítica e conformação conceitual¹¹⁵.

A década de 1980, pois, pode ser considerada não apenas como o período de *boom* de construção de grandes barragens no Brasil, a maioria delas iniciadas na década de 1970, mas a década de discussão e de conformação teórica. São do início daquela década as primeiras teses/dissertações sobre o tema, por tais motivos, elaboradas por antropólogos.

Cabe notar, ademais, que no campo das “interações estratégicas”, de que nos fala Callon (1999, p. 53-55), por um lado, a demanda por pesquisa provinha das empresas do setor elétrico, com a intermediação da Fundação Nacional do Índio (como órgão tutor, isto é, por motivos legais), e as instituições científicas exercitavam-se neste esforço de tradução. Mas, por outro lado, tanto as próprias empresas do setor quanto as empresas de construção civil, vinculadas à construção de barragens, constituíam, por seu turno, os seus grupos de pesquisa e de técnicos/especialistas, investindo na (con)formação de uma expertise que, ao fim e ao

¹¹⁴ Ver a propósito Jorgensen (1971) e Jorgensen, J.; Wolf, E. (1971).

¹¹⁵ Neste Simpósio, intitulado “Os grandes projetos e seus impactos sobre as populações indígenas e camponesas na Amazônia Brasileira”, todos os trabalhos que trataram sobre hidrelétricas foram apresentados por antropólogos, destacando-se aqueles que trabalhavam com as populações indígenas, pelas razões mencionadas. Ver Hébette, J. (1991).

cabo, propunha o recorte, as regras e métodos de atuação, em especial para os grupos sociais não submetidos a uma proteção legal especial, notadamente os camponeses. Abrigados nas chamadas “empresas de consultoria”, estes técnicos produzem os “estudos de viabilidade”, os “estudos de impacto” e os “manuais”, com os quais a produção científica acaba por dialogar.

Do ângulo da produção científica, na Antropologia, a primeira dissertação de mestrado que menciona claramente, desde o título (*Os Parakanã: Quando o rumo da estrada e o curso das águas perpassam a vida de um povo*), a problemática das barragens é de Magalhães (1982), que reflete sobre o processo de “transferência” dos índios Parakanã, a partir da atuação do Estado, no caso a FUNAI, privilegiando as transformações operadas na organização social e na relação destes índios com o território, após o contato com a sociedade ocidental. Magalhães, neste caso, analisa dados obtidos a partir do seu trabalho etnográfico e de sua atuação como antropólogo do Convênio ELETRONORTE/FUNAI, por indicação da Associação Brasileira de Antropologia, em 1978, durante a “transferência” daqueles índios.

Na Sociologia, a dissertação de mestrado de Germani, Guiomar (1982), defendida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o título *Os expropriados de Itaipu*, sugeria o ângulo analítico que seria prevacente nos trabalhos subsequentes realizados “dentro”¹¹⁶ da academia: os movimentos sociais¹¹⁷ originários ou protagonistas dos conflitos/disputas fundiárias. “Expropriados”, neste caso, denotando o ponto de partida teórico da reflexão que

¹¹⁶ Estou evocando a distinção realizada por Callon et al. (2001, p. 61-74; 136-150) entre “recherche confinée” et “recherche de plein air”, com a ressalva de que no caso deste e de muitos estudos sobre movimentos sociais agrários, pode-se pensar quase em um “coletivo de pesquisa”, com a inclusão ou um certo parti pris dos grupos sociais que se mobilizam nas ações coletivas. Ver Magalhães (2004). Por outro lado, como advertem estes autores “Ces deux formes de recherche sont ajustées l’une à l’autre, faites pour coopérer. Nous avons suggéré, oserons-nous dire montré, que la recherche confinée et prête à collaborer avec elle. Complémentarité, enrichissement mutuel, et non opposition. L’articulation des deux formes de recherche permet de combiner les avantages de chacune d’entre elles, en gommant leurs faiblesses respectives. [...] Ou encore: le collectif de recherche, sans jamais cesser d’exister, est en permanence plongé dans le monde social dont il est issu” (Id., 2001, p. 150).

¹¹⁷ Este recorte é encontrado, especialmente, em artigos sobre o tema, ao qual se agregavam os estudos sobre movimentos sindicais, conforme o contexto de sua realização. Ver, por exemplo, Pandolfi (1986).

se consolidava, sobretudo a partir dos trabalhos de José de Souza Martins, sociólogo na Universidade de São Paulo (MARTINS, 1980)¹¹⁸.

É deste período e a partir deste ângulo, também, a tese de doutorado de Duqué (1980), defendida na EHESS, a partir de pesquisa realizada em Sobradinho, onde trabalhou durante a fase do deslocamento compulsório da população, por ela também tratada através do par «le transfert et la réinstallation» - embora, nesse caso, não seja possível rastrear a conformação temática naquela Escola¹¹⁹. Mas, seja pela qualidade e pioneirismo do trabalho, seja pela importância do “exemplo” Sobradinho e do vigor da temática dos movimentos sociais no mercado das produções científicas sobre barragens, esta tese foi incorporada ao rol das referências obrigatórias daquela época, no Brasil.

Como adverte esta autora, a sua tese (orientada por Alain Touraine) inscreve-se na temática dos movimentos sociais, e são as circunstâncias de imposição do Banco Mundial que motiva a implantação do programa de “réinstallation de la population” (DUQUÉ, 1980, p. 295), cuja reação é submetida à análise.

De uma perspectiva geral, o que se observa nos três trabalhos – Magalhães, Germani e Duqué – é a marca disciplinar na construção do objeto, sendo as categorias classificatórias “profanas” incorporadas à reflexão, sem o movimento prévio de “estranhamento” ou, poder-se-ia dizer, com as vicissitudes inerentes à tradução. Ou, poder-se-ia sugerir, em um movimento inverso de reflexão: o que se observa são os efeitos ou constrangimentos dos fóruns híbridos e da tradução na prática científica, somente apreensível a partir da análise do próprio movimento de construção da ciência.

É assim que, sem paradoxo, a reflexão sobre o par transferência/reassentamento e a conseqüente introdução da categoria deslocamento compulsório vai ter lugar, em 1986, no âmbito de uma pesquisa desenvolvida na Área Interdisciplinar de Energia da COPPE, da

¹¹⁸ Ver a propósito da extensão, generalidade e abrangência da temática Gryzbowski (1987).

¹¹⁹ Para uma análise do desenvolvimento da teoria dos movimentos sociais, na França, ver Neveu (1996)

Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a participação de antropólogos do Museu Nacional e de consultores/especialistas da ELETROBRÁS e do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) do Ministério das Minas e Energia, com financiamento do International Development Research Centre (IDRC), do Canadá; Ford Foundation; Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Coordenadora do eixo da pesquisa denominado “aspectos sociais e ambientais da energia hidrelétrica”, Sigaud (1986), preocupada em desnaturalizar a categoria “impactos sociais”, sobretudo dialogando com a literatura da antropologia americana, acima citada, que inspirara os trabalhos anteriores, desenvolvidos por antropólogos, observa:

Tudo indica que a maioria dos trabalhos sobre «impactos» não são produzidos a partir de questões formuladas no interior da antropologia, mas de questões vindas de fora e respondidas com o uso das técnicas e conceitos da antropologia (Id., p. 5).

Sem colocar em questão a própria intervenção que gera o impacto, a literatura parece mais preocupada em subsidiar as agências com indicações obtidas a partir de estudos feitos, a fim de minimizar os efeitos negativos, os quais são concebidos como decorrentes de procedimentos equivocados (Id., p. 4).

Não cabe aqui dar conta do enfoque desviante em relação a determinados consensos da disciplina que se encontra na “Antropologia de Barragens”, o qual provavelmente resulta de sua perspectiva “aplicada”. Pode-se supor que tal “teoria” sobre impactos tenha sido constituída a partir de estudos localizados feitos sob encomenda das agências interessadas, os quais trariam a marca registrada de terem sido conduzidos para dar conta de uma problemática externa à disciplina. Os “impactos” preocupam aqueles que os causam, que então se dirigem a especialistas para que produzam respostas a algumas questões colocadas pela própria prática dessas agências (Id., p. 5).

E propõe “alguns parâmetros para a compreensão da intervenção do Estado sobre o território de grupos camponeses”, utilizando como categoria descritiva “a população compulsoriamente deslocada para a formação dos reservatórios” (Id., p. 4), denotando, de imediato, a determinação anterior ao processo de transferência/instalação que confere especificidade ao processo mesmo, isto é, a obrigatoriedade. Neste sentido, ao particularizar

este tipo de deslocamento, sugere uma subversão da retórica até então construída, cuja estabilização ainda está a se processar.

De todo modo, é a tradição dos cânones disciplinares e a prevalência dos objetos da “pesquisa confinada”, para usar a expressão de Callon, que vão servir de baliza para o estudo do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens, no Brasil, com todas as implicações que derivam da origem e da rede de sua formulação. Verifica-se, assim, uma espécie de movimento pendular entre a pesquisa e a resolução de problemas, que varia conforme a relação daquela com outras redes. É o que tentarei expor a seguir.

II. 2. As abordagens sobre o deslocamento compulsório

Para examinar as abordagens sobre o deslocamento compulsório, no Brasil, considerei como referência o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que disponibiliza *on line* (<http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html>) os resumos de teses e dissertações defendidas, a partir de 1987, em todos os domínios do conhecimento, de acordo com as informações fornecidas pelos Programas de Pós-Graduação, em todo o país. Este banco está organizado por autor; instituição; assunto; nível e ano.

Pressupondo que as categorias de classificação referentes ao assunto, enunciadas através de palavras-chave, são reveladoras dos objetos hegemônicos em cada conjuntura da disciplina, e que estas palavras denotam, por sua vez, a forma ou a rede de pertencimento através da qual o autor deseja que o seu trabalho seja reconhecido, utilizei apenas uma categoria geral para fazer o rastreamento no banco - barragem. A partir dela, fiz uma pesquisa fina de todas as palavras-chave indicadas pelos autores, associadas à classificação barragem,

tentando rastrear outras teses/dissertações que porventura não estivessem associadas a esta classificação. O rastreamento por este caminho mostrou-se relativamente improdutivo, não fora pelo fato de evidenciar a pluralidade de palavras-chave elencadas pelos autores para classificar os seus trabalhos, conforme veremos a seguir. Mas, de rastreamento em rastreamento, descobri que o Banco de Teses tem a vantagem de rastrear o assunto de pesquisa demandado, fazendo uma leitura/varredura dos resumos. Optei, então, por fazer outro rastreamento, utilizando as palavras que na minha hipótese de trabalho são prevaletentes – deslocamento compulsório; reassentamento; relocação; movimentos sociais; atingidos; sofrimento social – obtendo o seguinte resultado:

| | |
|---|-------|
| ✓ <i>barragem/barragens</i> | – 361 |
| ✓ <i>reassentamento</i> | – 44 |
| ✓ <i>relocação</i> | – 51 |
| ✓ <i>deslocamento compulsório</i> | – 10 |
| ✓ <i>atingidos</i> | – 57 |
| ✓ <i>movimentos sociais/atingidos</i> | – 15 |
| ✓ <i>sofrimento social</i> | – 05 |
| ✓ <i>sofrimento/sociologia/antropologia</i> | – 08 |
| ✓ <i>sofrimento/barragens</i> | – 0 |
| ✓ <i>sofrimento/reassentamento</i> | – 01 |
| ✓ <i>sofrimento/relocação</i> | – 0 |
| ✓ <i>sofrimento/movimentos</i> | – 0 |
| ✓ <i>sofrimento/atingidos</i> | – 78 |

Evidentemente, este resultado pouco revela, sobretudo, porque o Banco não faz a triagem por área do conhecimento, havendo, por exemplo, teses/dissertações encontráveis no rastreamento da palavra relocação, nas áreas de biologia e engenharia, sem nenhuma importância para o meu argumento.

De uma outra perspectiva, isto é, para a minha hipótese, muito revela se considerarmos que não há qualquer registro no qual haja conexão da palavra sofrimento

(social) à palavra barragem e há apenas um registro que a conecta a *reassentamento* e outro a *atingidos*. Por sua vez, as teses/dissertações vinculadas ao conjunto de palavras *sofrimento/sociologia/antropologia*, em número de oito, são do domínio da Psicanálise (2); do Direito (1); e da História/Ciência da Religião (5), sem qualquer alusão ao contexto de barragem. Aquelas vinculadas a *sofrimento social*, que totalizam cinco registros, são do domínio da Educação (1); Serviço Social (1); Psicologia Social (2); Sociologia (1). Neste caso da Sociologia, trata-se de uma tese de doutorado que tem como objeto as imagens e matérias publicadas na imprensa sobre violência¹²⁰. No registro cujo par é *sofrimento/reassentamento*, encontra-se uma dissertação de mestrado em Antropologia, cujas palavras-chave são: *reassentamento, dominação e poder, política agrícola, agroecologia*¹²¹. E, no par *sofrimento/atingidos*, apenas uma dissertação de mestrado em Gestão e Políticas Ambientais¹²², que analisa o “dano moral ambiental coletivo” decorrente dos “impactos” da barragem de Itaparica (rio São Francisco) sobre o patrimônio ambiental, sendo catalogada através das seguintes palavras-chave: *dano moral; remanejamento populacional; hidrelétricas*.

Após a leitura de todos os resumos apontados em todas as categorias de rastreamento e suas combinações, foi possível fazer um recorte pertinente para o propósito deste trabalho e construir um universo, contemplando, por grande área do conhecimento, todas as teses/dissertações que tratassem da problemática do deslocamento compulsório, sob qualquer denominação.

O acesso ao Banco foi realizado no período compreendido entre dezembro de

¹²⁰ Ver Quadro 1: BARRETO, Maria Cristina Rocha. Sofrimento social e violência na imprensa popular: a Folha de Pernambuco (1998-2002). Tese de Doutorado. Sociologia. Universidade Federal da Paraíba, 2005.

¹²¹ Ver Quadro 1: SALLES, Nara Graça. Borda do Lago: Um Caso de Conflito Agrário Ambiental. Dissertação de Mestrado. Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

¹²² Ver Quadro 1: SUASSUNA, Cynthia Carneiro de Albuquerque. Dano Moral Ambiental Coletivo em Populações Atingidas por Empreendimentos Hidrelétricos: O Caso de Petrolândia. Dissertação de Mestrado. Gestão em Políticas Ambientais. Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

2005 e março de 2006. Assim, das 361 teses ou dissertações que têm pelo menos como uma das entradas de classificação a categoria barragem, em todas as áreas do conhecimento, quarenta e duas podem ser agrupadas, de acordo com a classificação da CAPES¹²³, em três grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; e Multidisciplinar; sendo 18 especificamente das áreas de Sociologia e Antropologia (Tabela 2 e Quadro 1, ao final do capítulo).

Tabela 2 – Teses/Dissertações por Área do Conhecimento e Ano de defesa¹²⁴

| Área do Conhecimento | 1989-1992 | 1993-1996 | 1997-2000 | 2001-2005 | Total |
|-----------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Ciências Humanas | | | | | |
| Antropologia | 4 | 1 | 6 | | 11 |
| Sociologia | 2 | 2 | 1 | 2 | 7 |
| História | 1 | | 2 | 2 | 5 |
| Geografia | 1 | 1 | 3 | 2 | 7 |
| Psicologia | | | | 1 | 1 |
| Educação | | 1 | | | 1 |
| Ciências Sociais Aplicadas | | | | | |
| Planejam. Urbano e Regional | 1 | | 1 | 1 | 3 |
| Direito | 1 | | | | 1 |
| Administração Rural | | | 1 | | 1 |
| Multidisciplinar | | | | | |
| Ciências do Ambiente | | | | 2 | 2 |
| Planejam./Desenvolvimento | | 2 | | 1 | 3 |
| Total | 10 | 7 | 14 | 11 | 42 |

Fonte: Banco de Teses/CAPES

De acordo com a Tabela 2, destaca-se a produção nas Áreas de Sociologia e

¹²³ Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabelaareasconhecimento.html>, acesso em 21 de fevereiro de 2007.

¹²⁴ No Banco de Teses, não há classificação por área do conhecimento. Nas fichas das teses/dissertações são citados os nomes dos Programas de Pós-Graduação. Nos casos em que a área de conhecimento não está evidente no nome do Programa, efetuei o agrupamento disposto na Tabela 2, considerando o meu próprio conhecimento sobre o Programa e/ou sobre o orientador. Assim, incluí a tese defendida na Pós-Graduação em Estudos Comparativos da América Latina e Caribe em Antropologia; a dissertação defendida em Memória social e Documento em História; e as dissertações defendidas nos Cursos de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade em Planejamento do Desenvolvimento. E separei, quando necessário, as Ciências Sociais em Sociologia e Antropologia. Embora o Banco de Teses comece em 1987, não há registros pertinentes ao universo construído nem anterior a 1989 nem posteriormente a 2005. Mesmo sabendo dos problemas que toda periodização envolve, adotei o intervalo de 04 anos baseado no tempo estipulado pela CAPES para defesa de tese de doutorado e, no último intervalo, incluí o ano 2005, porque neste há a ocorrência de apenas uma dissertação - da área de Ciências do Ambiente.

Antropologia, mas também pode ser observado como esta temática insere-se nos objetos de outras disciplinas do campo das Ciências Sociais e Humanas. Cabe advertir, contudo, que, considerando as vicissitudes de criação e vinculação dos professores/orientadores aos programas de Pós-Graduação, no Brasil, que não necessariamente guarda uma correlação disciplinar, digamos “pura”, o viés tanto da sociologia quanto da antropologia perpassa todas as teses agrupadas em Planejamento Urbano e Regional, bem como em Planejamento/Desenvolvimento, identificável pela construção do objeto, mas também pelo orientador.

Esta conexão disciplinar ou esta conexão metodológica pode ser verificada nas palavras-chave utilizadas pelos autores para efeito de catalogação de suas teses/dissertações, elencadas no Quadro 2, ao final do capítulo. De todo modo, o que cabe ressaltar é como, através destas palavras-chave, pode-se verificar a preponderância dos temas disciplinares hegemônicos e, por conseguinte, a submissão da análise do deslocamento compulsório a estes temas, não lhe sendo atribuído qualquer estatuto teórico. Poder-se-ia dizer, grosso modo, que as diversas expressões utilizadas para fazer referência a este processo social, de acordo com o que venho argumentando, o são como categorias descritivas emprestadas diretamente da realidade estudada. A variação ou a pluralidade, portanto, também podendo ser atribuída às diferentes formas como em cada tempo e lugar a situação vivenciada é reportada.

Este recurso, todavia, tem o mérito, como o têm outras “categorias nativas” utilizadas pelos antropólogos, de dar inteligibilidade ao modo como se impôs o deslocamento compulsório aos grupos sociais que o vivenciaram ou a forma hegemônica como esse processo vem se impondo entre os diversos grupos e atores. Ou seja, expressões de tradução que, neste caso, reportam à força e aos interesses do Estado brasileiro, e de outras instituições, agências e/ou atores, em torná-las prevaletentes, de acordo com o exposto no Capítulo I.

Nesta linha de raciocínio, talvez seja necessário fazer uma ressalva em relação à categoria reassentamento. Esta é, a rigor, uma categoria derivada de “assentamento”, a qual,

por sua vez, tem origem numa formulação do próprio Estado, na execução de sua política agrária advinda da disputa histórica de acesso a terra no país. Ao contrário do que se verifica no contexto de barragens, em que são utilizadas diversas categorias para denominar um mesmo processo ou situação, no contexto da política pública agrária, a categoria assentamento designa uma pluralidade de situações sociais. Na atualidade, ademais, assentamento alia àquele sentido originário o sentido político de “conquista da terra”. E, desta perspectiva, há que se ressaltar, portanto, o uso de palavras iguais com conteúdos diversos, especialmente em situações de conflito. Nos contextos de barragens, pesquisadores que vêm utilizando o termo têm, em certa medida, sugerido o empréstimo do sentido político conferido a “assentamento”, utilizando-se do prefixo “re”, exatamente para marcar a diferença dos “assentamentos” originários do deslocamento compulsório de outros oriundos da disputa histórica de acesso a terra (MEDEIROS et al., 1994). O mesmo podendo ser advertido em relação à categoria “atingido”, que, ao ser apropriada pelo Movimento de Atingidos por Barragens, ganhou um novo sentido. Logo, não se trata do vocábulo em si, mas dos sentidos que ele evoca ou porta.

No caso da tese acima referida que faz a conexão *assentamento/sofrimento* (SALLES, 1999), embora a autora não o mencione, parece advir do sentido político a correlação estabelecida. O foco deste trabalho são as transformações nas práticas agrícolas de camponeses deslocados compulsoriamente pela Barragem de Itaparica, advindas tanto das mudanças no ambiente, que se verificaram com o represamento do rio São Francisco, sobretudo a extinção do sistema que combinava “agricultura de sequeiro / agricultura de vazante”, quanto da introdução de métodos e insumos agrícolas adaptados ao novo contexto, isto é, a monocultura de ciclo curto. Desta perspectiva, a autora enfatiza a compulsoriedade do deslocamento e estabelece o recorte espacial e político do (novo) assentamento.

No que diz respeito à utilização da expressão deslocamento compulsório, foram identificadas quatro dissertações de mestrado que a mencionam: no título (1); no resumo (1);

nas palavras-chave (1); no título e nas palavras-chave (1). Analisando o texto dos resumos, foram encontradas mais três teses/dissertações que utilizam a mesma expressão. As demais referem-se a este processo social, utilizando-se das seguintes expressões:

- √ *atingidos diretamente;*
- √ *desterritorialização;*
- √ *destruição das bases de vida;*
- √ *expropriação;*
- √ *migração compulsória;*
- √ *mudança indesejada;*
- √ *população forçada a... ;*
- √ *reassentamento; reassentamento forçoso;*
- √ *relocação; deslocamento forçado;*
- √ *remanejamento*
- √ *retirados de... ;*
- √ *transferência; transferência compulsória; transferência obrigatória.*

Da leitura das teses¹²⁵, por fim, o que se pode observar é a existência de duas abordagens, que podem ser classificadas em: a) abordagem normativa; e b) abordagem disciplinar. Na maioria das vezes, estas abordagens são coexistentes e interdependentes; e a divisão aqui proposta tem um propósito, principalmente, didático.

a) Por “abordagem normativa” estou denominando aquela que enfatiza o modo como deveria ser ou ter sido feito o deslocamento compulsório/reassentamento. Nesta abordagem, encontram-se, preponderantemente, as análises que enfatizam a metodologia do deslocamento; as concepções que informam a intervenção e os procedimentos do Estado, isto é, da empresa responsável pela construção da barragem; bem como os efeitos negativos

¹²⁵ Foram analisadas integralmente dezoito destas teses, assinaladas com asterisco no Quadro 1. As demais não se encontram em ampla circulação e, malgrado a demanda que realizei junto aos respectivos Cursos de Pós-Graduação, não consegui obtê-las.

decorrentes destas concepções e procedimentos. Neste caso, estabelecendo, não raramente, uma relação causal, que acaba por relevar as determinações desestruturadoras - irreversibilidade, compulsoriedade e imprevisibilidade - inerentes ao processo. Nesta abordagem, também se constata, por vezes, um discurso de legitimação do desenvolvimento e uma linguagem eufemística, que se expressa através de termos e expressões como: beneficiários, progresso, e congêneres¹²⁶.

b) Por “abordagem disciplinar” estou designando os trabalhos que utilizam o quadro conceitual das disciplinas, sobretudo das ciências sociais, para analisar os processos sociais vinculados ou decorrentes do deslocamento compulsório, prevalecendo, como vimos tentando mostrar, os objetos destas disciplinas. Estes estudos, em geral, mencionam o sentido de sofrimento vivido no deslocamento compulsório, conforme veremos a seguir, mas não o submetem à análise. A descrição ou a referência à dimensão do sofrimento é, em geral, mencionada ou como integrante da descrição do trabalho de campo ou como observações subsumidas ao ângulo de análise. Por um lado, porque privilegiam a situação posterior ao deslocamento compulsório, enfatizando as transformações que se verificaram na organização social e na economia; ou destacam os conflitos sociais decorrentes deste processo. Por outro lado, porque não dispõem ou não incorporam ferramentas teórico-metodológicas que lhes permitam uma análise do sentido expresso no sofrimento social, este, por sua vez, um objeto não hegemônico na produção intelectual daquelas ciências, no Brasil, neste período. São estas descrições subordinadas, pois, de sofrimento social que serão evidenciadas a seguir.

¹²⁶ Ver Vieira (2003, n.p. – Quadro 1): “As análises comprovaram que o impulso sócio-econômico que a região sofreu em detrimento da degradação ambiental foi a mola propulsora para seu progresso, em todos os sentidos. Os resultados oriundos das análises dos resultados confirmaram a hipótese inicial da intrínseca relação existente entre dois aspectos: de um lado a degradação ambiental e de outro o impulso sócio-econômico. Espera-se que os resultados constituam verdadeiras contribuições para o campo sócio-econômico e ambiental, de forma que agucem o interesse de outros pesquisadores, alargando o campo do conhecimento na área e solucionando problemas que a questão demanda”.

II.2.1 – A abordagem disciplinar e as especificidades do campo intelectual

Que um trabalho como este jamais devesse ser escrito! Que a história das estórias de vida contadas aqui [...] jamais precisasse ser escrita! Que estes depoimentos cruzados que se lerá de algumas páginas à frente, adiante, pelo menos houvessem sido escritos de uma outra maneira. Os mesmos atores sociais e outros, vivendo um outro feixe de acontecimentos. Falando de um passado em boa medida sepultado sob águas azuis, com uma outra qualidade de lembrança, menos molhada de lágrimas e pelo menos mais justa, mais feliz. [...] Que um dia algum futuro estudo antropológico como este seja apenas uma questão para historiadores. Não porque não deva interessar a nós, antropólogos, mas porque, ao não existir mais a atualidade de seus acontecimentos presentes de expropriação e violência simbólica, não haja mais a necessidade de fazer a antropologia de sua perversa presença entre nós.

(Carlos Rodrigues Brandão)

A epígrafe acima, extraída do prefácio do livro de Rodrigues (1999, p. 11-14), originalmente uma dissertação de mestrado (ver Quadro 1) em Antropologia Social, orientada por Carlos Rodrigues Brandão, tem o propósito de explicitar o conteúdo de sofrimento social - como uma dimensão intrínseca ao deslocamento compulsório - que estou tentando salientar.

De acordo com o exposto, no Brasil, considerando a grande área das Ciências Humanas e Sociais, tem predominado desde o final da década de 1970, quando surgiram as primeiras reflexões sobre o tema¹²⁷, as análises de cunho sócio-antropológico, às quais se agregam, a partir de 1997, principalmente, as produções científicas advindas da Geografia e da História. Neste interregno, uma quase infundável proliferação de artigos acontece.

Ao longo do período 1987-2004, analisado nas condições descritas anteriormente, no caso da abordagem sócio-antropológica, foram prevaletentes as problemáticas referentes à organização social; às transformações sociais, econômicas e culturais; aos conflitos sociais e

¹²⁷ No Brasil, podem ser considerados dois períodos de *boom* de construção de barragens. O primeiro de 1970 a 1990, quando foram construídas grandes barragens com áreas de inundação superiores a 1.000 km²; o segundo, a partir de 2000, quando, após a crise econômica da década de 1990, foram retomados os investimentos públicos em geração de energia. Com a ressalva já feita no Capítulo I, estima-se que um milhão de pessoas foram compulsoriamente deslocadas até 2004, de uma superfície inundada de aproximadamente 34 mil km². Neste ano, havia 42 barragens sendo construídas, onze destas tendo sido concluídas em 2006 (ANEEL, in: Correio Brasiliense, Economia, p. 17, 13/1/2007).

relações de poder; à construção de identidades; e às representações sociais. Mais recentemente, isto é, a partir de 1997 (para utilizar a periodização inspirada no Banco de Teses da CAPES), outros recortes, em sintonia com objetos que vão se constituindo hegemônicos no interior da disciplina, têm surgido, como aqueles que dizem respeito à memória coletiva, à ambientalização¹²⁸ dos conflitos sociais e à territorialização/desterritorialização - uma inflexão que pode ser observada, atualmente, nos trabalhos apresentados por ocasião do I Encontro “Ciências Sociais e Barragens”, realizado em março de 2005, no Rio de Janeiro (UFRJ/IPPUR, 2005).

Alguns destes recortes, por sua própria delimitação, conduzem o pesquisador a fazer referência textual ao sofrimento social. Refiro-me, neste caso, especificamente a Rodrigues (1999) e Vargas (1991).

A primeira, ao realizar a sua pesquisa em 1995, em Nazaré Paulista, São Paulo, mais de vinte e cinco anos depois do deslocamento compulsório, constata que este acontecimento organiza toda a memória de um grupo de *sitiantes* sobre o passado, constituindo-se em “marco para o desequilíbrio, para a desordem” (Id., p. 37). E, ao conduzi-los a evocar este passado, registra depoimentos que revelam várias dimensões do sofrimento vivenciado.

Os relatos dos antigos sitiantes falam desse momento como muito sofrido. [...] Permanecer nos sítios durante esse momento e sair em meio à destruição do patrimônio foi, para aqueles que o vivenciaram, uma experiência sofrida. [...] Os entrevistados lembram-se de casos envolvendo parentes e conhecidos que se recusaram a sair e morreram de desgosto ao ver a destruição do sítio. Eram geralmente pais, avôs, sogros e maridos (Id., p. 63-66).

O parâmetro, construído com as situações passadas contrapostas à situação presente, alimenta o ressentimento pela perda da terra e pela desapropriação desnecessária da igreja cujo local continua emerso. O ressentimento da perda do sítio está no mesmo pilar da perda da igreja e do desaparecimento do bairro (Id., p. 139).

¹²⁸ Estou utilizando “ambientalização” no sentido proposto por Leite Lopes (2004).

O sentido de perda expressa uma perda coletiva, mesmo que o processo tenha sido assumido de forma individual, por família. O que se ressentiu é um conjunto de coisas que não pode ser entendido de forma fragmentada.

A segunda, realizando a sua pesquisa durante e após o deslocamento compulsório, na Região do Projeto Açú, Rio Grande do Norte, de 1980 a 1985, privilegia em sua análise o que chama de “Dia Final”, isto é, o dia em que as pessoas/famílias/grupos deixaram as suas casas e registra, além de depoimentos - plenos de toda carga dramática do momento - as suas próprias observações, seja sobre o cenário de demolição e inundação, seja sobre as expressões físicas e emocionais das pessoas.

[... o] longo e terrível «Dia Final» vivido por populações camponesas entre o primeiro e último dia do sofisticado cronograma executado a partir da instalação do Canteiro de Obras com centenas de máquinas e trabalhadores, formigueiro infernal a revolver terras de trabalho, destruir, em segundos, casas de morada construídas pela ação partilhada de dezenas de vizinhos, «pés de pau» há séculos presentes no entorno do Rio, aos dias assombrosos em que as águas represadas na parede da Barragem, parede que é uma «Serra» de tão gigantesca, inundam, como «num grande Dilúvio, sem Arca de Noé», todos os referenciais que davam sentido à sua existência (VARGAS, 1991, p. 3-4, v.1).

Sucessivos eventos denotadores da violência da intervenção do Estado (conforme o ângulo de análise desta autora) são descritos, incluindo momentos de intensa comoção social, como o foi a desativação do cemitério local.

[...] torrente de emoções, perdas, temores, sentimentos da mais absoluta impotência, vivência da mais radical experiência de invasão e ruptura em todos os projetos de vida [... Um] cotidiano pós “dilúvio”, expresso no passar fome, no ficar sem teto, no envelhecer em poucos anos, no ver os filhos definharem, no vivenciar, em síntese, a terrível experiência [...] (VARGAS, 1991, p. 5, v.1).

Pressionados pela tortura e ameaça de perder as casas, as primeiras famílias de velhos camponeses começaram a se mudar. As entrevistas realizadas com estes homens e mulheres revelam um tal grau de comoção nas falas entrecortadas por longos silêncios, nos olhos, nas lágrimas contidas na fortaleza desses homens e mulheres, sertanejos, impossível de descrever. Centenas de vezes, o silêncio é a fala. Nos olhos, a dor que reprime a lágrima grossa (VARGAS, 1991, p. 424-425, v.2).

Colocadas em locais por elas denominadas “currais” [...], estas famílias sofreram, ao longo desses dois anos consecutivos à sua instalação nos referidos “Núcleos Rurais”, as mais atroz condições de sobrevivência. A

situação, caracterizada como campos de concentração, teve uma gravidade maior para os Núcleos situados a distâncias maiores de São Rafael. Tais Núcleos, com o enchimento da Barragem, ficaram isolados pela destruição das estradas antigas. Como nenhum planejamento fora feito para a construção de novas estradas em tempo hábil, os trabalhadores ficaram ilhados tendo que percorrer cerca de quarenta quilômetros para fazer feira, ou enfrentar as águas da Barragem em precárias canoas (VARGAS, 1991, p. 495, v.2).

Nós, todos os filhos do lugar, da cidade, dos sítios, eram chamados. Tinha um doutor engenheiro que mandava aquelas cartas pra gente, lá no sítio, que viesse tal dia tirar os restos mortais daquelas pessoas... A gente sentia muito... Só podia sentir... Aquele nosso povo todo sepultados naqueles túmulos, naquele chão, e cavar de novo... Quebrar aqueles túmulos e tirar aquela ossada... Aquele pó... [...] tinha três pessoas pra quebrar aqueles túmulos ou cavar a terra do chão... Tirava aquele pó ou aquela ossada que tivesse, botava numas bolsas de plástico e vinha deixar no cemitério daqui da Nova Cidade, numas gavetas que fizeram [...] senti uma comoção muito grande nesse dia... Botava-se dentro dessa bolsa, botava-se dentro de uma camioneta, vinha-se deixar aqui. Mas... eu vim chorando e voltei com aquela... E assim, afinal, foi todos nós porque só aquele que tinha o coração de leão, que não fez isso...Vendo nosso cemitério todo decente, todo cheio de flor, todo cheio de arvrinha, e vê ele estourado, naquelas condições... (VARGAS, 1991, p. 613-614, v.2).

Por uma inexplicável coincidência, os dois trabalhos tratam do deslocamento compulsório provocado por barragens de irrigação: Projeto de Irrigação do Baixo-Açu/Rio Grande do Norte – Vargas (*op.cit.*); e de abastecimento de água, Barragem de Atibainha, integrante do Sistema Cantareira de Abastecimento de São Paulo – Rodrigues (*op.cit.*). Mas, esta inexplicabilidade torna-se importante, à medida que nos reportemos à discussão acerca dos motivos dos deslocamentos compulsórios como fundamento para a sua qualificação (Capítulo I), baseada na oposição barragens para geração de energia – um interesse distante dos interesses e das necessidades locais, portanto, pouco compreensíveis e aceitáveis para as pessoas submetidas ao deslocamento compulsório; e barragens construídas para fins de irrigação – estas, por suposto, plenamente inteligíveis e assimiláveis para os próprios grupos que a vivenciam. O que os dois trabalhos parecem demonstrar é que, nestes casos, o sentimento vivenciado não sucumbe à retórica da justificação. Em síntese, também aqui, o fim não parece justificar os meios.

Em outros recortes, embora a dimensão do sofrimento social não seja explicitada pelos autores, pode-se depreendê-la da própria lógica argumentativa. Refiro-me aos trabalhos que estudam os esquemas culturais de percepção e explicação de eventos, através dos quais podem ser constatadas as rupturas que se produzem nos mecanismos sociais de previsibilidade e de defesa nos momentos de crise. Este é o caso demonstrado por Martins-Costa (1989), ao analisar como grupos camponeses de Sobradinho não acreditam na possibilidade de construção da barragem e organizam as suas estratégias de defesa frente ao anúncio da formação do lago como se estivessem vivenciando uma «grande cheia» do rio São Francisco - cíclica, temporária, reversível - durante as quais faziam a *retirada*. Esta percepção ancorada no esquema cultural tradicional, tendo sido decisiva para as opções que, depois, os camponeses perceberam equivocadas para enfrentar a “enchente” definitiva e irreversível¹²⁹, que é a formação do lago.

Na descrição do trabalho de campo, realizado oito anos depois da formação do lago, a autora revela:

Meu primeiro dia em Itapera foi muito significativo, e incidiu sobre os rumos da pesquisa. Durante uma caminhada pelo povoado, em companhia de meu marido e da pessoa do presidente da Associação de Moradores de Itapera, fomos abordados por uma velha senhora que tinha o ar de assustada, e repetia sem parar: “Vai ter outra retirada? Eu não quero arretirar de novo.” Fiquei confusa, sem entender o que ela estava querendo dizer; e com a desagradável sensação de que havia sido confundida com outra pessoa. De qualquer forma, procurei acalmá-la, tentando revelar-lhe minha verdadeira identidade [...]. Ela permaneceu irredutível, certa do que estava falando. [...] Em todos os povoados era visível o temor da CHESF [...] os camponeses temiam serem novamente expulsos de seus locais de moradia e trabalho [...] A agressividade da camponesa encobria um temor muito grande, as recordações da impotência diante de algo tão poderoso e destrutivo como a CHESF (MARTINS-COSTA, 1989, p. 19-21).

Mas o que chama a atenção, conforme mencionei, é que, independentemente do recorte analítico, quase todos os trabalhos sobre deslocamento compulsório, de alguma forma

¹²⁹ Por ocasião da primeira grande seca, após o enchimento do lago, em 2001, publicações na mídia impressa e televisiva, em nível regional e nacional, reportavam a perplexidade dos grupos camponeses, quando visitavam as ruínas dos antigos lugares. Ver, por exemplo, Folha de São Paulo, Evelson de Freitas, 29/07/2001.

mencionam a dimensão do sofrimento, sendo frequentes o uso de adjetivos como traumático, dramático e similares. Neste sentido, é que afirmo não ser um dado apenas por mim observado no trabalho de campo em Tucuruí e, devo dizer, foi o rigor etnográfico de muitas dessas análises que me deu fôlego para perseguir a minha hipótese. Vejamos.

Duqué (1980), descrevendo o primeiro dia de deslocamento - Sobradinho, março de 1976:

J'ai un souvenir très pénible de ce premier départ. Il a lieu à Intãs. Au bord du fleuve, les 30 premières familles attendent le bateau. Cela fait environ 150 personnes, tendues, silencieuses. Leur maigre bagage se réduit à quelques meubles et quelques sacs de provisions. Tout autour, s'agite la grande foule exubérante de tous ceux qui sont venus assister à cet événement historique [...] des journalistes, des photographes. C'est un témoignage choquant de la carapace d'insensibilité qui protège les technocrates, entièrement polarisés par leur succès professionnel (Id., p. 326).

Reconhecendo a dramaticidade da situação, quando inicia a parte de sua tese referente à realização do deslocamento compulsório, esta autora desculpa-se:

Cette troisième partie traite d'événements auxquels j'ai été intimement mêlée, et non pas d'une manière froide: dans un engagement où toute ma sensibilité était forcément sollicitée. Malgré un effort de décantation, un ton peu académique a pu subsister dans certaines pages; on voudra bien l'excuser (Id., p. 260).

Sigaud (1986), recuperando a bibliografia sobre o deslocamento compulsório, também em Sobradinho, identifica o que denomina *situação caótica*:

o rio subindo, e as pessoas em pânico ainda não realocadas fugindo das águas, as criações morrendo afogadas, famílias inteiras desabrigadas na beira das estradas, suicídios, etc. (Id., p. 31).

Reis (1998), ao analisar a construção da identidade de *atingido*, no âmbito do Movimento de Atingidos por Barragens, e as condições sócio-econômicas de “pequenos produtores rurais”, no Alto Uruguai, após o deslocamento compulsório, relata que:

[...] sentir-se atingido é, conforme a percepção de muitos dos colonos entrevistados, dar-se conta que também eles afetivos em relação a certos espaços ocupados serão rompidos. As representações sobre esses rompimentos variam.

Têm em comum, entretanto, a manifestação da certeza de perdas irreparáveis que interromperão o fluxo normal de suas vidas. Mais que isto. Vários dos depoimentos coletados manifestam a consciência de que serão destruídos os suportes materiais de sua memória individual e coletiva sendo, igualmente, roubados pedaços do tempo vivido inscritos nos lugares que serão inundados. Ou as marcas dos lugares nas trajetórias individuais e familiares [...]

“O lugar onde eu nasci vai pra baixo d’água, minha infância vai morrer; dá uma dor! A gente se criou aqui: pra mim que sou novo não é fácil... eu não me sinto bem. Que dirá meu pai... Nunca mais vou ver o lugar onde eu nasci; minha primeira escola, o lugar onde a gente brincou: não tem dinheiro que pague. A gente vai perder um pedaço da vida; um pedaço da vida que a gente viveu e não vai mais reviver ou retomar. Não vai mais levar os filhos e dizer: ó aqui o pai morou: o pai fez isso e aquilo...” (Agricultor da Linha Água Verde / Marcelino Ramos) (Id., p. 159).

Cabe observar neste trabalho de Reis que se trata de grupos sociais que têm um passado de imigração, ao qual associam um tempo de “trabalho árduo e sofrimento” (Id., p. 145). E, é esta memória sobre o passado que lhes fornece o instrumental para antever um futuro de “perdas”, entre as quais se incluem aquelas que “não tem dinheiro que pague” (Id., p. 157). O que chama a atenção, ademais, é que mesmo se tratando de um deslocamento que contou com a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) como interveniente, levando ao limite politicamente possível reivindicações destinadas a “minimizar os efeitos” do deslocamento compulsório sobre a reprodução social e econômica, daí não parece ter decorrido qualquer tipo de redução sobre aquelas perdas, o quê, de alguma maneira, recoloca a questão de qual tipo de controle pode ser estabelecido sobre um processo social marcado pela imprevisibilidade, inclusive em função dos diversos sentidos que lhe emprestam os atores que o vivenciam.

Cabe abrir um parêntese e evocar, aqui - a partir da frase “não tem dinheiro que pague” - o capítulo I, estabelecendo um “paralelo” temporal. Conforme vimos, em 2001, pela primeira vez, o Banco Mundial cita este “problema” no contexto dos procedimentos operacionais, no âmbito de discussão da partilha de objetivos e de recursos financeiros com a AID (Associação Internacional do Desenvolvimento), e introduz a OP 4.12 e outras

orientações para avaliação de perdas sociais (*Replacement cost*), que, na perspectiva do Banco, inclui as perdas que não podem ser avaliadas ou compensadas monetariamente¹³⁰ (grifo nosso)

No Brasil, conforme vimos, foi a partir da criação do Movimento de Atingidos por Barragens (1989) e, portanto, da discussão sobre quem é atingido, que vem sendo colocada a discussão das chamadas “perdas sociais”, ainda que não se tenha estabelecido uma pauta destas perdas e sua correspondente reparação. De todo modo, no “acordo” realizado, em 1987, entre a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), do Alto Uruguai, já se tentava, implicitamente, reduzir estas perdas, através da intermediação desta Comissão na gestão do processo de deslocamento. Entre 1987 e 1998, período durante o qual foi realizado o deslocamento, a CRAB protagonizou diversas “ações espetaculares” de pressão, como as ocupações do canteiro de obras com a paralisação de máquinas, a “prisão de Lageado Pepino” (LIMA JÚNIOR, 1997), etc.

Do ponto de vista dos Manuais da Eletrobrás, que orientam os procedimentos operacionais de suas empresas subsidiárias, não há qualquer referência a estas “perdas”.

Na atualidade, vários pesquisadores e ambientalistas, no Brasil, estão discutindo o que chamam de “passivo ambiental” (IPPUR, 2005), preponderantemente uma equação que pretende rever a concepção de energia hidrelétrica como “energia limpa” – uma discussão que mobiliza os argumentos ambientais, evidentemente prevalecentes na arena pública. E, na Europa, conforme vimos, prevalece a ótica da proteção dos direitos humanos, através de um estatuto jurídico de proteção – o refugiado ambiental.

Fechemos o parêntese.

Mesmo pesquisadores de outras áreas do conhecimento, que trabalham na fase pós-deslocamento, registram episódios que evidenciam o sofrimento social. Elaine Baggio,

¹³⁰ No interior do Banco, um *paper* técnico de Cernea, de 1988, já mencionava esta constatação (CERNEA, 1988).

agrônoma, que realizou pesquisa no oeste de Santa Catarina, nos municípios de Ipuacu, São Domingos, e Xanxerê, onde foram concentrados 70% da população compulsoriamente deslocada, assinala:

Por último, foi possível constatar um fato não muito comum entre agricultores, mas que ficou bastante evidente durante as entrevistas: quando os depoimentos estavam voltados às dificuldades relativas às questões práticas, especialmente aquelas relativas à retomada do processo produtivo, eram os homens que mais falavam. No entanto, quando as questões estavam voltadas para reflexos emocionais das dificuldades vivenciadas, ambos os sexos se posicionavam, retratando, assim, em decorrência do processo da instalação da UHE Quebra Queixo, alterações em outras esferas da vida dos sujeitos sociais atingidos para além dos aspectos econômicos. Chamou, assim, a atenção de que os homens não se intimidavam e demonstravam todo o seu sentimento perante aquela migração forçada, que estava mudando a trajetória e o ritmo de suas vidas (BAGGIO, 2003, p. 86).

E, no mesmo sentido mencionado por Reis (*ibidem*) – “o que o dinheiro não paga”

– registra os seguintes depoimentos:

“Foi pago pelo que tinha porque eles pagaram as árvores, mas o amor a terra o amor àquele lugar nunca vai pagar, a gente se criou ali, o pai faleceu ali; também, é enterrado ali na comunidade as lembranças da gente vai ficar tudo ali, isso não vai ter dinheiro que paga, só vai pagar o que você tem lá: a casa, as árvores, as lembranças da gente ta lá, aqui a uns dias vou ter que ir lá desmanchar a casa, eu ajudei a fazer aquela casa, daí cada tijolo que eu vou tirar ou cada parede que vou ter que desmanchar vou lembrar”. - Filho de agricultor com 29 anos e que residia na Linha São João/Ipuacu (BAGGIO, 2003, p. 87).

[...] então hoje tá sendo construído uma outra área aqui só que infelizmente aquele local, aquela situação lá nunca vai ser restabelecida, era um local bonito, a natureza... então a gente, principalmente eu que a gente se criou praticamente ali, então aquilo vai ser uma perda irreparável que não vai ter valor que pague aquilo. (Agricultor e Presidente da Associação dos Atingidos – Linha Quebra Queixo/São Domingos) (BAGGIO, 2003, p. 87-88).

Com a transcrição dos diversos depoimentos, evidentemente, não estou a sugerir a construção de uma generalização universal ou desprovida de contexto. Ao contrário, tais registros só demonstram que a dimensão do sofrimento social se expressa e é apreensível nas especificidades sociais, culturais, econômicas e políticas de cada grupo, de cada lugar, em

cada tempo determinado e destas em relação com o próprio acontecimento. Não obstante, o que não pode deixar de ser notada é a sua recorrência.

Neste sentido, podemos voltar aos estudos de especialistas/antropólogos, Scudder (1965;1975) e, por acréscimo, de Colson (1971)¹³¹, realizados em África, que desapareceram das referências bibliográficas no Brasil. Nestes estudos, que foram inspiradores das primeiras análises de antropólogos brasileiros, salienta-se o “multidimensional stress” que caracteriza o deslocamento compulsório¹³². De fato, em Scudder (1975) encontra-se a construção de um modelo, no qual estão classificadas três modalidades de stress: a) stress fisiológico; b) stress psicológico; e c) stress sócio-cultural que, segundo o autor, devem ser considerados interdependentemente. Para cada uma destas modalidades, fornece indicadores, medidas de avaliação, etc. Evidentemente, não se trata de endossar o modelo scudderiano, mas de remarcar que há uma dimensão de sofrimento que vem sendo observada e etnograficamente registrada ao longo de tempo. Esta, aportada no Brasil, através da marca – subordinada¹³³ – da antropologia do desenvolvimento foi sendo, paulatinamente, posta à margem...

Em Colson (ibid.), para além das ressalvas que, possivelmente decorram dos constrangimentos de sua inserção profissional, pode-se vislumbrar, inclusive, um embrião da controvérsia que se trava, hoje, em torno do estatuto de refugiado ambiental. É como se ela adentrasse à problemática de través:

¹³¹ Conforme mencionado, Thayer Scudder e Elisabeth Colson realizaram estudos sobre o deslocamento compulsório dos Tonga, por ocasião da construção da Barragem Kariba na África Central (Zâmbia). Esta, trabalhando no Rhodes-Livingstone Institute (África Central), iniciou sua pesquisa entre os Tonga, em 1949, e realizou trabalho de campo nos períodos pré (1956-1957) e pós – deslocamento (1962-1963).

¹³² I assume that the reason why the relocates stick to the familiar during the transition period is because removal is accompanied by multidimensional stress. Here it must be kept in mind that by definition dam relocation is compulsory. I am aware of no cases where the majority of people voluntarily agree to move. Rather they resist removal, with resistance often including the threat or the use of force to protect their homeland (SCUDDER, 1975, p. 3).

¹³³ Subordinação, vale dizer, advinda desde a sua origem. Buscando recuperar a história e o lugar ocupado pelos estudos sobre “refugiados”, nos Estados Unidos, Harrel-Bond e Voutira (1992, p. 6) assinalam que, nos anos 1980, “when the Association of Social Anthropologists and the Journal of Refugee Studies co-sponsored a prize essay in this field, none could be offered the first year and, in the second, there were still insufficient contributions to justify its continuation [...] relatively little attention has been paid to it by the academic establishment.”

I am not arguing against all change or against all technical development. This would be folly, for people have been making decisions that altered their lives and the structure of their communities since human history began. Nor do I argue that the phenomena observed could take place only when people are under attack from technical development, since some at least are characteristic of those who suffer from natural disasters [...]. If this book has a message, it is an old one long since sounded by other anthropologists and students of social change: that it is folly to allow technology to determine policy. The Gwembe Tonga resisted the changes associated with technical development at Kariba Dam neither because they are inherently averse to all change nor because change is a new thing to them. The resettlement programme [...] threatened their basic securities; they did not understand the technical facts on which it was based; it came to them as a command from outside [...] It had yet a further negative feature, since they were asked to make enormous sacrifices for which the only human justification lay in the long-term good of a larger national community which would benefit from the dam, and this community was not one with which they identified themselves (COLSON, id., p. 3, grifo nosso).

Finalmente, os técnicos/planejadores, ainda que premendo por respostas prontas que informem a tomada de decisão, reconhecem haver um conteúdo recorrente e diferenciado no deslocamento compulsório, que é tratado como “injustiça social”. Pelas razões expostas, voltemos a Cernea:

Lors de nouveaux programmes d'infrastructure dans des pays en voie de développement, ce processus d'appauvrissement est malheureusement fréquent et massif [...]. Il est indéniable que les déplacements forcés soulèvent des questions fondamentales de justice sociale et d'équité. L'histoire nous enseigne que les populations ayant subi un déplacement forcé pour cause de développement en ont ressenti plutôt les méfaits que les bienfaits (CERNEA, 1988, p. 13-14).

Les déplacements forcés détruisent le tissu social et les formes existantes d'organisation sociale. Ils fragmentent les communautés, démantèlent les systèmes de production, dispersent les groupes de parenté et les réseaux familiaux, perturbent les marchés du travail et remettent en cause l'identité culturelle des expulsés. Les réseaux informels d'entraide, les associations bénévoles autochtones, les services organisés par les communautés, etc., sont dispersés et rendus inopérants. Une telle désagrégation représente une perte massive de capital social – un dommage qui n'est jamais quantifié ni indemnisé – et qui est aggravé par les pertes en capital physique (possessions naturelles), en capital créé (équipements et infrastructures) et en

capital humain (capacités et connaissances) (CERNEA, 1988, p. 20, grifo nosso).

Na perspectiva de analisar a ciência em construção, aqui adotada, talvez se possa afirmar que na elaboração teórica do deslocamento compulsório, de um modo análogo ao que ocorre na arena pública, a rede consolidada em torno de certos recortes e objetos, acaba por circunscrever os limites da interpretação e desqualificar as abordagens dela divergentes ou estranhas, conduzindo a absolutamente subsumir ou obscurecer fatos, mesmo que eles estejam no tecido social. A passagem, pois, da condição de problema público a objeto teórico depende também de mediações que se encontram na dinâmica interna das próprias controvérsias científicas.

No capítulo seguinte, debruço-me sobre a etnografia do deslocamento compulsório em Tucuruí, buscando, a partir dela, sobressair o sentido deste para aqueles que o viveram, na medida do possível, ultrapassando a experiência subjetiva de cada um dos entrevistados e revelando a construção social de uma narrativa e de uma memória sobre este acontecimento (BENSA, A.; FASSIN, E., 2002).

Quadro 1 – Lista de Teses/dissertações analisadas

| Área do Conhecimento | Autor | Título | Titulação | Instituição | ANO |
|-------------------------|--|--|------------------------------------|---|------|
| Ciências Humanas | | | | | |
| Antropologia | *Ana Luiza Borralho MARTINS COSTA | Uma Retirada Insólita: a representação camponesa sobre a formação do Lago de Sobradinho, BA | Mestrado | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 1989 |
| | *Ana Maria Lima DAOU | Políticas de Estado e a Organização Social Camponesa: O Caso da Barragem de Sobradinho | Mestrado | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 1989 |
| | *Sandra Tosta FAILLACE | Comunidade, Etnia e Religião: um estudo de caso na Barragem de Itá (RS-SC) | Mestrado | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 1991 |
| | José de Carvalho SILVA FILHO | A Besta Fera e as Águas de Baixo (Camponeses do São Francisco) | Mestrado | Universidade Federal de Pernambuco | 1992 |
| | *Maria Rosa CATULLO | Poder y Participación en Proyectos de Gran Escala | Doutorado | Universidade de Brasília | 1996 |
| | *Aurélio Vianna da Cunha LIMA JÚNIOR | Prisão em Lajeado Pepino: Gênese e Efeitos Sociais de uma Ação Exemplar | Doutorado | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 1997 |
| | *Cintya Maria Costa RODRIGUES | Águas aos olhos de Santa Luzia: um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sítiantes em Nazaré Paulista | Mestrado | Universidade Estadual de Campinas | 1997 |
| | *Lídia Marcelino REBOUÇAS | O Planejamento e o Vivido: Os projetos de reassentamento da CESP no Pontal do Paranapanema | Mestrado. | Universidade de São Paulo | 1997 |
| | *Maria José REIS | Espaços Vividos, migração compulsória, identidade. Os camponeses da região do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá. | Doutorado. | Universidade Estadual de Campinas | 1998 |
| | Antonádia Monteiro BORGES | A Cada Passo: um estudo de redes e faccionalismo político num reassentamento de atingidos por barragem | Mestrado | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | 1999 |
| Nara Graça SALLES | Borda do Lago: um caso de Conflito Agrário Ambiental | Mestrado | Universidade Federal de Pernambuco | 1999 | |
| Sociologia | *Nazira Abib Oliveira VARGAS | Barragens: O Clamor dos Beiradeiros | Doutorado | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | 1991 |
| | Ruben Alfredo de SIQUEIRA | Do que as Águas Não Cobriram: um estudo sobre o movimento dos Trabalhadores | Mestrado | Universidade Federal da Paraíba | 1992 |
| | Ricardo Ferreira RIBEIRO | Campeinato: Resistência e Mudança – O caso dos Atingidos por Barragens no Vale do Jequitinhonha | Mestrado | Universidade Federal de Minas Gerais | 1993 |
| | Gilca Dias de SANTANA | Do Rio à Caatinga: Um estudo da Re (Locação) das Famílias da Barragem de Itaparica. | Mestrado | Universidade Federal da Paraíba | 1995 |
| | Luis Carlos FERREIRA | O Jogo de Jogar o Jogo: as Representações Sociais da Engenharia e os Impactos Ambientais de Hidrelétricas na Amazônia | Mestrado | Universidade de Brasília | 1997 |
| | *Flavia Braga VIEIRA | Do Confronto nos Vales aos Fóruns Globais: um estudo de caso sobre a participação do Movimento de Atingidos por Barragens na Comissão Mundial de Barragens | Mestrado | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 2001 |
| | *Jacqueline PARMIGIANI | Uma Escola Igual a dos Ricos - a escola rural na visão dos atingidos por Barragens do Rio Iguaçu | Mestrado. | Universidade Estadual de Londrina | 2003 |

| | | | | | |
|-----------------------------------|--|--|-----------|---|------|
| História | Pedro Francisco UCZAI | Movimento dos Atingidos por Barragens - O Caso de Itá e Machadinho na Bacia do Rio Uruguai, 1979-1991 | Mestrado | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | 1992 |
| | Edvanir Maia da SILVEIRA | Naufração de uma Cidade: História da Resistência da População da cidade de Jaguaribara à sua submersão, pela construção da Barragem de Castanhão | Mestrado. | Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca | 2000 |
| | Valdir Lopes MORAES | Memória, Espaço e Identidade: Trajetória da Comunidade Ribeirinha de Monte Branco, Jequié-Bahia | Mestrado | Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) | 2000 |
| | *Davi Félix SCHREINER | Entre a Exclusão e a Utopia. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. | Doutorado | Universidade de São Paulo | 2002 |
| | Alvenir Antonio de ALMEIDA. | As Usinas Hidrelétricas e os Atingidos da Bacia do Rio Uruguai: intenções entrecruzadas | Mestrado | Universidade de Passo Fundo | 2003 |
| Geografia | Madalena Cavalcante L. de AZEVEDO | Itaparica: O Futuro de um Povo. A Expropriação do Espaço de Trabalho pelo Estado para o Capital | Mestrado | Universidade de São Paulo | 1991 |
| | Rosemeire Aparecida de ALMEIDA | Diferentes Modos de Organização de Explorações Familiares no Pontal do Paranapanema: Reassentamento Rosana e Assentamento Santa Clara | Mestrado | Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Pr. Prudente | 1996 |
| | Aurora Maria de Castro Domingos da SILVA | RIO MANSO: A Vivência do Impacto de um Grande Projeto | Mestrado | Universidade Federal de Minas Gerais | 1997 |
| | Avanildo Duque da SILVA | O Reassentamento Rural de Itaparica: Conflitos e Transformações no Espaço Agrário do Sub-médio São Francisco-BA | Mestrado | Universidade Federal de Pernambuco | 1997 |
| | Vera Lúcia dos SANTOS | Projetos Hidrelétricos de Grande Porte e Efeitos Sociais: O Exemplo do Topocídio Provocado pela Barragem de Porto Primavera | Mestrado. | Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro | 1998 |
| | Maria Anezilany Gomes do NASCIMENTO | Nem parece o Tempo em que vocês Jogavam Biriba na Calçada: o lugar em Nova Jaguaribara | Mestrado | Fundação Universidade Estadual do Ceará | 2003 |
| | Maria das Graças Silva VIEIRA | Avaliação Socioeconômica e Ambiental do Perímetro Irrigado do Gorutuba-MG e o Desenvolvimento Regional | Mestrado | Universidade Federal de Uberlândia | 2003 |
| Psicologia | *Carlos Augusto Rodrigues de SOUZA | Quando a (Barragem de Porto) Primavera Chegar: O Impacto das Transformações Ambientais na Subjetividade dos habitantes de Presidente Epitácio e Região | Mestrado | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | 2003 |
| Educação | *Maria Stella Marcondes de MORAES | No Rastro das Águas: Pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai (SC/RS) | Doutorado | Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro | 1994 |
| Ciências Sociais Aplicadas | | | | | |
| Direito | Alfredo Antonio Nogueira VALENTE | Reassentamento Expropriatório – Experiência de Desapropriação por Troca | Mestrado. | Universidade Federal do Ceará | 1992 |
| Administração Rural | José Nunes GALVÃO FILHO | Desenvolvimento e Crise no Projeto de Reassentamento de Itaparica e suas Repercussões sobre o Movimento Sindical | Mestrado | Universidade Federal Rural de Pernambuco | 1997 |
| Planejamento | Péricles de Holleben MELLO | Seleção – Exclusão - (Projeto POTI: Um Assentamento de Trabalhadores Rurais) | Mestrado | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | 1992 |
| | *Maria das Graças da SILVA | Planejamento Territorial, Deslocamento Compulsório e Conflito | Mestrado | Universidade Federal do | 1997 |

| | | | | | |
|--|---|--|-----------------------|--|------|
| Urbano e Regional | | Sócio-Ambiental: mosquitos e pistolagem na Barragem de Tucuruí, PA | | Rio de Janeiro | |
| | *Maria das Graças da SILVA | Discurso educativo e apropriação do meio ambiente na área de um Grande Projeto de Investimento. O caso UHE-Tucuruí/ PA | Doutorado | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 2002 |
| Multidisciplinar | | | | | |
| Ciências do Ambiente | Maria Célia Araújo ROCHA | Remanejamento das Populações Afetadas pelas Hidrelétricas de Tucuruí-Pa e Samuel-Ro: Um estudo comparativo | Mestrado Profissional | Universidade Federal do Amazonas | 2002 |
| | Cythia Carneiro de Albuquerque SUASSUNA | Dano Moral, Ambiental, Coletivo em Populações Atingidas por Empreendimentos Hidrelétricos: o Caso de Petrolândia, PE | Mestrado | Universidade Federal de Pernambuco | 2005 |
| Planejamento do Desenvolvimento | *Maria José Campos Moura MELO | Comunidade Científica e um Projeto de Desenvolvimento na Amazônia: Usina Hidrelétrica de Tucuruí – Pará- Brasil | Mestrado. | Universidade Federal do Pará | 1993 |
| | *João Carlos RUSZCZYK. | Espaço da Água, Espaço da Terra no Movimento dos Atingidos por Barragens MAB/CRAB | Mestrado | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 1996 |
| | Rodrigo da Costa VASCONCELLOS | Desapropriação: a intervenção estatal na propriedade privada e o deslocamento de populações rurais | Mestrado | Universidade de Santa Cruz do Sul | 2003 |

Fonte: Banco de Teses/CAPES

Quadro 2 – Área do Conhecimento, Disciplinas, Palavras-Chave

| Área do Conhecimento | 1989-1992 | 1993-1996 | 1997-2000 | 2001-2004/2005 |
|-------------------------|--|--|--|---|
| Ciências Humanas | | | | |
| Antropologia | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mudança social, tempo e espaço, campesinato, barragens. ▪ Mudança social, organização social, barragem, população rural. ▪ Besta fera, águas de baixo, camponeses. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reassentamentos, usinas hidrelétricas. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Eletrosul, CRAB, camponeses, prisão de Lajeado Pepino. ▪ Mudança social, memória, camponeses, Nazaré Paulista. ▪ Espaço. ▪ Camponeses, movimentos sociais, identidade, migração. ▪ Reassentamento, dominação e poder, política agrícola, agroecologia. | |
| Sociologia | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Barragens, campesinato, Estado, Beiradeiras e expropriação, Projeto Baixo Açu. ▪ Camponeses, barragem de Sobradinho. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Camponeses, movimentos, processos. ▪ Barragem, tradição e mudança, organização. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Impactos ambientais. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ ONG's, movimento, atingidos; ▪ Escola rural; deslocamento compulsório; mudança social. |
| História | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estado, resistência, luta. | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cidade, Jaguaribara, Castanhão, Ceará; barragem. Memória, espaço, identidade, comunidade Monte Branco, Jequié. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sem-terra, reforma agrária, assentamentos, vida cotidiana. ▪ Desenvolvimento, conflito, movimento de atingidos, relocação. |
| Geografia | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Barragem, desapropriação, reassentamento, sindicatos rurais, UHE de Itá. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reassentamento, assentamento, MST, Pontal do Paranapanema. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rio Manso. ▪ Sub-médio São Francisco, impactos ecológicos, reassentamento. ▪ Cognição ambiental, grandes projetos, impactos sociais. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Lugar, cultura, espaço vivido, estruturação urbana. ▪ Degradação ambiental, sócio-econômico. |
| Psicologia | | | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Psicologia, meio ambiente, barragens, subjetividade. |
| Educação | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedagogia e Educação. | | |

| Ciências Sociais Aplicadas | | | | |
|-----------------------------------|--|--|---|---|
| Planejamento Urbano e Regional | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assentamento, trabalhadores rurais. | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Deslocamento compulsório, conflito sócio-ambiental. | |
| Direito | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reassentamento - responsabilidade do Estado, desapropriação por troca, reassentamento. | | | |
| Administração Rural | | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assentamento rural, movimento sindical. | |
| Multidisciplinar | | | | |
| Ciências do Ambiente | | | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Remanejamento. ▪ Dano moral, remanejamento populacional, hidrelétricas. |
| Planejamento do Desenvolvimento | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Impacto ambiental, hidrelétrica. ▪ Movimento social, identidade, espaço social. | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Meio ambiente, educação ambiental, conflito ambiental. ▪ Desapropriação, propriedade, terra, reforma agrária, desenvolvimento. |

Fonte: Banco de Teses/CAPES

Capítulo III – O deslocamento compulsório em situação:

O lamento e a dor

A ELETRONORTE dizia que ia dar terra, casa, não sei o que e etc.; até que tinha uma historinha que na verdade era verdade, e verdade mesmo, que dizia assim - vocês vão entrar numa casa que vocês nunca entraram, vocês nunca nem imaginaram de entrar [...] porque no início quando eles começaram a fazer o nosso levantamento na área inundada, eles diziam que todo mundo ia ter direito num terreno e numa casa. Ainda hoje o meu processo tá lá e reza minha ficha quando eu vou pegar um encaminhamento médico, ia pegar um encaminhamento médico, porque agora cortaram, né, então, diz assim, no meu encaminhamento diz assim: Pedro Nava¹³⁴, cota 35. Processo número tal, cota 35.

[...] eles se admiraram: - rapaz, vocês vão receber uma indenização que vocês nem sabem nem contar o dinheiro (Manoel).

A gente conversava quando ia assim numa festa, reunia aquele bando de gente assim, nesse tempo nós não tinha uma organização, não tinha nada, associação, nem nada. Mas quando se reunia... Às vezes, dia de domingo, ia comprar uma carne, fulano matava uma criação, aí reúne aquele bando de... de lavrador, né, para comprar carne e enquanto isso tava conversando. Aí o assunto era esse: é, essa tal de ELETRONORTE, não conhecia né, essa tal de ELETRONORTE vai botar nós em outro lugar, casa, todo mundo vai receber seu lote documentado. Agora ainda é melhor... Ainda dizíamos assim: vamos receber o documento mais ligeiro do que no INCRA. Foi o que nos falaram que vão nos assentar em outra área e que a gente vai levar a mesma vida [...]. O outro dizia: tá certo, nós vamos sair daqui, mas nós vamos pra uma área...[melhor] (Quintana).

[...] até pessoas assim na estrada e conversando com a gente [...] conversando assim com gente de fora, eles sempre diziam assim: oh, vocês vão ficar todo mundo bem de vida, vão receber dinheiro da ELETRONORTE, do governo, agora vão ser indenizados, ter sua casa... (Quintana).

¹³⁴ Todos os nomes de pessoas deslocadas compulsoriamente, aqui citadas, são fictícios. Utilizei como referência para lhes atribuir novo nome alguns escritores de língua portuguesa, porque elas têm um estilo de contar as suas histórias que os evocam. Assim, talvez possa fornecer ao leitor o tom em que estas eram narradas. Temos a riqueza de detalhes de Guimarães (Guimarães Rosa); a narrativa amarga de Nava (Pedro Nava); a ironia de Quintana (Mário Quintana). Como eu tinha dois “Machado” (Machado de Assis), separei: um é Machado, outro é Assis, etc. A exceção é Olga que, inicialmente, denominei Rachel (Rachel de Queiroz), pelo contraste entre a beleza da narrativa e a tristeza que ela exprime. Em 2003, quando a encontrei em sua casa, em Breu Branco, achei que o nome Olga (Olga Benário) melhor evocava a situação que ela narrava. Ao final deste capítulo, encontram-se informações sobre cada uma delas.

Os depoimentos acima foram colhidos no período compreendido entre 1989 e 1992, no Loteamento Rural Rio Moju e em Breu Branco, Estado do Pará – o primeiro loteamento destinado pela ELETRONORTE às pessoas compulsoriamente deslocadas – e estão aqui transcritos com o propósito de chamar a atenção para o modo como a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi, de início, por elas percebida ou como foi decodificada a mensagem de desenvolvimento contida na retórica daquela empresa. Pautada no par dicotômico natureza *versus* sociedade, esta retórica exacerbava o sentido da transformação que ela se propunha promover, atribuindo-se um papel redentor¹³⁵.

Esta mensagem, largamente difundida, era apreendida de acordo com as expectativas dos grupos, em particular. Nos depoimentos acima, chama logo atenção a preocupação com a regularização fundiária, que ganha inteligibilidade quando reportada ao contexto local no início da construção da barragem e às pessoas que ali habitavam. É, pois, a partir da situação particularmente vivida pelos grupos sociais compulsoriamente deslocados que se pode apreender o sentido do sofrimento que eles evocam. Um sentido que, no caso de Tucuruí, tem como referência um passado socialmente construído, por eles denominado *tempo da terra livre* ao qual é contraposto o tempo pós-barragem. Vejamos, pois, a) o contexto local; e como este contexto era vivido como b) *tempo da terra livre*.

¹³⁵ Ver em Magalhães (1992), uma análise da visão da ELETRONORTE sobre a região e o campesinato. Para dar inteligibilidade ao restante do argumento, transcrevo dois trechos extraídos de material de divulgação da ELETRONORTE, constantes deste artigo: “Energizar significa desenvolver. E a Região Norte tem sede de crescer com desenvolvimento. Aqui existe uma necessidade premente de mais indústrias, novos empregos, escolas, hospitais, meios de transportes e comunicações e, sobretudo, do aproveitamento dos incomensuráveis recursos naturais existentes, em prol de, aproximadamente, 14 milhões de brasileiros residentes nesta região e que têm o direito de conquistar os benefícios alcançados pelas demais áreas do país” (ELETRONORTE [s/d], *apud* Magalhães, *op.cit.*, p. 46).

“O futuro da Amazônia, aliás, está entrelaçado com o próprio desempenho da ELETRONORTE naquela área, uma vez que a energia é essencial para o desenvolvimento” (ELETRONORTE, 1983, *apud* Magalhães, *op.cit.*, p. 45).

A – O contexto local na época da construção da barragem¹³⁶

As configurações social, econômica e política da região do médio rio Tocantins, na qual se situa a barragem de Tucuruí, foi marcada, desde o início do século XX até os anos 1960/70, por uma economia extrativista, baseada na exploração da castanha-do-pará e por uma ocupação humana predominantemente indígena que começou a ser alterada a partir dos anos 1920, com a construção da Estrada de Ferro Tocantins (EFT)¹³⁷ e com os movimentos migratórios de grupos camponeses provenientes do Maranhão, principalmente, e de Goiás.

Esta região, que compreendia, na época, os municípios de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga e Marabá¹³⁸, é reconhecida como tendo sido a maior produtora de castanha do Estado do Pará, posição esta que foi assumida logo após o declínio da produção do caucho, de resto nem tão abundante, nem tão duradoura quanto a castanha nesta área.

Exatamente no período que medeia entre os anos 20 e 40, quando se registra o grande colapso da história econômica da Amazônia, esta região se destacou como a maior exportadora de castanha, chegando a produzir cerca de 60% do total da produção do Estado, mantendo-se distante da estagnação geral referida, aproveitando-se da infra-estrutura antes direcionada para a exploração da borracha. Marabá era o segundo município mais importante do Estado, suplantado apenas por Belém, a capital. Nos anos 40, a exploração da castanha sustentava a máquina administrativa do Pará e em torno dela giravam as leis e os regulamentos referentes ao uso e exploração da terra.

¹³⁶ O dados a seguir foram expostos em Magalhães (1992 e 2002). Observo que detalhes dos processos mencionados e suas respectivas bibliografias devem ser buscados nesses textos.

¹³⁷ Sobre detalhes da construção da Estrada de Ferro Tocantins e a constituição do campesinato na região ver Magalhães [s/d].

¹³⁸ Hoje, nesta região, há mais quatro municípios: Breu Branco, Novo Repartimento, Nova Ipixuna e Goianésia do Pará. Os três primeiros foram originalmente vilas construídas para abrigar a população compulsoriamente deslocada.

Durante a primeira metade da década de 1950, mais de 2/3 da exportação da Amazônia estavam representados pela castanha, sendo esta o segundo produto de exportação em valor na Amazônia como um todo, e a primeira no Estado do Pará. A zona do Médio Tocantins era responsável por quase 2/3 desta produção. Em 1967, de toda a produção de castanha da Amazônia, oriunda de Rondônia, Acre, Pará, Amazonas, Roraima e Mato Grosso, 48.5% eram provenientes desta região do Médio Tocantins.

Neste quadro, os municípios de Marabá e de Itupiranga destacavam-se como áreas de "castanhais extremamente ricos", que se estendiam pela margem esquerda do rio Tocantins, atravessando os municípios de Tucuruí e de Jacundá. Tucuruí e Jatobal – este distrito de Jacundá - destacavam-se, também, por serem pontos de baldeação para o transporte da castanha. Jatobal, ao sul de Tucuruí, embora não fosse a sede do município de Jacundá, era o "núcleo mais importante", porque ponto final da Estrada de Ferro Tocantins, através da qual se contornavam as célebres cachoeiras que impediam a navegação neste trecho do rio, até alcançar a cidade de Tucuruí.

Em 1961/1962, Jatobal é descrito como um pequeno lugarejo, de pouco mais de mil habitantes, cuja feição começava a ser alterada em função da instalação de uma empresa exportadora de madeira (IMPEX, com capital de origem alemã), que havia empregado cerca de três mil homens que antes trabalhavam nos castanhais. Esta empresa mudava as relações de trabalho na região, pagando o salário mínimo regional, oferecendo assistência médica, vendendo alimentos a preços mais acessíveis e facilitando a construção de casas pré-fabricadas em madeira, relações que contrastavam com o sistema de "barracão" dos castanhais (MATTA; LARAIA, 1978, p. 98-99). Este caracterizado pelo pagamento por produção e pela servidão por dívida.

Tucuruí, com 5.788 habitantes, era o ponto de articulação entre a Estrada de Ferro e a navegação no rio Tocantins, sediando os armazéns destinados à estocagem da castanha

trazida desde Marabá, que era transportada para Belém, através de "motores" e "pentas" (VELHO, 1981, p. 55/56).

A importância da Estrada de Ferro Tocantins na economia regional estava evidenciada também no próprio desenho da cidade de Tucuruí.

Em 1961/62, esta cidade foi descrita como dividida em duas zonas: uma onde se localizavam as instalações da estrada de ferro e outra onde se localizavam o mercado, a igreja, o comércio e o porto. Na primeira, havia energia elétrica, as instalações da estrada de ferro construídas em alvenaria, as casas dos funcionários cobertas de telha, com água encanada e serviço de esgoto. Na segunda, não havia energia, nem água encanada, nem esgoto, a maioria das casas construídas era de palha (MATTA; LARAIA, 1978, p. 88).

Até o final dos anos 1930, quando foi regulamentado, pelo Estado Novo, o Serviço de Arrendamento de Terras para exploração de Produtos Nativos, as áreas de exploração dos castanhais eram, predominantemente, "livres". Eram os "castanhais do município", nos quais qualquer pessoa, mediante uma licença obtida na prefeitura, podia retirar castanha.

Do final dos anos 30 até 1954, os arrendamentos eram concedidos anualmente, pelo Estado, com possibilidade de renovação por igual período (Velho, 1981, p. 61); e a delimitação da área arrendada era feita sempre partindo das margens, de modo que a sede do castanhal ficasse voltada para o rio. A partir de 1954, com a Lei nº 913 de 04/12/1954, a renovação da concessão era praticamente assegurada, instaurando-se o que Velho denominou de possibilidade de "aforamento perpétuo".

Em 1955, 53% da produção de castanha nos municípios de Marabá e de Itupiranga eram provenientes de terrenos devolutos; 28% de terrenos arrendados e 19% de terrenos de propriedade particular, girando em torno do arrendamento dessas terras a política do Estado. Segundo Velho (1981, p. 61), este sistema de aforamento acabou por dificultar a

concentração da posse da terra até a metade dos anos 50, quando, conforme Emmi (1987, p. 109), se verificou uma concentração do domínio das áreas de castanhais por grupos familiares que, perante o Estado, se apresentavam como requerentes individuais.

É em torno desta economia extrativista que se constituiu o campesinato nesta região. Embora se tratasse de uma atividade que permitia a migração sazonal, especialmente dos habitantes do Baixo Tocantins e do Tocantins maranhense, "um certo contingente de indivíduos não poderia deixar de se fixar", seja em função do "deslocamento de distâncias maiores" seja "em função mesma da ampliação do mercado consumidor de gêneros primários, em uma área que se caracterizava pela dificuldade de comunicação com outras fontes abastecedoras" (VELHO, 1981, p. 66-69). Foi assim, pois, que, aos poucos, surgiu uma pequena agricultura de beira de rio, de igarapé, ou de lago e nas ilhas; isto é, em territórios menos cobiçados para a exploração da castanha.

Este perfil da economia extrativista de castanha foi preponderante até os anos 50/60, tendo sido ligeiramente alterada no final da década de 40/50, pelo que Velho (1981, p. 69) denominou de "frente mineradora norte-goiana", com a exploração de diamante e posteriormente de cristal de rocha. Esta frente, embora do ponto de vista da economia como um todo tivesse resultados "relativamente modestos" teria, no entanto, conseqüências locais importantes. Como atividade desenvolvida principalmente no verão amazônico, tornar-se-ia complementar à castanha, funcionando como um importante fator de permanência dos fluxos migratórios, até então sazonais. Surgindo, assim, pequenas vilas que, demandando os produtos agrícolas, acabaria por fomentar a agricultura, antes secundária à atividade extrativa.

Atraídos, inicialmente, pelo *boom* da economia extrativista, os camponeses provenientes, sobretudo do Tocantins maranhense e do Baixo Tocantins, conforme mencionado, começaram a fixar-se, inicialmente, combinando a atividade de castanheiro com

a pesca e a caça e, depois, com a atividade agrícola. O garimpo permaneceu com uma certa vitalidade até os anos 50 e, desde então, como atividade alternativa, especialmente em momentos de crise econômica.

Esta diversificação de atividades dava-se no plano individual, isto é, o mesmo indivíduo intercambiava as diversas posições sociais, não havendo, segundo Velho (1981, p. 72), uma diferenciação ocupacional evidente. Este intercâmbio sendo facultado, sobretudo, pela própria sazonalidade das atividades.

No caso específico do trecho ao longo da Estrada de Ferro Tocantins, que compreendia 117 quilômetros, de Tucuruí a Jatobal, entre a segunda metade dos anos 30 até a primeira metade dos anos 40, a construção desta Estrada, de acordo com informação dos camponeses, constituía-se em importante motivo para uma permanência mais duradoura. Complementarmente à coleta de castanha, realizavam diversas atividades auxiliares na construção da ferrovia e, principalmente, forneciam lenha para as "máquinas", atividade que se intensificaria após o término da construção, em 1944. Ainda de acordo com os camponeses que habitavam nesta área, por esta época, costumava-se *morar* ao redor dos locais onde estavam instalados os acampamentos de construção e *botar a roça* em terras circunvizinhas, geralmente nos locais de onde tiravam lenha, a fim de aproveitar a *derrubada* já parcialmente realizada ao tirar a lenha, e proteger os castanhais das queimadas. Os locais onde se instalavam os acampamentos, na *beira* da estrada, eram nomeados inicialmente de acordo com os quilômetros construídos e/ou a construir, tendo surgido em alguns destes locais determinados povoados.

É, porém, a partir dos anos 50 que a expansão camponesa proveniente do Maranhão, percorrendo o mesmo caminho dos coletores de castanha, e nos anos 60, proveniente de Goiás, seguindo o rio Tocantins e o traçado da Belém-Brasília, desencadeia uma ocupação camponesa efetiva, que vai se dar nas terras devolutas próximas aos castanhais,

preferencialmente aos "castanhais do município" e nas terras próximas à *beira* da estrada (Estrada de Ferro Tocantins), preferencialmente, nos arredores dos locais onde já haviam sido constituídos os povoados mais importantes, identificados pelos camponeses por ter "estação" (a estação de trem) e "rádio" (radiotelegrafia), onde *o movimento era grande*, sobretudo, com o embarque da castanha: Remansão do Centro (km-97), Breu Branco e Santa Rosa (km-25). Neste sentido, estavam socialmente afastados da beira do rio (rio Tocantins), estendendo a área de ocupação no interior da mata - o *centro* - em lugares próximos a igarapés ou lagoas. O maior ou menor afastamento da *beira* da estrada de ferro dependia da existência de terra desocupada, da avaliação da qualidade da terra e/ou da proximidade de castanhais. Além da agricultura e da coleta de castanha, realizavam também a coleta de variados frutos silvestres, a caça, a pesca e, por vezes, *aventuravam-se* - como costumam dizer - na garimpagem nos antigos garimpos de diamante e de cristal.

A partir dos anos 50, com o "aforamento perpétuo", verificam-se simultaneamente o aceleração do processo de concentração das terras arrendadas e o aumento de investimento para a exploração dos castanhais, que vão tornando a atividade agrícola cada vez mais importante. Contribui ainda para um incremento da agricultura a expansão da frente camponesa no Maranhão que prosseguiu em direção a esta área, repetindo o caminho tradicional já percorrido nos anos 20 e 30. Na década de 50 registrou-se um incremento demográfico de mais de 60% nesta região.

Se até os anos 50, a ocupação se dava, preponderantemente, ao longo do rio Tocantins, nas ilhas ou ao longo da Estrada de Ferro Tocantins, que seguia o traçado do rio, a partir de então a tendência é para a fixação na floresta. A grande extensão de terras devolutas, combinada com a existência de ocupações alternativas parece ter sido o motivo principal para a fixação dessa população camponesa migrante, que se dirigia para o "centro", onde se

encontravam as terras desocupadas:

[...] consistia de indivíduos embrenharem-se na mata e escolherem um sítio considerado favorável, em geral junto a um curso d'água [igarapé] ou pequena lagoa [...]. Por vezes o indivíduo mantinha-se extremamente isolado, a dias de distância de outro morador ou de um aglomerado [...]. Outras vezes, as distâncias eram menores, e em alguns casos formavam-se comunidades rurais. Essa maior ou menor proximidade dependia da existência da terra desocupada, mas também da maior homogeneidade do terreno quanto a suas qualidades e da existência próxima de um castanhal de servidão pública [...]. À medida que um aglomerado «pega», ou seja, de fato demonstra que tem condições de se expandir, [...] outros moradores, que estão isolados na mata em torno, deslocam-se para lá, podendo mesmo serem esvaziados outras aglomerados menores, especialmente se estiverem bem próximos [...]. Assim, a partir de certo ponto por vezes as terras do indivíduo já não estão tão próximas ao local de residência [...]. Essa separação entre local de residência e de trabalho torna-se mais freqüente à medida que chegam novos migrantes e só existem terras não ocupadas adiante [...]. Quando podem, os moradores mais antigos colocam alguém na roça - geralmente um recém-vindo - e se deslocam constantemente. Ou, então, ficam na roça e mantêm a família no aglomerado, para onde se deslocam nos fins de semana (VELHO, 1981, p. 100-101).

Este padrão de ocupação permaneceu até os anos 1960, com a construção de estradas rodoviárias na região e com o início da frente de expansão pecuária. Na década de 1960, foi registrado um aumento demográfico de 89,7%. Uma transformação cujas bases foram lançadas pela nova estratégia geopolítica para a Amazônia, instaurada no período da ditadura militar. Nesta região, em particular, tratava-se de conseqüências significativas, em nível local, dos macro-planos traçados - incluídos no que se chamava “Operação Amazônia”. Em primeiro lugar, pela implementação do Plano de Viação Nacional, pelo peso dos investimentos em pesquisa sobre os recursos naturais, com a implantação do projeto RADAM (Radar da Amazônia), do Ministério das Minas e Energia; pela criação do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia, também deste Ministério; e pela ênfase nas atividades agropecuárias e industriais. Em segundo lugar, pelo não incentivo às atividades extrativas vegetais e às atividades comerciais dela decorrentes, fundamentais na região até aquela data.

Os resultados da nova estratégia rapidamente se consolidaram nesta região, no início dos anos 1970, através de quatro grandes empreendimentos: a) a construção da Rodovia Transamazônica (Br-230) e de seus ramais de interligação, como a BR-422 que liga Tucuruí a esta Rodovia; e, a construção da PA-70, ligando Marabá à Rodovia Belém-Brasília; b) o Programa de Regularização Fundiária e o Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC-Marabá), levado a cabo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no âmbito do Programa de Distribuição de Terras (PROTERRA); o Projeto Ferro Carajás; e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Através do INCRA, começava a difundir-se uma nova forma de fixação ou uma nova forma de relação com a terra - a relação jurídica - ao decidir tanto sobre a legalização da situação de posse então existente quanto sobre a venda de títulos definitivos de propriedade da terra a camponeses especialmente trazidos para a efetivação da colonização, ou, àqueles que vieram, provisoriamente, como assalariados para a construção da Rodovia Transamazônica e que permaneceram na região. Estes eram denominados pelo órgão colonizador e se autodenominavam “colonos”.

Embora não se tenha dados precisos sobre a regularização fundiária para aqueles que já moravam na região, sabe-se que novos fluxos migratórios, especialmente, originários de Minas Gerais e Goiás, iam ocupando as terras devolutas, à espera da regularização anunciada. IANNI (1979, p. 72-73, *apud* MAGALHÃES, 2002) estimou que mais da metade das ocupações se davam independentemente do controle do INCRA, já, então, considerado moroso e ineficiente frente ao processo que deslanchara.

É, pois, em um contexto em pleno processo de transformação sócio-espacial que foi anunciada a construção da barragem.

Esta situação de terras devolutas é sempre evocada pelos camponeses com uma valoração positiva, conforme veremos a seguir, sobretudo quando comparada com a

regularização fundiária desencadeada pelo INCRA a partir de 1972, à qual imediatamente seguiu-se a construção da barragem, em 1975.

B – O tempo da *terra livre*

O *tempo da terra livre* é a expressão através da qual os camponeses que moravam no trecho inundado, entre Tucuruí e Jatobal, se reportam ao passado. Estes camponeses constituem-se como grupo social ao longo do processo de deslocamento compulsório. Este foi o primeiro grupo deslocado, a partir do qual construí o argumento desenvolvido nessa tese.

Estes camponeses vieram a conformar o grupo denominado pela ELETRONORTE “moradores da cota +35”¹³⁹, que foi deslocado para o Loteamento Rural Rio Moju¹⁴⁰ e para a vila de Breu Branco¹⁴¹. O *tempo da terra livre* é, pois uma construção social homogeneizadora de diversas temporalidades e situações sociais, que é evocada para designar o passado e estabelecer a comparação com a situação pós-deslocamento compulsório.

Muitos estudos sobre o campesinato na Amazônia tratam sobre a transformação das relações sociais e a consequência destas transformações para a reprodução social dos grupos camponeses. Em geral, trata-se de situações sociais em que se verificam ameaças aos modos de vida historicamente construídos, seja porque incidem sobre os recursos ambientais

¹³⁹ Cota é o número que exprime em metros a distância vertical de um ponto do terreno a um plano horizontal de referência, cf. FERREIRA (2004). No caso aqui analisado, é delimitada tomando como referência o nível do rio Tocantins em relação ao mar, antes, durante e após a barragem.

¹⁴⁰ O Loteamento Rural Rio Moju foi implantado em 1979, através de convênio celebrado entre a ELETRONORTE e o Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), às margens da Rodovia PA-263, à época em construção, no trecho que liga Tucuruí a Goianésia. Neste Loteamento, foram delimitados aproximadamente 600 lotes de 50 hectares que se distribuíam ao longo de 6 km em cada área lateral do eixo da estrada, aproximadamente entre os kms 35 e 60.

¹⁴¹ A vila de Breu Branco começou a ser construída no final de 1983, na margem direita do lago então formado, a, aproximadamente, 15 quilômetros da cidade de Tucuruí. Entre Breu Branco e o início do loteamento, são cerca de 30 quilômetros.

seja porque provocam alterações importantes na estrutura de relações sociais. Apresentam em comum, estas situações, a produção de uma retórica sobre o passado, em torno da qual os camponeses avaliam e elaboram as transformações e as novas situações que se inauguram.

No caso aqui analisado, trata-se de encontrar os traços determinantes para a elaboração desta retórica e o que eles importam para evidenciar os novos contextos. É do ponto de vista deste tempo e da espacialização que lhe era solidária, que se torna possível compreender os diversos sentidos evocados pelos camponeses, especialmente quando os reportam como justificação das perdas e do sofrimento, na arena pública.

Em Tucuruí, é reconhecido por todos os camponeses que a construção da barragem inaugura um outro período em suas vidas. A rigor, as suas histórias de vida são reportadas em dois períodos: antigamente e hoje. O hoje diz respeito à situação atual vivenciada, e tem como marco inicial a construção da barragem.

Oficialmente, a construção da barragem de Tucuruí teve início no final de 1975 e a primeira etapa foi concluída em 1984. Os camponeses, no entanto, datam a construção da barragem em 1978/1979. Foi ao final de 1978 que tiveram as primeiras notícias de que teriam que deixar as suas casas, os seus sítios, as suas terras e as suas roças que seriam inundadas; notícias que foram veiculadas pelos técnicos enviados pela empresa estatal para proceder aos chamados “levantamentos” para indenização de benfeitorias e através de cartas (ver Fig.1) enviadas aos denominados “colonos” – aqueles que integravam o Plano de Regularização Fundiária do INCRA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Do - Coordenador de Implantação da Coordenadoria Especial
do Araguaia / Tocantins - CEAT

Ao - Farcleiro Sérgio E. da Conceição, assentado no
Lote 10 Gleba 24 Trecho Marabá/Altamira situa-
do na Área do Polígono de Inundação da Hidrelétrica de
Tucuruí-Fa.

Assunto - Comunicação (FAZ)

Servimo-nos do presente, para comunicar oficial-
mente a Vossa Senhoria, que de acordo com as diretrizes estabele-
cidas no Decreto-Lei nº 71.359 de 01 de novembro de 1973, do Exm^o.
Sr. Presidente da República, vossa parcela está situada na área de
Inundação do Reservatório, em decorrência da Barragem de Tucuruí.

Objetivando manter Vossa Senhoria devidamente in-
formado a respeito do acima exposto, evitando desta maneira especu-
lações e controvérsias que por certo comprometeriam o bom anda-
mento dos vossos trabalhos, esclarecemos que, a exemplo do que já
ocorreu em todas as Barragens concluídas no Brasil, com a devida
antecedência, antes das águas inundarem a área do Reservatório, a
ELETROBRÁS indeniza criteriosamente as áreas atingidas e todas
as benfeitorias e culturas nelas existentes, após minucioso levanta-
mento no qual serão atribuídos os respectivos valores para efeito de
indenização a quem de direito, além do Governo oferecer uma outra
área a cada agricultor indenizado.

Até que seja procedido o Levantamento das benfeito-
rias por uma Comissão, Vossa Senhoria poderá continuar ininterrupta-
mente seus trabalhos agrícolas na parcela onde se encontra oficial-
mente assentado o INCRA.

At. João da Silva

Fig.1. Modelo de carta enviada em 1980

Estas cartas foram enviadas, desde 1978/1979, a um número relativamente pequeno de pessoas, isto é, àquelas que tinham a sua situação regularizada pelo INCRA. Não obstante, são mencionadas como signos anunciadores do *fim do tempo da terra livre*, que identificariam, depois, o “*tempo proibido de plantar*” – considerado como uma das fases mais difíceis no pré-deslocamento - sendo-lhe atribuída uma generalidade que se assenta antes na situação social anunciada do que em cada caso particular.

Foi em 1979 que se efetuou a maioria dos levantamentos para efeito de indenização e foi, também, em 1979, que se realizaram os primeiros deslocamentos compulsórios. Da perspectiva dos camponeses é no *tempo do levantamento*, pois, que se inicia a construção da barragem; e, é a partir do *tempo do levantamento*¹⁴² que tudo começa a se transformar, e se inicia a constituição do *hoje*.

O *antigamente*, ao qual contrapõem o *hoje*, diz respeito a todo o período anterior a este *tempo do levantamento*.

Todavia, não há uma referência cronológica única ao *antigamente*. Por se tratar de uma população camponesa constituída, sobretudo, de migrantes, a referência cronológica ao passado é datada individualmente a partir do momento em que cada ator chegou na região¹⁴³.

Portanto, se o *antigamente* terminou para todos com a *construção da barragem*, o seu início teve os motivos e os marcos mais variados. Pode ser o ano de 1927 quando, por

¹⁴² Os camponeses da Estrada de Ferro Tocantins, como outros grupos camponeses registrados na literatura, fazem pouco uso de indicadores temporais abstratos, tais como ano, mês, etc. As suas formulações sobre o tempo são sempre qualificadas: associadas a um espaço ou a uma situação social determinada; associadas a um evento especial ou a uma seqüência de eventos. Geralmente, utilizam-se de expressões como: *tempo do levantamento*, *tempo da terra livre*, *passado uns tempos*, etc. Para uma análise dos indicadores temporais entre os camponeses da Estrada de Ferro do Tocantins, ver Magalhães (1991, p. 205-220).

¹⁴³ Evidentemente, já existia uma segunda geração deste campesinato migrante nascida nesta área ao longo da Estrada de Ferro Tocantins. De todo modo, o que pude perceber é que: por um lado, esta segunda geração também partilhava da mesma construção social sobre o passado anterior à construção da hidrelétrica; por outro lado, como se tratava de chefes de grupos domésticos relativamente mais jovens, estes ao serem indagados por mim sobre as relações sociais de “antigamente”, preferiam sempre indicar para falar sobre o assunto pessoas mais idosas - “antigas, que conhecem mais” - reconhecendo uma certa autoridade àqueles que haviam “chegado primeiro”, no “tempo que só tinha índio”.

exemplo, o Seu Guimarães, conta que chegou em Alcobaça (hoje Tucuruí)¹⁴⁴ “destacado” em um pelotão de dez soldados para trabalhar junto ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Pode indicar o ano de 1971, quando José Américo, hoje próspero colono e comerciante de Breu Branco, que trabalhava na empresa S.A Paulista em São Paulo, transferiu-se para Marabá, onde trabalhou na Construtora Mendes Júnior, na implantação do trecho da Transamazônica que ligaria Marabá a Tucuruí. Pode indicar o ano de 1959, quando Veríssimo, considerado o exemplo limite de ascensão social – depois, vereador e próspero agricultor - chegou em Marabá, procedente do Maranhão, considerado pobre e “fraco”, em busca de *melhoria* de vida. Ou, o ano de 1944 quando Seu Drummond, também procedente do Maranhão, veio à procura de diamantes no garimpo de Ipixuna (localizado no atual município de Nova Ipixuna).

Para este *antigamente* relatado a partir de trajetórias distintas e de marcos temporais tão variados, há, entretanto, um marco sociológico único que é o “tempo da *terra livre*”¹⁴⁵. *Terra livre, terras do estado, terras sem dono* são as diversas formas que os camponeses utilizam para expressar a prevalência não só de um determinado modo de apropriação da terra, mas também de um modo de vida a ele associado. Assim é que, o

¹⁴⁴ Alcobaça é a antiga denominação da atual cidade de Tucuruí, que assim passou a ser chamada desde 1943. Como ponto inicial da Estrada de Ferro Tocantins, Tucuruí passou a ser município, desmembrando-se de Baião, em 1948, dois anos após o término da construção da referida Ferrovia. Também em 1948, o povoado de Itupiranga foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Marabá; o seu território passou então a ser formado pelos distritos de Jacundá, Jatobal e Ipixuna. Em 1961, Jacundá e Jatobal foram desmembrados de Itupiranga, formando-se o município de Jacundá.

A Estrada de Ferro Tocantins, portanto, de acordo com a divisão político-administrativa vigente a partir de 1948, ligava Tucuruí - sede do município homônimo - até Jatobal - distrito de Jacundá - perfazendo um total de 117 km. Situadas na chamada região do Médio Tocantins, que corresponde aproximadamente, hoje, à microrregião de Tucuruí (de acordo com a classificação do IBGE), todas estas localidades, à exceção de Baião - que se situa no Baixo Tocantins - são sempre citadas nos relatos camponeses: constituíam-se em locais com os quais mantinham ou mantiveram algum tipo de relação, quer como local de morada, quer como local de garimpo ou de castanhal, quer como local de comércio.

¹⁴⁵ A expressão *terra livre* e equivalentes como *terra liberta* e *terra devoluta* são utilizadas correntemente tanto pelos camponeses desta região como por outros grupos camponeses de outras áreas de frente de expansão da sociedade nacional e estão amplamente registradas na literatura que trata sobre o campesinato na Amazônia. Ao longo deste trabalho estas expressões serão tomadas como categorias camponesas e, como outras categorias que serão tratadas, estão impressas em itálico, exatamente para indicar o seu estatuto.

antigamente está associado à *terra livre* e diz respeito a um contexto no qual, conforme os seus relatos, as terras estavam disponíveis e qualquer um podia chegar, fazer a sua roça, plantar em seu *sítio* e se tornar *morador* como efetivamente quase todos o fizeram, desde a década de 30 até os anos 70. Para esta sociedade, onde a migração é uma variável constante em todas as histórias de vida, tornar-se *morador* implicava em *parar* num determinado lugar, ter um *sítio*, ter vizinhos, ter compadres, ter um *patrão*, enfim, entretecer uma gama de relações sociais que definiam a pertinência a um local¹⁴⁶ e a um grupo determinado.

Para o observador, certamente podem ser encontradas diferenças acentuadas entre os anos 30 e 70, no que diz respeito à apropriação da terra e a um modo de vida a ela associado. Para os camponeses também. Para eles, no entanto, tais modificações, em relatos *a posteriori*, tornaram-se prenúncios de que o *tempo da terra livre* caminhava para um final que a construção da barragem consolidaria. Por exemplo, os camponeses relatam, freqüentemente e com muita ênfase, que nos últimos anos anteriores à construção da barragem começaram a chegar os “goianos” e os “mineiros” a quem é atribuída uma desenfreada compra de *direitos*; que, simultaneamente, se iniciou o “costume de fazer invernadas”, isto é, grandes pastagens que provocaram uma diminuição do estoque das *terras livres*; e que o Estado Brasileiro (a *Nação*) desencadeou, através do INCRA, um processo de regularização fundiária, “complicado”, que exigia muitos documentos e muitas viagens a Belém. Exigências e fatos que, de suas perspectivas, já ameaçavam mudar o contexto da *terra livre*.

Mas, se estes são fatos reconhecidos como indicadores de mudanças que estavam em processo - e que para o observador tem cronologia, causas e efeitos diferenciados - para os camponeses, todas as transformações que se verificaram desde a década de 60 até os

¹⁴⁶ Além de se tratar de uma população camponesa constituída, sobretudo, de migrantes, conforme assinali anteriormente, os camponeses freqüentemente mudavam-se de um local para outro, ao longo da estrada, procurando sempre o que qualificam como *melhoria*.

primeiros anos da década de 70 são tomadas como uma espécie de efeito antecipado da própria construção da barragem.

O depoimento a seguir, sobre a chegada dos “mineiros” e “goianos” - no início da década de 60 - que compravam os *direitos*, é um exemplo que evidencia como da perspectiva dos camponeses a construção da Transamazônica, em 1970, a desativação da linha férrea, a partir de 1967, a construção de estradas (1972), a formação de pastagens (1970-1980) são percebidas como um único processo que desembocaria na privatização e no parcelamento da *terra livre*; que, por sua vez, seria consolidado a partir da construção da barragem:

[...] foi no tempo da Transamazônica, já pra barragem; esses mineiros só apareceram aí no tempo da barragem mesmo, antes não apareceram não... Era só mata, era só mata; veio ter essas invernadas pra dentro desses igarapés depois que chegou esse povo da barragem, um bocado de goiano que chegou; eles que invadiram, que eles abriram uma estradona ali por baixo do Breu, eles abriram uma estradona assim, botaram até o nome dessa estrada de Transgoiana, aí começou a ter invernada pra esses igarapés, mas antes não tinha...

Até o início da barragem o trem ainda andava, depois que eles abriram essa estrada de carro [ramal que interligava Tucuruí à Transamazônica] aí foi encurtando, foi, foi, foi, foi, aí foram cortando, aqui acolá cortavam a estrada, aí acabaram com negócio de trem; só carro mesmo de estrada de chão... Que a estrada de ferro foi indo, quando ela acabou, talvez se passou assim 1 ano ou 2 anos, aí o diretor que estava vendeu os trilhos, arrancaram tudinho... Esse povo que vieram, tudinho tinha prática de barragem; esses goianos todinho já tinham prática de barragem, que eles sabiam que quando vai fazer uma barragem num lugar ele entra primeiro na frente, pra ir comprando aqueles lotes de pertinho da cidade, uma coisa, quando a barragem forma eles estão dentro daquela área aí vão vender caro, como eles aí enricaram em Tucuruí, comprando aquelas terras bem ao redor; quando o povão chegou que era só comprando, só torrando terra, casa, compravam baratinho! (Seu Drummond)

Com efeito, os camponeses se posicionaram diferentemente em face desses processos sociais em curso. Bem como este posicionamento, somado à trajetória individual e à expectativa quanto ao futuro da *terra livre*, tiveram influência decisiva no enfrentamento do deslocamento compulsório provocado pela construção da barragem e das novas condições sociais de produção que encontraram no novo loteamento. Mas, ao enfatizarem em seus relatos determinados aspectos de “antigamente” - e, por excelência, a *terra livre* - o fazem

como que revelando uma espécie de “modelo consciente”, através do qual explicitam as transformações mais importantes que a “construção da barragem” promoveu. Mesmo os camponeses que adquiriram as suas terras, através da “compra dos *direitos*” a um outro camponês, ou aqueles que moravam em terras reconhecidas como de propriedade do *patrão*, e que, portanto, poderiam negar ou relativizar a proeminência da *terra livre* e das relações sociais que lhe são solidárias, reconhecem-nas como traço distintivo do “antigamente”. É, portanto, a partir do suposto da *terra livre* que sentem, vivem e explicitam como a construção da barragem transformou as suas vidas.

Estou ciente, de acordo com o que já foi apontado na literatura sobre a reconstituição do modo de vida tradicional de grupos camponeses, que o discurso sobre o passado tende a ser um discurso seletivo e idealizado; e, certamente, os camponeses de Tucuruí selecionam e idealizam o seu passado. Submetendo as narrativas sobre o passado à análise, Bourdieu & Sayad (1964, *apud* MAGALHÃES, 2002) assim como Palmeira (1976, *apud* MAGALHÃES, 2002) apresentam formas teóricas interessantes para se conceber, respectivamente, a ênfase que é dada a determinados aspectos do ser camponês em uma situação social específica e os hiatos que seguramente existem entre o discurso e as condições efetivas do modo de vida camponês.

Os dois primeiros, trabalhando com uma situação análoga à vivida pelos camponeses da Estrada de Ferro Tocantins - o reagrupamento dos camponeses argelinos por ocasião do domínio colonial - recorrem ao que designam “sistema de traços” para explicitar a condição camponesa em sua forma tradicional. E chamam a atenção para a especificidade dos momentos de ruptura; momentos que favorecem a “tomada de consciência” de modelos que até então estariam naturalizados. Como afirmam estes autores, as situações de intensa transformação - como era a de descampenização vivida pelos camponeses argelinos

reagrupados - são, paradoxalmente, favoráveis à apreensão do “sistema de traços” que define a campesinidade argelina. (BOURDIEU & SAYAD, 1964, p. 85-88, *apud* MAGALHÃES, 2002).

Palmeira (1976, p. 305-306, *apud* MAGALHÃES, 2002), em um contexto de transformação de relações sociais seculares, como o era a relação de “morada” na zona canavieira de Pernambuco, analisa o discurso - que reconhece como idealizado - do trabalhador rural sobre a “morada” como uma construção social da relação. Não se trataria, pois, nem da explicitação das condições efetivas vigentes nos velhos engenhos, nem de uma descrição ingênua que ignorasse a situação de exploração a que sempre estiveram submetidos. Como diz este autor, no discurso idealizado do trabalhador rural não se trata apenas de atribuir positividade a uma relação do passado ou de ignorar as transformações recentes; trata-se, sim, de expor a relação em “estado puro” - um “tipo ideal selvagem” - que especialmente revela a existência de determinadas prerrogativas e/ou possibilidades que os trabalhadores julgam ter perdido ao longo das transformações que se verificam na região açucareira do Nordeste a partir da década de 50.

No caso aqui analisado, não se trata de relações sociais seculares nem de um grupo camponês homogêneo. Entretanto, o que é importante observar é que frente à ruptura provocada pela construção da hidrelétrica verifica-se a construção social de uma unidade - *o tempo da terra livre* - que é utilizada para pensar o passado. E, neste sentido, os camponeses operam a partir de uma explicação social que é gestada no âmbito de uma determinada fase de ocupação da região, isto é, durante os anos 50, conforme as suas próprias experiências. Esta explicação é incorporada tanto por aqueles que chegaram em um período bem mais remoto quanto por aqueles que chegaram em épocas recentes, quando inclusive já se iniciavam alterações importantes na forma como se dava a apropriação da terra. É esta explicação

construída a partir da *terra livre*, pois, que aparece como hegemônica em termos de explicação socialmente disponível.

A hegemonia desta explicação pode ser vista como decorrente da situação limite de subversão das regras sociais de apropriação da terra que os camponeses já enfrentam a partir da abertura da Transamazônica e se consolida com a construção da barragem. Mas, havia também determinadas condições sociais que suportavam esta hegemonia.

Havia, ainda, nas proximidades de Tucuruí, a despeito das transformações que se iniciavam e da forma de apropriação da terra vivida pelos camponeses em particular, áreas inexploradas e não apropriadas que garantiam a possibilidade de acesso a terra. Assim, a “compra” e “venda” de *direitos* ou outras transações de acesso a terra, embora vigentes, não estavam consolidadas para os camponeses como princípios articuladores fundamentais. A *terra livre* se não existia para cada ator em particular como um fato real, existia para todos como virtualidade, seja em locais circunvizinhos seja através da possibilidade da migração.

A rigor, tanto a representação da terra como um recurso aberto e de certa forma inesgotável quanto a possibilidade da migração em busca da *terra livre* são amplamente partilhadas pelos camponeses em diferentes regiões consideradas como “fronteira” e, especialmente, pelo campesinato formado na chamada Amazônia Oriental¹⁴⁷. Diferentes autores¹⁴⁸, com diferentes abordagens, têm ressaltado a prevalência deste tipo de representação em contextos onde não se encontram consolidadas as condições para a efetiva

¹⁴⁷ Vieira (1990, p. 42-43, *apud* MAGALHÃES, 2002) chama a atenção para o fato de que, diferentemente do que ocorre com outros grupos camponeses, como os colonos do sul do Brasil, para os camponeses da Amazônia Oriental a apropriação da terra não era necessariamente sinônimo de fixação. Em um contexto onde prevalecem as terras devolutas há sempre a possibilidade implícita de novos deslocamentos para outros locais onde se encontram terras inexploradas.

¹⁴⁸ Ver por exemplo: Esterci, 1987; Ianni, 1979; Almeida, 1986; Martins, 1980; Vieira, 1990, *apud* Magalhães (2002).

mercantilização da terra. A julgar por estes trabalhos, esta é uma representação incorporada à cultura deste campesinato dito de “fronteira”.

O que eu pude perceber é que, para estes camponeses, a experiência de viver um momento de intensa ruptura faz emergir uma unidade que, sobretudo, possibilita a um grupo heterogêneo construir um referencial a partir do qual avalia as transformações; embora o posicionamento frente a elas, ora se faça de forma consensual, ora de forma diferenciada.

Tomando em conta estas observações, especialmente no que diz respeito às formulações sobre a *terra livre* e sobre a harmonia das relações sociais vigentes no “antigamente”, as relações sociais do passado são aqui entendidas como uma construção social, a partir da qual os camponeses elaboram e vivem as transformações em seu modo de vida. No imaginário destes camponeses foi a ruptura do contexto da *terra livre* e do modo de vida a ele associado que a construção da barragem principalmente provocou; foi a instauração definitiva do parcelamento da terra que o deslocamento compulsório promoveu.

Conforme mencionado, o *tempo da terra livre* não é um todo indiferenciado, nem se refere a uma realidade factual que permanece imutável. Na memória camponesa, o marco mais remoto se estende ao final da década de 20. Tanto os dados de que disponho são narrativas de camponeses que chegaram na área da Estrada de Ferro Tocantins nesta década - o mais antigo relato é de 1927 - quanto nos próprios relatos destes camponeses, as décadas anteriores a 30 são tratadas como uma espécie de pré-história; ou, pelo menos, uma não história camponesa. Anteriormente aos anos 30, nada havendo, além da Estrada de Ferro Tocantins, da castanha e dos índios:

Quando eu cheguei aqui era só o que tinha era a Estrada de Ferro Tocantins. Tucuruí era atrasado de tal maneira que só tinha casa na frente, do depósito de castanha; então, eu com medo dos índios fui passar uma temporada em Baião, outro lugar pior do que aqui, mais atrasado. De lá voltei pro Tucuruí de novo. Muita gente daí de baixo [Baixo Tocantins] vinha ganhar dinheiro em Tucuruí, na castanha [...]. Então, o povo num

trabalhava em Tucuruí porque tinha medo, os índios invadiam mesmo. (Seu Guimarães)

A rigor, a versão camponesa sobre a fase inicial de sua própria ocupação, plena de fatos sobre a extração da castanha, sobre os ataques indígenas, sobre os garimpos, sobre as linhas e dormentes da estrada de ferro, enfim, sobre o desbravamento da terra, é muito próxima daquela que se encontra na literatura que trata da região do Médio Tocantins como um todo, acima tratada.

Para os camponeses, até praticamente a primeira metade dos anos 40, o maior e quase único motivo que impedia uma fixação mais duradoura era a existência dos índios que praticamente dominavam todo este trecho médio do rio Tocantins, atacando imprevisivelmente a quem arriscasse ali permanecer. São narrados como verdadeiros atos heróicos os “encontros” com os índios, como conseguiam escapar de suas flechas, como principalmente os mais “valentes” conseguiam roubar mulheres e crianças indígenas, etc. Todos conhecem e muitos viveram várias dessas epopéias.

A seguir, transcrevo parte de um desses episódios que me foi contado por Seu Guimarães, reconhecido em Breu Branco como um dos mais “valentes” frente aos ataques indígenas¹⁴⁹. Trata-se de um episódio ocorrido no início do verão (amazônico) de 1952 e apresenta quase todos os elementos que se encontram, por vezes esparsos, em outras narrativas similares: a estrada de ferro; um misto de bravura e insegurança; os povoados, onde ficavam a estação e o rádio; o feitor que comandava as turmas de trabalhadores, os igarapés e a mata, de onde surgiam inesperadamente os índios:

¹⁴⁹ Esta região é historicamente conhecida como de ocupação indígena, sobretudo, de povos tupi-guarani e jê-timbira. Entre os primeiros, os Parakanã, deslocados compulsoriamente com a construção da barragem, que hoje habitam na Terra Indígena Parakanã, municípios de Itupiranga e Novo Repartimento. E, os Asurini do Tocantins, que habitam nas margens da estrada Tucuruí-Cametá, na Terra Indígena Trocará. Entre os segundos, os Gavião da Montanha, também deslocados compulsoriamente, que hoje habitam na Terra Indígena Gavião, próximo a Marabá.

[...] nós fomos atacados dos índios no km-31. [...] Fomos atacados deles. Jogaram muita flecha e era só meia dúzia de homem que tava no serviço; atacaram às 11 horas do dia, na hora da refeição, quando o feitor disse assim pra mim: - Seu Guimarães, já mandei baixar as panelas pra nós almoçar, aí eles... eles jogam uma flecha, ela sai gritando rrrrrrrrrrrrrrr. Mas um homem tinha uma 12 e naquele dia trouxe um rifle velho desmantelado, quando eles se aproximaram, ele meteu o rifle, quando meteu o rifle eles recuaram [...] Quando nós corremos, aí o homem meteu o rifle, eles recuaram, eles vieram novamente, o rifle quebrou uma bala, mas pra cima, recuaram novamente, né, quando eles vieram não teve mais acordo não; pegaram a jogar flecha. Aí o feitor diz assim: - Seu Guimarães, o Senhor procura o mato. Então eu procurei o mato, quando chegou mais adiante, flecha corria na minha frente assim, espetando de muito... Tem gente que ainda fala que eles não fizeram de propósito. Mas aquilo foi o criador, foi Deus que nos defendeu, porque não tinha homem pra defender nós não, só Deus mesmo. Porque flecha eles jogavam de muita assim, tinha delas que eu sentia o vento passar nos meus quartos. Quando eu cheguei lá adiante, a estrada de ferro fazia isso e tinha uma bueira que fazia assim, aí eu cheguei lá com o outro devagar, devagar, fez aquela zoada mais feia do mundo. Quando passou que eu me aproximei do igarapé, na bueira, eles iam passando, tudo com a flecha no arco. [...]. Nós viemos pro 25, que tinha a estação; o homem veio logo, o feitor, telefonou pro Breu que os índios tinha atacado [...].

Estes confrontos com os índios, que permeiam as narrativas camponesas, são igualmente constantes da própria literatura que trata da história da Estrada de Ferro Tocantins. De acordo com esta literatura, na segunda metade da década de 30 já estavam construídos mais de oitenta quilômetros da ferrovia, sendo sessenta e sete quilômetros trafegáveis por dois trens que faziam mensalmente este percurso, ligando Tucuruí ao Posto do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI); este, instalado em 1927, por solicitação do Governo do estado do Pará que à época administrava a referida ferrovia. Não obstante, o que se salienta deste período é uma situação de abandono e imobilismo, e uma paisagem dominada pelos grupos indígenas¹⁵⁰.

¹⁵⁰ Em janeiro de 1938, o diretor da EFT enfrentava pelo menos dois problemas: não havia conseguido fixar nenhuma “turma” ao longo da estrada, devido ao ataque dos índios; e não conseguia homens para trabalhar, tendo encontrado apenas 30 trabalhadores para um total de 400 que seriam necessários. “Hoje tudo piorou. Os dormentes, as caixas d’água, as construções e algumas obras d’arte já não se aproveitam. O terrível Caiapó [sic] reconquistou palmo a palmo todo o terreno cedido aos trilhos, espavorindo, um por um, os corajosos pioneiros que povoavam aquelas paragens. Hoje, ameaçam a própria cidade de Alcobaça” (BARBOSA DE OLIVEIRA, 1941, p. 85-86, *apud* Magalhães, 2002).

De acordo com a versão camponesa, até o início da década de 40, ao longo da Estrada de Ferro Tocantins, só existiam as “turmas de trabalhadores”, havendo mais ou menos a cada 10 km da estrada um “feitor”, em torno do qual se concentrava uma pequena aglomeração de *moradores*:

Tinha feitor no 80, que tinha um igarapé grande por nome Saboga [...] compraram uma máquina lá de quebrar pedra pra botar no meio dos dormentes. Aí era aquela turma [...] Do 80 ia ter no 74: outro feitor com outra turminha da estrada. Aí tinha a FUNAI no 67; do 67 ia ter no 56, um barracão; no Breu; do Breu ia ter no 35; no 25 era outra e no 16 era a última [...] Tinha morador o tempo todo. Ali ao redor [do barracão da EFT] tinha 2, 3, morador; às vezes até mesmo da Estrada de Ferro, porque sempre quando tinha o feitor tinha 6, 8 trabalhador; aqueles trabalhador às vezes tudo tem família, então levava tudo as famílias praquele lugar, fazia aquele acampamento; às vezes também aparecia alguém de fora [...] Tinha um bocado de maranhense por ali; vinha assim: vinha pra garimpo, do garimpo desistia do garimpo, ia trabalhar de roça, na estrada de ferro, fazer outra coisa. (Seu Drummond)

Os camponeses instalavam-se, pois, na *beira* da ferrovia, próximo aos lugares onde se encontravam os “barracões” e também na *beira* faziam as suas *roças* e os seus *sítios*. No *centro*, estavam os castanhais, onde por vezes faziam algumas *barracas*. Com as *barracas*, pretendiam, além de manter abrigos temporários, “marcar” o local para a próxima *safrá* e/ou indicar o pertencimento daquela área. O *dono da barraca* se considerava como descobridor daquele local e se outorgava a primazia de coletar a castanha nos anos seguintes, naquele *ponto* determinado. São nestes locais das *barracas*, que marcavam os *pontos* de castanha, que os camponeses viriam depois - a partir da segunda metade da década de 50 - a *tirar* os seus *pedaços de terra*.

Existia uma ampla aquiescência dos dirigentes da EFT para com os indivíduos que desejassem permanecer nas terras à beira da ferrovia, e uma ampla procura por trabalhadores; geralmente, um feitor deslocava-se para os portos de Tucuruí e de Jatobal e abordava indistintamente os homens que desembarcavam, convidando-os para trabalhar na

EFT. O relato a seguir de um episódio ocorrido no final de 1944, mostra como se fazia este recrutamento:

A primeira vez que eu saltei no Jatobal, quando eu saltei, o cara me perguntou se eu não queria trabalhar na estrada de ferro, mas um cara sujo, velho, todo melado de barro; naquele tempo, parece, eu perguntei: quanto você ganha por mês aí? Ele disse - nós ganha 7 mil réis. [...] Eu digo: - não, rapaz, eu não vim pra trabalhar na estrada de ferro, vim pro garimpo! Vim trabalhar no garimpo! [...] depois, esse M. [...] ele me procurou 2 vezes, 3 vezes se eu não queria me fichar na estrada de ferro. Eu digo: não, não quero nada! A última vez eu tava até com um cara de Terezina comigo, era compadre dele: - compadre você não quer se fichar? Aí ele disse: eu quero. E pro Drummond eu não procuro mais, porque eu já procurei 2 vezes ele diz que não quer ser empregado; se quiser fichar é só dizer aonde vocês querem fichar. Eu digo: - eu não quero! Aí ele na mesma hora fichou de mestre de linha. [...] Naquela época se eu quisesse, eu podia ter dito que eu queria fichar de telefonista [...] se eu quisesse fichar tinha fichado. (Seu Drummond)

O que se pode depreender é que havia, por um lado, o interesse da Fundação Brasil Central, que passou a administrar a ferrovia, a partir de 1933, em manter um determinado contingente que assegurasse a demanda de força de trabalho, especialmente aquela fração contratada ou subcontratada intermitentemente, ao sabor das necessidades e das disponibilidades financeiras da ferrovia. Dentre os lugares onde estavam instalados os “barracões” da EFT, destacava-se, desde então, o km-43, onde havia a vila de Breu Branco:

O Breu não chegava a ter dez casas. Ih! Só era a estação que era da estrada de ferro mesmo e uns moradorzinhos pouco; depois, ele foi logo crescendo, crescendo, crescendo, o índio foi afastando, né, e o povo foi chegando. Que antigamente [antes de 1940] tentaram morar lá, mas lá morreu gente; a gente via lá as cruz onde os índios matava gente lá dentro do Breu. Quando eu cheguei lá o mais que podia ter era isso, se tivesse mais de 10 casas... [...] Do garimpo tinha uma estradinha velha, uma pinicadazinha, nós saía naquela pinicada pelo meio do mato, chegava lá varava, que o Breu era um campinho; chegava lá naquele campinho a gente ficava: ah, rapaz, é bonito aqui o Breu! (Seu Drummond)

Afirma-se, entre os camponeses, que qualquer pessoa podia chegar nos lugares onde estavam instalados os “barracões” da EFT e construir uma casa. Foi a partir de então que se iniciou a formação dos *sítios*, primeiramente localizados atrás das casas, nos povoados. Por esta época, os camponeses não se *dedicavam* muito à agricultura, de modo que as *roças* eram

pequenas e também se *botava roça* em qualquer lugar, nas proximidades da *beira* e do povoado.

É importante observar desde já a distinção que os camponeses estabelecem entre os espaços do *sítio* e da *roça*, distinção que implica não apenas em usos diversos, mas principalmente em relações de apropriação da terra diferenciadas. O *sítio* é o espaço destinado às plantas frutíferas, de longo ciclo, e indica uma apropriação que se pretende duradoura; conforme veremos a seguir, *sítio* e *casa* compõem uma unidade social que é a *morada*. A *roça* é o espaço destinado às plantas de ciclo curto e pode ser abandonado após a colheita; é um espaço, por definição, de uso temporário, cuja duração varia em função do ciclo de vida da planta.

A esta apropriação livre da terra que permitia a feitura de *roças*, *sítios* e *casas*, combinava-se, no entanto, a integração ao sistema de patronagem vigente no extrativismo da castanha: no princípio, os camponeses iam se *aviar* com os donos de depósitos de castanha em Tucuruí ou com os seus intermediários, isto é, com o *patrão*, e embrenhavam-se na mata à procura dos castanhais. Recolhida a quantidade de castanha correspondente ao valor monetário previamente *fornecido*, *entregavam-na* ao *patrão* e, então, sentiam-se *livres* para vender a *safra* a qualquer *comprador* - preferencialmente, àquele que oferecesse o melhor preço.

Esta particular combinação entre patronagem e livre apropriação da terra foi predominante, inclusive após os anos 50/60, especificamente na região de Tucuruí, e, certamente, foi um dos fatores que contribuiu para uma importante fixação camponesa, não só na segunda metade da década de 30, mas também nos períodos subseqüentes.

Mas, a década de 40 é, sobretudo, a década dos garimpos. Na memória camponesa, os garimpos do Cagancho, Capueirana, da Madalena e o poço do Faissal, próximos ao km-25 e a Breu Branco, são fontes de longas histórias, de sucessos e insucessos,

e mesmo de explicações para a vinda de muitos deles e posterior permanência na *beira* da Estrada de Ferro. Com a interrupção da exportação da castanha, em decorrência da segunda guerra mundial, é a atividade garimpeira que contribuirá para um relativo fortalecimento desta agricultura nascente. Durante quase toda a década de 40, a garimpagem atraiu um grande contingente populacional que demandava os produtos agrícolas, exclusivamente produzidos pelos camponeses. Nesta época, estes fizeram as suas primeiras *roças grandes*, e vendiam os produtos aos garimpeiros, nas corruptelas próximas. Além de vender os produtos, também *se aventuravam* - como costumam dizer - na busca de diamantes:

Lá na Madalena tinha o garimpo de diamante, o velho meu padrinho ele garimpava todos os anos; a velha minha sogra garimpava também, só o velho meu padrasto que nunca gostou de aventurar no garimpo, o serviço dele era na roça todo tempo [...] Lá tinha um lugar chamado Hora da Morte que todo ano era aquela turma de mergulhador que vinha pra lá pra aventurar no garimpo, que lá só dava diamante bom, era o verão todinho... Até os outros garimpeiros que vinha, vinha garimpeiro até de Marabá, daí de mais de fora, aí a gente vendia bagulhos pra eles de lá da roça; no tempo desse tinha muita laranja, feijão, banana, farinha, aí vendia pra esse povo todo. (Pompéia)

A garimpagem de diamantes era, geralmente, feita durante o verão amazônico, e muitos autores têm concluído que a sua prática inviabilizava a agricultura, uma vez que todo o processo de feitura das roças (broca, derruba, queimada, plantio) também se realiza neste período. Pelos relatos camponeses, este tipo de conclusão há que ser relativizada.

Em primeiro lugar, os garimpeiros considerados profissionais, que se dirigiram para esta área com o objetivo específico de garimpar, trabalhavam o ano inteiro: garimpavam no fundo do rio, utilizando-se de “aparelhos” (escafandro, bombas motorizadas, etc.), em regra subordinados a um *patrão* que era o dono da balsa e “fornecedor dos aparelhos”; ou trabalhavam em poços previamente esgotados, nos quais se fazia a remoção de areia tanto manualmente quanto através de bombas. O uso de “aparelhos” permitia uma dedicação em tempo integral ao garimpo que acabou por criar um mercado para os produtos agrícolas

camponeses, à época, considerados até insuficientes para atender à demanda, sendo necessário comprar alimentos em Marabá.

Em segundo lugar, à exceção dos que passam a se *dedicar* ao garimpo, a grande maioria dos camponeses preferia *aventurar*, indo passar um verão e desistindo, quase sempre em razão do insucesso. Os dois verbos utilizados - dedicar e aventurar - denotam claramente esta diferença. E, neste sentido, é que se *dedicavam* à agricultura e *aventuravam-se* no garimpo. Como “aventura”, esta atividade garimpeira permaneceu com um relativo vigor até a década de 60, sendo realizada intermitentemente pelos camponeses.

Até praticamente o final da década de 40, o *centro* era o local por excelência das atividades passageiras: coleta de castanha, caça - inclusive de gato maracajá e onça pintada dos quais se tirava o couro para vender; coleta de alguns frutos, como o açaí e o babaçu, etc. Havia “muito lugar” na *beira*, para fazer as *roças*, de modo que se podia prescindir do *centro* para a atividade agrícola; até porque o *centro* era considerado um “lugar muito difícil”, onde se corria muitos riscos, especialmente de ataques indígenas.

Na *beira*, além de haver “muito lugar”, podia-se, ainda, pelo fato de estar muito próximo à ferrovia, aproveitar a madeira *derrubada* nos locais onde seriam feitas as *roças* para fazer lenha, e vendê-la para ser usada nas “máquinas” do trem. Ou, vice-versa.

É este perfil que será redefinido na década de 50, quando se consolida a *beira* (da ferrovia) com o crescimento dos povoados. E, os camponeses começam a se apropriar de *pedaços de terra*, no *centro*, nos quais além de fazer as *roças* iniciam o cultivo de culturas permanentes e/ou a feitura de *sítios*. Assim, imprime-se um outro sentido social ao *centro* - as *áreas de mata* passam a ser *áreas de terras livres*; ou, em outras palavras, o lugar das atividades passageiras se transforma em local de atividade permanente por excelência. Isto é, transforma-se em local onde se realiza a atividade agrícola, sem perder a importância da atividade extrativa.

Assim é que, a partir da segunda metade dos anos 50, os camponeses passam a ocupar as terras mais distantes da *beira* da estrada de ferro - as chamadas *terras livres* - preferencialmente aquelas próximas aos chamados “castanhais do município”; e, geralmente, nos *pontos* onde haviam construído as suas *barracas*. Com o recrudescimento do extrativismo da castanha, passam então a se *dedicar à agricultura*, ampliando os *sítios* e as *roças*. E, sobretudo, promovem a vinda de *parentes, compadres, conhecidos* que haviam permanecido em seus locais de origem. Nesses castanhais, na prática, pouco uso se fazia da matrícula na Prefeitura, que era a exigência legal. Os camponeses consideravam-se como tendo *direitos* sobre as castanheiras que havia em seus *pedaços de terra*, estrategicamente localizadas e/ou ampliadas em direção a estes castanhais.

Havia, além dos “castanhais do município” - também chamados “castanhais livres” ou “castanhais do povo” - os “castanhais de dono” – aforados pelo Governo do Estado, conforme mencionado.

Dentre os *castanhais do município*, tornar-se-iam famosos entre os camponeses os castanhais de Remansão do Centro, do 51, e o de Jatobal. Chegam mesmo a afirmar que nas terras por eles ocupadas havia muita castanha, e muitos deles sequer precisavam sair de seu próprio *pedaço de terra* para realizar uma *boa safra*. Em um período posterior, possivelmente a partir de 50, mesmo aqueles que costumavam trabalhar com o *patrão* preferiam fazer em primeiro lugar a *safra* nos *castanhais do município* e só depois se dirigiam para os *castanhais de dono*:

[...] *A gente entrava naquelas terras todinha, tinha muita castanha lá, lá era do município; lá no Remansão na área da Estrada de Ferro era onde dava mais castanha. Dava bem castanha. Quer dizer, nos arredores, né, encostado lá com o Remansão. Era uma das paradas que mais embarcava castanha era lá, porque tinha muito castanhal lá por perto.*

P - De quem eram os castanhais?

R - *Os castanhais eram livres, porque não tinha quase dono mesmo. Lá não era terra assim demarcada, pra tirar castanha. Toda pessoa podia tirar [...]*

P - E não tinha castanhal de dono?

R - Ah, isso era na beira do rio, do lado de cá. Do lado de cá, aqui pra margem direita tinha esse do J. L., a Vila Brabo, ali era de dono.

P - De quem era esse da Vila Brabo?

R - Não sei, parece que era do J. L., não, não. Eu sei que um tempo era do M. de Marabá, depois outros compraram, aí vem rolando de lá pra cá. Eu sei que tinha gente lá do Remansão que ia tirar castanha lá, dava muita castanha! Quando terminava a safra, não sabe, do município, aí corria pra lá pra tirar castanha, dava muita castanha, lá era de dono. (Paiva)

Com efeito, o município de Tucuruí não era reconhecido pelos grandes comerciantes como área de grandes castanhais, de modo que parece não ter despertado a cobiça e a disputa verificadas em outras áreas, como, por exemplo, no caso de Marabá. Além disso, a forma como se demarcavam os castanhais, partindo da beira do rio, acabou por excluir as terras localizadas além da estrada de ferro do interesse e do sistema de arrendamento de castanhais vigente:

Só tinha castanhal, barracão de castanheiro, na beira do rio; que tinha aqueles donos de castanha, em cada um ponto de castanha, cada dono fazia um barracão [...] Capinal, Cocal; do lado de cá tinha uns igarapés que dava o nome, tinha um castanhal que chamava igarapé do Joari, era um castanhal, Joari; tinha outro mais em cima um igarapeção que era o Canoal, era o castanhal, tinha o Canoal. [...] Tinha Murixaba que era outro ponto de castanha e assim ia subindo. Tinha Chiqueirão, tinha Vila Braba [...]

Do lado de cá que eu me lembro, tinha esse [...] aí na Vila Braba, tinha o Chiqueirão que era outro barracão de um senhor de Marabá; ia ter lá pertinho de Jatobal, tinha um dono que tinha perto de Jacundá. Só conhecia esses [...] E tinha o do M, [...] aqui perto de Tucuruí, confronte, tá debaixo d'água. Um igarapeção que subia bem pro rumo daqui que chamava Cagancho, Igarapé Cagancho. (Seu Drummond)

Assim é que, para toda a área circunvizinha à EFT os camponeses mencionam apenas nove castanhais de dono, o que corresponde aproximadamente ao número oficial registrado na Procuradoria Fiscal do Estado¹⁵¹; e, uma miríade de *patrões* que comprava a castanha, inclusive eles próprios, quando representavam os grandes comerciantes locais:

¹⁵¹ De acordo com Emmi (1987, p. 113), de 1960 a 1966, foram expedidos 10 títulos de aforamento, assim distribuídos: 1960 – 2; 1963 – 01; 1964 – 03; 1965 – 03; 1966 – 01.

Naquela época eles compravam muita castanha; no tempo da castanha eles botava aqueles, eu ainda comprei castanha pro M. uns 3 anos; comprava, aí quando chegava no fim da safra ele mandava as pranchas do trem ir lá buscar. Ele dava o dinheiro e eu comprava castanha, entregava pra ele no fim da safra. [...] Os maiores compradores de castanha naquela época, o M. era um, N. Z. era um dos maior, quem mais comprava aí, que comprava pra Belém pra esse A., aquele que era o maior comprador de castanha; depois tinha outros, esse L. mesmo comprava, O T., quando ele morava no 57, [...] M.B comprava muita, muita castanha aí no Breu [...]. Agora compradorzinho velho, assim miúdo, passava um bocado comprando, 10 hectolitros aqui, 10 acolá. (Seu Drummond)

Tomando por base estes relatos, esta prevalência de castanhais livres, que parece ser uma particularidade dos municípios de Tucuruí e de Itupiranga, em toda a região do Médio Tocantins, acabou por viabilizar uma relativa independência do círculo vicioso da “dívida do barracão”, mencionado na literatura. Assim, foi a coleta de castanha, neste contexto de livre apropriação da terra, que viabilizou a própria atividade agrícola, funcionando como uma espécie de *cash crop* para essa economia camponesa.

Evidentemente, a importância relativa da castanha na década de 40, quando começa a se consolidar essa sociedade camponesa, e nas décadas de 60 e 70, para as quais os depoimentos se reportam, é diferenciada. O que eu quero chamar a atenção é para esta sociedade nascente, cuja estruturação é fundamental para se entender os desdobramentos que se verificariam nas décadas seguintes. Ou, ainda, para estes camponeses que começam a se *dedicar à agricultura*, a se apropriar de um *pedaço de terra*, e se diferenciam dos “castanheiros”, os quais, do seu ponto de vista, *não se dedicavam à agricultura*, preferiam morar na beira do rio, caçar e pescar. O *dedicar-se à agricultura* é uma expressão nativa utilizada para explicitar a diferenciação social existente, e tem como suposto principal a apropriação da terra.

A permanência ou fixação nesta área ao longo da Estrada de Ferro Tocantins tem uma explicação aparentemente simples e carregada de afetividade: o *agradar-se*. Nestes termos, tanto o deslocamento quanto a permanência em um determinado local têm como

substrato um cálculo que se expressa por categorias carregadas de afetividade, isto é, verifica-se uma ocupação espacial cujo perfil é solidário àquelas relações sociais prevalecentes no *tempo da terra livre*.

Do que se pode observar na reconstituição da forma como se deu a ocupação nesta região de Tucuuruí, os camponeses chegaram em épocas diferenciadas e a partir de lugares também diferenciados. Mas, apesar desta diversidade, podem ser estabelecidos três períodos, aos quais, de uma maneira geral, estão associadas procedências relativamente definidas:

a) um primeiro período, que se estendeu até a década de 40, durante o qual predominou o afluxo de paraenses da microrregião do Baixo Tocantins e de maranhenses;

b) um segundo período, que começou nos anos 50 e se prolongou até os anos 60, durante o qual vieram, ainda predominantemente, maranhenses e paraenses do Baixo Tocantins, seguidos de goianos, cearenses e piauienses;

c) e, por último, um período que se iniciou no final da década de 60 e se prolongou até o princípio dos anos 70, período durante o qual, ainda que tenham sido predominantes os paraenses, maranhenses e goianos, começou a haver um afluxo mais diversificado que incluía mineiros, baianos e paranaense¹⁵².

O percurso, desde o local de origem até esta região da Estrada de Ferro Tocantins, nem sempre foi uniforme ou direto. São frequentes os deslocamentos intermediários, que incluíam percursos tais como: Piauí-Maranhão-Tucuuruí; Maranhão-Goiás-Tucuuruí; e, sobretudo, percursos que incluíam passagens por outros municípios do Estado do Pará,

¹⁵² Embora não disponha de dados censitários que possam expressar mais fielmente esta tendência que observei em campo, pode-se, a partir do "local de domicílio anterior", registrado nos Censos de 1960 e 1970 (IBGE), perceber estas procedências diferenciadas a que me refiro. Em 1960, 61% da população total de Tucuuruí era procedente de outros municípios. Dentre estes, 86% eram provenientes de outros municípios do Pará; 6% do Maranhão; 3,5% de Goiás, 3% do Ceará e 1% do Piauí. Em 1970, observava-se um quadro similar: 45% da população era procedente de outros municípios, sendo 83% de outros municípios do Pará; 8% do Maranhão; 2,5% de Goiás; 2,1% do Piauí; e, 2% do Ceará.

especialmente Marabá e Itupiranga, localizados a montante de Tucuruí¹⁵³. Marabá, tradicionalmente, constitui-se em porta de entrada ao território paraense, por estar localizada na "beira" do "encontro" dos rios Tocantins e Araguaia; estes rios foram a única via de acesso a esta área da Estrada de Ferro Tocantins até a implantação do programa rodoviário, nas décadas de 1960/1970.

A naturalidade era um atributo ao qual os camponeses detinham bastante atenção, sendo cada camponês em particular capaz de identificar a procedência de todos os camponeses considerados *conhecidos*. E, a partir da naturalidade costumam apelidar-se entre si; os apelidos impõem-se de tal modo que, em geral, as pessoas não são reconhecidas pelos seus nomes verdadeiros. Eram deveras usuais nomes como: Bacaba (em referência à cidade de Bacabal no Maranhão), Zé Paraense, Goiano, Piauí, Paraná, etc. A identificação das pessoas através destes apelidos, todavia, parece ser, sobretudo, uma referência “jocosa” às trajetórias sociais e à diferenciação social entre eles existente; diferenciação social atribuída, por sua vez, às diferenças culturais que haveria, especialmente, entre os paraenses e não-paraenses: maranhenses e goianos.

Do ponto de vista dos maranhenses e goianos, os "paraenses" teriam vindo da "maré" (forma pela qual é designada toda a microrregião do Baixo Tocantins, de Tucuruí a Cametá), onde estavam acostumados apenas à caça e à pesca. Acreditavam que eles preferiam as atividades por eles consideradas mais leves e itinerantes – seriam, sobretudo, os *castanheiros*, que preferiam caçar, pescar e morar na beira do rio; e por isso *não se dedicavam à agricultura*. Os maranhenses e os demais teriam um passado de *lavrador* em seus locais de origem, e teriam vindo e/ou permanecido nesta área da Estrada de Ferro Tocantins porque *a terra era livre e qualquer um podia chegar, botar a sua roça, se tornar morador*; e, enfim,

¹⁵³ O alto índice registrado, pelos censos, de pessoas procedentes de outros municípios paraenses, de acordo com a nota de rodapé acima, certamente pode ser lido a partir destas *paradas* intermediárias. Do que eu pude perceber em campo há uma predominância dos maranhenses, predominância, aliás, registrada na literatura, desde o final do século passado.

*dedicar-se à agricultura*¹⁵⁴. O que parece indicar que em alguma medida, entre eles próprios, encontram-se interiorizadas as diferentes trajetórias sociais.

Mas, em que pese esta representação "nativa", o que eu pude perceber é que, se em termos espaciais pode-se observar uma gama variada de pontos de partida e de pontos intermediários até a chegada à Estrada de Ferro Tocantins, do ponto de vista social o que se salienta é a homogeneidade: trata-se, em sua imensa maioria, de filhos e/ou de famílias camponesas que enfrentam em alguma medida o esgotamento das condições sociais de produção em seus locais de origem. Mesmo entre os camponeses que chegaram nesta região no início dos anos 70, através de um trajeto itinerante na construção civil - como é o caso dos ex-trabalhadores da Rodovia Transamazônica e/ou de seus ramais de interligação - verifica-se uma origem social camponesa.

José Américo, por exemplo, é filho de camponeses maranhenses que moravam nas proximidades de Santa Luzia (Ma). Adolescente, foi estudar em casa de uma tia na sede do município, cujo marido era "lavrador e comerciante" - dono de farmácia. Estudou em Santa Luzia e aos 19 anos saiu à procura de *melhoria*. Em 1971, conseguiu emprego na Construtora Mendes Júnior, onde ficou até 1972, trabalhando na construção da Br-422, nas proximidades de Breu Branco. Foi despedido e partiu para Belém, onde foi contratado como mecânico. Após um ano, descobriu que *estava trabalhando pra empresa de graça*. Pediu demissão e voltou para o Breu onde *tinha alguns conhecidos e sabia que a terra era livre e qualquer um podia se apossar*.

Assim é que, a partir da condição social camponesa vivida no passado, creio que posso falar que há uma história objetivamente homogênea, construída através de trajetórias diversificadas. Objetivamente homogênea à medida que partilharam de uma situação anterior de vários deslocamentos provocados não só por processos diversos de expropriação, mas

¹⁵⁴ Um tipo de representação similar foi observado por Almeida [1974, p. 37, *apud* MAGALHÃES, 2002) entre os "colonos" da BR-165 (Santarém-Cuiabá). Para estes "colonos", os camponeses que se dedicam à atividade extrativa e à caça são designados "paraenses", sendo estas atividades consideradas de menor importância quando comparadas ao trabalho agrícola.

também pelo que designam *busca de melhoria*. A trajetória diversificada inclui percursos como:

- de camponês a assalariado em atividades agrícolas, a assalariado em atividades industriais, especialmente na construção civil;
- de camponês a assalariado em atividades industriais;
- de camponês a assalariado agrícola, tendo passado por relações de peonagem;
- ou, simplesmente camponês.

Enfim, um número diversificado de indivíduos com um amontoado de experiências que convergiram para um mesmo espaço, seja perseguindo uma rede de vizinhança, seja perseguindo uma rede de parentesco, ou a abertura de uma estrada, ou a safra da castanha, ou o emprego numa fazenda, ou o emprego numa empresa construtora, ou, mais diretamente, uma *terra livre*.

Do que eu pude depreender a partir destas trajetórias sociais, marcadas por sucessivos deslocamentos, a migração está inscrita no universo destes camponeses como uma possibilidade. E, é através do que designam busca de *melhoria* que eles verbalizam os diversos motivos individuais que estão na raiz da emigração. Motivos, por sua vez, não redutíveis à expropriação da terra e/ou à pressão de outros grupos sociais. A *melhoria* diz respeito a uma série de fatores importantes para o desempenho social e econômico que vão desde a existência mesma da *terra livre*, até a localização, tamanho e qualidade da terra, a rede social que articula a mudança, a vizinhança, a menor incidência de doenças tropicais, especialmente a malária, etc.

É direito que a gente tem de procurar melhoria, em qualquer lugar [...] É direito da gente se não der certo, de conseguir melhoria em outra localidade, quer dizer, pra mim, né. Como se for, se eu não me dou bem aqui, vizinho não é bom, num tá muito bom, eu tenho direito de caçar um outro lugar. É um direito de ter a melhoria, quer dizer, no meu ver, não sei se tou errado... (João Ubaldo)

É através da busca de *melhoria* que os camponeses também justificam os vários deslocamentos que faziam ao longo da *beira* da Estrada de Ferro Tocantins e da beira do rio, assim como os vários deslocamentos ocupacionais e/ou o intercâmbio de diversas posições sociais.

Eu tinha uma pequena área de terra ali, aí era muito pequena eu passei lá pro outro lado [...] Achei mais fácil a outra, né, por sinal até maior. É uma coisa que tenho na minha cabeça assim de procurar as melhorias. (Veríssimo)

Se o camarada queria uma melhoria, era a castanha. Era o refrigerio. A castanha era assim: quem sabia fazia daquele tanto, num esbanjava, já era uma melhoria. (Machado)

No âmbito da busca por *melhoria* pode-se sempre *sair* para *aventurar* ou *passear* e *parar*. Assim, os camponeses nunca admitem que saíram dos seus locais de origem definitivamente. Até que a emigração se concretize, fala-se sempre em *passeio* ou *aventura*. *Passeio* e *aventura* verificam-se em contextos diferenciados, mas têm ambos o mesmo princípio e a mesma lógica. Assim como, em ambos os casos, o princípio que orienta a decisão de emigrar é a *busca de melhoria*, a lógica que define a emigração é a experimentação prévia, cujo resultado satisfatório é o *agradar-se*.

O *passeio* é sempre mencionado quando o camponês se refere ao convite de algum *parente*, *conhecido* ou *companheiro* que fala sobre as vantagens de um determinado local. Em regra, ele aceita o *convite*, vai a *passeio* e *se agrada*¹⁵⁵. O contexto da *aventura* é diferente: trata-se de alguma atividade específica que vai ser tentada, que implica um deslocamento espacial, sobre o qual não se tem certeza; ainda que sempre seja um par de *companheiros* ou *parentes* que se *aventure*, seja no garimpo, seja no emprego em uma construtora, numa fazenda, etc. Ao que parece, embora os dois modos de emigrar possam ser

¹⁵⁵ VELHO (1984, p. 36) havia observado que "a decisão de migrar [surge] quando, por uma razão ou outra, a pessoa se agrada de um lugar [...]. Muitas vezes também não se admite imediatamente que se trata de uma opção definitiva. Vai-se para experimentar [...]." (grifo do autor)

pensados como estratégias familiares, ou pelo menos como possibilidades inscritas no horizonte do grupo doméstico, a legitimidade para o deslocamento espacial é atribuída apenas à primeira - ao *passeio*.

Ao que tudo indica, a estratégia do *passeio* é uma estratégia administrada e legitimada pelo grupo doméstico. Como em várias outras situações de emigração camponesa, trata-se, geralmente, da saída de filhos solteiros mais velhos que previamente se deslocam para averiguar as novas condições de produção em um outro local, casam-se, fazem roças, enfim, criam algumas condições para assegurar a sua reprodução e viabilizar a chegada dos que haviam permanecido. Um caso exemplar para ilustrar este processo, pode ser visto no trecho de entrevista a seguir, onde José Mauro conta como foi a sua vinda e a de sua família:

P - E o Senhor nasceu lá? [no município de Itupiranga]

R - *Não senhora, sou nascido no município de Mocajuba, Cametá, né? Mocajuba, Cametá.*

P - Quando o Senhor foi morar no Lago Preto?

R - *Fui morar, porque nós morava lá [em Mocajuba], né; então já estava muito difícil a vida pra gente; estava muito longe as terras pra gente trabalhar, né; então, quando eu vim em Marabá, passear aqui em Marabá, aí um companheiro me chamou pra ir lá [no Lago Preto] reparar, aí eu fui reparar e achei muita vantagem que as terras eram tudo na beira, e mais fácil, né, aí eu chamei os meus pais e eu digo: vombora pra lá que é mais fácil pra gente viver pra ali, né, e nós mudamos pra lá pra esse lugar, né.*

P - Quando foi isso?

R - *eu ainda era solteiro; eu tava com 26 anos, quando eu mudei pra lá; aí casei, casei na idade de 30 anos; casei lá ainda convivemos lá, até quando foi pra meus pais ir pra lá. (José Mauro)*

A *aventura*, quando está em referência o deslocamento espacial, aparece nas narrativas como uma opção individual, geralmente em um contexto de desavença familiar ou de insatisfação pessoal:

[...] *Como todo jovem chegando em busca de trabalho, diversão, aí chegando lá no Breu, trazido por um outro companheiro, amigo da minha família em Marabá, aí vim a primeira vez.*

P - *veio fazer o que na primeira vez?*

R - Vim de aventura, trabalhar e conhecer. Aí voltei, quando eu voltei pra Marabá já deixei alguma coisa assim, voltei, depois trabalhei lá um resto de inverno, quando foi em novembro de 58 voltei novamente. [...] aí trabalhei e tal, fiquei por aí assim, tan-tan-tan, gostei dessa que é minha esposa hoje, quando eu fui já deixei essa coisa assim, quando voltei... Bom, de certo que eu não tinha planos assim pra casar, de repente com uns 20 anos uma coisa me forçou a fazer isso [a gravidez da namorada]. O certo é que aconteceu. Em 62 eu me casei, 20 de janeiro, no festejo de São Sebastião; casei na novena do dia 17, que a novena é de 11 a 20. Bom, então casei, parei por aqui. (José Lins)

Nos contextos acima mencionados, são, em regra, os jovens solteiros ou recém-casados, ou homens divorciados que se *aventuram*. Somente em momentos considerados de extrema gravidade econômica são aceitas as *aventuras* dos *pais de família*, forma local como é designado o chefe do grupo doméstico. A *aventura* legitimada se dá apenas em relação à atividade, especialmente àquela que não implica o deslocamento espacial definitivo, como o garimpo, por exemplo, onde o local de *morada* é preservado. Como já foi dito, ao garimpo o camponês *não se dedica, aventura*. No garimpo também não se *pára, passa-se um verão*.

Assim é que, se a perspectiva de emigrar está colocada para o grupo doméstico como um todo, a emigração é em termos ideais iniciada e preparada por um indivíduo do grupo doméstico, geralmente um filho mais velho que vai fazer um *passeio, se agrada, pára* num determinado lugar, casa-se e articula a vinda de *parentes, vizinhos, conhecidos*, ou mesmo de toda a família¹⁵⁶.

De qualquer modo, é após a experimentação, ou melhor, após constatar se o novo local e/ou a nova atividade *agrada* que se admite o processo emigratório; então, o camponês *pára* neste novo local e/ou atividade. O verbo que os camponeses utilizam para indicar a

¹⁵⁶ KELLER (1975, p. 674, nr.27, *apud* Magalhães, 2002), trabalhando no Tocantins Maranhense, observou processo similar de emigração: "no processo migratório é de grande importância a rede de parentes, amigos e compadres, pois (a) - é na casa desses que são realizadas as paradas, quando o deslocamento é muito extenso; (b) - o centro ou povoado no qual o indivíduo ou família se fixa - temporária ou permanentemente - é selecionado em função da existência de parentes, compadres ou amigos que enviaram notícias, convidaram ou foram visitados, 'agradando-se' o visitante pelo local e decidindo migrar".

permanência - *parar*¹⁵⁷ - é bastante evidenciador da possibilidade sempre presente de se iniciar um outro movimento de emigração. Esta ampla possibilidade, por sua vez, só pode ser entendida em uma situação de prevalência de *terras livres*. É desta perspectiva que o *parar* sugere uma pausa em uma caminhada que pode sempre ser retomada, desde que haja circunstâncias e/ou fatos que motivem outro *passeio* ou outra *aventura*. E, o local onde se *pára* é o local que *agrada*.

Os camponeses justificam suas permanências nesta área ao longo da EFT, através de uma explicação aparentemente simples e carregada de afetividade: o *agradar-se*. Pelo que pode ser observado, tanto o deslocamento quanto a permanência em um determinado local têm como substrato um cálculo¹⁵⁸. E, um cálculo com uma característica que me parece singular: é um cálculo experimental que é refeito periodicamente em três etapas: *passear* [*aventurar*], *agradar* e *dedicar*. A partir deste cálculo é que se pode entender ainda, além dos deslocamentos a partir do local de origem, a ampla flexibilidade aludida ao longo do texto, tanto para os deslocamentos espaciais - o *centro* e a *beira* - quanto para os deslocamentos ocupacionais - agricultura, extrativismo e trabalho assalariado, seja na indústria ou na agricultura. O *agradar*, por outro lado, é uma categoria de amplo uso entre os camponeses de toda a região do Médio Tocantins. Para os camponeses com os quais trabalhei, o *agradar-se* condensa uma série de significados que, em síntese, dizem respeito às próprias condições sociais de produção, especialmente à *morada* e à *terra*.

¹⁵⁷ *Parar* é uma categoria utilizada em vários contextos, mas indica sempre algum tipo de permanência. Por exemplo:

a) em relação ao local de *morada*:

P - E ele morava com quem?

R - *Parava nos dois, uma semana parava lá com o sogro, outra semana parava na casa do pai dele e na casa dele que ele fez, sabe?*

b) em relação a alguma atividade e/ou trabalho: [...] *os caboclos queimaram as barracas eu tou naquela, eu tou sem nada; a minha mandioquinha foi embora, não pude fazer a farinha; não pude nem parar mais com isso [= continuar plantando mandioca e fazendo farinha] com medo deles, né.* (Pompéia)

¹⁵⁸ Ver em Magalhães 1996, como a expressão *dedicar-se à agricultura* evidencia a diferenciação social no interior deste grupo.

Os camponeses sempre contam que chegaram para morar nesta área juntamente a um *conhecido*, um *parente*, um *compadre* e/ou porque havia alguém - *conhecido*, *parente* ou *compadre* - que ali *morava* ou tinha uma *roça* e/ou *sítio* no *centro* ou na *beira*. Estas categorias, de fato, compõem uma rede de relações fundamental seja para suprir carências de força de trabalho no interior do grupo doméstico, seja para consolidar a apropriação da terra, seja para manter vínculos externos ao grupo camponês, seja, conforme já mencionado, para viabilizar novas migrações. Isto é, a organização social estava estruturada em torno de uma rede de relações que articulava os parentes consangüíneos, os afins, os parentes rituais¹⁵⁹ e a vizinhança. Estruturação social, por sua vez, vinculada àquela situação específica de prevalência de *terras livres*.

A partir do exposto, pode-se inferir que as expressões *agradar* e *tempo da terra livre*, carregadas de conteúdo afetivo, condensam uma série de significados que não podem ser tomadas como utópicas ou idealizadas. São, antes, expressões que distinguem situações, e, sobretudo, são expressões homogeneizadoras de tempos e trajetórias vivenciadas diferentemente pelos camponeses em particular. Do que pude concluir, em situações de intensas transformações esta representação homogeneizadora do passado cumpre o papel de estabelecer uma pauta ou um referencial comum a partir do qual os grupos camponeses possam se posicionar frente às mudanças que se anunciam e contra as quais se posicionam. É a partir deste referencial que se pode entender a construção social do sofrimento e o modo como se configuram as perdas na arena pública.

¹⁵⁹ Além das relações de compadrio advindas do rito católico, os camponeses construíam uma rede de parentesco que era ritualizada em volta da fogueira, especialmente aquela que se fazia por ocasião das festas dos santos padroeiros, que incluía os compadres de fogueira e todas as categorias de parentesco, afins e consangüíneos.

III.1. O estatuto teórico do sofrimento social

Conforme visto, a lógica interpretativa desta tese está assentada nas proposições de Boltanski e Thévenot, no que diz respeito às operações de justificação e denúncia, enfatizando a construção e a relação entre justiça e injustiça. Para estes autores, existem diferentes modelos de argumentação que se apóiam em diferentes concepções de justiça, havendo uma conexão, pois, entre justificação ou denúncia pública e justiça. Apoiados em autores clássicos da filosofia política, constituem uma espécie de *gramática* (códigos, modelos, regras) que aponta para a construção e reprodução das noções de justiça na vida cotidiana. Identificam, assim, seis modos de justificação pública ou concepções de “cités” justas, cada uma pondo em relevo grandezas diferenciadas: justificações cívica, industrial, doméstica, por opinião, mercado e inspirada. Estes modos de justificação podendo ser entendidos, por um lado, como os sentidos comuns de justiça que são mobilizados na sociedade ocidental e, por outro lado, como formas de ajustamento para operar nesta sociedade.

A partir dos regimes de ação, Boltanski (1990) trabalha em seus estudos empíricos a noção de *affaire*, que me parece extremamente útil, à medida que aporta a possibilidade de pensar que aqueles que protestam o fazem porque o sentido de justiça foi atingido, ainda que se trate de sentidos de justiça diferenciados e que os modos de justificação comportem grandezas distintas. O reconhecimento da legitimidade do tipo de protesto e de denúncia, sendo, portanto, atrelado à “cité”, na qual estes se tornam públicos. Logo, o conteúdo mobilizável não é determinado *a priori* se é individual ou coletivo, se é psicológico ou sociológico, se é geral ou particular. É o modo como se o reconhece na arena pública, a

partir da grandeza hegemônica naquela arena, que se determina ou se reconhece a sua legitimidade; o affaire é, neste caso, o produto da ação mesma dos atores, até por que

Selon la configuration de l'affaire, certains acteurs s'ingénient à la «dégonfler», à montrer qu'elle a été «montée de toutes pièces», à la «réduire à ses justes proportions», tandis que d'autres, au contraire, s'activent en tous sens pour en révéler le «vrai visage», montrer ses «dessous cachés» et faire voir par là qu'elle concerne, «en fait», bien plus des gens qu'on n'aurait pu le penser au premier abord qu'elle «concerne tout le monde». C'est à ce prix que l'on fait une cause collective. Car les causes, des plus petites aux plus grandes, des plus étranges au premier abord aux plus évidemment légitimes pour notre sens de la justice, ont dû, un jour ou l'autre, être faites, construites, établies, prouvées et, si solidement installées qu'elles paraissent, elles peuvent également toujours être défaites par les mêmes procédés (BOLTANSKI, 1990, p. 24-25).

Por esta via, pode assim ser possível recuperar o modo como se constroem as causas – as “boas causas”, as “causas coletivas” – e, em nosso caso, tentar evidenciar o imenso esforço coletivo dos *expropriados de Tucuruí* para demonstrar que o deslocamento compulsório por eles vivido é uma situação prenhe de injustiça, que ultrapassa ou não tem reconhecimento entre as grandezas prevaletentes no mundo ou nas cités que caracterizam a construção da barragem. Dessa perspectiva, trata-se de recuperar o trabalho de crítica realizado pelos próprios atores e quais sentidos suportam esta crítica.

Cabe mencionar, todavia, que chamar a atenção para a importância de levar em consideração aquilo que, do ponto de vista dos atores, confere sentido às suas vidas não é novo na sociologia. Nos primórdios da disciplina, encontra-se em Durkheim uma preocupação clara com os sentidos vividos pelos sujeitos e as categorias do entendimento, em seus estudos sobre religião. Recentemente, começa a ser retomada esta abordagem, detalhadamente exposta em um texto sobre metodologia, cujo título bem elucida a questão: “a especificidade psicológica da sociologia” (KARSENTI, 1995). Tratava-se de um contexto de afirmação da disciplina, na qual a preocupação, tanto de Durkheim quanto de Mauss, era, de um lado, resguardar a especificidade da sociologia frente a outras disciplinas, como o direito e a

psicologia; e, de outro, não reduzir a análise sociológica ao exame de estruturas, ou poderíamos dizer hoje, à análise macro-sociológica. Vale lembrar, ademais, que além de temas como magia e religião, que fazem apelo a esta dimensão subjetiva do “fato social”, tanto Mauss quanto Durkheim dedicam textos específicos a esta questão. Este, desde a elaboração das regras do método sociológico, discutindo com Spencer a propósito da natureza coletiva do fato social, advoga a sua especificidade em relação à psicologia, a partir da diferença entre geral e coletivo (DURKHEIM, 1968, p. 1-12). Depois retoma esta questão em “O Suicídio” (Id., p. 1982), escrito logo em seguida às “Regras”, que pode ser tomado como o exemplo prático do tratamento desta especificidade. E, neste particular, primeiro, enfatiza a importância de se desconstruir as pré-noções existentes na sociedade, sobre o tema, argumentando que “o cientista não pode tomar como objeto de suas pesquisas os grupos de fatos já constituídos aos quais correspondem as palavras da linguagem corrente” (Ibid., p. 13); segundo, demonstra como o suicídio, um ato da pessoa, pode ser considerado não apenas como um ato particular, mas também como um fato eminentemente social. Em seguida a “O Suicídio”, empreende o esforço de estabelecer a distinção teórica entre representações individuais e representações coletivas (id., 2002), discutindo desta feita com a psicologia e a fisiologia. E, de certo modo, antecipa os pressupostos metodológicos que iria pôr em prática em seu estudo seguinte sobre religião¹⁶⁰.

Em Mauss (1971, p. 307-333), cabe ressaltar o seu estudo sobre a noção de pessoa, no qual dedica uma parte específica a demonstrar os fundamentos psicológicos desta noção, como um contraponto às diversas formas sociais que assume a noção de “eu”, em

¹⁶⁰ “En effet, si l'on peut contester peut-être que tous les phénomènes sociaux, sans exception, s'imposent à l'individu du dehors, le doute ne paraît pas possible pour ce qui concerne les croyances et les pratiques religieuses, les règles de la morale, les innombrables préceptes du droit, c'est-à-dire pour les manifestations les plus caractéristiques de la vie collective. Toutes sont expressément obligatoires ; or l'obligation est la preuve que ces manières d'agir et de penser ne sont pas l'oeuvre de l'individu, mais émanent d'une puissance morale qui le dépasse, qu'on l'imagine mystiquement sous la forme d'un bien [...]” (Ibid., p. 17).

tempos e espaços diferenciados. Antes, já havia assumindo um tom conciliador¹⁶¹ na disputa entre a sociologia e a psicologia, colocando ambas no interior da antropologia, “[...] considerada como la reunión de todas las ciencias que se ocupan del hombre como ser vivo, consciente y sociable.”(Ibid., p. 269). E em seu trabalho sobre as causas coletivas da idéia de morte (Ibid., p. 291-300), sugestivamente publicado no *Jornal de Psicologia* [...] diz, textualmente, que objetiva mostrar como “[...] en muchas sociedades, la obsesión de la muerte, de origen estrictamente social, sin mezcla de factores individuales, es capaz de tales estragos físicos y mentales en la conciencia y en el cuerpo del individuo, que da lugar a su muerte [...]” (Ibid., p. 292).

Do ponto de vista da reflexão que estou a propor, é importante reter como um sofrimento imposto por causas externas é elaborado no interior de uma sociedade, podendo ser pensado como um sofrimento social.

O que me parece importante, de todo modo, é ressaltar que na sociologia da justificação trata-se de realizar uma espécie de construção de segundo nível, na qual são os atores que fornecem as operações de denúncia e os sentidos que estas evocam. Desta perspectiva, a ação é uma ação em situação, que é apreendida tanto através da seqüência de ações, elas mesmas, quanto da interpretação e do gestual das pessoas, uma dinâmica interdependente que é fundamental para a apreensão do sentido. Não se trata, pois, de apreender nem o “mundo objetivo” simplesmente, nem apenas a visão subjetiva de cada ator, mas de fazer aclarar o sentido que se constrói a partir destes atores em interação. Mais especificamente como se dá a exteriorização de “acontecimentos” que são “interiorizados”, como a emoção e o sofrimento (mas também o poder, a desigualdade, etc), e como estes são reconhecidos (ou não) na arena pública (Boltanski, 1993, p. 117 ss.).

¹⁶¹ A idéia de conciliação é importada de Karsenti (1995, p. 310).

É deste ponto de partida que serão, a seguir, retomados os relatos sobre o deslocamento compulsório, tentando mostrar como estes relatos – individuais, subjetivos – crescem em generalidade, quando os colocamos em relação, seja com as estruturas objetivas, seja com outros relatos, seja com outras construções sociais a eles reportados.

III.2. Os relatos sobre o deslocamento compulsório

O Moju, o Moju eu digo que nem é beira [...]. Só tem a estrada. Eu fico olhando e imaginando: que adianta tá na beira? Acabou-se o centro... (Cecília).

Diziam eles [técnicos da ELETRONORTE] o seguinte: que a empresa desconfiava que ia inundar um pessoal na parte da enseadeira, no fechamento da barragem; quer dizer, não era no fechamento da barragem, mas sim numas enseadeiras que tinha e eles achavam que a água ia crescer e ia atingir uma cota 35, eles fizeram uma cota chamada cota 35. (Pedro Nava, grifo nosso)

No Breu, no Breu Velho, oh, tinha escola, tinha a Igreja, luz, porque lá pra nós, nós tínhamos, a luz lá era até 9 horas, até 10 horas, sabe como é, porque era da prefeitura; tinha a estação. (Olga)

O vizinho ajudava a gente a chegar perto dele, porque não tinha vizinho: vem logo pra cá, oh, e ia mostrar pra gente. A gente olhava, agradava e aí... Chegava um outro, levava o outro [...] A gente queria um vizinho pra chegar perto da gente... (João Ubaldo)

A partir dos trechos de depoimento acima, pode-se de imediato perceber como os relatos sobre o deslocamento compulsório evocam uma pluralidade de situações de transformação, traduzidas em perdas, que contemplam desde o espaço físico, o estranhamento da nova situação vivida até as relações cotidianas e de proximidade. Desta perspectiva, creio ser possível afirmar que, com a intervenção sobre o espaço físico para a formação do lago, atinge-se violentamente as relações sociais, desestruturando-as. É esta desestruturação que conforma o substrato do lamento e da dor.

No caso aqui analisado, a esta desestruturação agregam-se outras circunstâncias, decorrentes da falta de planejamento e/ou da improvisação dos procedimentos da empresa para “liberar” a área que seria inundada. Para os camponeses, o corte temporal desta desestruturação é marcado como *tempo do levantamento*, um período que começa em 1978/1979 e se estende a 1983, quando a ELETRONORTE realizou o primeiro cadastramento das propriedades, ocupações e benfeitorias que seriam indenizadas – aquelas que se situavam na cota+35. Vejamos, então, a) os procedimentos operacionais da ELETRONORTE para delimitar e deslocar a “população atingida”; b) como os camponeses descrevem esses procedimentos operacionais, no período que designam *tempo do levantamento*; c) relatos sobre o deslocamento compulsório, isto é, como os efeitos destes procedimentos são vividos pelos camponeses da cota +35; e d) como esses relatos aparecem na arena pública – os Fóruns de lamento.

A – Procedimentos Operacionais para transferência e deslocamento da «população atingida».

Conforme vimos no Capítulo I, o que os camponeses denominam *tempo do levantamento* é um período crucial para a delimitação da “população atingida” pela construção da barragem, no qual trata-se de minimizar os custos financeiros e políticos do empreendimento. Enfim, o período a partir do qual revelar-se-á, na arena pública, a controvérsia dos números. É neste momento que aquele conteúdo começa a ser gestado e que, sem o saber, as pessoas são classificadas e contabilizadas a partir de critérios que, envolvendo outros interesses e parâmetros, ultrapassam o universo local e, pelo que vimos, estão com este em desacordo.

É orgulho institucional para a ELETRONORTE afirmar que conseguiu construir a barragem de Tucuruí em um “ambiente desconhecido pelo homem”. Sem discutir a natureza deste desconhecimento, o certo é que ele também teve conseqüências para a forma como esta empresa procedeu e como fez transcorrer o *tempo do levantamento* e, por conseguinte, o deslocamento compulsório.

Em 1976, pelo Decreto Federal nº 78.659, foi declarada de utilidade pública uma área de 8.184 km², destinada à formação do lago¹⁶² e à implantação do canteiro de obras e vilas residenciais. Mas, somente em 1978, pela Portaria nº 560 de 19 de junho, foi firmado um convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a ELETRONORTE para realizar a discriminação das terras existentes naquela área, na qual se previa que as terras devolutas seriam arrecadadas em nome da União e posteriormente transferidas para a ELETRONORTE, ficando esta responsável por todos os custos operacionais.

Cabe remarcar, aqui, a sucessão de erros e/ou equívocos que pontuou os procedimentos operacionais da ELETRONORTE. Começando pelo superdimensionamento da área declarada de utilidade pública até o subdimensionamento da área efetivamente inundada, que acabou por resultar no 2º deslocamento de pessoas recentemente transferidas, conforme veremos a seguir, tais erros ou equívocos foram responsáveis também pela forma como foi realizado o deslocamento. Mesmo sem adentrar à sociologia do “alerta e do risco” (CHATEAURAYNAUD.; TORNY., 1999), trata-se de dar relevo aos regimes de responsabilidade evocados na justificação das intervenções. No caso daquela empresa, uma responsabilidade, por sua vez, ligada à ação (“la simple présence peut être investie d’une signification, être identifié à une forme de participation”, p. 59); derivada do cálculo fundado sob a lógica do risco (fundada sobre “l’indexation de l’activité à un espace de calcul,

¹⁶² Constatou-se depois que esta área foi superestimada, tendo o lago uma superfície de 2.830 km², cf. Capítulo I.

statistique, permettant de traiter les événements comme l’actualisation de risques courus par l’ensemble des agents [...]”, p. 61-62); que desemboca em uma responsabilidade ética («Se joue ici le rapport à l’irréversibilité: si nous admettons que nos actions actuelles peuvent changer le cours des choses, alors nous sommes responsables de l’état du monde que nous léguerons aux générations futures car nous participons [...]», p. 62)¹⁶³.

A discriminação de terras viria a produzir um quadro fundiário, no qual foram identificadas as seguintes categorias de terra: - reservas indígenas; - terras devolutas da União; - terras de propriedade do Ministério da Aeronáutica; - terras de propriedade da ELETRONORTE, advindas do partilhamento do acervo da Estrada de Ferro Tocantins; - títulos de aforamento expedidos pelo Estado do Pará; - terras tituladas ao particular até o limite de 3.000 hectares; - terras integrantes do Projeto Integrado de Colonização Marabá; - terras arrecadadas e matriculadas em nome do INCRA, no âmbito do programa de colonização e regularização fundiária; - ocupação de terras devolutas da União sob regime de posse, garantida por lei, em decorrência da moradia efetiva e cultura permanente, cf. ELETRONORTE (s/d., n/p., *apud* MAGALHÃES, 1992).

Na área discriminada pelo INCRA havia placas informando:

Não compre posse nem invada esta área.
Ela será inundada.
Só serão indenizados os ocupantes que tiverem título.

Até este momento, a ELETRONORTE não sabia, efetivamente, qual a população que seria “atingida”. Trabalhava, entretanto, com duas hipóteses, colocadas desde 1974, nos Estudos de Viabilidade da própria Usina. Uma, considerada “bastante plausível”, supunha que “um número ponderável de proprietários dos imóveis atingidos optasse pela indenização pura e simples, fato esse que poderia não justificar a adoção de um critério de relocação extensiva a

¹⁶³ Chateauraynaud e Torny (Id., p. 59-63), a partir do estudo de três situações de alerta e de riscos coletivos (amianto; energia nuclear e encefalopatia espongiforme bovina) constroem seis noções de responsabilidade, que podem ou não coexistir na lógica da justificação: além das três noções acima citadas, a responsabilidade como obrigação contratual; a responsabilidade profissional; e a responsabilidade ligada à culpa.

toda a população envolvida na área”. A outra, considerada “inviável econômica e socialmente” descartava “o desejo de permanência em local adjacente ao atingido, o que implicaria na construção de vários e pequenos núcleos urbanos como os atuais” (ELETRONORTE, 1974, p.125-126, *apud* MAGALHÃES, 1992).

Ao final de 1978, em face da urgência para desocupar a área que possivelmente seria atingida com o desvio do rio, previsto para o início de 1979, a ELETRONORTE começou a realizar o levantamento de benfeitorias para proceder às primeiras indenizações e, no início de 1979, contratou uma empresa de engenharia, a Construções e Topografia Basevi Ltda., para realizar o que ficou conhecido como “Estudo das condições sócio-econômicas da área de influência do reservatório de Tucuruí” – de fato, um diagnóstico que balizasse uma proposição do que fazer com a população que habitava nos povoados. Assim é que, simultaneamente, fazia-se o diagnóstico e o levantamento de benfeitorias para efeito de indenização.

Desde esse momento, todo o levantamento era classificado de acordo com o tipo de indenização – rural ou urbana. E a unidade de referência era, então, o processo de indenização: processo urbano/processo rural. Nenhuma das planilhas de avaliação de benfeitorias era do conhecimento do indenizado. A planilha de indenização rural, por sua vez, não contemplava as culturas temporárias – que correspondia a 93,4% da produção agrícola da área (PRODIAT, 1984, *apud* MAGALHÃES, 1988). A desapropriação das ocupações rurais sob o regime de posse abrangia somente a indenização financeira dos trabalhos agrícolas implantados e as benfeitorias edificadas¹⁶⁴, inexistindo, pois, qualquer menção à terra ocupada ou a qualquer política prévia de relocação para a população que não detivesse o título de propriedade. Estava decidido também que não seria feita a delimitação topográfica para o

¹⁶⁴ Sobre as referências bibliográficas deste período, cf. Magalhães (1988, 1991, 1992).

perímetro do reservatório, trabalhando a empresa com restituições aerofotogramétricas que se revelariam de baixa precisão.

Até então, trabalhava-se com um cronograma que previa o desvio do rio para 1979 e a conclusão da obra em 1981. Conclusão que foi prorrogada por três anos consecutivos, até setembro de 1984.

Sem conhecer ou sem reconhecer, efetivamente, o número de pessoas que seria transferida, a ELETRONORTE iniciou o pagamento das indenizações da cota+27, que era a cota prevista de alagamento, e a estendeu até a cota +35, por medida de segurança (Chefe do SPI/ELETRONORTE, i.p.). Com base na hipótese de 1974, e em seus procedimentos de incentivo à desocupação da área, celebrou um convênio com a Secretaria de Planejamento do Estado do Pará, em 1978, para a construção de infra-estrutura para instalação de um "núcleo urbano", no km-82 da Rodovia PA-150, para onde seria transferida a sede do município de Jacundá e agrupar-se-ia a "população urbana da cota+35". Para estas pessoas foram construídas 80 casas¹⁶⁵. Para a população rural, celebrou convênio com o Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), em 1979, para a implantação de um "loteamento rural", às margens da Rodovia PA-263, à época em construção – o Loteamento Rural Rio Moju. Para este, usou-se do artifício de reduzir pela metade o tamanho do lote usualmente demarcado pelo INCRA – 100 ha – para expandir a capacidade do Loteamento. Uma estratégia que contava com o argumento de que, por um lado, não se tratava de um Loteamento do INCRA

¹⁶⁵ Para receber a casa, o Expropriado assinava um “Termo de Permuta e Outras Avenças”, através do qual, sem indenização, trocava a sua antiga casa pelo novo imóvel recebido:

“Pelo presente termo portador do] e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE, celebram neste ato e ocasião, a permuta de bens imóveis, mediante as seguintes estipulações:

O primeiro permutante [nome do expropriado] na qualidade de proprietário do imóvel urbano localizado em, detentor do processo expropriatório nº, concorda em receber das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE, por permuta a casa Quadra desistindo de receber à qualquer título outra compensação.

O segundo permutante Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE aquiesce na permuta pretendida, destinando ao expropriado a casa; Quadra, independente de quaisquer outras compensações, inclusive indenização, dado os valores de atribuição valorativa dos imóveis.” (1984)

e, por outro, o Estatuto da Terra, segundo o qual o INCRA operava, previa um módulo de até 100 ha, podendo, portanto ser reduzido.

Como "área urbana", na cota+35, foram classificados oito povoados: Breu Branco, Pucuruí, Remansão do Centro e Vila Delphos¹⁶⁶, no município de Tucuruí. E, Jatobal, Jacundá (sede municipal), Jacundazinho e Altamira, no município de Jacundá.

Dentre os procedimentos de incentivo à desocupação da área, a ELETRONORTE acrescentava ao pagamento das indenizações de benfeitorias uma "ajuda pecuniária", mediante a assinatura de um "Termo de Desistência" (ver Figura 2). Com tal "Termo de Desistência" objetivava facilitar a saída dos camponeses da área que, àquela época, seria inundada. Ou, nas palavras da empresa, facilitar a "mudança pura e simples para locais de sua livre escolha" (ELETRONORTE 1981a, p. 3, *apud* MAGALHÃES, 1992).

Assim, estava previsto o esvaziamento da "cota +35", em 1979, através das seguintes alternativas:

- a) "processo rural" - transferir para o Loteamento Rural Rio Moju;
- b) "processo urbano" - transferir para o "núcleo urbano" Nova Jacundá; ambas, no âmbito das alternativas que seriam administradas pela empresa; ou,
- c) facultar a saída da área, através de uma "ajuda financeira", a título de "desistência" dos "benefícios relocatícios", "rural ou urbano"¹⁶⁷.

Em 1980, o INCRA foi substituído pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), subordinado ao Conselho de Segurança Nacional¹⁶⁸. Foi criado, especialmente, para resolver as "graves" questões fundiárias nessa região, de uma perspectiva militarizada, entre as quais se incluíam aquelas referentes à Barragem de Tucuruí. A partir do

¹⁶⁶ Vila Delphos foi uma denominação surgida após o início dos trabalhos de construção da barragem. Anteriormente, este local era denominado km-13, onde hoje se situa a ponte sobre o lago, na Br-422, no sentido Tucuruí-Novo Repartimento.

¹⁶⁷ Sigaud (1986, p. 29-30) analisa alternativa semelhante a esta, denominada pela CHESF "solução própria", que envolveu 23,75% da "população", quando da formação do lago de Sobradinho.

¹⁶⁸ Há uma ampla literatura sobre o GETAT, cabendo aqui destacar Martins (1984).

No início de 1980, por razões técnicas (risco da emissão de gases da grande massa vegetal inundada para o funcionamento das turbinas) e econômicas (13,4 milhões de m³ de madeira potencialmente exploráveis seriam inundados) havia sido decidido desmatar a área do Reservatório, surgindo assim mais uma situação emergencial: desapropriar a área para a realização do desmatamento que se estendia para além da cota +35.

Da perspectiva da ELETRONORTE, por volta de 1980/81 as indenizações estavam praticamente sendo finalizadas, e a “maioria da população” havia assinado o chamado “Termo de Desistência” (ver Fig. 2). O GETAT, intervindo como “órgão colaborador da ELETRONORTE”, havia assumido como de sua “exclusiva competência” a destinação das terras sob sua jurisdição – isto é, a destinação das terras para as pessoas deslocadas compulsoriamente pela barragem.

Com os sucessivos adiamentos no cronograma da obra, verificou-se o desaquecimento do processo de desocupação da área, que somente seria retomado em 1983, após a interveniência da população, sobretudo dos camponeses, sobre o ritmo e as condições da desapropriação e da transferência, conforme veremos. Assim, o Loteamento Rural Rio Moju foi, efetivamente, a única área destinada à população deslocada compulsoriamente até 1983.

B - O tempo do levantamento

Pelo exposto, o *tempo do levantamento* pode ser reportado a qualquer data entre 1979 e 1983. E é a este tempo que os camponeses atribuem o início das rupturas que a construção da barragem provoca.

A ELETRONORTE ao intervir, delimitando espaços e nomeando-os, secundarizou nomeações e delimitações anteriores, criou uma nova forma de identificação e passou a operar a partir dela. Era através da "cota" que, no momento em que se iniciou o processo de deslocamento compulsório, eram feitos os levantamentos, cadastramentos, processos de desapropriação, etc., dos *moradores*. Este tipo de identificação era de tal forma preponderante que, durante a fase do deslocamento, passou a ser utilizado pelos *moradores* como uma identidade: *morador da cota 35*¹⁶⁹.

Diziam eles [técnicos da EN] o seguinte: que a empresa desconfiava que ia inundar um pessoal na parte da ensecadeira, no fechamento da barragem; quer dizer, não era no fechamento da barragem, mas sim numas ensecadeiras que tinha e eles achavam que a água ia crescer e ia atingir uma cota chamada cota 35 [...] Minha terra fazia fundo com a FUNAI. Fundo com a FUNAI, limitada com a FUNAI, a minha terra e eu era da cota 35, era não, sou. Todo meu processo, processo, processo da linha de transmissão, dessa rede aí, encaminhamento lá pro 13 [hospital da ELETRONORTE, construído no antigo km-13 da EFT], tudo tem lá: cota 35. (Nava, grifo nosso)

P - E onde era a cota 35?

R - Olhe, saber mesmo assim... Eu não sei. Eles que falavam. Porque não tinha um lugar assim... Eu conheço aquilo tudo, conheço porque até hoje com tudo inundado, encoberto, eu sei aquilo tudo, viu, que não tem nem sinal. Disse que a cota 35 era aquele mundão todo. Quer ver? Pegue a Estrada [Estrada de Ferro Tocantins]. Km 25 é a Santa Rosa; vai seguindo [...] Breu Branco, Km 43 é a mesma coisa; Km 48, Km 50, Km 52, Km 53, Km 56, Km 60, Km 60 é onde morava S. Mendes; Pucuruí, Km 67, FUNAI, é tudo a mesma coisa; Km 74, Km 81, Km 84, Km 85 que era tudo a mesma gente. Era assim que nós falava, viu? Km 84, Km 85 era o Saboga; aí Km 97, era o Remansão. Deixe eu ver, acho que eu pulei... Tinha o 115, o Bacuri e Jatobal. (Seu Drummond)

Embora se tratasse de um recorte espacial inusitado - a "cota" - a forma numérica através da qual foi denominada a área de inundação não era de todo estranha aos camponeses. Conforme pode ser observado no trecho de depoimento acima, por exemplo, era através de recurso semelhante, isto é, era através do uso de numerais que eles nomeavam os povoados à beira da Estrada de Ferro Tocantins. Naquele momento, para eles, apresentar-se como

¹⁶⁹ - Os camponeses falam simplificadaamente *cota 35*, eliminando o sinal de adição da expressão formulada pela ELETRONORTE.

pertencente à *cota 35* era imprescindível. Afinal, ser *morador da cota 35* implicava ter que sair rápido daquele local - com inundações iminentes. E, era através desta nova identificação que os *moradores* dialogavam com a ELETRONORTE, que a interpelavam sobre as datas e locais de mudança, sobre os prazos e valores de indenizações, etc.

Vejam agora como o *tempo do levantamento* é descrito, observando que, como se trata de um período longo, ele começa com uma expectativa positiva que vai se desconstruindo, em sintonia com as inflexões dos procedimentos operacionais da empresa, acima mencionados.

O Levantamento realizado pela Basevi

Primeiramente, quando ela fez o levantamento nosso lá, procurava até o que nós queimava; se nós queimava carvão, se era lenha, se era gás; o que nós comia, quantas galinhas a gente criava, quantos ovos de galinha a gente comia. Procurou tudo, né, porque disse que a ELETRONORTE ia dar de novo pra nós, que nós ia voltar pra uma área, e o que nós tinha lá e o que nós ia receber em troca, nós tinha até pena de entrar na casa que a ELETRONORTE ia construir pra nós, na outra área. Que é uma área do mesmo tamanho, o que nós tinha de benfeitoria ela ia dar tudinho pra nós, e com documento, nós não ia pagar imposto de terra; uns que não tinha, como eu, e ela dizendo que nós ia pegar título ainda, além da indenização que nós ia receber. Era melhor do que o INCRA. Só a casa que nós ia entrar nós teria até vergonha, por ela ser de luxo, né? Confortável... Se nós queimava carvão, nós ia receber fogão a gás pra queimar a gás. Naquela época eles diziam isso, prometiam. (João Ubaldo)

[...] eles foram lá, os mandantes, né, da ELETRONORTE. Chegou lá e falou que nós ia sair de lá, que eles iam indenizar, que eles iam dar terra, dar casa, o lote com uma casa, com a chave na porta. Ia ter sanitário, tudo pra nós, né. Eu ainda disse pra ele, eu fui uma que até disse pra eles assim: - se isso não é só promessa...

Aí eu falei pra eles: - por que que vocês querem jogar nós daqui? Eles disseram: - não, por causa que a água vem tomar aqui.

Aí perguntava pra nós se nós comia carne, se nós comia feijão, se nós dormia na rede ou na cama, quantos filhos tinha, gente morto, tudo isso procuravam. (Coralina)

A confiança depositada na “promessa” de transferência

Quando a EN chegou e disse que ia dar terra, casa, todo mundo acreditou...[...] eu mesmo acreditei, teve os técnicos na minha casa fazendo uma vistoria da casa, teve na terra...[...] Aí, quando a gente é sincero, a gente pensa que todos órgãos que tão trabalhando também são sinceros, né. [...] Nós pensamos que ela ia dar terra e tudo, porque ela chegou e disse que

nós ia receber casa, ainda disse o seguinte: vocês vão receber uma casa aonde vocês quiser morar. Se quiser em Belém nós damos em Belém, se quiser em Brasília nós damos em Brasília, se quiser em Goiânia, nós damos pra Goiânia, aonde vocês quiser morar a empresa vai fazer a casa. Você veja que nós nesse tempo nem uma malícia dessa, aonde nós quisesses... E aí perguntou o quê que nós comia, se comia tomate... A terra, a terra nós esperava que fizesse igual o INCRA, exatamente, cortasse os lotes, desse melhoria, no exato, todos acreditaram. Foi geral. Então, o que acontece? Fomos desapropriados em 78, nós todos num teve ninguém que não acreditasse, todos, todos. (Graciliano)

Aí foi todo mundo expropriado para o serviço da barragem, né, quer dizer para servir a União. Mas não tinha menina por onde nós não acreditar na empresa naquela época. Quando nós tava sendo desapropriado lá, ela tava construindo casa aqui, oh, você pode ver no Loteamento Rio Moju, na beira dessa estrada aí, tudo casa de bom padrão. Então como é que não vamos acreditar? Ia construir casa nos lotes tudinho pra nós, só que ela construiu só um pouco de casa e oh, parou. (Paranatinga)

[Dizia] que ia indenizar e ia dar esse loteamento Rio Moju com casa, tudo feitinha, que nós ia morar numa casa que nós nunca tinha morado; inclusive a que eles construíram; na verdade, eles construíram 42 casas no Loteamento Moju, foi somente a demonstração que eles deram. Depois que acertou, que pagou todo mundo, cortaram, não fizeram mais casa. (Seu Drummond)

Lá todo mundo tava cego nesse tempo, lá não teve sabido, oh, hoje o deputado Belém, nesse tempo ele morava lá, andou na mesma cangalha. Que depois foi que ele se candidatou a vereador, de vereador hoje é deputado, mas até ele andou do mesmo jeito [...] Nesse tempo tava todo mundo sem saber de nada, quem era que ao menos sabia que eles eram desse jeito, ninguém sabia, ninguém, nunca teve uma pessoa pra dizer uma instrução, ação nem nada. A gente achava que o que eles dizia era certeza, não era? Porque as casas não era boa, né, mas eles diziam em troca dessas casas aqui, vocês vão receber umas casas que vocês ficam até com vergonha de entrar dentro, né, porque a casa é boa, com água, luz, tudo isso. (Haroldo)

O adiamento do cronograma

Pois é, eu fiquei com medo foi nesse negócio deles dizerem que quem não saísse depois não ia ter nem transporte; e gente que ficou lá na minha casa, um velho que ficou lá, o T., ficou lá na minha casa, teve a indenização, [e ele] morou lá um ano. (Rubem)

[começou a barragem] ah, bom, aí a gente ficou esperando, que a gente ficou o tempo todo lá esperando, não, eles vão mudar, vão mudar, depois passou uns tempos, a barragem já tava bem iniciada aí subiram fazendo o levantamento das casas, casa, lote se tivesse. Fazia aquele levantamento e dava um documento pra gente; [...] porque antes eles diziam que dava lote e casa, depois que dava lote, mas casa mesmo não dava (Seu Drummond).

Eles num falava que ia dar nada não, só fazia indenizar, mesmo. Tava indenizando só. O projeto deles era a pessoa pegar o dinheiro e ir embora, num tinha prometido nada, pela ELETRONORTE não.[...] - Num tinha negócio de dizer: ah, nós vamos indenizar vocês, nós vamos tirar vocês daqui, não... Teve muita gente que foi embora logo, porque não tinha, não teve esperança. (Fonseca, referindo-se a 1982)

A indenização ou a desconfiança na “promessa”

Quando foi feita a vistoria foi 96 mil. Passei 6 meses pra receber - foi 111 mil, em 79. Lá eu tinha, inclusive essa posse que eu tinha era 60 alqueires, [mas] credenciado pelo INCRA era 21 alqueires só. Então tinha dois alqueires de capim, várias covas de banana, tinha 30 e poucos pés de laranja, daquela baiana pêra, pocã, tudo já frutando, na época; cercas de arame, tudo, cercando o pasto. Então a minha indenização foi sobre isso, foi muito baixa; eu já tinha gastado na época uma faixa de 240 mil, naquela terra, inclusive não cheguei a recuperar metade do que eu tinha gastado. [...]. A gente tava reclamando pela importância que eu tava dizendo, cortando muitas partes do trabalho que a gente tinha, [ele] dizia - Não, isso aí tá de fora. Outra, porque a benfeitoria não tava de primeira, ele jogava pra terceira. Se existisse, numa hipótese, 100 pés de banana, cova de banana, eles botavam 70, sempre de menos. (Graciliano)

P - Por que?

R - Inclusive isso, eles faziam por lá. Aqui a gente contava aqui e eles marcavam no papel deles pra lá. Eles marcavam, iam com um papel branco pra lá. Lá eles marcavam todo mundo pra depois eles oficializar no outro documento. Isso o que foi feito no campo. E depois eles já vinham com o valor da benfeitoria. Inclusive, do valor não tinha mudança, disse que era pra negociar. Essa negociação foi que não aconteceu; porque só a proposta, eu mesmo não queria aceitar de maneira alguma. Passou uma porção de mês e nunca aumentou a não ser uma correção que vinha em cima; que inclusive a minha casa urbana da vila eu fui o último a receber o valor dela, porque não aumentava de maneira alguma; só era o valor deles e não tinha negociação. A casa foi 42, mas na época era só 27 mil, na época de 81. Só era 27 mil, quando foi fim de 82 foi 42 mil que eu recebi. Isso eles levaram o cheque lá, inclusive você assinava a folha, você não fica com nenhuma fotocópia, você só faz assinar; nenhum dos comprovantes, eu acho que eu desconheço algum que tenha.[...]. Nós não tinha nenhuma orientação; quando a gente [reclamava]... - não, isso é um órgão federal, é obrigatório ser indenizado por esse valor, porque nunca que paga o valor, porque é desapropriação. Então isso que era a idéia dos técnicos com nós. Então não adiantava a gente querer gritar, se a gente não quisesse receber [dizia] que tinha que arrumar advogado, ir pra Brasília, então a gente achava muito mais difícil. Inclusive quem recebe uma indenização como tem muitos nesse povoado que recebeu 2 mil cruzeiros, tinha condição de construir advogado ou ir a Brasília? Então era melhor que recebesse sem precisar disso. (Graciliano)

Então foi exatamente isso quando dizia assim: ah, não adianta mexer contra um órgão federal porque isso aí tem que construir constrói mesmo e se

vocês num sair daí vocês morrem afogados, isso a pressão era grande.(Paranatinga)

[...] quando a pessoa vinha receber o dinheiro aqui [em Tucuruí] eles diziam: - a indenização é desse tanto...

Era muito pouca a indenização

- Você quer isso?

- Quero.

Se não quiser, ele fechava o processo. - Não quer não?

- Não.

- Então tudo bem.

Meu pai mesmo disse isso pra ele. Quando disseram pra ele que a indenização dele era 69 cruzados, 69 mil cruzeiros naquele tempo, ele disse:

- Eu não posso dar meu lote lá [...] por 69 mil cruzeiros.

Eles falaram:

- Você não quer não?

- Não.

- Tudo bem. Então, acabou-se. Você não vai receber nada.

A história era essa. Agora, quem ia reclamar alguma coisa? Aí recebia.(Quintana)

[...] daí eles prometeram de pagar, aí passou; no dia que eu vim receber o dinheiro da casa, eu recebi uma mixaria mesmo, recebi 20 e poucos cruzados, cruzeiros, naquele tempo.

P - O Senhor recebeu o dinheiro logo após o levantamento?

R - Não, isso demorou, eu recebi em 81; foi feito em 79 e eu recebi em 81, né; aí esse tempo eles empatava a gente de plantar, de trabalhar, só plantar o arroz, outra coisa num era pra plantar, agora que eu nunca levei de plantar o milho, a mandioca, essas coisas, que eu vinha plantando mesmo, né. [...] Eu tinha assim umas 20 e poucas linhas que eu tava trabalhando dentro, né, talvez umas 25 por aí assim, né; 1 alqueire e meio, se passasse era pouco. Eu trabalhava lá; aí no dia que eu vim receber o dinheiro da casa o cara num achou o processo da roça, só achou o processo só da casa. Eu digo não, eu tenho o processo da casa que eu morava lá na rua e tem o processo que foi feito com o mesmo que foi lá da casa, só num foi no mesmo dia, porque eu num tava em casa. Depois eu falei com eles, que era aí do Basevi que andava fazendo. Aí eu cheguei do Maranhão, daí eu fui, eu vim conversar com eles. Daí eles foram mais eu lá e fizeram o processo; no dia que eu vim aí receber o dinheiro da casa não apareceu o outro processo, e caçou, e virou e mexeu... No dia eu já tinha discutido, eu mais um bocado lá dentro do SPI - ainda disse que lá tinha era ladrão. O cara veio me reclamar que eu não podia dizer aquilo. Eu digo: - posso sim senhor, porque eu tenho certeza, só pode ser aqui dentro, porque eu tenho certeza que num veio gente de Marabá, nem de Altamira roubar esse processo daqui de dentro. Quem roubou é quem tá aqui dentro mesmo, agora eu não posso é dizer quem foi, porque eu não vi, e eu tenho vontade de ver quem era ele, se era grande, se era pequeno, se era barbado se era pelado. Se eu visse eu chamava ele de ladrão, por que desde que ele tira uma coisa que não é dele, tá roubando, né? Aí sabe o que o cara disse?- É, então nesse ponto assim, eu ainda ia ajeitar, mas assim você num recebe nada mais; você não vai receber nada. Eu fui e falei pra ele: - bom, eu ainda me conformo porque sei que o Senhor não é o dono da empresa, você é empregado, talvez você ainda seja até pior do que eu, eu posso passar 1 mês ou 2 comendo sem trabalhar,

you às vezes num possa; se você sair do emprego hoje, no dia de amanhã você já tá caçando outro porque senão pode sair até da casa, porque não tem com que pagar aluguel. Eu disse pro cara, já tava mesmo mordido, né, aí fui embora. Isso passou e fiquei falando, isso foi em 81.(Haroldo)

Pra sair das casas acabaram tudinho; mandaram derrubar. A minha pelo menos derrubou com um bocado de coisa dentro. Ainda num tinha nem retirado tudo; porque na época que nós viemos pra cá, logo teve um azar que cortou [alagou] a estrada, por onde nós passava, e a gente ficou um bocado de gente preso pra lá, umas coisas lá. Teve foi gente que perdeu, que deixou bagulho lá e aí derrubaram as casas, disse pro povo não voltar pras casa. Você saía da casa, na hora que você tava acabando de tirar a derradeira coisa, o trator já tava ali pra dentro já. (Seu Drummond, referindo-se a abril de 1984)

A desistência¹⁷⁰

P - *Como era o desistente?*

R - *O desistente era o seguinte: o cara desistia.*

P - *De que?*

R - *Eu já disse pra você. O GETAT oferecia lote no fim do mundo, quem que queria? Aí com o cara ganhava um lote, aí desistia, não queria o lote. Ia lá ela pagava uma mixaria por aquele lote. Você dizia, na casa: - Não, eu desisto de querer a casa, eu quero o dinheiro, aí ele dava o dinheiro. Desistentes eram esses. Só que num era assim não, era aquela maior briga. Porque o cara logo dizia, o cara pai de família, como é que eu vou sair daqui pra esse lote, era o maior dilema... Muitos, bem dizer, com três, quatro, quando não era mais, filhos se aventurando por esse mundo. Por que aí já era um mundo... Você já ouviu falar, né, na CAPEMI... Era homem, trator, caminhão, estrada pra todo lado [...] E aí, pra mim, né, não sei pros outros, não tinha mais jeito. Aquilo ali não tinha mais jeito, ninguém se atinava mais. (Seu Drummond, referindo-se a 1982/1983)*

[...] Um pique que a empresa tinha feito pra demarcar as terras [no Loteamento Moju], só era isso. Entregava pra nós era lá dentro do mato, mostrando os marcos: - olhe, desse marco ali é seu, desse aqui no outro é do fulano, e você pra entrar da beira da estrada pra lá era botar um paneiro nas costas com um rancho e levar lá pra dentro pra começar a fazer serviço. Aí o cara entrava um ano pra fazer serviço, pra você plantar, pra carregar de burro pra fora? Então muitos foram desistindo, vendendo.(Graciliano)

¹⁷⁰ Ver Figura 2.

C - Relatos sobre o deslocamento compulsório

Assim como para o *tempo do levantamento* há temporalidades diversas, para o relato sobre o deslocamento compulsório também o há. Mas, tanto para Breu Branco, realizado em 1984, quanto para o Loteamento Rural Rio Moju, iniciado em 1979, há um recurso argumentativo constante: as perdas. E, conforme poder-se-á observar, não se trata simplesmente de uma desqualificação do presente em relação a um passado idealizado. Trata-se de uma lógica de comparação que, mesmo quando reconhecendo algumas vantagens – como água, luz, a qualidade da casa, etc. – reitera que o que foi perdido não foi ou não poderia ser compensado.

Os relatos estão agrupados por títulos, de acordo com o assunto principal tratado, mas podem ser feitos, em muitos casos, intercambiamentos entre uns e outros. Ao agrupá-los, privilegiei temáticas já assinaladas na literatura, conforme transcritas no Capítulo II. Evidentemente, não se trata de generalizar, mas de evidenciar a constância com que certos temas são abordados, marcados pela especificidade do contexto.

O último dia em Breu Branco

Foi só nós e Seu Haroldo que viemos na mudança, num ficou ninguém mais lá. Uns tava perto de agredir o pessoal, e eu nunca fui muito afobado. O pessoal: - ah, eu quero ir, eu quero ir primeiro, teve gente que quis brigar com o Jerimar [técnico da ELETRONORTE]. Eu nunca fui falar nada, né, ia ficando. Os mais afobados eles vinha trazendo logo e eu ia ficando, ficando. [...]. Quando foi no dia que tava só eu, Seu Haroldo, o M., era só nós três que tava lá; tinha outros lá só mesmo pra fazer mudança de madeira, de telha, e aí mandou me chamar lá no grupo [escola]; eles ficavam no grupo lá, dormiam, até quando acabou de mudar as famílias tudinho. De manhã cedo, ele mandou me chamar:

- Quer ir Fonseca?

- Você aí é que sabe.

- Então vamos ajeitar teus bagulhos, vou mandar o carro agora.

Fui pra casa, arrumei os bagulhos, ele mandou pegar o meu, Seu Haroldo e do menino, o M; que veio tudo num caminhão. Eu vou lhe contar, não tenho vergonha, não; os outros aí têm vergonha, mas era um travo, um travo que subia por aqui [coloca a mão sobre o peito]. Aquela viagem todinha e aquela

dor... Ninguém falava nada não... Chegamos aqui [em Novo Breu Branco¹⁷¹] debaixo de uma chuva, de tarde, a base de umas 5 horas da tarde, chuva, chuva, molhou tudo, dormimos tudo no chão nesse dia. Dormimos... Foi a noite mais comprida... Mais comprida... Quer dizer que teve outras... Mas foi comprida... Eu ficava olhando pra trás... [para o passado]. A mulher: Fonseca, Fonseca..., Num falava... Era só Fonseca... Fonseca...(Fonseca)

O dia que a água do lago atingiu Breu Branco

Quando tava fazendo aquelas montanhas de pedra [desvio do rio], não inundou nada, só foi quando empataram mesmo, quando fecharam. Teve uma vez que eu tava no [Novo] Breu, me lembro, eu digo: - vou lá no Breu, ver como é que tá o Breu. Aí quando, nesse tempo só tinha gente lá pro rumo da FUNAI, que o carro ainda ia. Aí quando eu tava lá, um carro ia subindo: - rapaz, tu tá aqui ainda? Pode cuidar que se tu deixar pra amanhã tu não passa, porque a ponte do Ararã tá pra cobrir! Ai eu me arranquei pro 25 [...] o rio subiu; que o rio foi enchendo daqui pra lá [no sentido inverso]; você vê que a água ia indo daqui pra lá, que quando a água tá descendo não desce aqueles pausão? Pois assim os paus ia indo daqui pra lá; a água ia subindo e levando aqueles paus, a ruma de paus que tinha enganchado por ali, arrancando e ia embora... E destruindo... Destruindo...Você já viu? Num tem quem não se admire daquele negócio: de trás pra frente vem aquele mundão de pau... Eu digo: - é o mesmo que esses paus, esses paus tá passando por riba da gente; quando nunquinha que nós ia imaginar de chegar e tirar aquele povo todo, aquela nação... (Seu Drummond)

O 1º período após o deslocamento

Quando eu fui pra lá [Loteamento Moju], fui direto. Fui pra lá direto. Fui pra lá sem roça, não tinha casa, não tinha nada. Que a casa lá que eles fizeram, as primeiras casas deram pro pessoal [...] deram pr'um bocado. Aqueles primeiros que pegaram os terrenos pegaram as casas e o resto aí foi quando eles não fizeram mais casas, porque disse que não ia mais fazer casa, que tava dando muita despesa, e ficou foi muita gente que só pegou o terreno e o lugar de casa. Fizeram o lugar pra fazer a casa, mas casa não. Nós só foi pra lá foi confioso de pegar o terreno, pensando que prestava. Aí eu fui, cheguei lá num tinha casa, fui lá pra casa de um vizinho, de lá aí eu fui lá ver o terreno.

P – Quem era o vizinho?

R – Era um compadre meu

P – Ele tinha ido antes do senhor?

R – Ele tinha ido, mas ainda não tinha casa também, pegou o terreno assim, aí nós fizemos. Eu fiz a casa; casinha pequena. Isso nós passamos o maior clamor, quando nós chegemos lá. Aí eu fiz a casa com rápido, cobrindo,

¹⁷¹ Utilizo a expressão Novo Breu Branco, para fazer a diferença com a antiga localidade. Devo advertir, porém, que os moradores do (antigo) Breu Branco não aceitaram a denominação Novo Breu Branco, alegando que não se tratava do mesmo lugar, como por exemplo, no argumento a seguir: “Isso não é um Novo Breu como eles [técnicos da ELETRONORTE] tão falando. Isso aqui juntou todo mundo... O Breu, o Breu era lindo demais... aquela areiazinha, branquinha, fininha... [...] Olha o barro que faz aqui; olha teu calçado... (Olga). As outras duas localidades foram denominadas: Novo Repartimento e Nova Ipixuna.

mas num tinha telha pra cobrir direitinho, logo lá num tem palha. Aí eu fiz a casa, passei mais a mulher num pedacinho de casa desse esteio pra lá. Nós quietava ali; quando dava o temporal da chuva, lavava tudo que molhava tudo, cama, com rede, com tudo, os meninos, ficava tudo pendurado lá em cima [na rede]. E assim nós fomos, até quando eu construí a casa, cobri, comprei telha, acabei de cobrir a casa, aí foi, fechei, aí foi quando nós fomos ter mais um descanso. Mas do tempo que nós passamos pra lá, eu vou lhe dizer que clamor foi desse tempo, e num foi só um não, foi quantos. Eu digo mesmo que eu nunca pensei de sofrer um tanto deste jeito. Que nós morava tudo quieto, e sofrer um tanto do jeito que nós sofremos lá... (Paranatinga)

Nós chegemos aqui, eu mesmo cheguei aqui no Breu quase pedindo esmola, porque de lá num trouxe nada, e aqui num tinha. Porque lá pra bem dizer tinha tudo, porque até mandioca ficou, os pessoal deixaram tudo, mandioca, fruta, nem se fala, e aqui nada disso tinha. [...]. Chegou aí, só casas feita aí. Água num tinha, nem pra lavar roupa, o povo ia lavar roupa aqui numa lama, numa ladeira que agora tá cheia de água, porque a represa encheu. Pra beber, uns carros vinha trazer um barro, deixava nos tambor aí, que você bebia, quando era do meio pra frente você ia derramar era só barro no fundo. Passei necessidade aqui nesse lugar quando eu cheguei. (Fonseca)

A comparação

A beleza de Breu Branco – do lugar inundado¹⁷².

No Breu era só areia, no dia que dava uma chuva você podia vestir uma calça branca e ganhar a rua, que num sujava de jeito nenhum! [...] Dia de domingo enchia desse povo de Tucuruí; pra lá tinha uma praia muito bonita, fazia uma praia linda mesmo! (Seu Drummond)

[...] Breu era um lugarzinho muito bom, um lugar bonito assim de campo sadio, areia branca, vilazinha boa, todo mundo ali unido, todo mundo se conhecia e tal, um lugarzinho bom, bom mesmo. (José Lins)¹⁷³

¹⁷² Autores que analisam as respostas culturais às catástrofes naturais, como terremotos e erupções de vulcão, têm chamado a atenção para a particular relação que os grupos demonstram estabelecer com a paisagem e o patrimônio, conduzindo-os a escolher – o que geralmente é qualificado como irracional - permanecer no local e reconstruí-lo, mesmo em situações nas quais são previstas novas ocorrências e em que há um trabalho de convencimento dos poderes públicos. Como observa Signorelli (1992, p. 154), com a catástrofe, verifica-se “le risque culturel le plus radical que les groupes humains puissent rencontrer: il suffit de penser à l’importance de la construction du temps et de l’espace humains sur le processus d’humanisation.” E, se as respostas são culturais, elas têm em comum, todavia, a morte cultural simbolizada pela destruição da paisagem e do patrimônio coletivo (monumentos, casas, edificações).

¹⁷³ Esta exaltação camponesa à beleza e ao clima do Breu encontra-se, também, registrada na literatura. Moura (1910, p. 154-155), no final do século passado, registrou sobre a sua passagem pelo Breu:

Ao redor da casa ha um bello pomar, onde eu e Fiore apreciamos uns figos, que ali são tão grandes como os da Europa, e umas tangerinas e laranjas dulcissimas [...] os cannaviaes extensos, cujas hastes crescem mais grossas que as do Baixo Tocantins, e tem maior porcentagem de saccarina que as da varzea.

Buarque (1923), em sua viagem de 1920, ao passar pela "praia de areias" denominada Breu Branco, observa: "à pouca distancia fica o povoado homonimo que gosa de um clima muito ameno". (apud MAGALHÃES, s/d., n/p).

Abundância e fartura

Porque nós tinha a casa lá, então nós tinha a casa lá, nós tinha tudo, então faz de conta que tá removendo a casa de lá pra cá. Agora só que a casa nossa lá era mais ruim do que essa, mas também em compensação nós lá tinha tudo, nós tinha nosso sítio, fartura pra nós comer, vender. Caça demais, água demais. Aqui a água é pouca. Lá ninguém pagava a água, a água era quase dentro de casa, água boa de poço. Muita castanha, peixe demais, açaí, cupuaçu, bacaba, ave, fruta demais. Lugar daquele, eu já tenho falado, mais nunca eu moro. Aqui, aqui... A Senhora tá vendo... Não tem nada. (Fonseca)

A casa que nós tinha lá, a Senhora precisava ver: só de abacaxi nós tinha 200 pés; 35 pés de laranja; de limão cinco pé, frutando; seis pés de lima; jaca de dar nojo [...], tinha nove, 10 pés, nove frutivo; pupunha, todo ano era aquele mundo, 10 pés; a casa que nós morava era toda coberta de cavaco, que dava inveja; o chão bem batido, que esses meninos se arrastava e num dava nem que ver que era barro; tinha mais: goiaba, uns 10 pés; mamão que a gente num conta porque não é permanente, deu morreu, pra mais de 100 pés de mamão [...]. Tinha 3 casas, a casa que nós morava, a casa do paiol, e outra casa assim que era a casa de forno. Banana eu dava, era 300 covas e 85 pés de café; pra senhora ver era um sítio bem situado mesmo, era lá que nós morava.

P - E o senhor tinha casa no Breu?

R - Tinha, era de cavaco, bem tapadinha. Agora nós num parava no Breu. Lá onde nós morava era que a Senhora. devia ir. Deus te livre, a Senhora. que gosta de jaca... (Paranatinga)

[Aqui] se você vai trabalhar num serviço você tem que fazer rancho pra trabalhar no serviço, hoje em dia tudo é caro; aí tem que comprar o rancho pra trabalhar no serviço. (Machado)

O pessoal não acostuma no Moju não. [...] lá no Moju, que lá nego come arroz branco como quem ta comendo uma coisa boa; é, tou te falando, porque não tem; quer dizer, quem mexe com a roça, quando acaba num dá renda assim pra ele comprar, porque a carne no preço que ta você vai vender um saco de arroz, vai dar de comprar o que? Um saco de arroz de 13 cruzados, carne de primeira de 18.500. E pra lá esse pessoal todo vivia, de comer vivia, vivia até bem... (Graciliano).

Eu, pra mim, nós estava lá, tudo localizado [bem estabelecido] lá tinha gente de 10, 12 anos, 15. Então removeram o pessoal pra botar em outro lugar, desapropriaram o pessoal, ficou os sítios largados, porque aqui nada disso nós tem. Depois que nós chegemos aqui tem muita gente que já plantou manga, já plantou tudo, mas nada disso tá dando ainda. E lá tinha muita fruta, tinha manga, laranja, como depois que todo mundo saiu de lá mesmo eu fui umas duas vezes lá - aqueles sítios de laranja carregado, ainda trouxe laranja pro Breu [Novo Breu]; aqueles sítios medonho de laranja, tanja, lima, manga, açaí, Deus o livre, demais! E aqui nada disso,

num tem nada disso; tem plantado, mas tá tudo pequeno, num tá botando; o Graciliano tem uns pés de manga que já botou esse ano – pouquinho...[...] Bom, tá certo, nós recebemos a casa [mas] não é boa não. É com água, luz e tudo, mas tem é muito que já vendeu a casa, porque não pode pagar, não tem condição, não tem como pagar água, nem a luz, porque uma carestia mais infeliz do mundo. Tem um negócio de um esgoto que é mais caro que a água. A luz, não, até dá para o cara agüentar, mas a água... Teve muita gente que já venderam porque num agüentaram morar dentro, por causa da despesa da água. (Haroldo)

[...] nós tinha a casa lá, então nós tinha a casa lá, nós tinha tudo, então faz de conta que tá removendo a casa de lá pra cá. Agora, só que a casa nossa lá era mais ruim do que essa, mas também em compensação nós lá tinha tudo, nós tinha nosso sítio, fruta pra nós comer, vender. Caça demais, água demais, aqui a água é pouca, lá ninguém pagava a água, a água era quase dentro de casa, água boa de poço. Muita castanha, peixe demais, açaí, cupuaçu, bacaba, ave, fruta demais. Lugar daquele, eu já tenho falado, mais nunca eu moro. Aqui não tem nada.

P - E como eram as terras? Me disseram que as terras do outro lado são melhores...

R – Ave, Maria, muito melhor! Por isso que eu tou falando pra Senhora que é bom demais. Essas terras de lá é bom demais. Agora, as daqui não dão nada.

P – Só as terras do outro lado que prestam?

R – É, pertenceu pro outro lado dessa represa aí, nessas ilhas todas elas é bom de legume, é uma coisa de admirar.(Fonseca)

O empobrecimento¹⁷⁴

Teve um velhinho que mora bem ali, aquele velho se não fosse a barragem, ele hoje era rico. [...] Esse ficou brigando pra ganhar uma casa no Breu, quase que ele não ganha. Aquele velho, naquela época, eu conheci o lugar onde ele morava, num lugar por nome Piranheira: tinha assim uma ressaca grande, ele tinha 6 km de terra quadradinha assim, documentada, com castanhal dentro, umas 70 cabeças de gado, muito animal, muito porco, era bem folgado o velho. Aí eles começaram, viram que o velho era besta: - oh, pode tirar suas coisas se não nós vamos tocar fogo no barracão! Aí ele, com medo, agarrou vendeu o gado, deu, quase tudo dado, tirou os animal todinho, veio embora. Deram um lote pra ele acolá [no Loteamento Moju] que não presta nem pra criar preá Ele agora trabalhou, trabalhou, trabalhou, perdeu todo esse dinheiro, agora ele agarrou, vendeu, quase deu o lote [Moju]: - num vou querer aquilo não, que eu vou morrer e não tenho nada. Ele acabou tudo que tinha e só com o lote não dá mais. Eles amedrontavam o cara, e o cara besta saia: - não, vai tocar fogo mesmo! (Seu Drummond)

¹⁷⁴ A maioria dos trabalhos, no Brasil, sobre deslocamento compulsório refere-se ao empobrecimento que se segue à transferência, seja provocado pelas baixas indenizações, seja como resultado do alto investimento financeiro e em força de trabalho necessários para a retomada do processo produtivo. Em Tucuruí, há um provérbio que bem explicita esta situação: *quem muda, murcha!* Para uma análise do empobrecimento que se seguiu à transferência para o Loteamento Rural Rio Moju, ver Magalhães (1996).

[os comerciantes] *do mesmo jeitinho, via os outros sair, saía também. Essa Clarice é uma. No Breu, ela tinha uma casa de comércio boa, que o marido dela deixou. Naquela época ela tinha mercadoria pra encher uma casa dessa. Veio sem casa, sem nada. Encheu tudinho [na minha casa], só tinha um lugarzinho assim, que eu atava minha rede aí, e tudo era cheio de mercadoria dela. Aqui na minha casa, deu pra sustentar até ela fazer uma casa de comércio pra lá, porque não tinha onde botar mercadoria... Hoje tá aí, você viu. Eu digo: pro bem não foi...* (Seu Drummond)

As relações cotidianas e de proximidade¹⁷⁵

Ele [o técnico da ELETRONORTE] disse que era o jeito, que nós ia sair, ia se debandar tudo; porque bota um no canto, outro pra outro, que isso foi uma esparramação de gente. Só assim dentro de Tucuruí que a gente se junta mais pra ver um conhecido. Que às vezes morava de vizinho com a gente e agora tá morando 50, 60 léguas, 80. (Rubem)

O povo já perdeu, o sofrimento foi tanto, que o povo praticamente perdeu o amor, fica que nem... Você, hoje você convida aí pra uma festa, uma reunião... Ninguém...(Graciliano)

Lá na área, tinha o centro que ficava distante 2 km, lá a gente fazia o paiol lá mesmo, lá na roça, perto da barraca. [...] Lá era assim: a gente tirava [castanha] no centro, tinha muitos centros assim ao redor, aqui, acolá um centro, tinha a barraca, aí a pessoa enfiava pra lá ficava a semana inteira pra lá tirando [castanha]. A barraca toda aberta, só coberta, não sabe, só fazia passar de tarde pendurava um paneiro velho deixava lá e peitava pra casa [...] Num carregava nem um cartucho. Agora aqui não pode deixar nada, até as panelas carregam. Lá o pessoal era assim, tipo parente, assim conhecido, gente amiga assim. (Machado)

P- *Como era parente de fogueira?*

R - *Solta fogo em volta da fogueira e aí diz aquele verso [...] aí faz mãe, prima, comadre, afilhada...*

P- *Soltava fogo só com quem morava no Breu?*

- *Não, era com todo morador: do Breu, aqueles lá do 50, 51, do centro. Era, porque no dia do festejo vinha todo mundo. Não ficava quem num viesse. E quando era dia de mordomo¹⁷⁶, morador assim de perto que não era do Breu, vixe, Deus te livre... Era gente demais, gente daqueles canto todo.* (Olga)

¹⁷⁵ Em alguns estudos sobre migração encontram-se referências ao sofrimento social e ao sentimento de nostalgia produzido pelo afastamento do lugar de origem. Ver por exemplo Sayad (1999) e Breviglieri (2001). Este, a partir do estudo sobre crianças magrebina na França, destaca como a dimensão do habitar prolonga-se na memória e inscreve-se nos comportamentos. Sobre os limites das teorias da migração para a análise dos diversos tipos de mobilidade, hoje, ver Rea e Tripier (2003).

¹⁷⁶ *Mordomo* é um termo que designa as pessoas encarregadas de promover a novena que antecede o festejo do padroeiro. Para cada uma das noites da novena eram escolhidos os *moradores*, que se responsabilizavam por ornamentar a Igreja, comprar velas, rojões, etc. Ao que tudo indica, os *mordomos* eram os *moradores* mais antigos e/ou que dispunham de condições para fazer face a estas despesas.

Os festejos do padroeiro em Breu Branco

Os festejos de S. Sebastião, aqui ainda é S. Sebastião o padroeiro. Capinal era Nossa Senhora de Nazaré.[...]. Do Capinal que a gente não perdia; Remansão ia algumas, não era todas; de Capinal ninguém perdia. Quando tava no festejo de janeiro esse povo do 25 vinha tudinho, vinha do Remansão, vinha do Pucuruí. Agora quando tinha qualquer um festejinho, qualquer uma coisa, a gente também ia. No Remansão a gente ia, mas não ia muito porque era mais longe. No 25, no Capinal, ia todo mundo. [No Breu] era 10 dias de festa. Agora ninguém levanta mais nada, naquele tempo levantava o mastro, aí começava a festa, no outro dia... Todo dia que tinha..., era 10 dias de reza, 10 dias de festa no Breu Velho. Lá era só homem, tinha as noitadas tudinho, cada um tinha a sua noite. E a noite já era com compromisso, o cabra fazia a noite dele e tinha que fazer a festa. Naquela festa, no dia da reza do padre, tinha o leilão, daquela renda só tirava pra pagar o músico e o resto era pra Igreja.

P - *Fazia primeiro a reza...*

R - *Era, depois a festa. A festa era num barracão que tinha, como tem agora, que aquele barracão ali tá representando o de lá. Agora o de lá era pequeno, não é como esse daqui não.*

P - *Fizeram festejo esse ano aqui no Breu?*

R - *Fizeram. Foi boa, mas não é como no Breu Velho não. Naquela época no Breu toda noite quando começava a festa, toda noite quando chegava na igreja, tinha menos gente e a igreja estava cheia de gente. E aqui tem esse tanto de gente e você vai na Igreja, pelo menos você vai num culto aí dia de domingo, você confere as pessoas que tem. O povo num gosta mais de reza aqui não.*

P - *E aqui também fizeram as 10 noites?*

R - *Fizeram, agora aqui eles num botam quase, aqui num é noitada como eles chamavam naquele tempo. Lá era noitada, aqui não. Aqui eles adotam por quadra. Essa quadra aqui foi uma noite, agora eles botam uma pessoa, só um responsável, aí os outros ajudam, dão foguete, dão vela, dão isso, dão aquilo, aí vai pra outra quadra e assim vai.*

P - *Como era a noitada no Breu?*

R - *Lá era pessoa, cada um tinha sua noite. Juntava 2,3 fazia uma noite. Tinha deles que fazia só um, mas aqui não, aqui é quadra. Lá quando chega no festejo do mês de maio não tem homem é só mulher.*

P - *Ah, tinha dois festejos: o de janeiro dos homens e o de maio das mulheres...*

R - *Era, só as mulheres que são as noitadas. É o mês de maio todo, que chama o mês mariano.*

P - *Tinha outras festas?*

R - *S. João... Só uma noitinha, fazia aquele arraialzinho, não era assim uma festa de festejar nove noites. Os festejos de lá era melhor do que o daqui, porque o daqui agora...; lá era pequeno, mas era tão animado essa festa naquela época. Eu me lembro bem teve um ano que começou no dia 10, essa festa virou até o dia 30 de janeiro; terminou os festejos, eles ficaram, apareceu lá um tocador um Senhor por nome de Zé Maria, tocava bem sanfona, festa toda noite, até o fim do mês.*

P - *E onde fazia a festa?*

R - *Esse mesmo rapaz que tem aí, que era feitor da Estrada de Ferro Tocantins, ele tinha um barracão que fazia festa, ele dava pro povo fazer.*

Lá enchia; não é como aqui agora que a Igreja tá bem aí, mas não ajunta ninguém.

P - *Quem eram os donos de noite?*

R - *Era muita gente; esse povo de lá mesmo, cada um tinha uma noite: fulano de tal; às vezes juntava de dois, um que morava na rua, o outro morava no mato, mas mais era os da rua mesmo.*

P - *O Senhor era dono de noite...*

R - *Eu tinha noite lá também. Esse povo quase todo que morava lá tinha noite. Essa Clarice... Era noitada, essa Olga... Essas [no] mês de maio.*

P - *E o dono da noite fazia o quê?*

R - *O dono da noite constantemente fazia uma festa; fazia um leilãozinho e partia pra festa; ali o pau quebrava até o dia amanhecer [ri]. A noite dele, a noitada, as velas era por conta dele, foguete.*

Na casa desse velho ali que o povo fez ele vender o gado, esse tinha um festejo muito grande, lá na casa dele. Festejava São Pedro; na última noite, lá tinha canoa lá que a gente não podia nem encostar [ficava do outro lado do rio]; ele matava gado, matava uma vaca, matava um porco... Ih! De comer lá você chegava lá, só era mesmo pra dançar porque a despesa ele dava tudinho; ainda tinha um sítio de laranja, que ele tinha muito grande o sítio, deixava aqueles pés de laranja assim ao redor do barracão, que aquilo era pro povo chupar dia de festa assim. (Seu Drummond)

D) Os relatos na arena pública – os Fóruns de lamento

Conforme mencionei no item denominado Aspectos Metodológicos, ao longo da pesquisa participei de diversos eventos públicos, protagonizados pelos camponeses de Tucuruí. Estes eventos são analisados como o lugar, por um lado, de justificação, no sentido proposto por Boltanski (*op.cit.*), do sofrimento social. E, por outro, como o lugar de produzir verdades e demandar justiça ou reparações, tal como proposto por Cefai e Pasquier (*op.cit.*).

Os relatos precedentes foram agrupados no sentido, também, de evidenciar como, por vezes, parece que as falas são de um mesmo ator. É em sentido similar que se verifica a repetição nos fóruns públicos (assembléias, reuniões, encontros). Estes podem ser denominados “fóruns de lamento”, porque são, concomitantemente, lugar da reivindicação

política e espaços de encontro com a própria história e, por conseqüência, espaços de recordação e enunciação de todas as perdas¹⁷⁷.

Para estes Encontros as pessoas se deslocam dos mais variados lugares onde residem atualmente, por vezes em grupo, por vezes solitárias, quase como se estivessem a cumprir um ritual de peregrinação, cíclico, imprescindível de ser realizado.

Há uma particularidade nesses eventos que proponho seja vista como reveladora da dimensão do sofrimento social, como narrado na arena pública. Para isso, utilizar-me-ei da etnografia para analisar dois exemplos paradigmáticos: o Encontro Tucuruí, realizado em 1984; e um Seminário realizado em 2003, isto é, dezenove anos após o enchimento do lago, logo após a posse do Presidente Lula, naquela mudança de conjuntura mencionada no Capítulo I.

Para realizar a etnografia destes eventos, inspiro-me em PEIRANO (2002 e 2000) que propõe a análise de fatos políticos como rituais. A rigor, os estudos de rituais marcam a constituição da própria antropologia. Seja pela curiosidade inerente ao insólito acontecimento culturalmente diverso, seja pela excepcionalidade social e sociológica facultada pelo conjunto de símbolos que exhibe, o ritual, desde Durkheim, tem sido tomado como ângulo ou esfera privilegiada para análise. Peirano (2002, p. 8) observa como, desde Mauss, “a **surpresa** com que o antropólogo se depara com novos dados de pesquisa que são revelados, geralmente, nos tipos de eventos de que participa ou que reconhece como significativos para aquele que observa”, fundamenta o diálogo entre teoria e etnografia. Trata-se, portanto, de ver os eventos como rituais, isto é, de demarcá-los etnograficamente, sem apriorismos: “ao pesquisador cabe

¹⁷⁷ Pode-se observar que a precisão dos camponeses em relação ao que perderam deve-se, em parte, à circunstância do deslocamento compulsório. Autores que tiveram experiência de pesquisa em circunstância similar relatam como os camponeses são precisos ao enumerar as suas "perdas". Todavia, o excesso de detalhes guardados na memória e a preservação mesma destas lembranças só podem ser pensados a partir da importância social que eles assumem no contexto posterior à transferência compulsória.

apenas a sensibilidade de detectar o que são, e quais são, os eventos especiais para os nativos (sejam ‘nativos’ políticos, o cidadão comum, até cientistas sociais)” (ibid., p. 9).

A minha atenção dirige-se, pois, para a análise daqueles dois eventos.

O ENCONTRO TUCURUÍ

Realizado nos dias 30, 31 de outubro e 01 de novembro de 1984, o Encontro Tucuruí inscreve-se num conjunto de manifestações públicas iniciadas em 1982 e, como anteriormente mencionado, contava com a participação/promoção de atores externos, com o expreso propósito de chamar a atenção da sociedade de Tucuruí e de Belém e de segmentos da sociedade nacional não só para a questão do deslocamento compulsório, mas também para a questão indígena e para o autoritarismo que caracterizava toda a atuação da empresa, especialmente numa conjuntura de ditadura militar. Conforme mencionado no item “Aspectos Metodológicos”, este Encontro contou, oficialmente, com a “promoção” da Ordem dos Advogados do Brasil [OAB]-Seção Pará, da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos [SDDH/Pará] e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura [CONTAG]. Foram convidados para fazer exposições, representantes de instituições de pesquisa - Museu Paraense Emílio Göeldi e Universidade Federal do Pará; representantes do governo federal em diversas instâncias afetas à questão – Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e Superintendência de Combate à Malária (SUCAM); representantes de diversos órgãos do governo estadual – Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Estado do Pará (IDESP), Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Secretaria de Planejamento do Estado do Pará (SEPLAN), além de representantes municipais, como o prefeito de Tucuruí, vereadores. E, representantes da ELETRONORTE – de Tucuruí e de Brasília. ELETRONORTE, GETAT, ITERPA e o Prefeito de Tucuruí não compareceram.

momento, transcorreram aproximadamente 2 horas de sucessivos depoimentos, somente interrompidos – com um certo esforço – pela apresentadora. Espontaneamente, formou-se uma fila – que eu não conseguia ver o final e cujas pessoas (ainda) não conseguia identificar. Com um velho microfone na mão, um a um ou uma a uma, começava a desfilar as perdas: eu, fulano de tal, não recebi casa; não recebi isso ou aquilo; me prometeram... ; etc. Cada depoimento era escutado no mais absoluto silêncio. Encerrado o Encontro, iniciou-se uma passeata pela principal rua da cidade, retornando até a entrada do Acampamento da ELETRONORTE, que dava acesso ao SPI. Cerca de duas mil pessoas – crianças, homens, mulheres, jovens e velhos – em absoluto silêncio.

Naquele momento, surpreendeu-me o silêncio e aquela aparentemente infinda repetição de depoimentos. A partir de então, comecei a observar que em todos os Encontros, às vezes interrompendo a programação ou alguma fala, mas em geral no final, começava a fila de depoimentos, ouvida atentamente pelos demais. Eram pronunciados em voz relativamente baixa e sem pausa.

Muito tempo depois, ao final de um Encontro realizado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tucuruí, com o apoio da Igreja Luterana de Belém, em 14 de março de 1997 – em comemoração ao Dia Nacional de Atingidos por Barragens - comentei com Graciliano:

P – Por que em todo Encontro as pessoas ainda falam das mesmas coisas, das casas, do tempo proibido de plantar?

R – Isso aí num se resolve nunca. Fica aquilo dentro da gente. É como a leisho... [leishmaniose] cava um buraco, que quando a gente dá fé num cura... Volta aquela pelesinha, mas é só por cima... O buraco tá feito.

O ENCONTRO de 2003

Diferentemente dos Encontros acima mencionados, este Encontro, realizado de 10 a 12 de abril de 2003, conforme mencionado no Capítulo I, foi promovido pela ELETRONORTE, em conjunto com o Museu Paraense Emílio Göeldi e o Centro Universitário do Pará – CESUPA. Intitulado “Os movimentos populares, as instituições de ensino e pesquisa e o desenvolvimento regional na área de Tucuruí”, reuniu parlamentares estaduais e federais, prefeitos, pesquisadores de Instituições do Pará e de outros Estados, dirigentes do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens, além de dirigentes da ELETROBRÁS e ELETRONORTE.

Na mesa realizada no dia 11 de abril de 2003, intitulada “Tucuruí 20 Anos Depois: Lições, Reparações e Compensações Financeiras”, da qual participei, estavam presentes: a atual governadora do Estado do Pará; o prefeito de Tucuruí; dois deputados federais, sendo um do PT e outro do PMDB; um representante do Conselho Nacional de Seringueiros; e um diretor da ELETRONORTE. Realizado no Cine Roxy, no interior do Acampamento da ELETRONORTE, contava com um público majoritariamente composto de estudantes e militantes; sindicalistas; alguns funcionários da ELETRONORTE e de prefeituras dos “municípios atingidos” - cerca de 250 a 300 pessoas. Como usual nestes encontros, terminada a fala dos componentes da mesa, franqueou-se a palavra à platéia. Após a 3ª manifestação da platéia (um prefeito, um deputado estadual de Altamira, um militante) alguém pediu a palavra, sem microfone: *Sou M. de tal. Estou aqui para dizer a todos vocês que até hoje a ELETRONORTE não resolveu a nossa questão [...] o pessoal da segunda etapa passa por tudo que nós já passou e a ELETRONORTE não resolve... etc.* Um burburinho tomou conta do auditório, não se conseguia ouvir... De repente, alguém pega o microfone e diz, mais ou menos assim: *e nós estamos aqui pra dizer a toda Nação o que fizeram com nós.*

Pra começar, a ELETRONORTE é cheia de promessa. Porque quando foi pra começar com essa barragem... etc. O desconforto era evidente, na mesa e na platéia. Alguém da Comissão Organizadora tentou interromper, de outro microfone, alegando que já era tarde e que ali não era a hora para resolver estes problemas, que agora era uma nova ELETRONORTE, etc. etc. Mal terminara a frase, estava uma fila de seis pessoas esperando para falar, entre elas João Ubaldo e Olga. Não permitiram as falas.

Naquele momento, para mim, era como se recomeçassem a desfiar o rosário de perdas, que tenho ouvido ao longo do tempo de pesquisa e que tentei condensar nas páginas precedentes. Terminada a sessão, saí da mesa e fui cumprimentá-los. Disse-me Olga, mais ou menos assim: *se eles estão pensando que nós vamos esquecer o que eles fez com a gente, estão muito enganados. Isso não se faz com o povo... A vida inteira eles nos deve. Tantos dos que já morreram sem ver a vida de novo...* E começa a contar-me sobre a morte de Seu Drummond - seu vizinho desde o deslocamento compulsório - ocorrida alguns meses antes; e a do seu filho, assassinado por um trabalhador de uma madeireira instalada em Breu Branco. E diz: *era isso que eu queria contar pra eles.*

Surpreendeu-me o fato de ver Olga, ali, naquela fila. Nunca a tinha visto falar ou manifestar o desejo de falar em público, em tantas outras ocasiões em que isso foi possível. Percebi, depois, que no limite da dor, era através do sofrimento vivido coletivamente que ela tentava encontrar resposta para aquela dor individual. Avancei, então, na hipótese de que aqueles eventos e aquelas falas intermináveis e repetitivas (para o observador) eram uma forma de ritualizar a dor, que não tem espaço para manifestação na arena pública, salvo através da narrativa (monótona) sobre casas, paióis, castanhas, fruteiras, porcos e galinhas, ou das *promessas não cumpridas*, que tanto incomodava aquele auditório do dia 11 de abril de 2003.

III.3 – A dor na arena pública

De acordo com o exposto, nos relatos sobre o deslocamento compulsório vivido, há um traço recorrente: o lamento e a repetição daquilo que foi perdido. A composição das perdas varia, conforme mostrado nos depoimentos, de acordo com os contextos espaciais, sociais e políticos, mas conserva sempre o mesmo substrato. Um substrato que se apresenta vinculado ao passado e que é reatualizado nos eventos públicos.

Deste ponto de vista, esta ritualização da dor sugere ao mesmo tempo uma reatualização e uma reificação, à medida que congela a retórica, independentemente das transformações e dos contextos nos quais ela é produzida. Apontando, pode-se pensar, para a irreversibilidade da situação que a promoveu.

Esta ritualização também poderia ser pensada como um momento de catarse coletiva, na qual o grupo se permite a oportunidade de discutir e sobrelevar a experiência traumática, tal como observara Elias (1997), em sentido contrário, para o tabu dos alemães em lidar com o nacional-socialismo e suas raízes. Diz este autor:

As pessoas têm, hoje em dia, uma compreensão maior do que antes de que uma violenta experiência traumática na vida de um indivíduo causa graves danos, se não for alçada ao nível da consciência através de sua verbalização e discussão, dando assim uma chance ao processo de cura. Estou convencido há muito tempo de que também nas vidas de nações e, de fato, de muitos outros agrupamentos sociais existem experiências traumáticas coletivas que penetram muito fundo na economia psíquica dos membros dessas nações e causam aí grave dano – dano, sobretudo, ao comportamento na vida social da comunidade – se lhes for negada a possibilidade de uma eliminação catártica e o alívio e libertação que lhe estão associadas (ELIAS, N., 1997, p. 380).

No caso de Tucuruí, o que se observa são mais de vinte anos de produção de eventos públicos que mobilizam grande número de pessoas, cujo objetivo mais evidente é

demandar. Uma demanda incessante que “não tem fim” e que repousa em duas categorias locais básicas – *promessa* e *direitos*. Fundamentalmente, a *promessa* de desenvolvimento que não foi cumprida e a reclamação de *direitos* que não foram respeitados.

A forma de entrar na arena pública é, pois, demandar, reivindicar. Logo, parece ser difícil parar estas demandas, hoje já apropriadas por uma nova geração, e por outros atores e interesses, conforme veremos a seguir.

A rigor, as demandas contínuas e incessantes caracterizam as situações pós-deslocamento compulsório, como pode ser observado em outros casos no Brasil, dentre os quais, além de Tucuruí, é exemplar o caso de Itaparica, no rio São Francisco.

O lamento, pelo exposto, é uma volta ao passado, ao conteúdo de irreversibilidade inerente a este tipo de processo de deslocamento compulsório, mas, aponta, sobretudo, para o fato de que as rupturas são também formas de reapropriação das representações que estes camponeses têm sobre suas próprias vidas. Desta perspectiva, trata-se de um contexto, ou melhor, de um processo em que aspectos constitutivos do modo de vida passado, até então naturalizados, são transformados em *direitos* e emergem na arena pública.

III.3.1 – A previsão e a avaliação no contexto do deslocamento compulsório

Na bibliografia, há afirmações de que diversos grupos sociais deslocados compulsoriamente não acreditam previamente na possibilidade de inundação, especialmente, porque não dispõem de parâmetros sócio-culturais para prevê-la. Esta situação, que está documentada na literatura sobre Sobradinho, por exemplo, não verifiquei em Tucuruí. Em Tucuruí, havia, sobretudo, conforme vimos, uma expectativa de que o desenvolvimento,

enfim, iria chegar, sendo a questão da inundação, quando mencionada nos relatos, colocada em segundo plano.

Algumas condições sociais justificavam esta crença, sendo as mais importantes: o passado histórico de migração, sempre em busca de *melhoria*; a expectativa de regularização fundiária e de colonização desencadeada poucos anos antes, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); a expectativa de que se constituísse uma rede de mercado, não restrita à sazonalidade do extrativismo da castanha; e, de certo modo, o temor de que o isolamento da área mantivesse os enfrentamentos com os índios, àquela época não freqüentes, mas guardados na memória. E, especialmente, não “estavam acostumados” com a retórica e a prática de “estranhos”, de acordo com o que se lê abaixo:

A gente acreditava porque a gente não tava acostumado a mexer assim com ninguém assim estranho. Só o povo da região. Quando uma pessoa dizia uma coisa era certo. Não dava pra perceber que viesse algum pra querer tapear a gente. A gente tava acreditando, pensando que aquilo era verdade, né, porque o sujeito chega: você vai ter um terreno na beira da estrada que não vai faltar transporte hora nenhuma, e que vai receber uma casa, poço... Aí a gente tá pensando que é certo. (Machado)

O que se revelaria, mais tarde, é que, por um lado, estas condições preexistentes não eram suficientes para lhes garantir previsibilidade. E, por outro, havia um conteúdo de irreversibilidade no novo sentido da transformação que se verificava naquele contexto, que não lhes permitia acionar as tradicionais práticas do *passoio* e da *aventura*, que caracterizavam a ocupação e o uso da terra no passado.

A rigor, a construção social da *terra livre* é uma construção *a posteriori* e não correspondia a uma ignorância sobre a propriedade privada da terra. Vê-se, nas entrevistas, por exemplo, referências às trajetórias individuais que indicam um pleno conhecimento sobre as regras de apropriação - "*quando eu vim do Maranhão, pra lá a terra já era toda de dono*", por exemplo. Ademais, a própria área da Estrada de Ferro Tocantins, como vimos, é descrita como contendo "*castanhal de dono*", "*terra dos índios*", terra da Estrada de Ferro, etc.

Seu Drummond identifica o surgimento de “donos de terra” já no final dos anos

50. Até então,

[...] nem tinha quase proprietário de terra, né. A terra era toda do Estado. Qualquer canto que você queria trabalhar você trabalhava [...] Depois que foi surgindo, depois arrendando, fazia aquele arrendamento [de castanhal]. Vou arrendar aqui 6 km... Ia fazer uma petição, ia lá pro governo do Estado eles passavam, eles trabalhavam naquela área dois, três, quatro anos aí ele... Tirava o documento. Como dono. Foi assim. Assim foi que foi surgindo. Mas antes, quando eu cheguei não tinha um, um dono de terra. Eu cansei de dizer... Porque quando eu vim do Maranhão, pra lá a terra já era toda de dono, né. Eu cheguei aqui, eu digo:

- Rapaz, aqui é uma beleza, é só na lei do aqui é nosso. Você bota uma roça, e diz: não, aqui é nosso.

Ia tirar castanha, tava tirando, até nego chegava:

- Não, aqui não tem jeito não, aqui é nosso.

Isso um dia vai acabar aqui, esse negócio de aqui é nosso... E já acabou.

[...] Às vezes tava brocando num lugar, outro chegava ia botar roça bem aqui. Às vezes o dali dizia:

- Mas rapaz, você veio botar bem aqui?

- Meu amigo, aqui é nosso.

No final dos anos 1960, começaram a chegar os compradores de *direitos*, identificados como goianos e mineiros, que compravam as ocupações mais antigas e, em geral, mais bem localizadas. A venda de *direitos* é reportada como um ato imprevidente, seja porque os vendedores se deixavam enganar pela quantia em dinheiro seja porque não reconheciam que esta era uma estratégia de ocupação destes novos atores.

Esta imprevidência é relatada por Seu Drummond e Graciliano, respectivamente:

[...] Ele [o colono] tinha pelo menos uma barraquinha dentro de uma roça dele. O cara chegava: - Eu te dou 500 cruzados [...] nessa, nessa capoeira aqui, quer?

O cara dizia:

- Mas, rapaz, é um dinheirão, eu vou é vender; vou fazer outra lá na frente pra mim.

Vendia aquela, ele tomava conta daquela e tomava logo aquele pedaço pra acolá todinho, botava aquela invernada.

Quando dava de fé, cadê o dinheiro? Acabou! Pensava assim: é um dinheirão. Que dinheirão... Num dava pro cara chegar o inverno. (Seu Drummond)

Já estava lá também ficando difícil, as grilagens. Vamos supor, você estava dentro dessa terra aqui há 10 anos, mas não tinha título, já vinha um fazendeiro lá e já cortava e deixava o cara lá dentro também, já tava ficando difícil a situação. (Graciliano)

Assim, os camponeses já experimentavam insegurança em relação a suas ocupações, e, nos anos 1970, muitos deles, especialmente aqueles que criavam gado, já haviam tomado medidas junto ao INCRA para regularizá-las.

Quando o INCRA iniciou o Programa de Regularização Fundiária¹⁷⁹, ao qual seguir-se-ia imediatamente a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, já havia, portanto, um quadro de redefinição da estrutura fundiária. Verificava-se uma situação de concentração, tanto em razão do estabelecimento de fazendas pelos chamados *compradores de direitos*, e, ou, pelos grileiros, quanto em razão da concentração da propriedade dos castanhais (MAGALHÃES, 1989). Diante deste quadro, os camponeses que se autotransformam como *dedicados à agricultura*¹⁸⁰ – isto é, aqueles economicamente mais bem sucedidos - constroem toda uma expectativa em relação à regularização e à aquisição do título de propriedade.

Aí foi quando chegou o Projeto Fundiário. A gente entrou com o requerimento, sabe, começou por aí. Foi aquele assentamento, né. Aí nessa época o INCRA, né, o projeto fundiário ficou bem perto, ficou em Itupiranga na agrovila. Aí quando, foi quando a gente achou que podia documentar as terras, procurar os direitos. Já tava bem perto, porque naquele tempo era difícil, era em Belém. (Bandeira)¹⁸¹

De acordo com Pedro,

A gente tinha o documento da Estrada de Ferro, e a situação não era resolvida [...]. Depois o INCRA ia tirar o documento [...] O INCRA não fez nada, aí cada quem fazia a divisa. A divisa era as pessoas que fazia [...] Lá tava muito ruim, aí já era assim: ia tirar a divisa, se era na boa, era na boa, senão dava umas confusãozinha.

A terra primeiro não tinha dono, a gente entrou pra lá era terra devoluta, logo no início; aí depois veio aquele, o IBRA, aí entregou pra um irmão meu que era mais velho, num sabe, aí depois eu casei, dei sorte, ele ficou com a parte dos fundos e eu com a parte da beira, aí foi quando a estrada de ferro acabou aí o diretor entregou um documentozinho dando direito aos

¹⁷⁹ O INCRA foi criado em julho de 1970 (Decreto nº 1.110) mas, pelos relatos camponeses, a sua atuação efetiva começa por volta de 1972.

¹⁸⁰ Sobre a hierarquia entre estes camponeses, ver Magalhães (1996, p. 697-746), onde estão expostos dados trabalhados neste item.

¹⁸¹ Bandeira refere-se ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, criado em maio de 1969 (Lei nº 582), que precedeu o INCRA, cuja sede era em Belém.

posseiros, a pessoa que tava de posse da área lá da beira da estrada tinha direito, me deram meio km. de frente com 3 mil metros de fundo.

P - Quantos alqueires?

R - Eu nem sei quantos alqueires dava... Eu sei que depois a gente tirou um documento pelo INCRA, 21 alqueire, aí o INCRA limitou 21 alqueires. Eu sei que era 10 de frente...

P - O Senhor chegou a receber o título?

R - Era o título de ocupação; eles não entregaram o título definitivo mais não; era só de ocupação; eu ainda tenho esse título, ta aí só o bagaço. (Machado)

Evidencia-se esta preocupação dos camponeses com o processo de regularização fundiária, e com essa expectativa de que a situação de sua terra apossada fosse regularizada, também, através do uso que eles fazem da palavra *lote*, quando se referem ao período pré-deslocamento compulsório. Esta era de uso bastante recente¹⁸², podendo-se perceber nas entrevistas, por vezes, um certo intercâmbio entre *lote* e *centro* ou *lote* e *terra*. Pode-se depreender que a ênfase dada ao uso da palavra *lote* advém, por um lado, do Programa de Regularização Fundiária iniciado pelo INCRA, em torno do qual havia uma expectativa de que as terras fossem regularizadas; e, por outro, em função mesma do deslocamento compulsório provocado pela ELETRONORTE.

De acordo com o que vimos, só eram reconhecidas pela empresa como "ocupações rurais" aquelas localizadas em terras devolutas arrecadadas para fins de regularização; e, era através da palavra "lote" que o INCRA se referia ao módulo rural de 100 ha previsto no Estatuto da Terra para esta região. Assim como designava "colonos" àqueles integrantes do seu Programa. *Lote* era o termo utilizado pela ELETRONORTE para designar a terra que seria "concedida" no Loteamento Rural Rio Moju.

¹⁸² *Bom, começou o negócio de colono com a chegada do INCRA, começou a fazer o loteamento do INCRA, aí começou a dizer: oh, o INCRA começou a dar lote pros colonos, aí começou o linguajar.*

P - E vocês que não estavam no INCRA como se chamavam, como eram chamados?

R - Aí passou todo mundo a ser colono, sendo da roça era colono.

P - E antes do INCRA como é que chamava?

R - Agricultor, lavrador... dentro da roça era qualquer nome mesmo, sabe, agricultor, lavrador. (Machado)

É possível indicar que, naquele contexto, a palavra *lote* indicava muito mais uma situação virtual do que passada. Isto é, quem tinha a *terra* esperava ter a sua situação regulamentada pelo INCRA. Esta expectativa ou esta suposta virtualidade traduzindo-se no uso daquela palavra para designar a sua ocupação. Vários indícios desta situação podem ser depreendidos da própria condição destes entrevistados citados ao longo do texto. Praticamente, nenhum deles tinha o título que conferia a propriedade do *lote*. Mas, todos afirmavam ter *lote* e, quando indagados sobre esta questão, respondiam como a seguir, onde se percebe um intercambiamento entre "área velha - lote" e "terra - lote", isto é, o uso sinonímico entre palavras que se referiam a uma situação passada e palavras que apontavam para uma situação prevista para um futuro supostamente próximo¹⁸³.

Paiva - *Na área velha que nós tinha era dois lotes: um meu e outro de meu avô [...] Nós não tinha documento, eu não cheguei a receber o documento, porque quando eu ia receber, peguei a embargação lá; aí, ainda peguei no L.O [Licença de Ocupação].*

Nava - *Eu tinha a minha terra, o meu lote, sim. O INCRA fez um cadastramento lá, disse que pra vim um título pra mim. Mas, com dois anos depois já aparece um pessoal da BASEVI... [empresa contratada pela ELETRONORTE para fazer o levantamento das benfeitorias a serem indenizadas].*

Desta perspectiva, *lote* sinaliza também uma época que anunciava intensas transformações no modo como estes camponeses se relacionavam com a *terra*, ao entrar em cena outros atores - o INCRA e os *compradores de direitos* - cujas ações, regularizar, comprar ou grilar terras, respectivamente, imprimiam o sentido da insegurança acima aludido. Poder-se-ia dizer, por outro lado, que havia um modelo – o modelo de colonização do INCRA – informando as suas expectativas.

¹⁸³ ESTERCI (1985, p. 138, *apud* MAGALHÃES, 1996), ao analisar um grupo camponês de "área de expansão" em conflito com novos agentes sociais, no caso os "donos de terra", mostra como os moradores assimilam "as categorias recém-introduzidas aos critérios de legitimidade da ordem anterior, visando, desta forma, a garantia dos seus direitos sobre o espaço de morada e de trabalho".

É, pois, a partir deste conhecimento prévio sobre as regras de apropriação da terra e do contexto em transformação já em andamento, que se pode entender a predisposição positiva face à retórica de desenvolvimento difundida pela ELETRONORTE. Rapidamente, eles designam o Loteamento para o qual seriam transferidos de *Colônia do Moju* e passam a se intitular *colonos – colonos do Moju*.

O Loteamento Rural Rio Moju foi implantado em 1979, através de convênio entre a ELETRONORTE e o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), às margens da Rodovia PA-263, à época em construção. Foram delimitados em torno de 600 lotes de 50 hectares que se localizavam ao longo de 6 km, em cada área lateral do eixo da estrada, aproximadamente entre os km 35 e 60. Deste total, apenas cerca de 400 lotes foram destinados pela ELETRONORTE aos *colonos* transferidos. Os demais foram ocupados por outros camponeses, independentemente do processo de deslocamento compulsório, que ali chegaram antes e/ou durante a construção da estrada e que resistiram à tentativa de expulsão que a ELETRONORTE quis promover.

Em 1983, quatro anos após o início da transferência para o Loteamento Rural Rio Moju, tanto o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tucuruí (STR/TUC) quanto o Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (GETAT) estimavam que 70% das famílias já haviam abandonado ou vendido o lote. Em 1987, a ELETRONORTE estimava também que 70% dos lotes já haviam sido vendidos, permanecendo no loteamento aproximadamente 150 famílias. Em 1991, eu constatei em campo 122 lotes ocupados por *colonos expropriados*. Em 1998, de acordo com o Sindicato, havia menos de 10 famílias; e, em 2003, ainda de acordo com o Sindicato, todo o loteamento havia sido transformado em fazendas. Este processo de rejeição aos loteamentos para os quais os camponeses foram transferidos, não era particular do Loteamento Rural Rio Moju. De acordo com ELETRONORTE/ENGEVIX (1988, p. 78), em 1987, era de 25% o índice de abandono do lote em todas as áreas destinadas para

loteamento, aos quais se somavam 17% e sobre os quais não haviam obtido informação. Não estando explicitado, todavia, se estes índices contemplavam os lotes vendidos à própria ELETRONORTE.

Do que eu pude depreender, este processo geral de venda e abandono do lote é consequência do processo mesmo de deslocamento compulsório, isto, é do sentido intrínseco de imprevisibilidade que lhe é inerente. No caso aqui analisado, uma imprevisibilidade que foi exacerbada pela falta de planejamento da empresa e de situações dela decorrentes.

No caso dos camponeses deslocados para o Loteamento Rural Rio Moju, é através de uma justificação centrada no contexto *da terra livre* que eles manifestam tanto a disposição para a transferência, quanto o desalento e a revolta frente às novas condições sociais de produção, especialmente a má qualidade da terra, que resultaram na venda ou no abandono do lote.

A rigor, pareceria contraditório o recurso a uma justificativa que aciona o desconhecimento prévio de uma terra, entre um grupo de *colonos* acostumados a deslocar-se pela Amazônia, a escolher anualmente "áreas de mata", enfim a *apossar-se* das *terras livres*; ademais, *colonos* em sua maioria conhecedores de solos áridos, de falta de água, etc., já enfrentados no Nordeste ou na Pré-Amazônia Maranhense, de acordo com o que eles próprios relatam. Tal contradição aparente, no entanto, desfaz-se quando se toma em conta, conjuntamente, o significado da *beira*; o contexto de privatização da terra e as práticas anteriores de deslocamento.

De acordo com o já assinalado em relação à permanência na terra, *se não se agrada, não fica*. Expressão que para além da aparente subjetividade subentende determinadas condições objetivas - sobretudo a qualidade da terra, a possibilidade de comercialização e a vizinhança, que não estão dadas no primeiro momento - que são avaliadas ao longo de um período determinado. E, neste sentido, dificilmente os camponeses

admitem a primeira *roça* como definitiva: primeiro fazem a roça, avaliam os resultados, e a seguir admitem ou não que mudaram.

É quase à maneira de um mito de origem, que os *colonos* reconstróem a história da Colônia do Moju – uma história em que os parâmetros de previsibilidade são insuficientes ou inadequados – na qual são protagonistas um veado enganador e a primeira roça.

Em cima da carroceria descoberta de um caminhão, aproximadamente 30 moradores da cota +35, entre os kms 50 e 97 da Estrada de Ferro Tocantins, foram transportados até o Loteamento Rural Rio Moju. Entre esses, Nava, João Ubaldo, Graciliano e Paiva.

Nava - *Quando nós foi pra lá foi um montão de homem. Assim em cima de um caminhão; a ELETRONORTE jogou assim, vombora lá pra ver a área de vocês. Chegou lá foi entregando os lotes. E aí foi ficando, porque esse aqui é teu... , o cara ficava e o caminhão ia indo distribuindo o pessoal na beira, né; pra receber o dos fundos foi a mesma coisa." [...].*

João Ubaldo - *Era assim jogado. Deixava um, arribava com o caminhão deixava outro, assim na beira [...].*

Graciliano - *[...] entregava pra nós era lá dentro do mato, mostrando os marcos: olhe, desse marco ali é seu, desse aqui no outro é do fulano [...].*

P - E na beira dava pra ver o lote?

Nava - *Dava que nada... Quer dizer dava pra ver a mata. Mas, tava já escuro. Eu mesmo já tava escuro.*

Graciliano - *Praticamente não. Não dava pra ver; via só, eu mesmo via só que a terra era assim de cascalho. A minha já é uma terra de cascalho, mas já é uma terra mais mista, tem barro com areia [...].*

Paiva - *Não dava não, não dava pra ver nada...*

Nava - *Uma terra a gente sabe assim, olhando e vendo.*

Paiva - *Tudo culpa de João Ubaldo...*

P - Como?

Nava - *Foi, foi, foi João Ubaldo... Disse que viu um veado. Um veado correndo logo depois que cruzou a ponte [a ponte sobre o Rio Moju].*

Graciliano - *Eu também vi. Não sei se era um veado, mas era um bicho correndo [...].*

João Ubaldo - *Só podia ser veado, porque eles ficam assustados assim com barulho de motor.*[motor de carro]

João Ubaldo, indagado posteriormente sobre o "logro do veado", explica:

[...] *olhei a terra, só porque eu também olhei a frente era mata todinha [...]*
Só porque eu vi correr um veado... Não, [pensei] aqui tem pelo menos caça.

Baseados em sua metodologia, a caça seria um dos sinais que evidenciava a presença de água, de frutos silvestres, etc. Tal como um mito, o "logro do veado" transmuta-se em outras versões que podem ser, por exemplo, sobre a cotia; mas, sempre sobre animais que tradicionalmente caçavam. Em tom de brincadeira, dizem que era uma cobra, reforçando neste sentido, o caráter de logro. Evidentemente, muitos *colonos* dispensam qualquer elaboração cultural e afirmam, como a seguir, a premência de defesa da terra que estava em jogo:

Nós viemos pra cá e essa terra aqui a gente pegou porque pegou, mas sabia que essa terra aqui não era boa. Tem uns que dizem que tinha caça, que viram veado, cotia [...].(Assis)

De todo modo, o que este trecho de entrevista parece revelar é que o "mito do veado" é socialmente conhecido. E, utilizando-se ou não do "mito" como recurso explicativo é a *terra boa* que está em jogo.

A constatação definitiva em relação à *terra boa*, conforme se fazia tradicionalmente, viria somente após a "primeira roça". Perseguindo a estratégia de João Ubaldo, exatamente aquele que foi responsabilizado pelo "logro", também no caso do Moju, onde havia um caráter compulsório de transferência, antes de fazer a "primeira roça" não queriam considerar a terra (o lote) como definitiva.

[...] *quando eles vieram me mostrar esse lote de onde eu tou hoje eu teimei que disse que eles queriam que eu assinasse um documento. Eu disse que não assinava documento nenhum. Aí era o Dr. L.P. do ITERPA naquela época, aí disse:*
- É, se tu não assinar tu não vai.

Aí eu disse:

- É, então não vou, não tou nem aí.

Ele disse:

- É, tu vai morar debaixo d'água?

- É, eu acho que antes de vocês aparecerem lá eu não morava embaixo d'água; eu morava em cima da terra.

- Se tu não pegar esse lote aí, nem em canto nenhum mais, tu vai morar embaixo dos paus.

Eu digo:

- Se eu fosse macaco eu morava, mas eu não sou, aí tem terra, eu vou caçar minha terra. A gente teve um pega lá, né, era uns 30, aí saímos pra resolver... Era pra pegar a terra sem nem fazer a primeira roça.

P - Onde foi esse pega?

R - Aqui na cabeça da ponte do Rio Moju, a ITERPA tinha uma casinha ali, onde é uma torre de hoje em diante, na cabeça da ponte [...]. Também não recebi nada, também não assinei documento nenhum. Depois que eu já tinha uma roça plantada, aí nós tava catando o arroz, o cara aí veio, procurou:

- Quem tá trabalhando aí?

Era eu. Aí procurou meu nome e disse:

- Mas, vem cá esse lote acho que foi dado pra você.

Eu digo:

- Bom, me amostraram esse lote pra mim, eu não sei.

- Você assinou documento?

Eu digo também que não. E com isso eu fiquei... Que eu me agradei. No primeiro ano que eu botei a roça deu um arroz que até eu me admirei [...]. Agora sem água [...]. Assinei o documento e aí recebi [...]. Depois que eu tirei o documento [...]. Ela [a terra] só queria que eu assinasse o documento... Aí não deu mais [...].

Como para João Ubaldo, a constatação da infertilidade do solo pode ter-se dado na segunda *roça*, seja porque fez uma roça pequena, seja porque se aproveitou de uma "manchinha de terra", etc. Para grande parte dos *colonos*, no entanto, a inviabilidade de cultivo dos produtos tradicionais, fora constatada logo no primeiro ano da roça:

Nós mudamos pra cá em 79. Eu mudei no dia 25 dezembro, quase no fim do ano [...], fiz logo a roça aí, fiz um alqueire de roça [...]. Plantei o arroz todinho, de 12 linhas, mas tirei um saco de arroz [...]

P - Uma linha dá quantos sacos de arroz?

R - Bom, naquela outra terra pra nós, nós tirava uns cinco sacos de arroz...¹⁸⁴ (Paiva)

¹⁸⁴ A média de produtividade na região era de 1.300 kg/ha, aproximadamente 6,5 sacos de 60 kg por linha. Uma linha equivale a 55X55 m ou 3.025 m².

Aproximadamente no segundo semestre de 1980, ao que tudo indica através da mediação do ITERPA, foi colocada para estes *colonos* a possibilidade de fazer financiamento bancário. Descapitalizada, grande parte dos *colonos* resolveu utilizar-se deste recurso para efetuar seus cultivos tradicionais, no caso, a mandioca e o arroz. O resultado do plantio de mandioca foi considerado razoável; o de arroz, um fiasco. Quem apostou mais no segundo produto acabou por ficar mais endividado e com maiores dificuldades. De todo modo, o processo de financiamento foi em regra um fracasso. A dívida com o banco, ou melhor, as exigências do banco nesta primeira experiência foram consideradas insuportáveis, seja em relação à qualidade do produto exigida seja em relação à obrigação de plantar exatamente o produto que havia sido financiado. Isto é, a inexperiência com financiamentos bancários – embora houvesse conhecimento de alguns viabilizados pelo IBRA - motivou a quebra de regras do financiamento, em alguns casos resultando em dívidas impagáveis.

[...] eu fiz o financiamento no banco, mas fiz assim por uma experiência, pra 1 alqueire de broca e derruba e plantar meio de arroz e meio de mandioca. Mas na época de eu plantar, aí eu achei por bem plantar tudo em arroz. [Pensou:] não adianta, eu planto é arroz, pago logo essa conta, naquela época tava de 3 cruzados, parece, pagar 3%, né? Aí eu fiz. Quando o arroz tava amadurecendo, aí [o fiscal do banco] começou a botar banca [dizendo] que eu fiz pra arroz e mandioca...

- Mas eu não quis, eu quis plantar tudo de arroz.

- Você tem que ir lá no banco.

Eu vou. Cheguei lá, os caras me chamaram:

-Por que não plantou de mandioca? Eu plantei, agora com o meu [dinheiro]. Do banco mesmo eu plantei tudo de arroz. Do alqueire eu botei 20 linhas.

[Pensou:] Sabe de uma coisa? Eu vou pagar logo a conta. Peguei vendi o arroz logo, antes de eu tirar, aí fui e paguei o banco. Acabei com tudo a conta de lá e fechei ela. E foi a minha sorte, porque depois veio aquele monstro juro, o pessoal que tava devendo o banco teve dificuldade pra pagar [...] E eu acabei logo com a história foi naqueles tempos. [...]. Nesse tempo eu não mexia, apenas uma experiência, mas eu vi que eu ia quebrar a cara com aquele problema, né? O arroz era barato que o banco recebe, ainda com muita coisa, diplomacia, tem que levar o arroz, passar pela secadeira, tem que ser um arroz de primeira pra poder dar o preço, paga a sacaria, não sei o que, meu arroz não ia dar pra isso não.

Concretamente, os *colonos* estavam em uma terra sem água (posteriormente, ao final de 1982, início de 1983, a ELETRONORTE construiria poços nos lotes), com um solo

de baixa fertilidade para os seus cultivos tradicionais, sem caça, sem igarapé para pescar (existe apenas o Rio Moju que pode ficar distante até 25 km, a depender da posição do lote), sem as estradas vicinais que dessem acesso aos "lotes de fundos"; e, sem a castanha. O papel de *cash crop* antes cumprido pela castanha e que fora tentado com a mandioca e o arroz, via financiamento bancário, mostrara-se inviável.

Pelo que se pode depreender a partir do que é narrado por estes *colonos* em relação à sua situação anterior, o Loteamento Rural Rio Moju corporificava a subversão de vários dos indicadores sócio-espaciais anteriores, como por exemplo:

| | |
|----------------------------------|-------------------------|
| Loteamento Rural Rio Moju | Terra Anterior |
| margem direita | margem esquerda |
| não tem igarapé | cortada de igarapés |
| povoado mais próximo a 35 km | lote próximo do povoado |
| ausência de castanhais | rico em castanhais |
| lote cortado | terra devoluta |
| terra amarela | terra roxa |
| não tem caça | rica em caça |
| mata dura | mata de cipó |

Ou como me explicava Machado:

A diferença era grande demais; porque a terra lá no Remansão era boa pra toda espécie de legume, inclusive feijão; você podia plantar feijão em qualquer lugar. E aí no Moju não dá feijão em canto nenhum. Só o que dá bom mesmo é mandioca; mandioca dá bom, sem defeito. Agora arroz tem parte que dá bom, tem parte que não dá bom; o milho dificilmente dá bom; sempre dá ruim, né; banana também lá não é muito bom e pra sítio também não é muito bom. Lá [em Remansão] é bom pra tudo, terreno onde é área de castanhal sempre é bom, não sei porque, é bom; e a terra divide, você vê desse lado tem castanha, desse lado aqui, do outro lado da estrada, já não tem castanha, e é ruim a terra; não sei porque ela divide, uma parte boa outra ruim.[...].

A gente tava pensando que a terra fosse igual, inclusive quando veio um pessoal de lá, foram escolher uma vicinal acolá tudo junto, mas terras do Moju a pior que teve foi essa lá, não presta pra nada, nem arroz presta lá, nem capim. Não sei se é na [Gleba] 15 ou na 17. Na 17. Lá é ruim, até pra mandioca é ruim e vieram de lá escolher, num sabe, só que a terra engana; a pessoa acostumada assim na terra vê um tipo de terra pensa que a terra é boa e quando acaba não presta, a terra é ressecada assim. Lá, no primeiro ano, ainda apareceu umas cacinhas, depois... Não sei como uma região é pobre de caça como aquilo ali... Porque nessa região que nós moremos nós já tava com 20 anos que morava ali, mas a pessoa pra matar caça não ia longe não; era mesmo nos terreiros de casa; já aí, no 1º ano deu umas

cacinhas depois acabou assim de uma vez, num sabe, parece que era fraco lá de caça.

Restava abandonar, vender o lote ou tentar permanecer modificando os cultivos tradicionais.

Em meio à crise da primeira roça, advinda da conjugação de fatores acima mencionada, a ELETRONORTE volta a entrar em cena, provocando episódios de desespero entre os colonos recém-instalados.

Em 1980, a ELETRONORTE invadiu 72 lotes situados na *beira da estrada*, exatamente aqueles mais bem localizados, para a implantação da linha de transmissão de energia (Tucuruí-Nordeste), chegando a ocupar quase 1/4 do lote de 50 ha. A construção da "rede" - como é designada a referida linha - é considerada pelos *colonos*, por um lado como maldade da ELETRONORTE e por outro como desonra.

A ELETRONORTE não os avisou sobre a implantação da linha e os *colonos* foram surpreendidos por piques no interior dos seus lotes ou pela invasão de tratores, homens com motosserras que "passavam acabando com tudo", quer destruindo as áreas de mata, quer destruindo cultivos já realizados.

[...] a rede de transmissão ocupa ali mais ou menos uma base de quase 3 alqueires de terra, 3 alqueires de terra, quer dizer de 10 alqueires tira 3 só fica 7, pra quem vai mexer com criação, porque lá mesmo eu já tinha criação, já tinha pasto; aí pra mexer com criação em 7 alqueires de terra fica meio sem jeito, né. Essa área da transmissão eles gramaram, quer dizer, eu gramei primeiro, eles disseram que podia gramar não tinha problema, aí eu gramei de colônião; eles não disseram que capim era pra plantar; aí o capim lá da nossa região que se dava bem, que era bom pra criação era o colônião, gramei de colônião; aí foi, passado uns tempos lá, disseram que o colônião não ia bem, tava prejudicando, que tava atingindo a rede, aí vieram pra arrancar; só que nisso eles fazem sem comunicar: entram na área, aí metem o trator, quando dava fé o trator tava arrancando lá dentro; aí na primeira vez até que eu não me dei muito bem com o chefe deles lá não, da CETENCO, que prometeu passar o trator por riba de mim lá. Acontece que eles não foram, foram de noite, quando eu num tava. Eles procuraram, teve um sobrinho meu lá em casa, procuraram até tarde da noite lá, tarde, quando foi pras horas da noite que eles viram que eu num tava mesmo, que eu fui pra Tucuruí, aí eles meteram o trator de noite;

passaram a noite fuçando. Quando é de manhã tava tudo limpo, aí não tem jeito da gente empatar, porque empatar... Gente ruim não adianta. Aí eu fui e negocieei com eles, porque eles, não, não queria negociar, pa, pa, pa...
(Machado)

Constatada a invasão, individualmente, dirigiam-se, então, à ELETRONORTE para esclarecer a situação. Similarmente ao narrado por Machado, João Ubaldo explica:

Eu quando recebi o lote, um dia eu fui andar no lote e encontrei um pique. Eu digo: - o fundo da minha terra é muito pequeno, sai num pique acolá. Quando é outro dia eu vou queimar, achei lá uma derrubada enorme, aí eu digo: pronto, vão tomar o lote. Tinha um pique, agora já tem um roçado! Aí eu fui lá na empresa, naquela época era o Dr. Luiz Cláudio, falei com ele, ele disse que não, que era um linhão, mas que não ia atrapalhar nada. Nós podia fazer o serviço e plantar, que eles só ia fazer umas torres e passar um linhão. Que linhão é esse? Sabia lá que diacho era linhão... Mas que a terra a gente podia usar, utilizar, que era nossa mesmo. Aí eu vim, conversei com o pessoal, todo mundo, o pessoal já tava meio desconfiado... [perguntou]: - Como é? [respondeu] - A terra é nossa, nós faz o que for preciso... Eu bem desconfiado não plantei nada, mas teve outros que plantou... Lá veio o maquinário rapando tudinho...

Os *colonos*, tendo adquirido o *direito* de plantar, aproveitaram-se da "abertura" feita pela "rede" e plantaram neste local, inclusive, a "plantação do banco".

As atividades referentes à construção e manutenção da "rede" implicavam uma constante invasão do lote, os trabalhadores das empreiteiras "*entrando e saindo, botando banca, parecendo que não tinha dono de lote*" (José Lins). Mas, se esta situação já impunha o constrangimento da desonra - ter o lote e não mandar nele, dar ordem de sair e não ser ouvido, etc - aproximadamente em maio/julho de 1981, a ELETRONORTE decidiu desmatar definitivamente o rebroto, utilizando-se de poderosos agentes químicos¹⁸⁵. E este procedimento os *colonos* consideraram maldade¹⁸⁶.

¹⁸⁵Sobre os agrotóxicos utilizados e as suas conseqüências, ver, por exemplo, OAB - PA (1984, p. 4, *apud* MAGALHÃES, 1996), que registra o uso dos herbicidas Tordon 101 (2,4,-D) e Tordon 155 (2,4,5-T), em maio/julho de 1981 e dezembro/fevereiro de 1982.

¹⁸⁶ Este episódio do agrotóxico evoca o que Boltanski (1990, p. 30-31) denomina escândalo: uma conspiração ou um ato (aliança) secreto para um interesse particular, em situações nas quais deveria prevalecer o acordo de todos para o bem comum.

Como que diz assim: plantem que eu vou e mato. Era aqueles homens cheio de aparelho, borrifando e nós correndo: - não mate, não mate, que é do banco [...] E eles aí é que passavam de cima [...] (José Lins)

Quando tinha gente com o arroz maduro, eles passaram e jogaram aquele veneno em cima, um tal de agrotóxico, né. Acabou... Um fedor aí dentro que até veado foi encontrado um rodando no meio da pista pra poder sair do veneno, que não tinha como sair; ficou tonto o bicho de tanto veneno. [Jogaram o veneno] pra matar o mato, quando acabar o arroz ficou todo perdido, não tinha jeito [...] jogaram esse veneno aí [...] ¹⁸⁷ Mas eles passaram rapando de novo e jogaram esse capim, que chamam cucuio hoje em dia. (João Ubaldo)

Assim é que se verificou, desde 1980, o abandono de lotes causado pelo fracasso da primeira *roça*. E, em 1981, persistindo o fracasso, acrescido pelo "envenenamento da rede", instaurou-se o que os *colonos* chamam a "debandada" – uma espécie de diáspora que se seguiu aos primeiros deslocamentos.

A "debandada" tanto se verificou em termos de retorno aos seus locais de origem, quer para os povoados que não foram inundados por ocasião do desvio do rio quer para as suas "áreas velhas", quando igualmente não inundadas. Aqueles cujas terras já estavam inundadas voltaram a *botar a roça* nas *terras livres*; ou, temporariamente, trabalharam no desmatamento do lago, que a partir do segundo semestre de 1981 havia sido agilizado; ou voltaram para as casas dos compadres, parentes e conhecidos que permaneceram na "cota +35", afinal, naquele momento, não inundada tanto quanto o previsto.

A "debandada" consistia simplesmente em abandonar o lote ou vendê-lo. Para estes *colonos* o lote era indivisível, imparcelável. Tal como o eram as *terras* que se *apossavam* e que vendiam os *direitos*, vendia-se igualmente, no caso do lote, o "direito do título".

¹⁸⁷ Uma comunicação interna da ELETRONORTE endereçada pelo chefe do SPI ao Chefe da Residência de Obras do Sistema de Transmissão de Tucuruí (RSTT), em 04/08/1981, narra também episódio similar: "Plantado os dois alqueires de mandioca [sic] nossa empreiteira CETENCO, no dia 28/05/81, apesar de insistentes pedidos do Sr. Raimundo, sob a alegação de que a cultura era financiada pelo Banco do Brasil, aplicaram herbicida de alto teor em toda a extensão da mesma, provocando a completa destruição de todo o mandiocal, já com a idade de 05 meses" (CI/SPI/TUC/Nº 323/81).

Naquela fase inicial, três grandes compradores destacavam-se. Dois eram grandes comerciantes e políticos (vereadores), na localidade de Tucuruí. Nesta fase foi por ambos comprada quase toda uma gleba do Loteamento. O terceiro era um funcionário da própria ELETRONORTE, que trabalhava no SPI – o setor responsável pela desapropriação e pelo deslocamento.

Mas, ao se iniciar a venda dos lotes, a ELETRONORTE volta a se apresentar aos *colonos*, desta feita como comprador. Para tanto, utiliza-se do recurso à "desistência" do lote, a mesma fórmula utilizada para aqueles que haviam recusado a transferência, no âmbito das três alternativas mencionadas anteriormente. Isto é, pagava o que se chama "ajuda desistência" para que os *colonos* vendessem o lote a ela própria e se deslocassem para outro local.

Alguns *colonos* passam, então, a "desistir" para a ELETRONORTE. Neste processo, podia a ELETRONORTE “comprar” o lote, mediante a "desistência", “dar” o lote a outro camponês e este segundo vender... ou desistir, realimentando o ciclo.

Ao que parece, o comércio de terras no Loteamento Rural Rio Moju tornou-se tão intenso neste período inicial, com uma progressiva desvantagem para a ELETRONORTE como comprador - que mantinha o seu preço fixo e não raro atrasava o pagamento - que esta empresa decidiu, em 1982, ao documentar a entrega dos lotes “gravá-lo como bem de família”:

A instituição de gravame como bem de família foi idéia que se transpôs para os contratos, na tentativa de evitar as especulações de que, já então, vinham sendo vítimas os relocandos, seduzidos que eram, freqüentemente, a alienar essas casas e respectivos lotes, por preços nem de longe assemelhados ao seu valor, só se traduzindo em vantagens, por conseguinte, para os inescrupulosos especuladores, que se achavam à cata de um bom negócio. A instituição desse gravame inspirou-se, assim, no elevado propósito de preservar-se, para o relocando, a integridade de tudo quanto se lhe estava incorporando ao patrimônio, em decorrência dos benefícios concedidos. Em que pese, entretanto, a salutar conveniência da inscrição desse gravame, muito dos relocandos, ainda assim, censuraram-no veementemente [...] deixando manifestado, acerca disso, que esse gravame os impediria de

alienar o lote [...] fadando-lhes a permanecer indefinidamente na área (carta à CONTAG 1.00.484.82, anexo - fl.14, grifo nosso, *apud* MAGALHÃES, 1996).

Pelos motivos arrolados, é desnecessário dizer que fadá-los a permanecer indefinidamente naquela área impunha-se como inadmissível, naquelas circunstâncias. À compulsoriedade de deslocar-se, agora se agregava a compulsoriedade de ficar. Mas foi, sobretudo, a compra e venda entre os próprios colonos, reeditando as antigas “doações” da terra livre, que permitiu, por um breve período, que os colonos permanecessem nos lotes, sobretudo, entre aqueles que tinham relações de parentesco.

Graciliano, por exemplo, que tinha um projeto de criar gado, formar uma fazenda, não permitiu que os seus parentes "desistissem" - sogro, cunhados, irmão, concunhado e primo da mulher.

Negociei com eles. Eu dava metade do que a ELETRONORTE dava e deixava eles botar a roça no meu lote. O velho, pai da mulher, já tá velho, eu acertei com ele de fazer a casa dele.

P - E você tinha dinheiro pra comprar os 6 lotes?

R - *Eu trabalhei na CAPEMI, porque a Senhora sabe que eu tenho profissão, eu sou operador de máquina, eu tinha o ofício, aí praticamente com esse dinheiro eu fui comprando...*

Esta foi o que eu chamaria a primeira fase do Loteamento Rural Rio Moju, na qual se sobressai a imprevisibilidade relativa tanto às novas condições sociais de produção quanto ao comportamento da empresa.

A partir do final de 1982/1983, alteram-se, conforme vimos, as condições em que se davam os deslocamentos, e também as expectativas em relação ao novo contexto.

Uma parte dos *colonos* tentou fazer plantio de capim, para alugar o pasto a fazendeiros, uma prática que já havia sido iniciada na Transamazônica e da qual eles tinham conhecimento de experiências bem sucedidas. Outros iniciaram o plantio de laranja e pimenta-do-reino, em muitos casos de "meia" com o "patrão" – principalmente, plantadores

e/ou comerciantes destes produtos, provenientes do Baixo Tocantins e de Tucuruí. Estes plantios considerados bem-sucedidos, em 1989, foram sendo paulatinamente abandonados, hoje não existindo *colonos* na *Colônia do Moju*.

Machado vendeu o lote logo após o episódio da Linha de Transmissão e comprou outro às proximidades da (nova) Vila de Breu Branco, no ramal que interliga Breu Branco a Jacundá, nos fundos da PA-150. Seu Drummond desistiu para a ELETRONORTE e, como já era idoso, ficou residindo na (nova) Vila de Breu Branco, onde era vizinho de Olga. Graciliano, em 1995, vendeu os lotes, comprou outro na Estrada do Pitinga, numa área de intensos conflitos fundiários, também na PA-150. Paiva foi um dos últimos a vender o lote, em data posterior a 1995 – não consegui reencontrá-lo. Nava vendeu o lote em 1991 e emigrou para a Guiana Francesa. João Ubaldo vendeu o lote em 1993 e ocupou uma terra em Baião. Assis teve um grave acidente com motosserra e o lote ficou com os filhos até pelo menos 1993; em 1996, reencontrei um de seus filhos ocupando as ilhas do Lago de Tucuruí. José Lins vendeu o lote em 1993, morava em Tucuruí e em 1995 pretendia emigrar para o Rio de Janeiro, onde morava um filho. Parafraseando a fala de Cecília, em epígrafe no item III.2, pode-se dizer: *O Moju, o Moju eu digo que nem é colônia. Só tem fazenda.*

Resta dizer: foram Nava, Paiva, Graciliano e João Ubaldo alguns dos principais líderes do Movimento de Expropriados de Tucuruí, representando *os colonos do Moju*.

Pode ser observado, pelas iniciativas tomadas em face das condições sociais enfrentadas no Loteamento Rural Rio Moju, que a estratégia de assegurar o lote (a apropriação da terra) foi prevalecente em todas as circunstâncias particulares até o deslocamento compulsório. A partir deste, porém, são as trajetórias, as expectativas e as condições sociais particulares que fundamentam a construção de novos movimentos e/ou novas estratégias de reprodução no novo contexto.

Cabe remarcar que o contexto mais geral, no qual se inseria a *Colônia do Moju*, se encontrava em plena transformação. Uma transformação provocada pelo próprio empreendimento. Menos de vinte anos depois da descrição de Matta e Laraia, anteriormente citada, Tucuruí foi assim descrita:

Para quem chega à cidade banhada pelo rio Tocantins, pela primeira vez, a impressão é de que o local não é emancipado politicamente [...] Saindo do coração mal pavimentado da cidade, há um amontoado de casinhas, construídas com refugos de madeira e cobertas de qualquer maneira [...] Pertencem a pessoas que chegam atraídas pelo projeto da hidrelétrica [...] Há casos constantes de doenças venéreas, malária, tuberculose e doenças gastrointestinais [...] Para dar segurança a mais de 40 mil pessoas, a delegacia dispõe do delegado, o escrivão, um sargento e quatro soldados [...] uma espécie de inferno para quem não está acostumado a quarteirões inteiros de «boates», prostíbulos, baiúcas [...] (O Liberal, 1º caderno, 05/02/1980).

Em dezembro de 1980, havia 25.845 trabalhadores empregados nas empreiteiras e subempreiteiras da ELETRONORTE, uma população de 47.972 pessoas, sendo que aproximadamente 20% residiam na velha cidade de Tucuruí. No pico da obra, em 1983, mais de 30 mil empregados, aproximadamente 60 mil pessoas (ELETRONORTE, 1980; 1983). Assim, o município de Tucuruí que, em 1970, tinha 8.836 habitantes, em 1980 apresentava uma população de quase 70 mil pessoas.

Breu Branco que, ao final de 1984, tinha cerca de 200 casas, todas ocupadas pelos antigos moradores da cota+35, em 1991, tinha quase 20 mil habitantes. Em 1986, a aproximadamente cinco quilômetros do núcleo residencial, foi implantada uma fábrica de silício metálico, com capacidade para produzir 44 mil toneladas/ano. A empresa (atualmente, a Globe Specialty Metals Inc., dos Estados Unidos, que a adquiriu da Camargo Correa Metais, em janeiro de 2007) compreende além da planta de fundição e da mina, duas reservas florestais totalizando 45 mil ha., nos municípios de Breu Branco e Moju. A mina possui reserva para exploração estimada em 40 anos.

Na década de 90, Breu Branco transformou-se em um dos mais importantes pólos madeireiros da região, abrigando mais de dez grandes serrarias.

No entorno da Colônia do Moju, prosseguindo pela PA-263, havia sido construída a PA-150, em 1976, através de convênio entre a ELETRONORTE e o Governo do Estado do Pará. Em 1980/1981, a ocupação das terras às margens desta estrada, para a qual se dirigiram expropriados de Tucuruí, era povoada de conflitos. Hébette (1985, p. 2) registrou, em 1981, a ocorrência de dez conflitos fundiários, ao longo dos 165 quilômetros desta estrada.

Possivelmente, o indicador que melhor expresse o grau da transformação seja o indicador populacional, conforme se apresenta na Tabela abaixo:

Tabela 3. População residente na microrregião de Tucuruí

| ANO | POPULAÇÃO RESIDENTE |
|------|---------------------|
| 1970 | 17.515 |
| 1980 | 92.318 |
| 1991 | 161.646 |
| 1996 | 148.461 |
| 2000 | 274.016 |

Fonte: ELETRONORTE (2003, cd-rom)

O trecho da entrevista, abaixo, realizada em 1989, fornece a medida do (des)conhecimento do processo que estava em curso - sugerindo quase a reedição da ocupação da *terra livre*, não fora outro contexto com novos personagens.

Porque pra cá não tinha nada, assim, não tinha estrada de jeito nenhum; isso aqui era brabo; isso aqui onde nós estamos [Breu Branco] era o lugar dos Gavião. Esse povo de Tucuruí... Que tinha um velho, ainda me lembro dele. Às vezes eu chegava em Tucuruí, eu gostava de conversar com ele. Chamavam ele Chiquinho. Chiquinho, mas rapaz como é que você vai pro outro lado caçar? Porque ele vinha caçar por aqui tudinho, até ali no Areal ele vinha, escondido dos índios Gavião. Quando os Gavião dava por ele aqui, ele corria para a beira do rio, se arranchava numa canoa e ia embora. Ele foi quem deu a notícia, a primeira descoberta desse minério aqui [silício], foi ele que levou a areia pra Tucuruí. Aí mandaram não sei pra onde, não sei pra onde, aí disseram que tinha minério aqui, muito alumínio [sic]. Aqui não tinha estrada; isso aqui era só mato. Depois que começaram a fazer as casas, foi que eles foram abrindo a estrada, foram abrindo a estrada, foram abrindo a estrada pra Goianésia. (Seu Drummond)

Evidentemente, a dinâmica territorial¹⁸⁸ teria que ser analisada para dar conta do grau e do nível de abrangência das transformações. O que se quer salientar, todavia, é que as pessoas deslocadas compulsoriamente não dispõem de parâmetros para avaliar as conseqüências do processo que será vivido, tanto porque é uma situação inusitada, quanto porque o próprio empreendimento desencadeia outras transformações locais e regionais, que não são dadas *a priori*. Segue-se que toda negociação, realizada no momento do deslocamento, não embute toda a dimensão da perda; é sempre, portanto, uma negociação subestimada.

III.3.2 – A construção social do sofrimento

Ao longo deste capítulo, reiteramos que a retórica construída pelos camponeses sobre a construção da barragem está ancorada na construção de um passado evocado como *tempo da terra livre*, no descumprimento *das promessas* de bem-estar social e desenvolvimento feitas pela ELETRONORTE e na violação dos *direitos* – de acesso a terra. Reiterava estes fundamentos, tentando evidenciar o conteúdo de sofrimento social que parece ser intrínseco à desestruturação das relações e das condições sócio-espaciais provocada pela construção da barragem. Tal desestruturação, por sua vez, exacerbada pelos procedimentos operacionais da empresa.

A rigor, há mais de vinte anos de uma demanda incessante ou de construção de reivindicações que, por um lado, repousa em fatos novos que são produzidos pela própria empresa ou decorrentes da construção da barragem. E, por outro, na memória de um

¹⁸⁸ Sobre as dinâmicas políticas e sociais nas análises sobre o território, ver Teisserenc (2002, 2006).

acontecimento que, pelo modo relevante como atingiu as pessoas que o viveram, continua a ser mobilizador. Reivindicações e demandas que desembocam em acontecimentos espetaculares, sendo as mais recentes a ocupação do canteiro de obras, no dia 15 de março de 2005; e a ocupação da sala de operação da usina, no dia 23 de maio de 2007.

Até 1980, isto é, até um ano após as transferências para o Loteamento Rural Rio Moju serem iniciadas, não há qualquer manifestação da população. Como vimos, tratava-se de uma espera paciente e confiante, alicerçada no pressuposto da *terra livre* e, pelo que pude depreender, no modelo de regularização fundiária conhecido – *o modelo INCRA*. Modelo que, mesmo submetido à crítica, apresentava-se como uma medida de proteção em face da chegada dos *compradores de direitos*. Neste sentido, um modelo duplamente útil à medida que neutralizava a situação de ameaça que estava sendo vivida e, em última instância, funcionava como medida de segurança para a situação futura (ainda que não estivesse claro o novo contexto de ameaça já iniciado com a construção da barragem)¹⁸⁹.

De todo modo, este *modelo* impôs-se de tal forma, que permanece como reivindicação desde 1980 – um lote de 100 hectares. Em 1999/2000, por ocasião dos trabalhos da Comissão Mundial de Barragens, o representante dos Expropriados de Breu Branco lembrou:

Quero falar em nome de todos que venderam seus lotes, porque venderam porque não tinha como ficar, exatamente, numa terra sem água, de uma ruindade, ruim que nem... Que foram embora, mas que tem muitos aí no Breu que eu represento, tem uma dívida que ela [ELETRONORTE] vai ter que nos pagar: metade de nosso lote que ela comeu. Porque o nosso lote era pra ser do INCRA, o nosso lote era de 100 ha, como muitos aí que tinha lote até de 40 alqueires, até de 60 alqueires. É que ela nos deve os outros 50 ha, que ela não deu, que era direito, direito nosso [...].

A rigor, os primeiros documentos de reivindicação surgem em 1980/81 intitulados ou assinados e, aparentemente, dissociados como: *Documento dos Vazanteiros*; *Documento*

¹⁸⁹ Como observa Claverie (2004), mesmo às situações em que a existência de um perigo é real não corresponde necessariamente um sentimento de ameaça.

dos Moradores da Rodovia Transamazônica; Manifesto do Povo do Repartimento e Adjacências; Famílias do Breu Branco, Remansão do Centro, Rocinha, Jatobal, Vicinal 161 e Área da FUNAI-Pucuruí.

Estes títulos indicam, de acordo com o já exposto, quase um mapeamento do processo de ocupação e de consolidação do campesinato nesta região. Evidenciam, neste sentido, pelo menos três grandes grupos: um, localizado ao longo da Beiro do Rio e que praticava uma agricultura de vazante, especialmente no município de Itupiranga; outro, que se constituiria o grupo da *cota 35*, aqui analisado; e o outro que adentrou à área a partir de 1971, em função da construção da Rodovia Transamazônica e estava localizado em Repartimento, e seu entorno, uma vila originalmente construída para abrigar os trabalhadores daquela Rodovia.

As reivindicações contidas nestes documentos¹⁹⁰ são, além de reveladoras destas especificidades, contestadoras da forma pela qual a ELETRONORTE tinha procedido até aquele momento.

No *Documento dos Vazanteiros*, ressalta-se, principalmente, o fato de eles não terem sido computados para efeito de indenização - porque não dispunham nem de benfeitorias nem de culturas permanentes, ou seja, não dispunham de “ocupação na área rural” a ser adquirida pela ELETRONORTE:

A ELETRONORTE deixou de indenizar centenas de nós, porque não temos casas e culturas permanentes nas vazantes [...] com as vazantes insignificantes e desprezadas pelos funcionários ELETRONORTE, nós conseguimos sobreviver [...] nós não conseguimos carregar os nossos trens

¹⁹⁰ Antecederam estes Documentos:

- uma carta enviada à ELETRONORTE, pela Paróquia de Tucuruí, interrogando sobre os procedimentos de indenização, em 1979;
- a Proposição 631/79, da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, solicitando à ELETROBRAS esclarecimentos sobre os "vários aspectos ligados aos problemas indenizatórios e relocações", em 1979."
- uma carta do Bispo de Cametá, Dom José Elias Chaves, à ELETRONORTE, interrogando sobre as relocações, em 1981.
- uma carta enviada por um colono de Repartimento a Jarbas Passarinho (ex-ministro, ex-senador e ex-governador do Estado do Pará), em 1981.

para a terra firme, no final da temporada da vazante. A mais, depois que nós sairmos da vazante, para onde iremos, pois terra aqui está nas mãos dos grandes fazendeiros e não existe nem mais uma sobra para nós. Queremos avisar que nós plantamos feijão, milho, melancia, tomate, macaxeira e hortaliças de toda espécie. É o que basta para nós vivermos e fazer reserva de feijão, milho para o resto do ano” (DOCUMENTO DOS VAZANTEIROS DE ITUPIRANGA à ELETRONORTE, 1981).

Nos Documentos de Repartimento e Moradores da Rodovia Transamazônica e Adjacências, ressaltam-se as seguintes reivindicações: construção de uma nova vila no entroncamento da Rodovia Transamazônica com a Br-422, em substituição à vila de Repartimento que seria inundada, *mantendo as mesmas condições da localização anterior*; manutenção ou melhoramento do padrão das casas a serem construídas, bem como da infraestrutura de saúde, educação, habitação, *visto ser uma mudança realizada dentro de um Plano Governamental de Desenvolvimento*; e, lote de 100 ha à beira da Br-422. Sobre o lote de 100 ha assim se referiam:

O módulo rural, de acordo como Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 30/11/64, é fixado para a região em lotes de 100 hectares ou 21 alqueires. A ELETRONORTE, juntamente com o GETAT e com auxílio de um político local [...] estão oferecendo em troca dos 100 hectares dos colonos, apenas lotes de 25 hectares ou 5 alqueires.

E reivindicavam a seguir:

[...] que os lotes rurais sejam distribuídos de acordo com a Lei [...] e entregues aos colonos, devidamente cercados e titulados, com parte beneficiada, pronta para plantação, a fim de evitar solução de continuidade, o que aliás vem ocorrendo nesses três anos de proibição de plantar (Documento de Denúncia e Reivindicações da População de Repartimento e Adjacências, atingida pelo Projeto do Reservatório da UHE de Tucuruí, 1981).

Esta referência às “Adjacência” de Repartimento significa que se incluía no documento a população das localidades situadas ao longo da Estrada de Ferra Tocantins, logo, o grupo da cota 35, no que dizia respeito à ocupação da terra.

Em relação ao povoado, assinalavam a diferença. Reivindicavam a construção de um outro povoado, no caso, um povoado que substituísse Breu Branco. Este povoado,

ademais, embora reivindicado para a beira de estrada, isto é, na PA-263, ressaltava-se que fosse “perto do porto da balsa”, ou seja, próximo ao Rio Tocantins. (Denúncias e Reivindicações da População de Repartimento e Adjacências, atingida pelo Projeto do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – Documento II, 23/5/82).

Todos os documentos produzidos ao longo do período 1980 a 1982 foram assinados e continham reivindicações, assinalando estes traços de diversidade que diziam respeito à história anterior à construção da barragem¹⁹¹. Diversidade que, como vimos, foi reduzida à identidade de *colono*. Esta, uma construção social (e política) que, advinda das relações que se sucederam ao acontecimento - a construção da barragem – permitiu a produção de uma narrativa (unificadora), na arena pública. Por outro lado, tal como se observa em outros contextos de ameaça à reprodução social e cultural, a experiência de uma maneira de sentir, à medida que é relacional, também permite aos integrantes de determinados grupos sociais construir uma identidade coletiva que revele a situação de (medo e) ameaça que os une e que os distingue frente aos demais (JEUDY-BALLINI, M.; VOISENAT, C., 2004, p. 5-14).

A partir do trabalho de mediadores, sobretudo vinculados à Igreja Católica e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), para se impor frente a um único ator, no caso, a ELETRONORTE, esta população se aglutina, constitui representantes, e produz uma identidade – expropriado; e, simultaneamente, constrói reivindicações comuns:

- terra por terra
- lote de 21 alqueires (100 ha)

¹⁹¹ Esta diversidade reivindicada aponta para mecanismos sociais consolidados naquelas sociedades, indicando formas distintas de relação com a terra (ou com o ambiente) que, conforme assinalam diversos autores, em situações de crise, tornam-se mais agudos. Ver, por exemplo, a análise de Revet (2002) sobre a transferência da população venezuelana vitimada pela inundação de 1999.

- vila por vila
- casa por casa
- indenizações justas
- recuperação do tempo proibido de plantar¹⁹².

É com estas reivindicações e enquanto Comissão Representativa dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí que esta população camponesa se constitui em interlocutor da ELETRONORTE e impõe alterações em sua política de deslocamento. Ao que parece, ao final de 1983 / início de 1984, todo o processo de reivindicação passa a ser denominado Movimento de Expropriados de Tucuruí¹⁹³.

A principal justificativa para as reivindicações estava assentada na *promessa* de desenvolvimento:

Foi prometido publicamente em Repartimento, em 1978, pelo Dr. Luis Cláudio e Dr. Braúna do SPI/TUC [...] que uma nova vila seria construída pela Empresa e que contaria com a infra-estrutura necessária: água, luz, rede de esgotos, escolas, estradas de acesso, casa forrada, etc. além da indenização das casas e de uma ajuda de custo para a sobrevivência inicial na nova área. (Documento de Denúncia e Reivindicações da População de Repartimento e Adjacências, atingida pelo Projeto do Reservatório da UHE de Tucuruí, 1981).

A categoria expropriado foi emprestada da ELETRONORTE, que a utilizava para se referir à população a partir do momento em que ela era indenizada, cf. consta no “Termo de Desistência” (Fig.2). De acordo com um dos diretores da ELETRONORTE:

O primeiro nome que nós adotamos era «expropriados». Expropriado é aquele que sofreu uma ação de expropriação. Mas, na medida em que nós mudamos a filosofia de trabalho e além da expropriação puramente passamos a destinar determinados itens nós passamos a chamá-lo de relocando (Fundap, 1988, p. 66).

¹⁹² A “recuperação do tempo proibido de plantar” alude à defasagem entre o levantamento e a data efetiva de transferência e/ou à carta enviada aos “colonos”, cf. Fig.1.

¹⁹³ A denominação “Movimento” parece advir do trabalho dos mediadores. Tratava-se de uma conjuntura de eclosão de mobilizações, no país, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, à qual correspondia um esforço de teorização, baseado na teoria dos movimentos sociais. Ver Magalhães (2004). Correntemente, nas narrativas, fala-se ora “Comissão de Expropriados” ora “Movimento de Expropriados”.

Do ponto de vista dos camponeses, o sentido da categoria expropriado, enquanto categoria de identidade, parece ser referido principalmente ao procedimento injusto da empresa, como podemos observar abaixo:

P – Por que chamava Comissão de Expropriado? O que quer dizer expropriado?

R – A ELETRONORTE chamava nós de expropriado, quer dizer indenizado. Pra mim, praticamente, eu acho que é quando você tem uma propriedade e depois ela tem serventia pra outra coisa e o governo desapropria pra beneficiar a União de qualquer outro negócio, sem querer dar em nada em troca. Isso que é expropriado. Aqui todo mundo é expropriado. Pergunte assim: - Você é expropriado?

Todo mundo vai dizer: - eu sou expropriado.[Graciliano]

Assim, a auto-identificação enquanto expropriado passou a ser assumida a partir de 1982/83, como um recurso para aglutinar toda a população camponesa, construindo uma unidade que lhe permitia se apresentar frente a um único ator - a ELETRONORTE. De outro modo, favorecia, com esta aglutinação, a construção de reivindicações gerais.

O primeiro evento público, reunindo “expropriados” de todas as áreas, aconteceu em setembro de 1982. Cerca de 400 pessoas (incluindo mulheres e crianças) invadiram e acamparam no interior do Escritório do Serviço de Patrimônio Imobiliário de Tucuruí, órgão responsável diretamente pelo processo de desapropriação. Este foi o primeiro acampamento, ao qual a ELETRONORTE responde:

a) em relação à reivindicação “casa por casa”

[...] que os expropriados poderiam formular uma reivindicação por escrito à empresa, através da CONTAG, que tal reivindicação será submetida à apreciação nos escalões de decisão superior. Se a ELETRONORTE resolver alterar a política atual de relocações, e decidir que serão construídas casas, tal será realizado (Ata de Reunião, 10/09/82).

b) em relação à reivindicação “terra por terra”

A fala é do GETAT que coloca a impossibilidade de atender a todos com lotes de 100 ha, por pouca disponibilidade de área na localidade pretendida, ou seja, micro-região [sic] da Transamazônica (Repartimento) (Ibid.).

Em abril de 1983, foi realizado um segundo acampamento, com duração de 15 dias, também em frente ao Serviço do Patrimônio Imobiliário de Tucuruí. Reuniram-se cerca de 2.000 pessoas, que foram mantidas sob vigilância das polícias federal e militar. Pela primeira vez, a Comissão Representativa dos Expropriados foi convocada a Brasília para “negociar” com o Presidente da ELETRONORTE (Relatório do Segundo Acampamento, 9 a 24 de abril, 1983).

A partir deste momento, a ELETRONORTE começou a alterar a sua política de deslocamento, admitindo que:

- construiria uma casa em cada lote urbano;
- faria gestões junto ao GETAT para a liberação de área rural que seria por ela demarcada e distribuída em lotes de 100 há;
- forneceria material para a construção de casas no lote rural (Ata de Reunião, 20/04/1983).

Em novembro de 1984, com o enchimento do lago, cerca de 500 famílias que haviam sido transferidas no ano anterior, para a Gleba Santa Rosa, no município de Jacundá, e para a Gleba Parakanã (próximo a Novo Repartimento) tiveram os seus novos lotes inundados, motivando uma nova transferência.

Entre setembro e dezembro de 1984, quando já havia sido iniciado o enchimento do Reservatório, cerca de dois mil camponeses, impedidos pelas Polícia Federal e Militar de acampar nas dependências do Escritório da ELETRONORTE, realizaram um terceiro acampamento, desta feita na cidade de Tucuruí.

A Comissão de Expropriados novamente foi a Brasília, reivindicando a agilização dos trabalhos de demarcação dos lotes rurais, mediante a “compra de área específicas para relocação”, cf. História da Luta dos Expropriados, 1984.

Em novembro de 1984, por ocasião da inauguração da Usina, foi assegurada pelo Presidente da República, a liberação de uma ajuda para início dos trabalhos nos lotes rurais, chamada “ajuda de broca e derruba para 1 alqueire”.

Estas reivindicações eram atendidas em ritmo lento e sob a controvérsia dos processos. Isto é, uma discussão sobre quem havia, ou não, sido contabilizado pela ELETRONORTE, naquele levantamento iniciado em 1978/1979.

A barragem foi inaugurada em 22 de novembro de 1984. A partir desta data, transcorrida sob forte aparato policial-militar para evitar que os mais de dois mil acampados adentrassem ao território da empresa, pode ser repertoriado um conjunto de grandes acontecimentos:

1985 – Criação de uma Comissão Interministerial (Portaria 447-A publicada no Diário Oficial da União, de 30 de julho de 1985), com a participação do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária (MIRAD), Ministério da Justiça, Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e ELETRONORTE. Objetivo: resolver as pendências relativas ao deslocamento compulsório e solicitar uma revisão de todos os processos que, até aquele momento, não eram de conhecimento dos expropriados.

1987 – Acampamento realizado em Tucuruí, durante mais de 60 dias. Objetivo: pressionar a ELETRONORTE para que cumprisse as recomendações da Comissão Interministerial, sobretudo porque ainda havia 1.500 famílias, de acordo com o Relatório daquela Comissão, não incluídas no novo Plano de Relocação, firmado em 1984 (Ata de Reunião, 04/09/87).

Este novo Plano de Relocação consistia em:

- implantação de infra-estrutura (escola, posto de saúde, subprefeitura e delegacia) nos povoados de Breu Branco e Novo Repartimento;

- lote de 360m², com a respectiva casa, para aqueles que tivessem “processo urbano”;
- lote de 50 ha para os detentores de “processo rural”;
- lote de 25 ha para aqueles que mesmo sendo agricultores não tinham benfeitorias contabilizáveis em suas terras;
- kit de uma casa rural para os lotes de 50 ha e uma ajuda para a sua montagem, no valor de 40 OTNs, paga em 06 parcelas.
- ajuda para broca e derruba de 1 alqueire, somente para aqueles que receberam lotes de 50 ha, no valor de 40 OTNs, paga de uma única vez.

Este novo Plano foi sendo construído ao longo dos acontecimentos e como resultado de muitas negociações. Algumas destas resultando em prejuízo para os expropriados, como, por exemplo, a chamada “ajuda de construção da casa rural”. Esta começou a ser paga no segundo semestre de 1985, portanto, um ano após o enchimento do lago e em seis parcelas, nem sempre pagas na data previamente acertada. Os camponeses relatam diversas viagens que tinham de fazer desde o seu lote rural até o Escritório da ELETRONORTE, em Tucuruí, alguns deles tendo que percorrer mais de duzentos quilômetros.

Na história *a posteriori*, narrada pela ELETRONORTE, este é o Plano de Relocação de Tucuruí que é apresentado, no qual subsume-se a longa trajetória de reivindicações, denúncias e negociações, que o construiu. Como em outros episódios da história, trata-se aqui, também, da violência simbólica da narrativa que cristaliza determinadas versões em detrimento dos acontecimentos¹⁹⁴.

1989 – Dois acampamentos realizados, sendo um em Tucuruí e outro em frente ao portão principal de entrada ao território da empresa, totalizando cerca de 120 dias. Objetivo: reivindicar o deslocamento das pessoas que haviam sido transferidas para a Gleba Parakanã, atacadas pela praga de mosquito.

¹⁹⁴ Ver, por exemplo, em Hovanessian (1998) a desconstrução do genocídio armênio cuja força contamina as interpretações, inclusive, de pesquisadores.

1990 – Passeata em Tucuruí. Objetivo: reivindicar construção de casas e abertura de estradas no Loteamento Tuerê destinado às famílias “expulsas” pela praga de mosquitos e *pendências* relativas às determinações da Comissão Interministerial de 1985. A destinação de terras públicas para este Loteamento é de 1987, através do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária (Portaria MIRAD nº 628 de 04 de agosto de 1987; os trabalhos efetivos só seriam iniciados em 1998, através do convênio nº 1671/88 celebrado entre aquele Ministério e a empresa NORTAN Ltda.).

1991 – Instaurada Comissão de Inquérito na Assembléia Legislativa do Estado do Pará (ver Capítulo I).

1991 – Realizado Acampamento, a partir de 31 de julho de 1991 que perdurou por aproximadamente 90 dias. Objetivo: solicitar providências para o controle da praga de mosquitos (dos gêneros *mansonia* e *coquilletidia*) na Gleba Parakanã e/ou novos procedimentos de transferência, cuja negociação se iniciara em 1989 (ver Capítulo 1).

1992 – Julgamento do caso Tucuruí e demais barragens na Amazônia, no International Water Tribunal, realizado de 17 a 21 de fevereiro de 1992, em Amsterdam, Holanda. Caso submetido a julgamento através da Comissão Pró-índio de São Paulo e do Comitê de Coordenação de Atingidos por Barragens na Amazônia¹⁹⁵.

¹⁹⁵ O júri do International Water Tribunal, composto por Ms. Keri Hulme; Ms. Devaki Jain; Prof. A.Ch. Kiss (Chairman); Mr. Mochtar Lubis; Prof. Oleg Vasiliev; Prof. Gerd Winter, recomendou:

“i) that action be taken to prevent further negative effects of the operation Tucuruí Dam and that all relevant information regarding the Tucuruí Dam be made available to the public;

ii) that the benefits of the operation of the Tucuruí Dam also be made available to the local population;

iii) that those who suffered negative effects as a result of the construction and operation of the Tucuruí Dam be provided, as soon as possible, with restitution and/or equitable compensation;

iv) that the government of Brazil reevaluate its energy policies, and that it considers alternatives to large scale dam projects for obtaining energy that are accountable to the local population;

v) that plans for any new projects for the generation of energy in the Amazon region be reconsidered through the execution of public environmental impact assessments which should be based on a comprehensive reevaluation of the dams in the Brazilian Amazon region; and

vi) that during the conduct of the above named procedures no action be authorized or taken which in any way further the realization of new dam projects in the Amazon region (International Water Tribunal, 1992).

1993 – Passeata em Tucuruí, contra a expulsão dos moradores das ilhas.

1994 – Passeata pela criação da Reserva Extrativista do lago de Tucuruí, na qual, argumentavam, estavam os *expropriados* que venderam os seus lotes e os pescadores/agricultores do Baixo Tocantins que migraram em decorrência das conseqüências das transformações ambientais sobre o regime do rio. A esta passeata, seguiram-se outras até a criação da Reserva, em 2002¹⁹⁶.

1997 – No período de 10 a 14 de março, foi realizado um conjunto de palestras e reuniões, que culminou com um Encontro denominado “O grito de Tucuruí e Região”, visando a discutir e manifestar preocupação com a construção da segunda etapa, recentemente anunciada.

1998 – Acampamento em Tucuruí para resolver os conflitos fundiários existentes no Loteamento Tuerê e reivindicar instalação de escola e posto médico. Fatos que motivavam a venda do lote e a emigração.

1999 – Concentração em Tucuruí, para acompanhar os trabalhos da Comissão Mundial de Barragens.

2004 – Acampamento, em junho de 2004, instalado no interior da área da ELETRONORTE. Aproximadamente, 150 famílias que seriam deslocadas com a construção da 2ª. etapa da barragem pressionavam a ELETRONORTE para negociar as condições do deslocamento. Entre elas, aproximadamente 35% eram os expropriados da 1ª. Etapa, com suas reivindicações: um conjunto que incluía desde a construção de estrada até a implantação de

¹⁹⁶ Em 2002, as ilhas do Lago de Tucuruí (cerca de 1800) foram transformadas em área protegida, constituindo um Mosaico de Unidades de Conservação, composto por uma Área de Proteção Ambiental (APA) e duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). As RDSs foram delimitadas nas áreas do lago que abrigam ilhas com maior densidade de ocupação. A primeira reivindicação para a criação de uma Reserva Extrativista, em 1992, aglutinava os moradores das Ilhas localizadas no antigo Vale do Rio Caraipé, sobretudo de expropriados que moravam em Tucuruí e pescadores/agricultores que migraram do Baixo Tocantins em razão das alterações provocadas no regime do Rio, a jusante da Barragem. Em 1993/1994, com a intermediação do Conselho Nacional de Seringueiros, decidiu-se ampliar esta reivindicação para toda a área do lago. Desde essa época, longas negociações entre o Ministério do Meio Ambiente (favorável à criação da Reserva) e o Governo do Estado do Pará e ELETRONORTE (contrários à criação) resultaram na criação do chamado Mosaico.

uma cooperativa. Um conjunto que eles chamavam *plano de desenvolvimento*, cujo objetivo era melhorar as condições de vida dos expropriados.

2004 – Encontro em Cametá, em agosto de 2004, para a proposição de um plano de desenvolvimento sustentável na região “atingida” pela Hidrelétrica.

2005 – Ocupação do canteiro de obras. Objetivo: reivindicar a instalação das pessoas que seriam deslocadas compulsoriamente com a implantação da segunda etapa e da construção das eclusas.

2007 – Ocupação da sala de operações. Objetivo: resolver questões pendentes referentes ao deslocamento da 2ª. etapa e eclusas¹⁹⁷.

Todos estes acontecimentos públicos foram entremeados de uma centena de reuniões, em Brasília; em Belém; e em Tucuruí.

Pode-se depreender que à construção coletiva da identidade de expropriado correspondia a construção de um problema comum. Este, evidentemente, tinha as particularidades de cada uma das situações de deslocamento, manifesta em reivindicações específicas, mas era vivido como similar por todos.

Neste particular, o papel dos mediadores, sobretudo integrantes da Igreja Católica e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), até o final dos anos 1980, desempenhou um papel fundamental. Todavia, a atuação destes só foi possível, porque havia condições sociais que a legitimavam. Tanto é assim que, ao longo dos vinte anos, verificou-se a substituição de mediadores; modificaram-se as associações e as motivações políticas em nível local e nacional, permanecendo apenas o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tucuruí como referência local. Nesse, inclusive, registrando-se alternância de diretorias entre grupos politicamente divergentes, mas permanecendo a capacidade e o potencial mobilizador para

¹⁹⁷ As manifestações de 2005 e 2007 foram protagonizadas pelos “expropriados” da 1ª etapa e “atingidos” da 2ª etapa. Uma distinção que diz respeito muito mais às construções dos mediadores do que à situação vivida e que não é objeto deste trabalho, salvo no que foi reportado no Capítulo I.

realizar tais eventos.

Desde o final dos anos 1980 até início dos anos 1990, a mediação da Igreja e da CONTAG foi sendo paulatinamente substituída por representantes políticos e pela Central Única de Trabalhadores (CUT), que permaneceram com relativa vitalidade até o início dos anos 2000. A partir de então, passou a assumir esta mediação o Movimento de Atingidos por Barragens, sem, entretanto, monopolizá-la, em nível local.

Falar sobre as articulações políticas em nível regional e nacional merece um trabalho à parte. O que se quer aqui é chamar a atenção para o fato de que quaisquer que sejam as motivações dos atores externos e suas retóricas há um conteúdo – a vivência do deslocamento compulsório – mobilizável. Porque não resolvido. E, no limite, não passível de ser removido da memória, especialmente em circunstâncias, tais como as que se verificam em Tucuruí, nas quais o estar na arena pública é uma forma de reatualizá-lo.

Entrevistados citados no texto

Amado nasceu no km-31, da Estrada de Ferro Tocantins, onde o pai tinha um castanhal, com arrendamento concedido pela Prefeitura de Tucuruí. Trabalhava na Funai/Base Avançada do Pucuruí, desde 1967. Foi transferido para o Loteamento Rural Rio Moju. Mora em Tucuruí.

Andrade nasceu no Baixo Tocantins, é barqueiro e pescador; morava na beira do rio Tocantins. Foi transferido para Breu Branco. Mora em Breu Branco.

Assis nasceu no Paraná, de onde chegou em 1977; morava no Bacuri, onde **entrou** numa **terra alheia** e permaneceu até 1981, quando foi transferido para o Loteamento Moju. Vendeu o lote. Um de seus filhos ocupa uma ilha no Lago de Tucuruí.

Bandeira – é maranhense e morava em Breu Branco. Vendeu o lote do Loteamento Rural Rio Moju. Vendeu o lote. Morava em Tucuruí. Falecido.

Cecília – nasceu no km-25. É esposa de Machado.

Clarice é viúva de M.B, considerado o maior comerciante do (antigo) Breu Branco. Os pais são de Baião, no Baixo Tocantins, de onde chegaram em 1956. O marido era de Cametá e chegou no Breu em 1958. Foi transferida para Breu Branco, onde permanece como comerciante.

Drummond é maranhense, e veio para o garimpo de Ipixuna em 1944. Morava no Breu desde 1952, onde foi delegado. Tinha roça no km 40. Integrou a primeira Comissão de Expropriados do Breu. Desistiu do Loteamento Rural Rio Moju. Foi transferido para o novo povoado de Breu Branco. Falecido.

Fonseca é de Marabá, de onde chegou em 1978, para morar no km-29. Neste local, o sogro, aposentado da Estrada de Ferro Tocantins, tinha uma terra. Foi transferido para Novo Breu Branco. Mora em Breu Branco, trabalha em serraria.

Graciliano é mineiro e veio trabalhar na construção da Transamazônica em 1971. Em 1974, casou com uma moradora do Breu e tirou um **pedaço de terra** na beira do rio Arapari. Foi transferido para o Loteamento Rural Rio Moju. Foi representante de Breu Branco na Comissão de Expropriados de 1982 a 1984. Vendeu o lote do Moju. Tem uma pequena fazenda no Pitinga e uma usina de beneficiamento de arroz em Breu Branco. Ingressou na carreira política.

Guimarães é do Maranhão, de onde chegou em 1927. Trabalhou na Estrada de Ferro Tocantins; morava no km-25 e foi transferido para o Loteamento Rural Rio Moju. Vendeu o lote. Morava em Breu Branco. Falecido.

Haroldo era trabalhador da EFT e desde 1963 integrava a diretoria da Igreja do Breu, tendo sido o seu presidente desde 1968. Integrou a primeira Comissão de Expropriados do Breu. Foi tesoureiro do STR de Tucuruí. Foi transferido para Breu Branco.

João Ubaldo é paraense de Mocajuba. Morava no km-56, aonde chegou em 1968, para tirar castanha com um tio. Foi transferido para o Loteamento Rural Rio Moju. Foi delegado sindical no Loteamento Rural Rio Moju. Mora em Baião.

Jorge nasceu em Vizeu (Pará) e chegou no Breu em 1940. Trabalhava na Estrada de Ferro Tocantins, desde 1952. Morava próximo ao Breu, na **beira**. Foi transferido para o Novo Breu Branco. Falecido.

José Américo é de Santa Luzia (Ma), de onde chegou em 1971 para trabalhar na construção da Transamazônica. Em 1973 tirou um **pedaço de terra** a 2 kms do Breu. Foi transferido para o Moju. É comerciante em Breu Branco e tem uma pequena fazenda. Ingressou na carreira política.

José Lins é de Marabá e desde 1958 costumava vir para a safra da castanha em Breu Branco. Em 1962 casou com a filha de um comerciante de Breu Branco. Foi transferido para Breu Branco. Mora em Tucuruí.

José Mauro é paraense do Baixo Tocantins. Foi para Marabá em 1954 e em seguida para Itupiranga. Em 1974 foi para uma terra, próximo a Jatobal, onde o INCRA estava procedendo à regularização fundiária.

Machado é maranhense. Veio ainda criança para Remansão do Centro. Morava no **centro** próximo a Remansão. Foi transferido para o Loteamento Rural Rio Moju. Vendeu o lote. Tem um lote próximo a Jacundá e um açougue em Breu Branco, onde mora.

Mário nasceu em Mocajuba e foi ainda pequeno para o Capinal. O seu pai tomava conta de um castanhal na beira do rio. Ao casar, **entrou** numa **terra livre**, no **centro**, situada depois do limite do castanhal. Foi transferido para o Moju. Vendeu o lote. Mora em um assentamento da Reforma Agrária, em Novo Repartimento.

Nava é de Bacabal (Ma), de onde chegou em 1975. Morava na beira do Rio Pucuruí. Foi transferido para o Loteamento Rural Rio Moju. Foi representante da Colônia do Moju na Comissão de Expropriados e integrou a diretoria do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tucuruí. Emigrou para a Guiana Francesa.

Nélida é paraense, filha de um ex-mestre de linha da EFT e comerciante em Tucuruí. É casada com Amado.

Olga nasceu no km-52, onde o pai, piauiense, tinha um sítio. Foi transferida para Breu Branco, onde mora.

Paiva nasceu no 51. Sempre morou nesse local, onde a terra foi apropriada pelo avô materno, aproximadamente em 1931. Foi transferido para o Loteamento Rio Moju. Vendeu o lote. Há informações de que foi para Altamira.

Paranatinga morava no km-53, desde 1968. Nasceu em Marabá e costumava vir para a **safra** nos anos 50. Foi transferido para o Moju. Vendeu o lote. Ocupa uma ilha no Lago de Tucuruí.

Pedro morava no km-56 desde 1974. Nasceu no Ceará, de onde foi com os pais para um garimpo em Abaetetuba e, posteriormente, para Remansão do Centro. Foi transferido para o Loteamento Moju. Vendeu o lote. Falecido.

Pompéia nasceu em Tucuruí; morava no **centro**, próximo a Remansão; foi transferido para Novo Breu Branco; Mora em Tucuruí.

Quintana é do Maranhão de onde chegou em 1975, com os pais. Compraram os **direitos** de um **colono** na Transamazônica. Foram transferidos para a Gleba Parakanã. Foi presidente do STR de Tucuruí. Mora em um assentamento da Reforma Agrária em Tucuruí.

Rubem é cearense; morava no km-93, desde 1958. Foi transferido para o Moju. É irmão de Pedro. Vendeu o lote.

Veríssimo é de Pedreiras (Ma), de onde veio para Marabá em 1959; foi garimpeiro em Ipixuna. Morava na beira do rio, em Ipixuna. Era representante de Itupiranga na Comissão de Expropriados de Tucuruí. Mora em Nova Ipixuna.

Conclusão

Ao longo do trabalho, procurei analisar a conformação da categoria deslocamento compulsório, buscando elucidar as interconexões do fazer ciência, assumindo uma perspectiva etnográfica de três situações: a arena pública, o universo acadêmico e Tucuruí. Privilegiando como ponto de partida a “controvérsia” sobre o deslocamento compulsório, tentei evidenciar a confluência de saberes e de interesses em torno da produção de soluções para fatos ou processos concebidos como crise, no qual os debates fora dos limites da academia são a regra, e, não raras vezes, revelam incertezas científicas e técnicas. Com este percurso, procurei chamar a atenção para as determinações tanto dos interesses na arena pública quanto dos cânones disciplinares na produção científica. E, sobretudo, para o conteúdo de sofrimento social que é inerente ao sentido subjetivo atribuído pelos atores submetidos ao constrangimento e à irreversibilidade do deslocamento. Um conteúdo que se estabiliza, no sentido proposto por Boltanski e Thévenot, transversalmente, na arena pública, na produção científica e nos relatos de quem vivenciou o processo.

À estabilização do conteúdo, todavia, não corresponde a sua incorporação como elemento explicativo, não havendo lugar para integrá-lo à análise ou às decisões públicas. Na arena pública, este lamento é transformado em um discurso estéril e repetitivo, traduzido em perdas econômicas. Para utilizar a expressão de Boltanski, trata-se da hegemonia de uma “cité”, podemos dizer de duas – de mercado e industrial – que subsume o sofrimento, transformando-o em lista de coisas e bens materiais perdidos, inundados. Esta é a linguagem possível no horizonte de grandezas daquelas “cités”, o que resulta em uma permanente e

empobrecedora tradução do sofrimento social. Em outras palavras, a justificação pela dor torna-se sem eco.

Na sociologia e na antropologia, é muito recente a legitimação do “sofrimento social” como objeto, de modo que os pesquisadores que se debruçam a refletir sobre ou a partir de situações de deslocamento compulsório, o mencionam, sem propriamente analisá-lo, salvo as exceções mencionadas.

Se formos pensar, nos termos propostos por Boltanski, qual é o conteúdo que se estabiliza nos vários campos analisados, é exatamente o “sofrimento social”. Assim, mesmo no capítulo I, este conteúdo está presente. Portanto, há um conteúdo que se estabiliza, por situação etnografada, mas há um conteúdo que perpassa as três situações.

Estabilizam-se, no capítulo I, os números - para evidenciar (ou diminuir) a magnitude do problema público. No capítulo II, a reação camponesa - seja através da ótica interpretativa da sociologia dos movimentos sociais, seja da análise das representações e dos esquemas culturais de percepção das transformações. No capítulo III, a perda, seja sob a forma economicizada que eclode na arena pública, seja sob a forma de lamento que expressa a dor.

Perpassa as três situações o sofrimento. E aí arrisco a propor uma concepção teórica para este caso que analiso. Uma concepção fartamente inspirada em Boltanski, especialmente nas grandezas sobre as quais se constroem os argumentos de justiça. Arrisco a propor, então, tratar o sofrimento social como uma construção coletiva que, por um lado, se exprime na constituição de atores, na construção de uma memória e de uma narrativa sobre um acontecimento. E que, por outro lado, produz efeitos sobre os interesses e as práticas políticas. Nas situações de extrema ruptura, verificando-se a transformação de elementos constitutivos do mundo social vivido, até então naturalizados, em *direitos*, por sua vez, traduzidos em uma retórica de justificação, que se reproduz na arena pública.

Desta perspectiva é, paradoxalmente, na arena pública que se dissipa e se reafirma o conteúdo de sofrimento social. Dissipação perceptível na monotonia da enumeração das perdas econômicas, para os observadores externos. Reafirmação perceptível no reencontro com a própria história, para aqueles que a viveram.

Para os camponeses das *terras livres* da Estrada de Ferro Tocantins, cada evento público é, portanto, o momento de, reencontrando-se com a própria história, querer fazer prevalecer determinadas relações sociais – reconstruídas - de um passado irreversível. Irreversibilidade vivida como decorrente de um evento externo, incontrolável e imprevisível, a construção da barragem. Um passado que não lhes fornecia parâmetros compatíveis para a previsibilidade da nova situação. Não se trata, pois, nem de uma idealização do passado nem de uma insatisfação oportunista, trata-se de lidar com uma história interrompida - compulsoriamente.

Se pudéssemos sintetizar, poderíamos falar do deslocamento compulsório em termos de uma relação de causalidade, que acaba por relevar as determinações desestruturadoras - irreversibilidade, compulsoriedade e imprevisibilidade - inerentes ao processo. Estas determinações, articuladas, estão na raiz do que aqui denomino sofrimento social. Desta perspectiva, o deslocamento compulsório não é o pano de fundo sobre o qual se constrói a ação ou o sentido, mas é ele mesmo o conformador de ambos.

Na arena pública, os recentes debates sobre a categoria refugiado ambiental ou eco-refugiado e o paralelo estabelecido entre “catástrofe natural” e “catástrofe provocada pela ação humana”, de certo modo, fazem sobressair o conteúdo do sofrimento social, através do reconhecimento da existência de pessoas e grupos sociais vítimas de processos e/ou fenômenos que incidem sobre suas condições de vida, sua integridade física e, por que não dizer, sua dignidade humana. Estão em causa, portanto, dispositivos referentes aos direitos do homem e de proteção das pessoas contra as ações do próprio Estado e, conseqüentemente,

categorias jurídicas de proteção e instrumentos de reparação e compensação, que não são objeto desta tese.

De todo modo, trata-se da invenção social de uma nova categoria, utilizada para designar as pessoas vítimas de catástrofes ou desastres ambientais que são constrangidas a deixar suas casas, suas terras, seu modo de vida. Como nova categoria social, faz apelo a um referencial ideológico e político de proteção internacional, conforme vimos, baseado nos artigos 13 e 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e ao Artigo 1º da Convenção de Genebra (1951). A atual conjuntura, de crescente reconhecimento social e político dos problemas ambientais globais, nesse sentido, contribui para a mobilização do sentido de solidariedade – sobretudo internacional – passível de ser reconstruído, à medida que evoca os regimes de proteção do cidadão, da dignidade humana e - no limite - da vida, tão caros às sociedades ocidentais (economicamente desenvolvidas). Trata-se, pois, da emergência de um novo problema público que põe em causa os tradicionais esquemas classificatórios de desenvolvimento, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico-financeiro. A questão mais atual é decidir, na arena pública, quais regimes de proteção, nacional ou internacional, ou ambos, seriam mais adequados para estas situações.

Do que pude observar, a partir do caso Tucuruí e de outros casos de construção de barragens, o reconhecimento da condição de refugiado ambiental ou de outro estatuto especial depende do reconhecimento do “drama social”, no sentido proposto por Turner (1992), mais especificamente, de se instituir (reconhecer) o conflito na arena pública e o modo como se definem os papéis coletivos naquele reconhecimento. Perguntar-se quais são os limites do tolerável, na sociedade que vê o deslocamento compulsório como normal - ou como anormal, mas necessário - talvez seja um primeiro passo. Como observam Fassin e Bourdelais (2005; Fassin, 2004, 2004a), a produção de um novo intolerável provém sempre de uma certa representação dos direitos do homem e do cidadão que se coloca em prática

através de declarações e legislações e, acrescento, para as quais se demanda o cumprimento. Reconhecer o sofrimento social das pessoas submetidas ao deslocamento compulsório é o primeiro passo, reconhecer-lhes os direitos especiais e específicos e oferecer-lhes a proteção de refugiado ambiental são os seus corolários. Prosseguindo com a linha de raciocínio proposta por Boltanski, perguntar-se por que os regimes de competência mobilizados para julgar as vítimas dos desastres ambientais naturais (por exemplo, enchentes e inundações advindas de tempestades) não são mobilizados para julgar os desastres ambientais provocados pelo homem (por exemplo, enchentes e inundações provocadas pela formação de grandes lagos artificiais) talvez possa ser um caminho para desnaturalizar a normalidade ou a inevitabilidade do sofrimento social imposto pelo “desenvolvimento”.

Referências Bibliográficas

1 – Livros, Teses, Artigos

ASPELIN, Paul L. and Santos, Silvio C. dos. **INDIANS AREAS THREATENED BY HYDROELECTRIC PROJECTS IN BRAZIL**, Copenhagen: IWGIA, 1981, 201p.

BAGGIO, Elaine Regina. **Aspectos sobre a reprodução socioeconômica das unidades familiares rurais atingidas pela Usina Hidrelétrica Quebra-Queixo**. Florianópolis: 2003. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BARROW, C.; MOUGEOT, L. **River basin development in Brazilian Amazonia: a preliminary appraisal of the Araguaia-Tocantins**, 1982, documento mimeografado.

BENSA, Alban; FASSIN, Eric. Les sciences sociales face à l'événement, Paris: **Terrain**, , n.38, p. 5-20, 2002.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1976. 247p.

BERTRAND, Maurice. **L'ONU**. Paris: La Découverte, 2004, 122p.

BRAECKMAN, Colette. Rwanda, retour sur un aveuglement international. In: **Le Monde Diplomatique**, Paris, mars 2004.

BREVIGLIERI, Marc. Attachement, mémoire et nostalgie chez les enfants d'immigrés maghrébins. In: **Confluences Méditerranée**, n.39, p. 37-47, 2001.

BOLTANSKI, Luc. **Les cadres. La formation d'un groupe social**. Paris:Minuit, 1982, 523p.

BOLTANSKI, Luc. **L'amour et la justice comme compétences. Trois essais de sociologie**. Paris: Anne-Marie Métailié, 1990. 382p.

BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. **De la justification. Les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991, 492p.

BOLTANSKI, Luc. **La souffrance à distance. Morale humanitaire, médias et politique**. Paris: Anne-Marie Métailié, 1993. 288p.

BOLTANSKI, Luc. et al. Séminaire du Programme Risques Collectifs et Situations de Crise. **Alertes, affaires, et catastrophes: logique de l'accusation et pragmatique de la vigilance**, 15 fev. École des Mines de Paris/CNRS, 1996.

BOLTANSKI, Luc.; CHIAPELLO, Eve. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999, 844p.

BOLTANSKI, Luc. **La condition fœtale**. Paris: Gallimard, 2004. 432p.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. In: **Raisons Pratiques**. Paris: Seuil, p. 81-90. 1994, 238p.

BOURDIEU, Pierre. O Desencantamento do Mundo. São Paulo: Perspectiva, 1979, 135p.

- CALLON, Michel & LATOUR, Bruno. **Les scientifiques et leurs alliés**. Paris: Pandore, 1985, 256p.
- CALLON, Michel. Éléments pour une sociologie de la traduction. La domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint Brieuc. **L'Année Sociologique**, n.36. p.169-205, 1986.
- CALLON, Michel et alii. **Réseau et coordination**. Paris: Economica, 1999, 194p
- CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Y. **Vivre dans un monde incertain**. Paris: Seuil, 2001, 400p.
- CAMPOS, ANDRÉ. Catástrofes criam refugiados sem asilo. (2006). Disponível em: http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=260&Artigo_ID=4092&IDCategoria=4589&reftype=1&BreadCrumb=1. Acesso em: 15 de março, 2007.
- CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica. Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 156p.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o Pensamento Antropológico**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 201p.
- CEFAÏ, Daniel. La construction des problèmes publics. **Définitions de situations dans des arènes publiques**. Paris, **Réseaux**, n.75, p. 43-66, 1996.
- CEFAÏ, Daniel; TROM, Dany. **Les formes de l'action collective. Mobilisations des arènes publiques**. Paris: EHESS, 2001, 328p.
- CEFAÏ, Daniel; PASQUIER, Dominique. Introduction. In: **Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques**. Paris: PUF, 2003, 519p.
- CEFAÏ, Daniel. Les risques du métier: engagements problématiques en sciences sociales. In: **Culture & Conflits. Sociologie politique de l'international**, n.47 [200?]. Disponível em: <http://www.conflits.org/sommaire.php?id=34>. Acesso em: 02 dezembro 2004.
- CERNEA, Michael. **Involuntary resettlement in development projects: policy guidelines in World Bank-Financed Projects**. Washington DC. World Bank Technical Paper n.80, 1988, 102p.
- CERNEA, Michael. **Poverty Risks from Population Displacement in Water Resources Development**, Harvard University, HIID, Development Discussion Paper n.355. Cambridge, MA, August, 1990.
- CERNEA, Michael. [Ed.]. **Putting People First: Sociological Variables in Rural Development**. 2nd Edition, revisée et amplifiée. New York-London: Oxford University Press. 1991, 602p.
- CERNEA, Michael. [Ed.]. **Resettlement and Development The Bankwide Review of Projects Involving Involuntary Resettlement 1986-1993**. World Bank. Resettlement Series, march 1996.
- CERNEA, Michael. La sociologie des déplacements forcés: un modèle theorique, p. 11-28. In: Laissailly-Jacobs, V. [Ed.]. **Communautés déracinées dans les pays du Sud**. Paris: Autrepart, ORSTOM, 1998, 189p.
- CERNEA, Michael.; MANINDER GILL [Ed.]. **Tenth World Congress of Rural Sociology. Involuntary Resettlement: Risks, Reconstruction and Development**. Agendas and Book of

Abstract for Symposium I and Workshop 18. Chairman: Michael M. Cernea; Organizer: Maninder S. Gill. Rio de Janeiro, Brazil. July 30 – August 5, 2000. Processed.

CERNEA, Michael.; McDOWELL, C. [Ed.]. **Risks and Reconstruction: Resettlers and Refugees Experiences**. Washington D.C.: World Bank, 2000, 508p.

CHAMBERS, Robert. The Origins and Practice of Participatory Rural Appraisal, *World Development*, v.22, n.7, p. 953-969; BURDGE, Rabel J. [Ed.]. **A Conceptual Approach to Social Impact Assessment**, Middleton, WI: Social Ecology Press, jun. 1994.

CHATEAURAYNAUD, Francis; DIDIER, Torny. **Les sombres précurseurs. Une sociologie pragmatique de l'alerte et du risque**. Paris, 1999, 480p.

CLAVANDIER, Gaëlle. **La Mort collective. Pour une sociologie des catastrophes**. Paris:CNRS, 2004, 256p.

CLAVERIE, Elisabeth. Techniques de la menace. In: **Terrain**, n.43, sept., p. 15-30, 2004.

CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. José Reginaldo Santos Gonçalves [Org.]. Rio de Janeiro:Ed. UFRJ, 1998, 319p.

COLSON, Elisabeth. **The social consequences of resettlement. The impact of the kariba resettlement upon the Gwembe Tonga**. Manchester: Manchester University Press, 1971, 259p.

CORCUFF, Philippe. **Les nouvelles sociologies**. Paris:Armand Collin, 2004, 126p.

CORCUFF, Philippe.; ACCARDO, A. **La sociologie de Bourdieu - Textes choisis et commentés**, Bordeaux: Le Mascaret, réédition augmentée avec une nouvelle préface. 1989, 247p.

DAOU Ana Maria L. **Políticas de estado e a organização social camponesa: o caso da barragem de Sobradinho**. Rio de Janeiro, 1989. 256 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.

DUQUÉ, Ghislaine. **Casa Nova: Interventions du Pouvoir et Stratégies Paysannes, Un «Municipe» du «sertão bahiano» à l'heure de la modernisation**. Paris, 1980. 405 f. Thèse (Doctorat) 3^o Cycle en Sociologie, EHESS, 1980.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Nova Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz, 5^a edição, v.15, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968, 140p.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Revisão Técnica de Antonio Monteiro Guimarães Filho, Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 340p.

DURKHEIM, Émile. Représentations individuelles et représentations collectives. **Revue de Métaphysique et de Morale**, tome VI, mai 1898. In: Collection: Les classiques des sciences sociales. Un document produit en version numérique par Jean-Marie Tremblay, Bibliothèque de l'Université du Québec à Chicoutimi, Édition complétée le 26 février à Chicoutimi, Québec. 2002, 22p.

ELIAS Norbert. **Os Alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, 431p.

EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais**. Belém: Ed. UFPA, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA, 1987, 196p.

FASSIN, Didier. Et la souffrance devint sociale. De l'anthropologie médicale à une anthropologie des afflictions. **Critique**. jan-fev., p. 16-29, 2004.

FASSIN, Didier [Ed.]. **Afflictions. L'Afrique du sud, de l'apartheid au sida**. Coll. Hommes et Sociétés. Paris: Karthala, 2004a, 301p.

FASSIN, Didier.; BOURDELAIS, P. [Ed.]. **Les constructions de l'intolérable**. Paris: La Découverte. 2005, 230p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1^a. edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio Versão 5.11**. correspond a la 3^e. ed., 1^e. impressão de l'Editora Positivo, rev. et amp., Aurélio Século XXI. Rio de Janeiro: CD-ROM, 2004.

FINSTERBUSCH, Kurt., INGERSOLL, Jasper.; LLEWELLYN, Lynn [Ed.]. **Methods for Social Analysis in Developing Countries**. Boulder, CO: Westview Press, 1990, 225p.

FRANCIS, Paul; JACOBS, Susan. Institutionalizing Social Analysis at the World Bank. **Environmental. Impact Assessment Review**, n.19, p. 341-357, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro:Zahar, 1989, 213p.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro. Zahar, 2001, 247p.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2002a, 366p.

GEERTZ, Clifford. A vida entre os Antros. Folha de São Paulo/ Suplemento Mais, São Paulo, 03 de fev. de 2002b.

GONIN, Patrick; LASSAILY-JACOB, Véronique. Les réfugiés de l'environnement. Une nouvelle catégorie de migrants forcés? In: **Revue Européenne des Migrations Internationales**, v.18, p. 139-160, 2002.

GOODLAND, Robert. **Environmental Protection Program**, The Cary Arboretum of the New York Botanical Garden, trad. CHESE, Salvador, jan. de 1974 (*apud* DUQUÉ, 1980).

GOODLAND, Robert. **Environmental Assessment: Tucurui Hydroelectric Project, Rio Tocantins**, The Cary Arboretum of the New York Botanical Garden, 1977.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Vozes 1987.

GUILLOT, N. D'une vérité à l'autre, les politiques de la Banque mondiale. In: **Le Monde Diplomatique**. **Les institutions financières sous le feu de la critique**, p. 20-21, sept. 2000.

HABERMAS. J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2. ed., 2003, 397p.

HARREL-BOND, B.E; VOUTIRA, E. Anthropology and the study of refugees. In: **Anthropology Today**, v. 8, n.4, 1992.

HÉBETTE, Jean [Org.]. **O Cerco Está Se Fechando**. Prefácio de José de Souza Martins. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991, 347p.

HÉBETTE, Jean, et al. [Org.]. **No mar, nos rios e na fronteira: face do campesinato no Pará**. Edufpa. Prefácio de Maria Conceição D'Incao. 2002, 359p.

HÉBETTE, Jean. A Resistência dos Posseiros no Grande Carajás. 11º Encontro dos Grupos Temáticos do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, PIPSA, documento mimeografado.

HOUAISS, Antonio. – **Dicionário Eletrônico Houaiss** [200?], Editora Objetiva acesso *online*, privativo de assinante.

HOVANESSIAN, Martine. L'écriture du Génocide des Arméniens: un texte à plusieurs voix. In: **Journal des anthropologues**, n. 75, p. 63-84, 1998.

JACOBS, S. World Bank **Experience with Social Assessment: Practice at a Turning Point**, trabalho apresentado en la reunión de la Asociación Internacional para la Evaluación del Impacto Social de abril de 1998. Disponível em: www.worldbank.org. Accédé: 12 novembre 2004 à 10 janvier 2005.

JEWSIEWICKI, Bogumil. Héritages et Réparations: enquête d'une justice pour le passé ou le présent. In: **Cahiers d'Études Africaines**, XLIV (1-2), 173-174, 2004, p. 7-24, 2004.

JORGENSEN, Joseph G. On Ethics and Anthropology. In: **Toward an Ethics for Anthropologists**, Current Anthropology, 1971, v.12, n.3, 321-334.

JORGENSEN, Joseph G., WOLF, Eric R. In response to A Special Supplement: Anthropology on the Warpath in Thailand. November 19, 1970. **The New Yorker Review of Books**, v.16, n.6, April 8, 1971.

JULIENNE, Marina. 25 millions de réfugiés écologiques. In: **Québec Science**. Disponível em: http://www.cybersciences.com/Cyber/4.0/4_0_abonn.asp. Acesso em: 03 agosto 2005.

KARSENTI, B. La Spécificité Psychologique de la Sociologie. De Durkheim à Mauss. In: BORLANDI M. et MUCCHIELLI, L., [Ed.]. **La sociologie et sa méthode. Les règles de Durkheim un siècle après**. Paris: L'Harmattan, p. 297-320, 1995.

KIBREAB, Gaim. Common Property Resources and Resettlement. p. 293-331 In: CERNEA, Michael; MCDOWELL, Christopher [Org.]. **Risks and reconstruction: experiences of resettlers and refugees**, Washington:World Bank, 2000, 508p.

LASSAILLY-JACOB, Véronique; MARCHAL, Jean-Yves; QUESNEL, André. **Déplacés et réfugiés. La mobilité sous contrainte**. Paris: IRD/ORSTOM, 1999, 504p.

LASSAILLY-JACOB, Véronique. Les réfugiés de l'environnement. Une nouvelle catégorie de migrants forcés? In: **Revue Européenne des Migrations Internationales**. v.18. p. 139-160, 2002.

LASSAILLY-JACOB, Véronique. Migrations Forcées, conflits et réfugiés. L'exemple de la Zambie. In: LESOURD, Michel [Org.]. **L'Afrique. Vulnérabilité et défis**. Nantes: Editions du Temps, p. 399-419, 2003.

LATOURE, Bruno. **La Science en Action**, Paris:Gallimard, 1995, 663p.(édition poche).

LATOURE, Bruno. **Nous n'avons jamais été modernes. Essai d'anthropologie symétrique**. Paris: La Découverte, 1997, 208p.

LATOURE, Bruno. **Politiques de la Nature. Comment faire entrer les sciences en démocratie.** Paris: La Découverte, 1999, 384p.

LATOURE, Bruno. **Le métier de chercheur. Regard d'un anthropologue.** Paris: Estem, 2002.

LEITE LOPES, J. S. [Coord.]; ANTONAZ, D. et al. [Org.]. **A Ambientalização dos Conflitos Sociais.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004, 334p

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: CHAMPAGNE et. al. **Iniciação à Prática Sociológica,** Petrópolis: Vozes, p. 59-105, 1998.

MAGALHÃES, Antonio Carlos. **Os Parakanã: quando o rumo da estrada e o curso das águas perpassam a vida de um povo.** São Paulo, 1982. 251 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 1982.

MAGALHÃES, Antonio Carlos. As nações indígenas e os projetos econômicos de estado: a política de ocupação do espaço na Amazônia. In: Hébette, Jean [Org.], **O Cerco está se fechando.** Petrópolis: Vozes, p 89 -113, 1991.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. **Gente de toda paragem. Um estudo sobre a população afluyente numa Grande Obra.** 1983. 302 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, 1983.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Hidrelétricas e Impacto Ambiental. In: **Boletim da Associação Brasileira de Antropologia.** São Paulo, ano 2, n.3, p. 62-64, 1º. sem., 1987.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. A Estrada de Ferro Tocantins: notas bibliográficas para a história do camponato no estado do Pará, Belém, s/d, documento mimeografado.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Relocação de populações: a intervenção estatal numa operação fundiária específica. In: **Pará Desenvolvimento. A Face Social dos Grandes Projetos.** Belém: IDESP, p. 34-36, 1986/1987.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Exemplo Tucuruí - Uma política de relocação em contexto. In: SANTOS, L.; ANDRADE, L. [Org.]. **As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas.** São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, p. 111-120, 1988.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Problemas Sócio-Ambientais das Hidrelétricas de Balbina e Tucuruí e dos Aproveitamentos Hidrelétricos Futuros da Amazônia. In: ROSA, L. P. et alii. **Planejamento Energético e Impactos Sócio-Ambientais na Amazônia.** Rio de Janeiro: Núcleo de Publicações da COPPE, p. 125-129, 1990a.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Hidrelétricas e Camponato - uma visão sobre o 1º. Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. In: VIANNA, Aurélio [Org.]. **Hidrelétricas, Ecologia e Progresso.** São Paulo: CEDI, p. 45-54, 1990b.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Passados uns tempos. Indicadores Temporais entre um grupo de camponeses do Médio Tocantins, Amazônia. In: DIEGUES, A.C. [Org.]. **Populações humanas, rios e mares da Amazônia.** São Paulo: PPCAUB/USP, p. 205-220, 1991a.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Expropriação e Mobilização: a dupla face da relação entre os Grandes Projetos e a População Camponesa. In: HÉBETTE, J. [Org.]. **O cerco está se fechando.** Petrópolis: Vozes/FASE/NAEA, p. 176-198, 1991b.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Tucuruí, uma análise da visão do Estado sobre o campesinato. **Boletim do Museu Paraense Emílio Göeldi**, Belém, v.8, n.1, p. 25-64, 1992.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Os Camponeses e as Hidrelétricas. In: D'INCAO, M. [Org.] **Amazônia: a crise da Modernização**. Belém: Ed. do Museu Paraense Emílio Göeldi. p. 447-456, 1994.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. O desencantamento da *beira* - reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: _____.et al. [Org] **Energia na Amazônia - avaliação e perspectivas sócio-ambientais**. Belém: MPEG/UFPA/UNAMAZ, v.2, p. 697-746, 1996.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Tempo e trajetórias: reflexões sobre representações camponesas. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S.; MANESCHY, M.C [Org.]. **No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, p. 233-274, 2002a.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Associações Camponesas: reflexões sobre organização social e participação política. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S.; MANESCHY, M.C [Org.]. **No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, p. 277-289, 2002b.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. **Lições de Florence Weber para o métier do etnógrafo**, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFPA - Belém, 12 f, 2003a.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. **Produzindo Interpretações: o "encontro Tucuruí" como ritual**, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFPA – Belém, 16 f, 2003b.

MAGALHÃES, S. Références sur la catégorie mouvement social, au Brésil, (présenté au groupe de travail qui a été constitué au CERAL/Paris 13 – 2004, coordonné par Muriel Tapie-Grime), documento mimeografado, 9 f, 2004.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Política e Sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí. In: SEWÁ FILHO [Org.] **Tenotã – Mõ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: International Rivers Network, p. 245-254, 2005.

MAGALHÃES, S. La mobilisation de communautés locales contre la construction d'un barrage et ses effets en terme d'organisation du territoire. In: **La mobilisation des acteurs dans l'action publique locale – au Brésil, en France et en Tunisie**. Teisserenc, Pierre [Ed.], Paris: L'Harmattan, p. 73-88, 2006, 269p.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência (A questão política no campo)**. São Paulo: Hucitec, 1980, 181p.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS-COSTA, Ana Luiza B. **Uma retirada insólita: a representação camponesa sobre a formação do lago de Sobradinho**. Rio de Janeiro, 1989. 322 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.

MARTINS COSTA, A.L.; DAOU, A.M. A criação do social pelas águas. Notas sobre o Manual da ELETROBRÁS. In: SIGAUD, Lygia [Coord.]. **Avaliação de Aspectos Sociais da Produção de Energia Hidrelétrica**. Relatório Científico de Pesquisa. Museu Nacional/PPGAS. COPPE/UFRJ, 2v.; v.2, 1989, documento mimeografado.

MATTA, Roberto da.; LARAIA, Roque de B. **Índios e Castanheiros: a empresa extrativista e os índios no Médio Tocantins**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 2a. ed., 208p.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Madrid: Tecnos, 1971, 430p

MBEMBE, Achille. Essai sur le politique en tant que forme de la dépense. In.: **Cahiers d'Études Africaines**, XLIV (1-2), 173-174, p. 151-192, 2004.

MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, M.Valéria; FRANCO, Mariana P.; ESTERCI, Neide; LEITE, Sergio [Orgs.]. **Assentamentos rurais, uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994, 329p.

MINTZ, Sidney. Encontrando Taso, me descobrindo. In: **Dados**, v.27, 1984, n.1, p. 45-58.

MOREL, Christian. **Les décisions absurdes. Sociologie des erreurs radicales et persistantes**. Paris: Gallimard, 2004, 384p.

NEVEU, E. **Sociologie des mouvements sociaux**. Paris: La Découverte, 1996, 124p.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Ensaaios de Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro:Ed. da UFRJ, 1999, 269p.

OTTAVIANI, Géraldine. Les personnes déplacées à l'intérieur de leur propre pays et la compétence du HCR. Rapport de Recherche - **Droits de l'Homme et Droit Humanitaire**. Université Panthéon-Assas (Paris II), 2001, 50 f.

PALMER, R. **Hermenêutica**. Porto:Edições 70, 1986, 284p.

PEIRANO, Mariza. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: _____. **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, 178p.

PEIRANO, Mariza. [Org.]. **Análises de Rituais**, Série Antropologia, Brasília, UNB/DAN, 120 f, 2000.

QUERÉ, Louis. L'espace public comme lieu de l'action collective. In: **Mana**, n.2, 2ºsem., p. 235-265, 1996.

QUERÉ, Louis. **La sociologie à l'épreuve de l'herméneutique. Essais d'épistémologie des sciences sociales**. Paris: L'Harmattan, 1999.

REA, Andrea; TRIPIER, Maryse. **Sociologie de l'immigration**. Paris: La Découverte, col. Repères, 2003, 121p.

REIS, Maria José. **Espaços vividos, migração compulsória, identidade. Os camponeses da região do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá**. Campinas, 1998. 252 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, 1998.

RENET, Sandrine. **Crise, rupture et tactiques de reconstruction. Catastrophe naturelle et déplacements de population au Venezuela.**, Mémoire de DEA, Étude des Sociétés Latino-américaines, Paris 3-IHEAL (sous la dir. de O. Hoffmann et C. Gros), 2002, 150 f.

RODRIGUES, Cintya Maria Costa. **Águas aos olhos de Santa Luzia: um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sítiantes em Nazaré Paulista**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1999, 177p.

ROJO, Luiz Fernando. **Rompendo Tabus: a subjetividade erótica no trabalho de campo**, In: V Reunião de Antropologia do Mercosul, GT 8, Florianópolis, 2003, 20 f., documento mimeografado.

ROSA, L. Pingueli et al. **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais**. São Paulo: Marco Zero, 1988, 199p.

SALMEN, Lawrence, **Listen to the people. Participant-observer evaluation of development projects**. Oxford: Oxford University Press/The World Bank, 1987, 149p.

SANTOS, Silvio Coelho dos. [Coord.]. **Projeto URUGUAI: Consequências da Construção da Barragem Machadinho para os Índios do PI. Ligeiro (RS)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1980, 146 f.

SANTOS, Silvio Coelho dos. [Coord.]. **O Índio Perante o Direito**. Florianópolis: Ed. da UFSC 1982, 192p.

SAYAD, Abdelmalek. **La double absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré**. Paris:Seuil, 1999, 440p.

SCUDDER T. The Kariba case: man-made lakes and resource development in Africa. **Bulletin of the Atomic Scientists**, p. 5–11, 1965.

SCUDDER, Thayer. "Social Impacts of Integrated River Basin Development on Local Populations". In UN/Department of Economics and Social Affairs, n.30, Budapest, 1975.

SIGAUD, Lygia. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho, **Comunicação n.9**, Museu Nacional, Rio de Janeiro: PPGAS. 1986, 116p.

SIGNORELLI, Amalia. Catastrophes naturelles et réponses culturelles. In: **Terrain**, 19, oct., p. 147-158, 1992.

SILVA, Cristhian Teófilo da. Sobre a interpretação antropológica: Sahlins, Obeyesekere e a racionalidade havaiana. **Revista de Antropologia**, v.45 n.2, p. 403-416, USP. São Paulo: Edusp, 2002.

SIMMEL, Georges. **La tragédie de la culture et autres essais**. Paris: Rivages, 1988.

STOCKING, Jr. George. **The Ethnographer's magic and other essays in the history of Anthropology**. Madison:University of Wisconsin Press, 1992., 440p.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

TEISSERENC, Pierre. **Les politiques de développement local. Approche sociologique**. Paris: Economica, 2002, 244p.

TEISSERENC, Pierre. [Ed.] **La mobilisation des acteurs dans l'action publique locale – au Brésil, en France et en Tunisie**. Paris: L'Harmattan, 2006, 269p.

TERZI, Cédric. L'expérience constitutive des problèmes publics. La question des fonds en déshérence. In: **Le public en action – usages et limites de la notion d'espace public en sciences sociales**. Paris: L'Harmattan, 2003, 381p.

TURNER, Victor. **Les tambours d'affliction. Analyse des rituels chez les Ndembu de Zambie**. Paris: Gallimard, 1972, 368p.

UFRJ/IPPUR. **Iº Encontro Ciências Sociais e Barragens**. Rio de Janeiro: CD-ROM, 2004.

VARGAS, Nazira Abib Oliveira. **Barragens – Clamor dos Barrageiros**. São Paulo, 1991. 2v., 792 f.. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

VELHO, Otávio. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2ª. edição, 1981, 178p.

VELHO, Otávio. Por que se migra na Amazônia. *Ciência Hoje*, 2 (10º, jan./fev., 1984).

VIDAL, Claudine. La commémoration du génocide au Rwanda. Violence symbolique, mémorisation forcée et histoire officielle. In: **Cahiers d'Études Africaines**, XLIV v.3, n.175, p. 575-592, 2004.

VIDAL, L. et al. Barragens e Grupos Indígenas na Bacia do Xingu, São Paulo, 1980, documento mimeografado.

VIGOUR, Cécile. **La comparaison dans les sciences sociales. Pratiques et méthodes**. Paris: La Découverte, col. Repères, 2005, 336p.

WEBER Florence. **Le travail à cotê. Étude d'ethnographie ouvrière**. Paris:INRA/EHESS, 1989, 210p.

WERNER, Dennis, [Coord.], LANGDON, Esther J, BLOEMER, Neusa M., NACKE, Aneliese. **As Enchentes do Vale do Itajaí, as Barragens e suas Consequências Sociais**, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, v.7, n.1, Florianópolis, 1987, 81p.

ZONABEND, Françoise. **La mémoire longue. Temps et histoires au village**. Paris: PUF, 1980, 314p.

2 – Fontes Documentais

AGIR AUTREMENT. **Les paysans du fleuve Sénégal. Des barrages sans retenue...** Une Seule Terre. Supplément, 1982.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. CPI. Requerimento N° 270/91, de 11 de março de 1991, documento mimeografado

COMISSÃO DE EXPROPIADOS DE TUCURUÍ. Relatório do Segundo Acampamento, 9 a 24 de abril, 1983, documento mimeografado.

COMISSÃO DE EXPROPRIADOS DE TUCURUÍ. Ata de Reunião, 10/09/82, documento mimeografado

COMISSÃO DE EXPROPRIADOS DE TUCURUÍ. Ata de Reunião, 04/09/87, documento mimeografado

CAPES. Banco de Teses. Disponível em www.capes.gov.br

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões. Um Sumário. O Relatório da Comissão Mundial de Barragens**, 2000a, 48p.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento: Um novo modelo para tomada de decisões**, 2000b. Disponível em www.dams.org

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. Relatório da Reunião preparatória para a 2ª Reunião de Trabalho do Grupo Consultivo, Tucuruí, 15 e 16 de janeiro de 2000, mimeografado, não paginado, 2000c.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL. Relatório 001/85, de 29/8/85, não paginado.

CONFÉRENCE MONDIALE SUR LES DROITS DE L'HOMME. Fiche d'information n. 25. L'éviction forcée et les droits de l'homme. Déclaration de Vienne, 25, 1993, 40p.

DOCUMENTO – MANIFESTO DO POVO DE REPARTIMENTO E DAS ÁREAS INUNDADAS, 1980, documento mimeografado.

DOCUMENTO - MANIFESTO DOS MORADORES DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA, 1980, documento mimeografado.

DOCUMENTO DOS VAZANTEIROS DE ITUPIRANGA à ELETRONORTE, 1981, documento mimeografado.

DOCUMENTO DE DENÚNCIAS E REIVINDICAÇÕES DA POPULAÇÃO DE REPARTIMENTO E ADJACÊNCIAS, ATINGIDA PELO PROJETO DO RESERVATÓRIO DA UHE DE TUCURUI, 1981, documento mimeografado.

DOCUMENTO DE DENÚNCIAS E REIVINDICAÇÕES DA POPULAÇÃO DE REPARTIMENTO E ADJACÊNCIAS, ATINGIDA PELO PROJETO DO RESERVATÓRIO DA USINA HISRELÉTRIA DE TUCURUI – DOCUMENTO II, 23/5/82, documento mimeografado.

DOCUMENTO DE DENÚNCIAS E REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS RELOCADOS DA ÁREA DO RESERVATÓRIO DA UHE de TUCURUI, destinado a esta empresa, 1982, documento mimeografado.

DOCUMENTO - Um Mausoléu a serviço das multinacionais e em detrimento do povo tocantino, 1983, documento mimeografado.

DOCUMENTO DOS VAZANTEIROS DE ITUPIRANGA À ELETRONORTE, Documento II, 1983, documento mimeografado.

ELETOBRAS. **Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos. Versão Preliminar**. Diretoria de Planejamento e Engenharia, Departamento de Recursos Energéticos, 1985, mimeografado.

ELETOBRAS. **Plano Diretor para proteção e melhoria do Meio Ambiente nas obras e serviços do Setor Elétrico**, 1986b, 131p.

ELETOBRAS. **Plano Diretor para proteção e melhoria do Meio Ambiente nas obras e serviços do Setor Elétrico**, 1990, 2v.

- ELETRONORTE. **Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos**, 1986a, 91p.
- ELETRONORTE. Resumo Estatístico Dezembro/1980. Administração RTUC, 1980, documento mimeografado.
- ELETRONORTE. Correspondência enviada pelo chefe do SPI ao Chefe da Residência de Obras do Sistema de Transmissão de Tucuruí (RSTT), em 04/08/1981, CI/SPI/TUC/Nº 323/81.
- ELETRONORTE; COMISSÃO DE EXPROPRIADOS, Ata de Reunião, de 11 de setembro de 1982, 06 f.
- ELETRONORTE. Resumo Estatístico. Dezembro/1983. Administração RTUC, 1983, documento mimeografado.
- ELETRONORTE, UHE TUCURUÍ, junho, 1986, documento mimeografado.
- ELETRONORTE. Licenciamento – Relatório preliminar. Unidades 01 a 23, 1997, 18p.
- ELETRONORTE. UHE Tucuruí. Etapa Final – unidades 13 a 23. Plano de Ações Ambientais, 1999, 59 f.
- ELETRONORTE. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE-Tucuruí, Versão Técnica Completa, Preliminar**, Brasília, 2001, 197p.
- ELETRONORTE. Resposta às Condicionantes da Licença de Operação, n. 234/2002 referente à elevação da cota do reservatório da UHE, Brasília, 2002, 80 f.
- ELETRONORTE. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a jusante da UHE Tucuruí**, 2003, CD-ROM.
- ELETRONORTE. Termo de Solução de Obrigação Indenizatória, 2003, documento mimeografado.
- ENTAB. **Terra Sim, Barragens Não**, 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, Goiânia, 1989, 40p.
- FUNDAP (Fundação do Desenvolvimento Administrativo). A Experiência Brasileira de Remanejamento de Populações Afetadas por Usinas Hidrelétricas, São Paulo, 1988, documento mimeografado.
- GOODLAND, R. **Environmental Assessment: Tucuruí Hydroelectric Project, Rio Tocantins**, New York: The Cary Arboretum of the New York Botanical Garden, 1977/confidential, 233p.
- HISTÓRIA DA LUTA DOS EXPROPRIADOS, Dossier, 1984, documento mimeografado.
- INPA et al. Relatório da Comissão de Estudos sobre a proliferação de mosquitos a montante de Tucuruí, 1989, 39 f.
- INTERNATIONAL WATER TRIBUNAL, Rapport, 17-21 february 1992, documento mimeografado.
- MAB/IRN. O Grito das Águas. Populações Atingidas por Barragens respondem à Comissão Mundial de Barragens, São Paulo/Berkeley, 2000, folheto.
- MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, 2005, folheto.

ONU/ COMMISSION DES DROITS DE L'HOMME. Soixantième session; Point 14 c) de l'ordre du jour provisoire; E/CN.4/2004/77/Add.4; Groupes et Individus Particuliers - Exodes Massifs et Personnes Déplacées; Rapport du Représentant du Secrétaire Général, M. Francis Deng, chargé de la question des personnes déplacées dans leur propre pays, 2004.

ONU/ COMMISSION DES DROITS DE L'HOMME. Cinquantième session. Question de la Réalisation du Droit au Développement. Exposé écrit présenté par Human Rights Advocates, organisation non gouvernementale dotée du statut consultatif de la catégorie. E/CN.4/1994/NGO/50, 1994, 5p.

ONU/ COMMISSION DES DROITS DE L'HOMME. Cinquante-troisième session. Personnes déplacées dans leur propre pays. Rapport du Représentant du Secrétaire général, M. Francis M. Deng, présenté conformément à la résolution 1996/52 de la Commission des droits de l'homme. E/CN.4/1997/43, 1997, 18p.

ONU/ COMMISSION DES DROITS DE L'HOMME. Cinquante-quatrième session. Rapport du Représentant du Secrétaire général, M. Francis M. Deng, présenté conformément à la résolution 1997/39 de la Commission des droits de l'homme. Additif. Principes directeurs relatifs au déplacement de personnes à l'intérieur de leur propre pays. E/CN.4/1998/53/Add.2, 1998, 16p.

ONU/ COMMISSION DES DROITS DE L'HOMME. Cinquante-sixième session. **Rapport du Représentant du Secrétaire Général, M. Francis M. Deng, présenté en application de la résolution 1999/47 de la Commission des droits de l'homme.** E/CN.4/2000/83, 26, 2000, 30p.

ONU/ COMMISSION DES DROITS DE L'HOMME. Droits de l'homme et exodes massifs. Résolution de la Commission des Droits de l'homme 2003/52. 60^e séance. Adoptée sans vote. E/CN.4/2003/L.11/Add.5, 2003, 5p.

ONU/ COMMISSION DES DROITS DE L'HOMME . Cinquante-neuvième session. **Rapport du Représentant du Secrétaire Général chargé de la question des personnes déplacées dans leur propre pays, M. Francis Deng, présenté en application de la résolution 2002/56 de la Commission des droits de l'homme.** E/CN.4/2003/86, 21 2003, 26p.

ONU/ COMMISSION DES DROITS DE L'HOMME. Soixante et unième session. Groupes et Individus Particuliers: Exodes Massifs et Personnes Déplacées. Rapport du Haut-Commissaire aux droits de l'homme sur les droits de l'homme et les exodes massifs. E/CN.4/2005/80, 25, 2005, 24p.

PÓLO SINDICAL DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO. Request for the World Bank inspection investigate the project for resettlement of persons affected by the Itaparica dam /BIRD 2883-1, 1997, documento mimeografado.

SIGIEP/Governo do Estado do Pará. **SIGIEP/Sistema de Informações Georreferenciadas do Estado do Pará**, CD-ROM, Belém, 2002.

UNHCR. Convention and Protocol. Relating to the Status of Refugees. 56p. Disponível em: <http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/protect/openssl.pdf?tbl=PROTECTION&id=3b66c2aa10>. Acesso em: 19 abril 2005.

WORLD BANK. Position on the Report of the World Commission on Dams, Response to the Final Report; December, 2001a. 4f. Disponível em: www.worldbank.org. Acesso em: 12 novembro 2004 a 10 de janeiro 2005.

WORLD BANK. Environmental policies and procedures of the World Bank, Washington, D;C, May, 1, 1984a. Disponível em: www.worldbank.org. Acesso em: 12 novembro 2004 a 10 de janeiro 2005.

WORLD BANK. OP 4.12. Involuntary Resettlement (December 2001. Revised April 2004). 20p. Disponível em : www.worldbank.org. Acesso em: 12 novembro 2004 a 10 de janeiro 2005.

WORLD BANK. OP 4.12. Involuntary Resettlement (December 2001). 9p. Disponível em: www.worldbank.org. Acesso em: 12 novembro 2004 a 10 de janeiro 2005.

WORLD BANK. BP 4.12. Involuntary Resettlement (December 2001). 6p. Disponível em: www.worldbank.org. Acesso em: 12 novembro 2004 a 10 de janeiro de 2005.

WORLD BANK. OD 4.30. Involuntary Resettlement (June 1990). 10p. Disponível em: www.worldbank.org. Acesso em: 12 novembro 2004 a 10 de janeiro 2005.

WORLD COMMISSION ON DAMS. **Dams and Development. A New Framework. The Report of the World Commission on Dams.** London and Sterling, VA: Earthscan Publications Ltd, November 2000b, 356p.